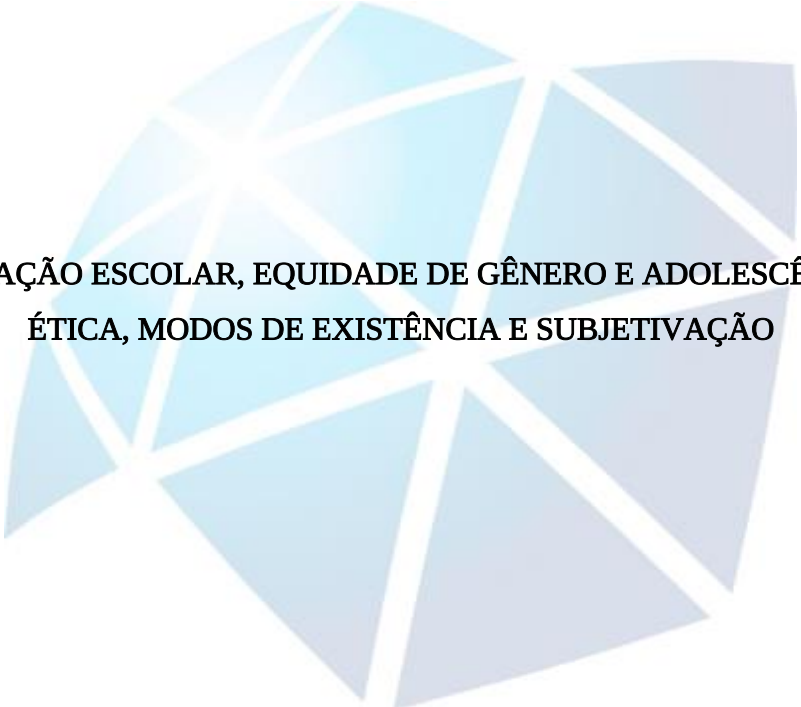


“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

KARIN ELIZABETH KRÜGER



**EDUCAÇÃO ESCOLAR, EQUIDADE DE GÊNERO E ADOLESCÊNCIA:
ÉTICA, MODOS DE EXISTÊNCIA E SUBJETIVAÇÃO**

ARARAQUARA – S.P.

2025

KARIN ELIZABETH KRÜGER

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, EQUIDADE DE GÊNERO E ADOLESCÊNCIA:
ÉTICA, MODOS DE EXISTÊNCIA E SUBJETIVAÇÃO**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

Linha de Pesquisa: Sexualidade,
Cultura E Educação Sexual

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Regina Momesso

ARARAQUARA – S.P.

2025

K94e

Kruger, Karin Elizabeth

Educação Escolar, Equidade De Gênero E Adolescência: : Ética,
Modos De Existência E Subjetivação / Karin Elizabeth Kruger. --
Araraquara, 2025

208 p. : tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Maria Regina Momesso

1. Adolescentes Educação. 2. Educação Escolar. 3. Gênero. 4.
Mídias sociais. 5. Genealogia da Ética Foucaultiana. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente tese de doutoramento busca atualizar a percepção dos jovens sobre as questões de gênero dentro da realidade e no tempo histórico que estão inseridos, conhecer as condições de possibilidade de produção discursivas, de circulação e de recepção sobre a equidade de gênero pensadas e vivenciadas por adolescentes, apresentando, portanto, o potencial de impactar a sociedade ao contribuir alinhada aos avanços dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 5, que tratam, respectivamente, da garantia de uma educação de qualidade inclusiva, equitativa e promotora de oportunidades ao longo da vida, e da promoção da igualdade de gênero.

Ao abordar questões cruciais como o acesso universal ao ensino e a eliminação de barreiras estruturais que perpetuam desigualdades de gênero no ambiente educacional e profissional, esta pesquisa oferece subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Ademais, os resultados obtidos podem fomentar mudanças culturais e institucionais, ampliando a participação e o protagonismo de mulheres e grupos sub-representados nos espaços de tomada de decisão, garantindo que a educação funcione como um catalisador para a equidade de gênero e social.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This doctoral thesis seeks to update young people's perceptions of gender issues within the reality and historical time in which they are inserted, to understand the conditions of possibility of discursive production, circulation and reception on gender equality as thought and experienced by adolescents, thus presenting the potential to impact society by contributing in line with the advances of Sustainable Development Goals (SDGs) 4 and 5, which deal, respectively, with ensuring inclusive, equitable quality education that promotes opportunities throughout life, and with promoting gender equality.

By addressing crucial issues such as universal access to education and the elimination of structural barriers that perpetuate gender inequalities in the educational and professional environment, this research offers theoretical and practical support for the formulation of more effective public policies. Furthermore, the results obtained can foster cultural and institutional changes, expanding the participation and protagonism of women and underrepresented groups in decision-making spaces, ensuring that education functions as a catalyst for gender and social equity.

KARIN ELIZABETH KRÜGER

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, EQUIDADE DE GÊNERO E ADOLESCÊNCIA: ÉTICA,
MODOS DE EXISTÊNCIA E SUBJETIVAÇÃO**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

Linha de Pesquisa: Sexualidade, Cultura E Educação Sexual

Data da defesa: 21 / 03 / 2025

Banca Examinadora:

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Regina Momesso - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CTI-FEB-UNESP).

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. María Eugenia Flores Treviño - Universidad Autónoma De Nuevo León (UANL, México)

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Filomena Elaine Paiva Assolini - Universidade de São Paulo (USP)

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Andreza Marques de Castro Leão - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr - UNESP).

Membro Titular: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr - UNESP)

Dedico este trabalho aos meus familiares queridos, minha mãe e melhor amiga Elza e meu pai Armin Krüger (*in memoriam*), minha filha amada e companheira Anna Luiza Krüger Vieira, minha irmã e apoiadora incondicional Monika Krüger, meu irmão Rainer Krüger, meus tios (que são meus pais postiços nesta vida) Brunilde e André Viana, e todos que nunca mediram esforços para me ajudar e me ver feliz.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, pois minha família é minha base, todos que estão sempre ao meu lado, me apoiando e auxiliando, sem todo o incentivo, paciência, abraços e broncas, provavelmente não me sentiria capaz de finalizar essa exaustiva trajetória!

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Regina Momesso, pelo voto de confiança em ficar ao meu lado no decorrer dessa grande e significativa etapa. Gratidão por toda paciência, empatia, ensinamentos. Uma amiga que a vida me deu e levo como exemplo de profissional e referência para o meu futuro.

À banca de defesa: Prof^a. Dr^a. María Eugenia Flores Treviño; Prof^a. Dr^a. Filomena Elaine Paiva Assolini; Prof^a. Dr^a. Andresa de Castro Marques Leão; Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro, gratidão pelo aceite e tempo precioso que vocês disponibilizaram na realização da leitura cuidadosa e apontamentos necessários para o enriquecimento da presente pesquisa. Aos professores: Márcia Argente Peres, Denise Maria Margonari Favaro, Leny André Pimenta, Vagner Custódio, Rosemeri Passos Baltazar Machado e Luiz Antonio Calmon Nabuco Lastória, que não estavam na banca de defesa, mas acompanharam minha trajetória acadêmica, eterna gratidão.

Gostaria ainda de agradecer aos meus colegas do grupo de pesquisa Gesteld e meus amigos pessoais, que contribuíram, direta ou indiretamente, ao longo desse processo, em especial à Valéria Gimenes Prado.

Aos estudantes e professores da Unesp, das disciplinas que participei e ministrei como estagiária, aprendi muito com cada um! Aos professores, estudantes, gestão escolar e todos os envolvidos na realização dessa pesquisa.

Por último, mas não menos importante à Capes, que possibilitou a minha dedicação exclusiva ao doutorado e a realização deste sonho; o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Como tornar nossos jovens autônomos e protagonistas de suas vidas e responsáveis por suas escolhas? O que pensam os jovens sobre desigualdade de gênero? Como esta os afeta e o que fazem a respeito dessa temática no cotidiano escolar e nas redes sociais? Objetivou-se compreender e problematizar o que pensam os adolescentes de ensino médio (faixa-etária dos 14 aos 19 anos) usuários de redes sociais populares sobre a desigualdade de gênero e como esta temática os afeta dentro e fora da escola, observando quais práticas discursivas, não discursivas e de si são mobilizadas pelos jovens para o lido com os problemas advindos da desigualdade de gênero e dos sofrimentos provocados pela falta de equidade na construção de modos de existir do adolescente na contemporaneidade. Partiu-se da hipótese de que as redes sociais funcionam como tecnologias de si, lugar de fala e/ou reprodução de discursos alheios, de subjetivações por meio da construção de narrativas pessoais e sociais de seus desejos, conflitos, angústias, preconceitos e etc.. A postura teórico-metodológica assumida foi de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, com delineamentos bibliográficos e documental. Tomou-se por método teórico os estudos discursivos foucaultiano arqueogenealógicos. A amostragem foi realizada dentro da escola pública do interior paulista. O corpus configurou-se inicialmente na análise dos discursos produzidos nas redes sociais pelos adolescentes, em especial o Instagram®, observando-se como eles lidam com as redes sociais no seu cotidiano, o que compreendem e sentem a respeito da desigualdade de gênero. No entanto esta pesquisa das redes sociais não revelou manifestações pessoais ou públicas sobre desigualdade de gênero. A partir de então a investigação se deu por meio de grupos focais *in loco* em dois momentos distintos, onde grupos de quatro a oito jovens foram entrevistados. Desse arquivo discursivo fez-se uma análise de conteúdo arqueogenealógica e de escrita – aqui entendida como metodologia ativa – para compreender o que os jovens entendem por desigualdade de gênero e quais conflitos pensam possuir em função da falta de equidade. Os resultados demonstraram que, embora exista um certo entendimento sobre a separação entre a vida virtual e a real, essa compreensão ainda é fluida e imprecisa. Nas falas dos jovens, destaca-se o incômodo causado pelo julgamento e pela pressão social, especialmente no que diz respeito ao ato de publicar ou validar postagens, revelando como esses fatores permeiam sua experiência digital. No que tange à desigualdade de gênero, a principal queixa recai sobre o ambiente virtual dos jogos online. Nas análises discursivas observou-se que os estudantes são capazes de compreender o significado de desigualdade de gênero, no entanto, não identificam comportamentos específicos deste preconceito em suas próprias vidas, tal como a jornada dupla das mulheres mães e trabalhadoras. Com estes resultados, propusemos duas formas de intervenção para lidar com a temática: um vídeo curto com os adolescentes que pode ser usado em sala de aula para estimular o debate; e um curso online para professores, com a finalidade de capacitação profissional para o melhor lido com a temática junto aos adolescentes, dirimindo assim a violência dentro e fora da escola.

Palavras-chave: adolescentes educação, educação escolar; gênero; mídias sociais; genealogia da ética foucaultiana.

ABSTRACT

How can we help make young people autonomous and protagonists of their lives and responsible for their choices? What do young people think about gender inequality? How does it affect them and what do they do about this issue in their daily school life and on social networks? The objective of this thesis was to understand and problematize what high school adolescents (age group 14 to 19) who use popular social networks think about gender inequality and how this issue affects them inside and outside of school, observing which discursive, non-discursive and self-practices are mobilized by young people to deal with the problems arising from gender inequality and the suffering caused by the lack of equity in the construction of adolescents' ways of existing in contemporary times. The hypothesis was that social networks function as technologies of the self, a place of speech and/or reproduction of other people's discourses, of subjectivations through the construction of personal and social narratives of their desires, conflicts, anxieties, prejudices, polarizations, etc. The theoretical-methodological approach adopted was qualitative, exploratory and descriptive in nature, with bibliographic and documentary outlines. The theoretical method used was Foucault's archeogenealogical discursive studies. The sampling was carried out in a public school in the interior of São Paulo. The corpus was initially configured in the analysis of the discourses produced on social networks by adolescents, especially Instagram®, observing how they deal with social networks in their daily lives, what they understand and feel about gender inequality. However, this research on social networks did not reveal personal or public manifestations of gender inequality. From then on, the investigation was carried out through on-site focus groups at two different times, where groups of four to eight young people were interviewed. This discursive archive was analyzed using archeogenealogical content and reading-writing – here understood as an active methodology – to understand what young people understand by gender inequality and what conflicts they believe they have due to the lack of equity. The results showed that, although there is a certain understanding of the separation between virtual and real life, this understanding is still fluid and imprecise. The young people's statements highlighted the discomfort caused by judgment and social pressure, especially with regard to the act of publishing or validating posts, revealing how these factors permeate their digital experience. Regarding gender inequality, the main complaint is about the virtual environment of online games. The discursive analyses showed that students are able to understand the meaning of gender inequality, however, they do not identify specific behaviors of this prejudice in their own lives, such as the double shift of women who are mothers and workers. With these results, we proposed two forms of intervention to deal with the issue: a short video with the teenagers that can be used in the classroom to stimulate debate; and an online course for teachers, with the purpose of professional training for better dealing with the issue with adolescents, thus eliminating violence inside and outside of school.

Keywords: teenagers education, school education; gender; social media; genealogy of foucaultian ethics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Apresentação visual dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU	16
Figura 2: Distribuição de teses e dissertações pesquisadas, de acordo com seus subgrupos de qualificação	37
Figura 3: Distribuição de artigos científicos selecionados na plataforma SciELO	40
Figura 4: Distribuição de artigos científicos pesquisados, de acordo com seus subgrupos de qualificação	41
Figura 5: Organograma da coleta de dados da Pesquisa de Campo no ambiente escolar de escola estadual localizada no interior do estado de São Paulo	44
Figura 6: Linha do tempo das pesquisadoras de Gênero	54
Figura 7: Representação gráfica da distribuição de publicações com a temática Gênero ao longo dos anos, de acordo com Hoppe, 2021	64
Figura 8: Representação esquemática das fases Foucaultianas, de acordo com Pimenta	89
Figura 9: Principais conceitos Foucaultianos e suas definições	91
Figura 10: Representação visual (<i>Print</i>) da página de Instagram [®] extra-oficial da escola pública onde realizaram-se as pesquisas de campo no ano de 2024	103
Figura 11: Dados quantitativos das análises das redes sociais dos adolescentes matriculados na escola pública pesquisada em 2024	104
Figura 12: Imagem do perfil do Instagram [®] de Anaterria Oliveira aborda temas relevantes com jovens	117
Figura 13: Imagem de entrevista realizada por Anaterria Oliveira debate temas relevantes com jovens	117
Figura 14: Imagem de entrevista realizada com os adolescentes	118
Figura 15: Protótipo do curso on-line para os professores	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Prioridades de Meninas da América Latina e Caribe, de acordo com o relatório apresentado pela UNICEF do ano de 2021	15
Quadro 2: Apontamentos importantes da Pesquisa sobre diferença de gênero apresentada pela ONU Mulheres (2020)	17
Quadro 3: Diagrama da metodologia delineadas e utilizadas nesta pesquisa	35

LISTA DE ABREVIACÕES

AD Análise de Discurso

ADF Análise de Discurso Francesa

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COP30 A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

GESTELD Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e o + para abranger outras formas de sexualidade)

NEM Novo Ensino Médio

OBEDUC Observatório da Educação

ODS Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ONU Organização das Nações Unidas

UNESP Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – em inglês, United Nations International Children's Emergency Fund

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivo Geral	25
1.2 Objetivos Específicos	25
1.3 Justificativa e Delimitação	26
1.4 Metodologia	34
2 PORQUE ESTUDAR GÊNERO?	49
2.1 Do patriarcado aos dias atuais	51
2.2 Porque não é uma unanimidade – interseccionalidade	62
2.3 Da dominação ao cuidado de si	69
2.4 O sujeito e a estética de si na transformação dos modos de existência	73
3 O QUE ELES TÊM A DIZER?	78
3.1 A importância de se escutar os jovens sobre a temática	79
3.2 O uso da tecnologia para alcançar mais jovens	83
4 COM A PALAVRA: OS JOVENS	88
4.1 A experiência de fora para dentro da escola	95
4.2 Análise discursiva: falas de jovens estudantes sobre as redes sociais	102
4.3 Análise discursiva: falas de gênero e equidade dentro e fora da escola	119
4.4 Discussão dos resultados	146
5 CUIDADO DE SI COMO FILOSOFIA PARA A VIDA	153
5.1 Construção política de si como agente de mudança	154
5.2 Proposta: possíveis caminhos para equidade de gênero	156
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	165
ANEXOS	

ANEXO 1 – Parecer Do Comitê De Ética	173
ANEXO 2 - Transcrições Completa Sobre As Redes Sociais	179
ANEXO 3 - Transcrição Completa Dos Grupos Focais Sobre Desigualdade De Gênero	184
ANEXO 4 – Fotos E Atividades Desenvolvidas Pela Pesquisadora Dentro Da Instituição (Fora Do Projeto Do Doutorado)	192
ANEXO 5 - Imagens E Explicações Sobre A Plataforma Discord	200
ANEXO 6 - Imagens Das Contas Do Instagram	202

APRESENTAÇÃO

Sou Karin, uma mulher de 46 anos, mãe, psicóloga e pesquisadora. Formei-me em Psicologia no ano de 2000, muito nova ainda, eu não sabia muito bem como e com o que eu queria trabalhar naquela época. Além disso, eu era recém-casada e minha única opção era trabalhar, não restando tempo para pensar muito sobre as minhas escolhas ou opções. Tal fato me entristeceu demasiadamente, gerou dúvidas sobre minhas capacidades e o que eu realmente queria da vida. Mas a vida, em toda sua beleza, nos leva por caminhos que não controlamos, que não sabemos ao certo os porquês, ainda que tenhamos certeza de que existe um motivo para a existência desses caminhos.

Em 2012 tive a oportunidade de dar aulas para cursos de graduação em duas universidades e esse foi o gatilho para entrar na docência de cabeça, mergulhar no mundo da pesquisa, congressos, publicações e, claro, no mestrado e posteriormente no doutorado. Apaixonei-me pelo universo acadêmico, pelas novas possibilidades ofertadas a cada dia. Por ser uma mulher curiosa e gostar da área das ciências humanas, em especial de psicologia e filosofia, costumo indagar e problematizar tudo o que me rodeia e o mundo, tornando certos questionamentos uma constante em minha vida. Tal fato aproximou-me de Foucault: foi quase que inevitável. O conheci através da Professora Maria Regina Momesso e, desde a primeira aula que assisti em 2016, acabamos ficando muito próximas. A paixão pela educação e por acreditar na possibilidade de mudar o mundo através dela nos uniu. Durante todo o mestrado, mesmo não sendo a minha orientadora, a Regina me ajudou muito, suas aulas e nossas conversas foram orientando o rumo do que eu queria continuar a fazer a partir daquele momento.

O meu mestrado em Educação Sexual, pesquisando a temática da sexualidade das crianças com deficiência intelectual me abriu inúmeras portas e possibilidades, foi durante este período que participei ativamente de congressos, reuniões como representante discente, e pude conhecer realmente o que é a vida acadêmica, além disto o mestrado me conectou com pessoas incríveis que levo como grandes amigos para a vida toda. Ao terminar o mestrado aventurei-me numa mudança de país, morei um ano na Alemanha com a minha filha. Foi um processo de muito aprendizado, e de certa forma, de autoconhecimento. Quando voltei para o Brasil em 2019, já sabia que queria cursar o doutorado, mas a pandemia de Covid 19 assolou o mundo, e muitas dúvidas surgiram

também para mim. Todavia, quando concebi o projeto para o doutorado, tinha certeza de duas coisas: a primeira é que eu gostaria de ser orientada pela Regina, tendo Foucault como base teórica; e a segunda certeza era sobre a base de investigação, que deveria ter uma prática dentro da escola; e então juntas decidimos trabalhar com a temática de gênero com jovens adolescentes.

Na vida pessoal, não tive grandes problemas devido a desigualdade de gênero. Minha mãe, mesmo sem saber, foi uma feminista e fonte de inspiração para mim e minha família. Ela saiu de casa sozinha para prestar o vestibular e ingressou na USP em São Paulo nos anos 1960, ficou alguns anos estudando enfermagem, mas devido à ditadura militar foi obrigada a abandonar a faculdade para trabalhar. Sempre à frente do seu tempo, ela conta as histórias de como fez com que a firma onde trabalhava aceitasse que as mulheres pudessem usar calças compridas no serviço, uma vez que naquele tempo, o código do uniforme feminino em muitas empresas exigia o uso de saia. Minha mãe sempre foi uma mulher independente e com este perfil de mulher que eu cresci. Só depois de adulta consegui perceber que nem todos têm o acesso e o apoio que tive e ainda tenho, valores que também quero passar para a minha filha. Foi então por desejar um mundo mais justo e igualitário que escolhemos a temática da desigualdade de gênero nesta tese de doutorado.

Qual o motivo de estudar gênero atrelado a trabalhar especificamente com os jovens? Responder esta pergunta é muito importante uma vez que permeia todos os capítulos desta tese, de maneira direta ou indireta. Talvez uma resposta seja a necessidade de uma maior conscientização, pois parece que as pessoas não conseguem perceber a sociedade injusta, desigual e prejudicial em que vivemos, onde há falta de diálogo. Insisto no cultivo de um olhar mais humano para o outro, que muitas vezes parece inexistir, principalmente para determinadas parcelas que representam as minorias sociais, e isso é mais do que um objetivo, se tornando uma missão de vida.

Em vista disso, uma das melhores maneiras de demonstrar as desigualdades sociais está em buscar os grandes nomes de estudiosos e estudiosas da área para observar como já evoluímos diante da história, mas também, apresentar dados de pesquisas para fundamentar o quanto ainda precisamos evoluir para que tenhamos uma sociedade mais equitativa. Durante todos esses anos de estudo o sentimento que mais prevaleceu foi o de esperança, de que estamos no caminho certo, pois, é por meio do conhecimento e da

educação e, posteriormente, de um cuidado de si, que poderemos realmente sentir nossa contribuição para a edificação de um mundo melhor.

Estar com os jovens, vê-los refletir e mostrarem-se entusiasmados, tornou-se a fonte de energia para superar as outras partes mais maçantes do doutorado. Não foi um caminho fácil: pós-pandemia, muitas incertezas, muitos problemas no caminho, mas desistir nunca passou pela minha cabeça. Amo o que faço e pretendo continuar, e preciso desta energia que, tanto a pesquisa, como o ambiente escolar, me trazem.

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre os conceitos de gênero em pleno século XXI pode inicialmente parecer desatualizado, no entanto, é incontestável que, mesmo nos dias de hoje, persistem desigualdades de gênero que se manifestam em ações cotidianas, reportagens jornalísticas e ambientes escolares. Portanto, a pertinência e a contemporaneidade dessa análise permanecem indiscutíveis. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim (China), foi um marco sem precedentes para o compromisso da comunidade internacional com o lançamento de uma plataforma ampla e abrangente para o avanço dos direitos das mulheres e meninas e da igualdade de gênero. A Plataforma de Ação de Pequim (PAB – sigla em inglês), que é constantemente atualizada, existe para acompanhar se estão ou não sendo cumpridas as propostas para diminuir a desigualdade de gênero no mundo.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021) apresentou um relatório específico sobre as questões mais importantes para as meninas da América Latina e Caribe em 2021. Este relatório incorpora os compromissos estabelecidos nas Conferências Regionais da Mulher, que ocorrem a cada três anos. Além disso, destaca e leva em consideração os programas derivados do Diálogo Intergeracional sobre igualdade de gênero e direitos das meninas e mulheres, realizado em outubro de 2018 em Antígua e Barbuda. O relatório também reconhece a importância da Declaração das jovens feministas, proveniente do evento ocorrido em janeiro de 2020 em Santiago (Chile), assim como o impacto do evento paralelo "25 anos de compromissos com as meninas: um diálogo intergeracional" conduzido pelo UNICEF durante a XIV Conferência Regional da Mulher na América Latina e no Caribe, também em janeiro de 2020, em Santiago (Chile). Adicionalmente, o relatório destaca a contribuição dos diálogos intergeracionais organizados nos primeiros meses de 2020 pelo UNICEF e seus parceiros em diversos países, incluindo Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá e Peru, conforme documentado pelo UNICEF em 2021(UNICEF, 2021)¹.

O relatório do UNICEF destaca que as transformações significativas na região, particularmente impulsionadas pelo avanço da globalização neoliberal e tecnológica, em muitos casos intensificaram os desafios já existentes para as meninas, tal como a gravidez

¹ UNICEF América Latina e o Caribe: www.unicef.org/lac

na infância e adolescência, o casamento e uniões precoces, tornando-os ainda mais intrincados e manifestando-se de maneiras novas e diversas. Simultaneamente, emergiram novas preocupações, como a justiça climática e o assédio nas redes sociais, que estão cada vez mais impactando a vida das meninas na América Latina e Caribe. O relatório também ressalta que as lutas conduzidas por diversos movimentos sociais, incluindo os feministas, LGBTQIA+, pelos direitos raciais, e em prol dos povos indígenas e das pessoas com deficiência, têm revelado as múltiplas facetas e nuances desses problemas. Essas manifestações variadas são influenciadas pelas distintas identidades das pessoas e pelos fatores e mecanismos discriminatórios que as afetam (UNICEF, 2021).

Para além do parecer geral dos problemas acima relacionados, devemos lembrar que existe um relatório específico que traz o “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil 2021/2023”² realizado pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O documento escancara a violência que nossos jovens sofrem todos os dias. No período entre 2021 e 2023, foram contabilizadas 15.101 vítimas letais de Mortes Violentas Intencionais (MVI) e 164.199 vítimas de estupro e estupro de vulnerável entre 0 e 19 anos. Estes dados revelam o quanto ainda é necessário ter um olhar apurado sobre as crianças e jovens em nosso país, tentando compreender suas realidades, de tal forma que se proponha algum tipo de mudança efetiva. Este relatório traz também algumas recomendações para diminuir a violência, entre elas destacamos:

- a) Pautar e enfrentar o racismo estrutural – é urgente pautar o racismo estrutural nos diálogos com o sistema de proteção contra crianças e adolescentes, notadamente junto ao sistema de justiça e segurança pública. Enfrentar o racismo estrutural é parte fundamental do esforço de não justificar e não banalizar a violência, e do controle do uso da força pelas polícias junto à população negra;
- b) Compreender e enfrentar o fenômeno da violência doméstica contra as crianças – investir na produção de conhecimento sobre as interseções entre a violência doméstica contra mulheres e crianças, incluindo o impacto da violência doméstica contra mulheres no desenvolvimento de crianças e adolescentes, produzindo subsídios para avanços em

² Relatório disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-2021-2023>

políticas que integrem essas perspectivas na prevenção e na resposta aos casos, inclusive com ações que incidam em mudanças de comportamento;

c) Enfrentar normas restritivas e discriminatórias de gênero, com destaque para o trabalho com as famílias nos diferentes serviços e para o papel da escola – serviços que atuam com crianças e adolescentes e famílias têm papel fundamental para o enfrentamento de padrões restritivos de gênero, que fazem com que meninos sejam socializados para se identificarem com e reproduzirem práticas violentas (masculinidades tóxicas) e meninas sejam socializadas no marco de uma objetificação do corpo feminino e de relações de poder desiguais, que são parte do fenômeno da violência sexual. As escolas têm um papel fundamental nesse sentido, sobretudo no trabalho com as famílias, pois é fundamental desconstruir esses estereótipos (UNICEF, 2024).

Quadro 1: Prioridades de Meninas da América Latina e Caribe, de acordo com o relatório apresentado pela UNICEF do ano de 2021

1)	As meninas e adolescentes querem viver sem violência: as meninas dizem “chega de violência e exploração sexual”; exigem poder para andarem tranquilas e seguras pelas ruas; querem o fim da impunidade de abusadores e dos que as maltratam; e querem crescer e viver sem medo;
2)	As meninas e adolescentes, e ainda mais as afrodescendentes, pedem que não sejam objetificadas e sexualizadas;
3)	As meninas e adolescentes querem ser tratadas sem discriminação: elas querem que seus direitos sejam respeitados e que sejam tratadas com igualdade em seus lares e comunidades; e querem educação igualitária;
4)	As meninas e adolescentes querem ter acesso à educação sexual abrangente e querem o poder para decidir sobre seus corpos;
5)	As meninas e adolescentes querem participar e decidir sobre as questões que lhes dizem respeito;
6)	As meninas e adolescentes precisam de justiça climática para viver e crescer. As meninas e adolescentes devem ter visibilidade nas estatísticas.

Fonte: UNICEF (2021)

A igualdade de gênero encontra-se entre os 17 objetivos mencionados pelo pacto global acordado em 2015, pelos representantes dos países da Organização das Nações Unidas (ONU) para o cumprimento da Agenda 2030. Segundo o Instituto Aurora (2020)³ o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS5) trata da igualdade de gênero e do empoderamento de todas as meninas e mulheres e defende que, sem essa equidade, os demais objetivos não serão alcançados, uma vez que a igualdade de gênero é um dos

³³ Disponível em:

https://institutoaurora.org/odsigualdadedegenero/?gclid=CjwKCAiAjrArBhAWEiwA2qW dCG7wkMF zzeIoKTDnpJ3UvE6TBcx8ge9023Ojg5G8ifVOw7f8aWzRoCPxcQAvD_BwE

pilares para um mundo mais sustentável e igualitário. Indaga-se como dar conta deste propósito, considerando as complexidades e transversalidades que existem quando o assunto é disparidade de gênero? As nove metas nas quais o ODS 5 se desdobram procuram envolver as dimensões mais relevantes desta questão, passando por temas como violência, discriminação, reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado, políticas de redução das desigualdades de gênero, entre outros (Instituto Aurora, 2020).

Figura 1: Apresentação visual dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU



Fonte: Site do IDIS⁴

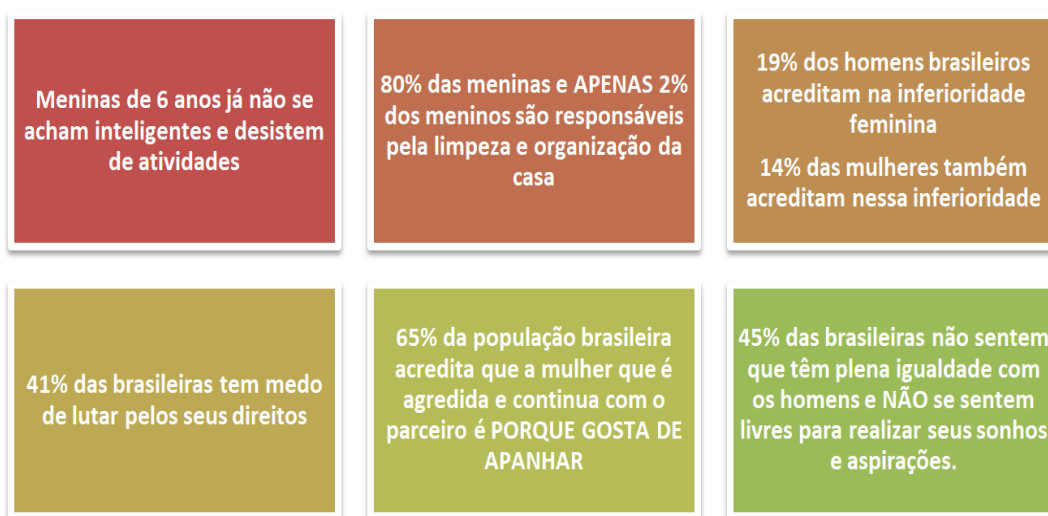
Na Agenda de 2023 estão contempladas iniciativas abrangendo a erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades e diversas outras temáticas. Algumas dessas questões demandam ações por parte de governos e grandes empresas globais, enquanto outras propostas são mais específicas, focalizando-se nas comunidades locais e considerando as particularidades de cada região do mundo. A COP30 está prevista para acontecer em Belém (PA – Brasil) em 2025, e por isso mesmo têm-se visto uma preocupação de ONGs e do próprio governo em atingir tais metas. No Brasil, inclusive a socióloga e primeira dama Rosângela da Silva, conhecida por Janja, tem trabalhado e discutido sobre a ODS 5, especialmente na busca por equidade de gênero em suas redes sociais e palestras.

É sabido que no Brasil, apesar dos avanços, as meninas e mulheres brasileiras ainda sofrem diversos desafios para que as disparidades de gênero deixem de existir. Em pesquisa recente realizada pelo Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria

⁴ Disponível em: https://www.idis.org.br/o-que-sao-ods-e-o-que-eles-tem-a-ver-com-impacto-social/?gad_source=1&gclid=

Estratégica (IPEC, 2022) encomendada pelo Unicef, observou-se que mais de 11% de crianças e jovens brasileiros estão fora da escola, representando um total de dois milhões de meninos e meninas sem atividades escolares por diversos motivos, dentre eles a necessidade de trabalhar, gravidez na adolescência, entre outros. Além disso, podemos ressaltar que 21% dos jovens já pensaram em desistir de estudar, muitos por dificuldades, mas a maioria por desinteresse. Neste sentido, a escola precisa se tornar um local seguro, mais interessante e importante para os jovens.

Quadro 2: Apontamentos importantes da Pesquisa sobre diferença de gênero apresentada pela ONU Mulheres (2020)



Fonte: ONU mulheres⁵

Não é só no ambiente escolar que podemos ver que a desigualdade de gênero interfere na vida, e não só das mulheres, mas de toda a sociedade. Quanto mais desenvolvida é uma sociedade, com acesso em saúde, escola, cultura e trabalho, mais equitária será esta sociedade. E um dos pontos importantes para essa sociedade igualitária é compreender como funcionam as redes de saber e poder, como são controlados e como podemos combater o machismo estrutural e outras desigualdades.

Cabe aqui, antes de aprofundar sobre a desigualdade de gênero, um apor sobre o termo igualdade e desigualdade, visto que esses conceitos são fundamentais para compreender a forma como as sociedades organizam suas relações e as lutas por equidade. No contexto social, igualdade refere-se à ideia de que todas as pessoas têm o

⁵ <https://www.onumulheres.org.br/>

mesmo valor e devem ter as mesmas oportunidades e direitos, independentemente de características individuais ou coletivas, como gênero, raça, classe ou orientação sexual. Remete à ideia de justiça universal e neutralidade, evocando uma sociedade ideal onde as diferenças não implicam privilégios ou discriminação. A noção de igualdade é abstrata e pode parecer utópica; é frequentemente utilizada em discursos políticos e sociais para simbolizar o que se almeja, mesmo que raramente seja plenamente alcançada. A desigualdade, por outro lado, refere-se às condições nas quais certos grupos ou indivíduos enfrentam barreiras sistemáticas que os impedem de acessar os mesmos direitos e recursos que outros. Gera um contraste direto com a igualdade, enfatizando a existência de disparidades concretas. Essa palavra carrega um peso crítico e é muitas vezes associada à injustiça, sendo usada para evidenciar as falhas estruturais e históricas que criam disparidades em diversos campos, como economia, educação, saúde e poder.

A desigualdade de gênero é a forma de desigualdade baseada no gênero, em que homens e mulheres (e outras identidades de gênero) não têm acesso equitativo aos mesmos direitos, oportunidades ou reconhecimento social. Essa expressão, em contextos acadêmicos ou ativistas, aponta para desequilíbrios em áreas como mercado de trabalho, violência, representação política e divisão do trabalho doméstico. Contudo, o termo também pode sofrer banalização, especialmente em contextos de uso superficial ou excessivamente genérico.

A banalização ocorre quando o termo "desigualdade de gênero" é utilizado de forma descontextualizada, perdendo seu impacto crítico. Isso pode acontecer em discursos que: a) minimizam sua importância; b) encaram o tema como irrelevante ou superado; c) reduzem sua complexidade; d) utilizam o termo sem abordar as interseccionalidades ou implicações estruturais; e) mercantilizam o discurso; e/ou f) empregam a pauta como recurso publicitário ou político sem comprometimento real com a causa. Ao ser banalizado o termo pode perder sua força como instrumento de denúncia e transformação social e passa a ser visto como um clichê, esvaziado de seu poder crítico. A escolha da palavra “banalização” denota a perda de valor ou seriedade, o que reflete o esvaziamento semântico de um conceito originalmente forte.

"Uma tendência preocupante nas sociedades contemporâneas é o deslocamento das lutas por redistribuição e transformação estrutural para demandas

simbólicas de reconhecimento, frequentemente desconectadas de compromissos reais com a justiça social" (Fraser, 2001).

Essa reflexão de Fraser (2001) conecta-se diretamente ao fenômeno descrito, em que o termo "desigualdade de gênero" pode ser usado de maneira descontextualizada, esvaziando seu potencial crítico e transformador, afinal as escolhas não são neutras; elas estruturam como percebemos e agimos sobre os problemas sociais. Tratar com seriedade a desigualdade de gênero significa recuperar o peso do termo, focando em ações concretas e abordagens críticas.

Desta feita, pretende-se elucidar que, mesmo com mais de seis décadas de discussões relacionadas às questões de gênero, este não é um conceito fechado e unânime, visto que até mesmo dentro dos movimentos feministas existem ainda muitas discussões, e, para além disso, na prática, o que se observa é que o tema não é trabalhado de forma adequada dentro das instituições escolares.

Para conseguir contemplar esta discussão com certa precisão é necessário projetar que os termos “diferenças”, “diversidade” e “pluralismo” são alguns dos mais despertados, debatidos e, ao mesmo tempo, contestados na atualidade. Questões sobre diferenças aparecem no centro de muitas discussões, inclusive dentro dos feminismos contemporâneos e nas discussões de gênero. No campo da educação, as questões de identidade e comunidade prevalecem nos debates (Brah, 2006).

Com base nesta perspectiva, as questões de gênero como compreendemos atualmente, é percebida como um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um denominador que cria significação para os contrastes percebidos em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. “Os arranjos de gênero colocados em prática na sociedade exercem uma força sobre toda nossa vida cotidiana”, criando formatos, conceitos e maneiras que atuam sobre nossos pensamentos e nossas ações (Lins, Machado e Escoura, 2016).

Butler apresenta em sua obra “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” (1990) conceitos diversificados de gênero quando comparados aos que se observava até então, ela claramente utiliza como instrumento de análise da realidade a crítica genealógica elaborada por Michel Foucault, presente em diversos livros

publicados pelo autor durante a década de 1970, entre eles: “Vigiar e punir” (1975), além do primeiro volume de “História da sexualidade”, intitulados “A vontade de saber” (2009a) e “Microfísica do poder” (1979), onde Foucault aborda mais detalhadamente o funcionamento dos mecanismos de poder (Firmino e Porchat, 2017).

De acordo com Firmino e Porchat (2017), gênero não é uma essência ou sequer uma construção social, mas sim uma produção do poder, tal como Judith Butler propôs inicialmente em “Problemas de Gênero” em 1990. A princípio, a matéria do feminismo tratava de discutir a identidade, mas a questão foi se expandindo para o gênero, até que finalmente, atingiu a própria noção de sujeito.

Considerando que o tema desta tese é educação escolar, equidade de gênero e adolescência, visando compreender e problematizar o que pensam os adolescentes de ensino médio sobre a desigualdade de gênero e como esta temática os afeta dentro e fora da escola, avaliando a ética, os modos de existência e subjetivações destes indivíduos no cotidiano escolar e nas redes sociais, observando quais práticas discursivas, não discursivas e de si são mobilizadas pelos jovens para o lido com os problemas advindos da desigualdade de gênero e dos sofrimentos provocados pela falta de equidade na construção de modos de existir do adolescente na contemporaneidade, utilizando tanto a pesquisa bibliográfica como a pesquisa de campo para a coleta de dados, torna-se necessário debruçar-nos um pouco mais sobre conceitos e métodos de pesquisa foucaultianos.

Teoricamente, esta investigação pauta-se na Genealogia da Ética, compreendida como o terceiro domínio, que trata das práticas de si, a qual vê o sujeito como o construtor ético e estético da própria vida. Ao abordar as tecnologias de si, o olhar de Foucault recai sobre a figura do sujeito, imerso em um conjunto de normas e valores que sustentam um sistema de produção material, assim como as formas de constituição da subjetividade, das formas de resistência ou de adaptação aos mecanismos disciplinares. Tal noção encontra-se, por conseguinte, ligada à natureza da experiência, que Foucault (2004) define em função da correlação entre o saber, a normatividade e a subjetividade, sendo influenciada por tais variáveis. Situar uma tecnologia, nesse sentido, não pode ser feito sem se pensar em como essas variáveis são constituídas historicamente e como participam das formas de controle. Pode-se pensar em como cada tecnologia inscreve-se na tensão entre saberes, relações de poder e modos de subjetivação – particular a cada cultura e a cada momento

histórico – em como produzem efeitos em novas formas de simbolizar, controlam preferências estéticas e, em última instância, influenciam as formas de [alguém] constituir a si mesmo (Assunção e Jorge 2014).

Para nos auxiliar na investigação, utilizamos, tanto para abordagem da amostra dos respondentes nas redes sociais, quanto no grupo focal⁶ da pesquisa de campo (composta por grupos de quatro a seis discentes de escolas públicas de uma cidade do interior do estado de São Paulo), a *escreileitura*⁷ de gêneros textuais diversos que estiverem presentes nos suportes frequentados pelos jovens, ou seja, aforismos literários ou publicitários, artigos de opinião, *best seller* preferido ou comentado, games e etc., baseando-nos em trabalhos e pesquisas desenvolvidas por Momesso (2020, 2020a, 2024). Compreende-se que os textos verbais ou não verbais reproduzidos ou produzidos pelos adolescentes configuram-se como materialidade discursiva para analisarmos as práticas ou tecnologias de si utilizadas por eles na construção de suas subjetividades. Dizendo de outro modo, o sujeito se constitui historicamente e ocupa uma determinada posição social em determinado tempo por meio da/na linguagem ou por meio do/no discurso.

Segundo Foucault,

“(...) o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (Foucault, 2004, p. 276).

Uma das práticas de si estudadas por Foucault na Antiguidade ampara-se na escrita ou na oralidade (decodificação, reflexão, meditação etc.) e na leitura realizadas de forma consciente ou apenas como hábito ou reprodução automática, a maneira do “*CTRL+C (copia) → CTRL+V (cola)*” tão presente no cotidiano das redes sociais da contemporaneidade, em que jovens se identificam, por exemplo, com uma frase de alguém considerado popular em seu meio e para pertencer ao grupo, o jovem repete o dizer do outro, como ocorre com os aforismos literários ou fórmulas discursivas na publicidade.

⁶ Grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico, sugerido por um pesquisador.

⁷ A palavra *escreileitura* é um neologismo formado pela justaposição das palavras ‘escrita e leitura’, cunhado por Gilot em 1992. Entretanto o termo foi desenvolvido por Momesso para compreender um eixo que movimenta engrenagens simultâneas, pois ao mesmo tempo que se lê, sua interpretação funciona como uma escrita em sua mente e ambas se movimentam para fazer girar o processo de compreensão de sentido.

Logo, toma-se aqui a *escreitura* como uma metodologia ativa que envolve o pesquisador na análise de seu corpus e também para aplicá-la na abordagem com os respondentes da pesquisa no momento e da interação com eles, pois ela vai além da decodificação e da interpretação dos textos midiáticos, instigando o *escreitor* a compreender, fazer uma autoanálise e se posicionar criticamente no mundo. De uma maneira geral, pode-se argumentar que a *escreitura* é no âmbito das tecnologias da linguagem uma tecnologia assistiva, na medida em que a partir da leitura, da fala e da escrita – que são tecnologias que permitem comunicar ideias e ao sujeito em si se comunicar – serve como elemento mediador do processo de comunicação por exigir daquele que comunica a literacia e o domínio no uso da linguagem e das ferramentas a ela correlatas (Momesso, 2020a).

Desse modo, o desenvolvimento de metodologias ativas para o lido com a temática de gênero, a partir da noção de *escreitura*, por exemplo, pode facilitar e ajudar a compreender as desigualdades existentes, bem como, promover mudanças no processo de mediação comunicativa e pedagógica dentro e fora da escola. Além disso, as metodologias ativas podem ajudar a problematizar questões sensíveis e delicadas de serem trabalhadas dentro do ambiente escolar.

Nesta investigação, ao criar os grupos focais com alunos para as entrevistas e realizar a videogravação destes eventos, sugere-se que haverá o estímulo à reflexão deles, eles pensarão sobre o assunto e poderão formular respostas aos questionamentos. Posteriormente, com a edição do vídeo, pretendemos propor o uso de grupos focais juntamente com o vídeo editado para os professores usarem em suas aulas e em outros momentos, visando promover a discussão reflexiva sobre diferença de gênero tendo em vista aumentar a equidade de gênero dentro das salas de aula.

Desta feita, consideramos que, mesmo sem a construção de um livro físico, o fato de utilizarmos um vídeo produzido por e para os próprios alunos, pode ser considerado uma *escreitura*, como por exemplo, na prática pedagógica da *escreitura* literária experienciada e relatada por Momesso (2020a) no artigo “Educação Sexual pelo amor, realizando-se nas/pelas *escreituras* de diversas linguagens: projeto PQP”, em que se parte de uma crônica de Luís Fernando Veríssimo “Homem que é homem” como subsídio para se fazer uma *escreitura* literária e a atualização desta para problematizar a diversidade na escola. No artigo os discentes problematizaram a temática, elaboraram o roteiro do vídeo, captaram o material, organizaram e selecionaram as imagens, depois

editaram vídeo e áudio e, por fim, concluíram o vídeo⁸ como resultado de pensamento problematizador colaborativo sobre a temática, ou seja, produziram uma gamificação da *escreitura* literária.

Dado o exposto, pensa-se que nenhum ser pode se conhecer plenamente sem a autorreflexão e a autocrítica. A *escreitura* encontra-se, então, como uma forma de esclarecer as questões inter e intrapessoais, por permitir ao indivíduo observar a si mesmo e ao mundo em situações corriqueiras, ou até mesmo nos mais inusitados cenários. Atualmente é nítido que as formas de registro se alteraram, mas ainda são essenciais para a formação de uma identidade própria e de uma ética para nortear a existência. Desta mesma forma, os adolescentes vão constituindo sua(s) subjetividade(s) e modos de existência diversos, bem como angustiam-se e/ou envolvem-se em sofrimentos no trato com a equidade de gênero (Momesso, 2020a).

Ao analisar de que maneira as mídias (literárias e sociais) interferem e/ou transformam-se em tecnologias de si, constituindo o sujeito e gerando representações destas na sociedade, torna-se possível também propor a criação de mecanismos para promover a equidade e o entendimento sobre o gênero. A pedagogia emergente da gamificação aplicada no contexto escolar é possível e pode ser bem-sucedida. Como exemplo, cita-se a prática de *escreitura* literária formal, vista por muitos jovens como desagradável e, por vezes sem sentido, mas com a inserção das tecnologias somada aos procedimentos de reflexão e argumentação lógica, fazem com que os estudantes se mantenham atentos, interessados e concentrados sobre a temática e a solução de problemas para atualização da leitura. Pode-se acompanhar um trabalho que foi muito bem sucedido feito com o livro *Iracema* de José de Alencar, onde os jovens do ensino médio fizeram uma releitura, aplicação de questionários com os outros alunos e até um jogo chamado de “roleta das decisões”, onde pode-se participar ativamente das questões levantadas durante esta releitura do clássico⁹ (Momesso, 2020).

Todo esse processo constitui-se no que Foucault chamou de Ética da Existência, onde o sujeito repensa e reflete sobre a sua própria existência e a sua vivência no mundo. Além disso, propicia um ambiente mais acolhedor e menos polêmico, uma vez que essas situações venham a ocorrer com eles na escola. Trata-se de exercer um papel pedagógico

⁸ Ver o vídeo no link <https://www.gesteld.com/educacao-escolar>

⁹ <https://iracemaatual.webnode.page/familia/>

que ultrapassa os limites da sala de aula e, portanto, tem poder transformador sobre a vida e a concepção de si e de outros adolescentes, exercitando a empatia e a compaixão.

É por meio do discurso e no discurso que o homem se constrói enquanto sujeito, Foucault (2014) afirma, "o que constitui o interesse principal da vida e do trabalho é que eles lhe permitem tornar-se diferente do que você era no início. Se, ao começar a escrever um livro, você soubesse o que irá dizer no final, acredita que teria coragem de escrevê-lo? O que vale para a escrita e a relação amorosa vale também para a vida. Só vale a pena na medida em que se ignora como terminará" (Foucault, 2014).

Foucault nos convida a fazer um trabalho de investigação que não seja engessado nos paradigmas metodológicos ou na reprodução teórica engessada, o método e a teoria para o pensador "a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática" (Foucault, 1979, p. 71).

O trabalho investigativo tal como uma prática, não pode ser tomado no sentido literal do termo ou no senso comum, pois para Foucault (2008, p.52) "caracteriza a própria prática discursiva; (...) não uma configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade." O método arqueológico "não trata de interpretar o discurso para fazer através dele uma história do referente" (Foucault, 2008, p.53). Por exemplo, Foucault afirma que na história da loucura não quis saber quem era o louco em determinado tempo, o que incidia a sua loucura, se esta era idêntica a loucura do momento presente, pois o pesquisador não procurava reconstituir o que podia ser a própria loucura, uma vez que não deve "*neutralizar o discurso*, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria" (Foucault, 2008, p.53).

A presente tese de doutoramento também utilizará a Análise de Discurso foucaultianas como instrumento para examinar as falas e respostas dos alunos em todos os momentos de interação, buscando atualizar a percepção destes jovens sobre as questões de gênero dentro da realidade e no tempo histórico que estão inseridos, conhecer as condições de possibilidade de produção discursivas, de circulação e de recepção sobre a equidade de gênero pensadas e vivenciadas por adolescentes, apresentando, portanto, o

potencial de impactar profundamente a sociedade ao contribuir para o avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 5, que tratam, respectivamente, da garantia de uma educação de qualidade inclusiva, equitativa e promotora de oportunidades ao longo da vida, e da promoção da igualdade de gênero.

Ao abordar questões cruciais como o acesso universal ao ensino e a eliminação de barreiras estruturais que perpetuam desigualdades de gênero no ambiente educacional e profissional, esta pesquisa oferece subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Ademais, os resultados obtidos podem fomentar mudanças culturais e institucionais, ampliando a participação e o protagonismo de mulheres e grupos sub-representados nos espaços de tomada de decisão, garantindo que a educação funcione como um catalisador para a equidade de gênero e social.

1.1 Objetivo geral

Objetiva-se compreender e problematizar o que pensam os adolescentes de ensino médio (entre 14 e 19 anos) usuários de redes sociais populares sobre a desigualdade de gênero e como está temática os afeta dentro e fora da escola, observando quais práticas discursivas, não discursivas e de si são mobilizadas pelos jovens para o lido com os problemas advindos da desigualdade de gênero e dos sofrimentos provocados pela falta de equidade na construção de modos de existir do adolescente na contemporaneidade.

1.2 Objetivos específicos

- 1) Realizar o levantamento e revisão bibliográfica sobre o tema desigualdade de gênero e compor o arquivo discursivo com textos e gêneros textuais em ambiente escolar e virtual com adolescentes. Posteriormente, analisar discursivamente sob a perspectiva foucaultiana o arquivo de discursos;
- 2) Problematizar a temática da desigualdade de gênero, para se pensar em uma educação sexual e uma educação do cuidado de si com vistas à promoção de uma ética da existência

que propicie o desenvolvimento de jovens protagonistas de suas escolhas de vida através da técnica de grupo focal *in loco*;

3) Delinear um projeto de ações educativas envolvendo as novas tecnologias para formação de professores e adolescentes, no qual se possa oferecer estratégias de *escreituras* diversas que conduzam a uma educação do cuidado de si na promoção de uma sociedade equitária e mais humana.

1.3 Justificativa e Delimitação

O presente estudo justifica-se na necessidade atual de se pensar no âmbito da sociedade e da Educação Brasileira perspectivas de ensino adequadas à realidade e ao contexto local de populações tradicionalmente marginalizadas, bem como promover competências e habilidades para a formação humana, ética e cidadã na promoção de um mundo mais equitário. Ao conhecer e utilizar ferramentas digitais, de comunicação, de produções multissemióticas, multimidiáticas e transmidiáticas, de circulação e de veiculação de discursos usadas pelos jovens no mundo digital, há a possibilidade de se verificar como nossos jovens tornam-se ou não protagonistas de suas escolhas de vida.

Foucault (2008) problematiza em sua obra “A Arqueologia do Saber” que devemos observar as condições de emergência e de possibilidade de enunciados produzidos a partir de um acontecimento, no caso tomamos como objeto de análise os enunciados que formam os discursos sobre a desigualdade de gênero e a equidade de gênero em dois campos sociais e culturais que se interseccionam o das redes sociais e o da escola, os quais são frequentados pelos jovens, um de maneira informal e outro de modo formal e sistemático, mas ambos formam e educam por meio de seus discursos. Assim, a noção de enunciado liga-se a uma rede entre o próprio enunciado e outros que se entrecruzam, pois o enunciado em sua função vertical “cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2008, p. 98). Isto equivale a dizer que o enunciado está situado em relação a um lugar sócio-histórico de um sujeito. Assim, o que compreendemos por arquivo é “o sistema que rege o acontecimento dos enunciados como acontecimentos singulares (...) é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria” (Foucault, 2008 p. 147-148).

Para que esta investigação possa compreender o que os jovens adolescentes de ensino médio pensam sobre a desigualdade de gênero, entendemos que devemos observar as condições de possibilidade discursiva, de circulação e de recepção sobre acontecimento da desigualdade de gênero em seu lugar histórico, espaço e ambiente cultural e social. Dessa maneira, designamos para as investigações *in loco*, ou seja, dentro do ambiente escolar, uma Escola pública Estadual de uma cidade do interior do estado de São Paulo. No entanto, nossa pesquisa também abarcou o ambiente virtual de espaço midiático das redes sociais que esses jovens frequentam e interagem disponibilizados pela própria escola (Instagram[®], Facebook[®]).

A escola é uma instituição social fundamental, concebida como um espaço formal de aprendizagem, socialização e construção do conhecimento. Mais do que transmitir conteúdos, a escola desempenha um papel estruturante nos modos de pensar, agir e interagir dos estudantes com o mundo. Assim, a educação escolar, em contraste com outras formas de educação (como a familiar ou comunitária), é sistematizada, intencional e organizada em torno de currículos e métodos pedagógicos.

Foucault concorda e evidencia as necessidades sobre a problematização do espaço escolar, revelando a importância da escolha em trabalhar dentro deste ambiente tão significativo, através da seguinte citação:

“[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996).

A escola, historicamente, reflete as tensões sociais e culturais de cada época, na modernidade, conforme destaca Edgar Morin (2000), ela tem o desafio de formar indivíduos capazes de lidar com a complexidade do mundo, superando a compartimentalização do saber. O autor argumenta que a educação precisa fomentar um pensamento que conecte diferentes disciplinas, questionando o reducionismo e o excesso de especialização. Segundo ele:

“É necessário aprender a contextualizar e globalizar, superar a fragmentação e integrar conhecimentos dispersos, pois o conhecimento pertinente é aquele que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e no conjunto ao qual pertence” (Morin, 2000).

Por outro lado, Byung-Chul Han, em obras como “Sociedade do Cansaço” (2015), critica a forma como a educação escolar tem se alinhado à lógica neoliberal, priorizando desempenho, produtividade e resultados mensuráveis. Han (2015) alerta que essa abordagem pode transformar o ato de aprender em um exercício vazio de repetição e competição, distanciado de reflexões profundas e do cultivo do pensamento crítico:

"Hoje, o indivíduo é pressionado a ser um empresário de si mesmo, constantemente aprimorando suas habilidades para se manter competitivo, o que também esgota o sentido mais humano da educação" (Han, 2015).

As concepções de escola e educação escolar têm impactos diretos na formação do pensamento e das atitudes dos estudantes. Se o ensino for excessivamente segmentado e técnico, pode produzir indivíduos incapazes de compreender a interconexão dos problemas globais, agindo de forma isolada e mecânica, por outro lado, uma escola que valorize a complexidade e o pensamento crítico, como sugere Morin (2000), ajuda a formar estudantes mais preparados para enfrentar desafios éticos, sociais e ambientais, conectando saberes e práticas. Com isso, Han (2015), reforça a ideia de que, em vez de apenas acumular informações, a escola deveria criar ressonâncias, no sentido de produzir experiências significativas que transformem a relação dos alunos com o mundo, gerando reflexões mais profundas e autonomia intelectual.

A escola, enquanto espaço de construção cultural, molda tanto as capacidades cognitivas quanto as atitudes éticas e práticas dos estudantes. Incorporar a perspectiva de Morin e Han implica repensar os objetivos da educação escolar para que ela seja um espaço de emancipação, onde o pensar e o agir sejam orientados pela integração, pela reflexão crítica e pela resistência ao conformismo imposto pelas lógicas de mercado.

Já para Michel Foucault, a escola é um dos dispositivos centrais de saber e poder na modernidade. Em sua análise, as instituições, incluindo a escola, são meios pelos quais as sociedades exercem controle sobre os indivíduos, moldando comportamentos, saberes e subjetividades. Essa perspectiva está amplamente ligada ao conceito de biopoder, no qual o poder se manifesta não apenas por coerção, mas pela organização e controle da vida cotidiana. Foucault argumenta que a escola, como outras instituições modernas, funciona como um dispositivo disciplinar. Em “Vigiar e Punir” (1975), ele descreve como a disciplina é exercida através de práticas que organizam o tempo e o espaço (o horário escolar e a divisão do dia em aulas disciplinam os indivíduos, criando uma rotina

previsível e controlada), e também os corpos (através do controle dos corpos: posturas corporais, filas, silêncio e outras normas regulam as interações e a expressão física dos estudantes e a relação entre professores e alunos) que se baseia em uma estrutura hierárquica onde a vigilância constante, direta ou indireta, assegura a conformidade às regras. Segundo Foucault:

“A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício” (Foucault, 1975).

Além de disciplinar, a escola é um lugar onde saberes são produzidos e legitimados. Para Foucault (1975), o saber não é neutro: ele está intrinsecamente ligado ao poder. A escola, ao definir quais conhecimentos são ensinados e como são organizados, contribui para a construção de verdades que refletem e reforçam relações de poder. A escolha do que é ensinado – e o que é omitido – reflete interesses sociais e políticos, além disto a escola não apenas transmite conteúdos, mas também forma indivíduos que se percebem e se comportam conforme os padrões normativos da sociedade.

Sob a ótica de Foucault (1996), a escola é um espaço onde saber e poder se entrelaçam, configurando tanto os indivíduos quanto as relações sociais. Ela não é apenas um lugar de transmissão de conhecimento, mas também de disciplina e normalização, desempenhando um papel crucial na formação de subjetividades que atendem às necessidades da ordem social. Essa análise nos convida a refletir criticamente sobre como a escola pode ir além de ser um instrumento de controle, tornando-se um espaço para a autonomia e a transformação social. Foucault destaca que o poder nunca é absoluto; ele sempre encontra formas de resistência. Nesse sentido, a escola é um campo de tensões entre conformidade e emancipação.

A pesquisa presentifica-se consoante aos currículos escolares incentivados pela implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do novo ensino médio, os quais orientam para o desenvolvimento do pensar crítico e para compreensão e análise mais aprofundadas e sistemáticas do funcionamento das diferentes linguagens que compõem as práticas discursivas que moldam a nossa compreensão, interpretação e atuação na realidade que nos cerca. Somado a isso, a investigação procura estar em

sintonia com as políticas públicas relacionadas às questões de desigualdade de gênero, tradicionalmente silenciadas nos currículos, a partir da escolha seletiva das temáticas transversais, que podem ou não ser exploradas nos projetos pedagógicos de cada escola e/ou turma do Ensino Médio.

Esta pesquisa não pretende levantar um debate sobre o “Novo Ensino Médio” visto que este tema tem muitas ramificações políticas e ideológicas, mas é necessário contextualizar e posicionar-se criticamente. A reforma do Novo Ensino Médio, aprovada em 2016, trouxe como principal mudança a divisão das horas-aula entre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os itinerários formativos, matérias à parte que seriam de escolha do estudante. Das 3 mil horas ao longo dos três anos de Ensino Médio, 1.800 seriam da BNCC – matérias como sociologia, matemática, geografia e química – e as 1.200 restantes deveriam ser compostas com matérias optativas. Entretanto vários pesquisadores concordam que, para a educação pública, esse modelo ainda se mostra desastroso. Fernando Cássio (2024), professor da Faculdade de Educação da USP, explica que há grande desigualdade entre o número de matrículas das escolas públicas e particulares no Ensino Médio: “88% das matrículas do Ensino Médio estão na escola pública, então é importante a gente olhar para esse dado com foco na escola pública”, é difícil pensar numa grande reforma de flexibilização curricular, com a promessa de atrair de volta estudantes para a escola, sem que haja um aumento definitivo do investimento em educação pública: “a gente tem um desenho de um sistema de educação universal, gratuito e público, de ampla cobertura, mas que não tem professores suficientes, sala de aulas suficientes”. Além disto a evasão escolar está mais relacionada com a falta de condições econômicas dos alunos mais pobres e dificuldades sociais ao redor da escola do que propriamente na composição curricular. “A justificativa que os reformadores encontraram em 2016 para justificar a reforma era que os jovens não ficam na escola, porque a escola é chata, é muito ultrapassada, um monte de clichês empilhados que conformam um discurso inclusive moral, porque já coloca as pessoas que vão criticar esse tipo de modelo como se fossem elas as reacionárias”, conta o docente. (J. Perossi e Fernando Cassio)¹⁰

¹⁰ <https://jornal.usp.br/radio-usp/itinerarios-formativos-impactaram-negativamente-educacao-publica-no-brasil/>

Assim, uma das principais inovações do Novo Ensino Médio (NEM), que é a escolha de itinerários formativos pelos estudantes, divididos em áreas como Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional, depende da capacidade das escolas, o que aprofunda certas desigualdades regionais e socioeconômicas. Além disso, o NEM introduz uma forte ênfase na formação técnica e profissional, o que, embora possa atender à demanda do mercado de trabalho, muitas vezes reduz a formação crítica e humanística dos estudantes. Han (2015), alerta sobre os riscos de uma educação voltada exclusivamente para o desempenho e produtividade, que transforma o indivíduo em "um produto de si mesmo", adaptado às exigências do mercado, mas desconectado de reflexões éticas e culturais mais amplas. Outra crítica ao NEM foi a falta de participação na formulação das reformas, muitos educadores, estudantes e especialistas apontam que a implementação do NEM ocorreu sem um debate amplo e democrático com a sociedade. Paulo Freire, em "Pedagogia do Oprimido" (1968), enfatiza que mudanças educacionais devem emergir de um diálogo entre todos os envolvidos no processo educativo, garantindo que as reformas respondam às necessidades reais da comunidade escolar.

O Novo Ensino Médio apresenta desafios significativos que comprometem sua proposta de flexibilização e modernização. Sob a ótica de autores como Freire, Morin e Han, o modelo atual parece reforçar desigualdades, priorizar demandas mercadológicas e desconsiderar a importância de uma formação integral e crítica. Repensar o NEM é essencial para que ele atenda às necessidades de uma sociedade plural e democrática.

Apesar das críticas, o NEM apresenta um aspecto positivo importante: a tentativa de colocar o estudante no centro do processo educativo, oferecendo mais espaço para que ele exerça autonomia e protagonismo em sua trajetória de aprendizagem. Uma das propostas mais significativas do novo programa é permitir que os jovens tenham mais escolhas e envolvimento no próprio percurso escolar, por meio dos itinerários formativos e da flexibilização curricular. Essa abordagem tenta romper com o modelo tradicional, muitas vezes visto como rígido e desmotivador. Destacamos aqui o protagonismo estudantil, nesta estrutura os estudantes podem escolher as áreas de maior afinidade ou que estejam alinhadas com seus projetos de vida, valorizando seus interesses e particularidades.

A motivação da pesquisa se faz pelo imperativo de compreender a importância da “vida virtual” dos jovens nas redes sociais e, soma-se isso, os recentes levantamentos de angústia de adolescentes e a forma como eles lidam com seus sentimentos, afetos, frustrações, por diversas vezes levando-os à depressão, síndrome do pânico, ansiedade, pensamentos suicidas, agressividade, entre outros. Nos últimos decênios, as alterações mais significativas na rotina diária surgiram a partir de transformações no âmbito da comunicação e da informática, notadamente com o surgimento da Internet e das redes sociais.

Ao considerar as mídias sociais como os principais agenciadores de subjetividades e, a partir da Internet, tornou-se fundamental abordá-las como objetos de estudo, de modo a contribuir na compreensão dos mecanismos e das capilarizações dos modos de existência produzidos nestes campos discursivos, bem como entender de que forma essas subjetividades lidam com a desigualdade de gênero e os conflitos próprios dos adolescentes e adultos em formação na atualidade.

A utilização de entrevistas de opinião desempenha um papel fundamental na compreensão das perspectivas e sentimentos das pessoas em relação a uma variedade de assuntos. Primeiramente, essa abordagem permite a coleta de dados contextuais e autênticos, pois as entrevistas são conduzidas em tempo real, refletindo as opiniões instantâneas dos jovens. Além disso, ao abordar os adolescentes em suas escolas, ambiente onde se sentem seguros, propiciará uma diversidade de vozes e perspectivas representadas, sendo eficaz para capturar opiniões de pessoas de diferentes origens e culturas, enriquecendo a compreensão dos temas em discussão.

Nas redes sociais mais populares existem dois tipos de vídeos curtos, os “*Bite-size*”, que são vídeos envolventes e que possuem no máximo 10 minutos, sempre focados em algum assunto específico e transmitindo uma mensagem em apenas um tópico. E os “*shorts*” ou “*reels*” que são vídeos editados para terem 60 segundos no máximo, que possuem um apelo popular muito grande entre os jovens. Por esse motivo, após as entrevistas e análises discursivas e acadêmicas, pretende-se transformar este material em um instrumento que possa fomentar a discussão e reflexão da temática com a comunidade escolar em geral.

A escola e todos os envolvidos na Educação mergulharam, quase do dia para a noite, num mundo digital, heterogêneo, híbrido em que a interação, a aprendizagem e o

contato humano passaram a ser mediados pelas telas dos computadores, celulares, *tablets*, entre outros. Essa mudança repentina do cotidiano escolar revela-se por um lado a grande conexão dos jovens com a internet e a importância desses para ajudar a inclusão no mundo digital de pais, avós e outros adultos. Por outro, deflagra-se as vulnerabilidades dos jovens que o acesso ao ambiente online impulsiona a reprodução das desigualdades sociais, culturais, econômicas e de gênero. O aumento do acesso à internet expõe e possibilita os jovens ao contato com conteúdos sensíveis e delicados, tais como, discriminações de toda ordem, em especial, de raça e gênero. Em relação ao gênero, comparando os meninos e meninas da mesma faixa etária, percebe-se conteúdo violento especialmente entre meninas, mais do que meninos (27% de meninas contra 17% dos meninos). O contato com formas de emagrecimento em demasia (21% contra 10%), tratamento ofensivo (31% contra 24%), além de solicitações de fotos ou vídeos de nudez (14% contra 8%) também ocorre mais substancialmente com as meninas (Pécora, 2020).

O progresso tecnológico na pós-modernidade resultou em melhorias nos meios e na forma como as pessoas se comunicam e compartilham informações por meio das mídias sociais. Anteriormente, a comunicação rápida se dava por meio de chamadas telefônicas, jornais impressos ou televisão. Atualmente, as informações circulam pelas mãos de cada indivíduo, possibilitando uma quase instantânea tomada de conhecimento sobre eventos ocorrendo ao redor do mundo. Esse alcance é generalizado, mas seu impacto é particularmente notável entre os jovens, que já nasceram imersos na pós-modernidade e na era da tecnologia avançada e comunicação instantânea. O uso frequente das mídias sociais, juntamente com suas incessantes notificações, está contribuindo para a criação de uma geração jovem hiperestimulada e hiperconectada, o que pode acarretar diversos desafios para a qualidade de vida mental desses indivíduos (Borges, 2021).

Diante desse cenário, a educação sexual e a educação para o cuidado de si tornam-se imprescindíveis. Mas como implementá-las?

Entende-se que essa investigação pode delinear as condições de possibilidade de produção, de circulação e de recepção das práticas discursivas e de si que constituem os modos de existência do jovem contemporâneo no ambiente *on-line* podendo responder à hipótese da pesquisa: “Como tornar nossos jovens autônomos e protagonistas de suas vidas, responsáveis por suas escolhas, respeitando os direitos individuais e coletivos, sabendo compreender e lidar com as visões de mundo diversas, com os conflitos de

interesse, preconceitos e modos de pensar para a produção de um mundo mais humanizado, equitativo, em especial, nos temas que envolvem a sexualidade, a subjetivação(ões), a equidade de gênero e os possíveis conflitos advindos que perpassam essa trajetória temática?”.

1.4 Metodologia

Este estudo adota duas abordagens metodológicas: a primeira, de caráter bibliográfico quantitativo e qualitativo atuou na busca ativa de artigos, teses, dissertações e livros contemplando o tema “desigualdade de gênero”, e com foco nos estudos discursivos foucaultianos (como abordado na Introdução deste relatório). A segunda abordagem incluiu a pesquisa de campo para a realização do grupo focal *in loco*, por meio de entrevistas com jovens entre 14 e 19 anos matriculados numa escola pública no interior paulistano (Quadro 3). A fim de aprofundar nosso entendimento em relação à essas escolhas metodológicas, é crucial refletir sobre essas abordagens, discernindo como na execução do trabalho investigativo elas delineiam seus respectivos objetivos e destacam suas singularidades, desempenhando um papel fundamental na condução abrangente desta pesquisa.

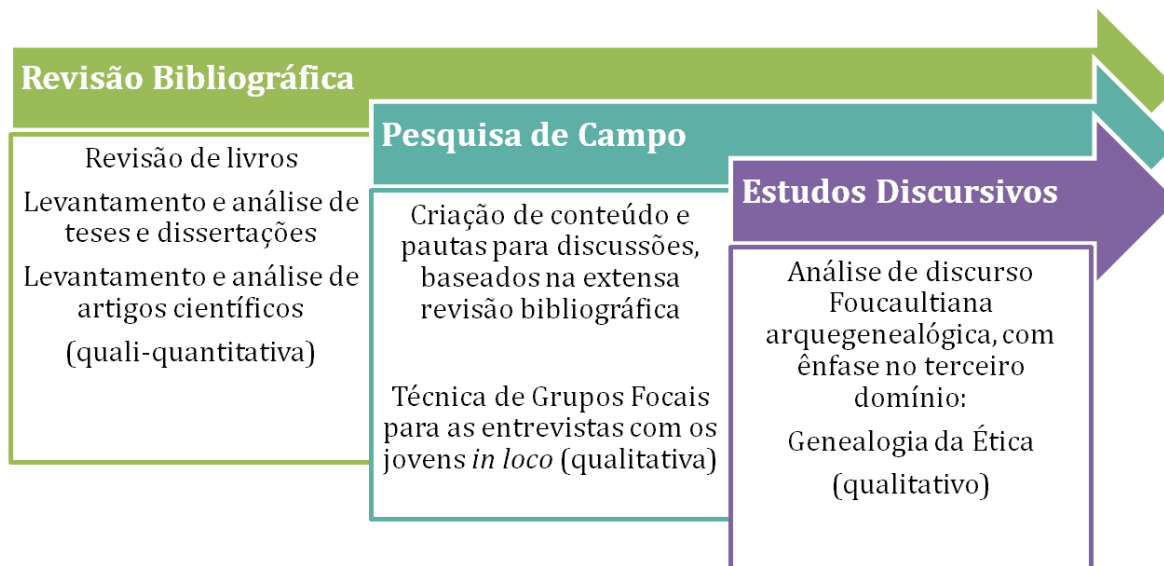
A pesquisa bibliográfica constitui uma faceta onipresente em todas as disciplinas científicas, e no âmbito da educação observa-se uma multiplicidade de estudos já publicados ou em fase de desenvolvimento. Neste sentido a pesquisa bibliográfica é essencialmente um procedimento de investigação voltado para a resolução, a resposta ou aprofundamento de questões que surgem no contexto do estudo de um fenômeno particular.

Conforme Sousa, Oliveira e Alves (2021) “a pesquisa científica pode ser conceituada como uma exploração sistemática de um tema específico, com o propósito de esclarecer aspectos relacionados ao objeto de estudo em questão”. Toda tese de doutorado deve ter sua base em uma extensa pesquisa bibliográfica, para fundamentar e comparar o que já se estudou ou está se estudando sobre a temática.

“[...] ocorre a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa

bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.” (Fonseca, 2002 apud Sousa, Oliveira e Alves, 2021).

Quadro 3: Diagrama da metodologia delineadas e utilizadas nesta pesquisa



Fonte: Elaboração própria

Para esta revisão de bibliografia optou-se por dividi-la em três seções: a primeira revisão da literatura sobre gênero com bases principalmente nos livros e estudos mais aprofundados, considerando as principais autoras de referência como: Simone de Beauvoir, Judith Butler e Angela Davis que são consideradas as bases teóricas. Além delas, tomamos os textos das cientistas brasileiras que estudam a temática, tais como: Guacira Louro, Margareth Rago e Mary Del Priore. O aprofundamento dos conceitos e discussões de cada uma delas e seus respectivos livros são tratados mais à frente na fundamentação teórica.

A segunda etapa do processo desta revisão constituiu-se na realização de pesquisa bibliográfica quali-quantitativa através da busca das teses e dissertações no banco de dados da CAPES¹¹ utilizando a palavra-chave “desigualdade de gênero”. Esta etapa proporcionou alcançar um panorama geral dos estudos sobre a temática no Brasil (Figuras 2, 3 e 4). Entretanto, faz-se necessário destacar alguns aspectos: observou-se um aumento

¹¹ Ver <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

considerável na quantidade de material publicado sobre a temática nos últimos anos, e notavelmente existe um crescente interesse pela desigualdade de gênero a partir de 2019, tanto nas universidades públicas federais, que são a maioria, quanto nas estaduais e particulares.

Nesse sentido damos início ao método denominado por Foucault de Arqueologia do Saber, ou seja, observar como campo epistemológico das ciências humanas, sociais e da divulgação científica constitui um saber sobre a desigualdade de gênero, procurando compreender “Como apareceu determinado discurso sobre a desigualdade de gênero e não outro discurso em seu lugar?”.

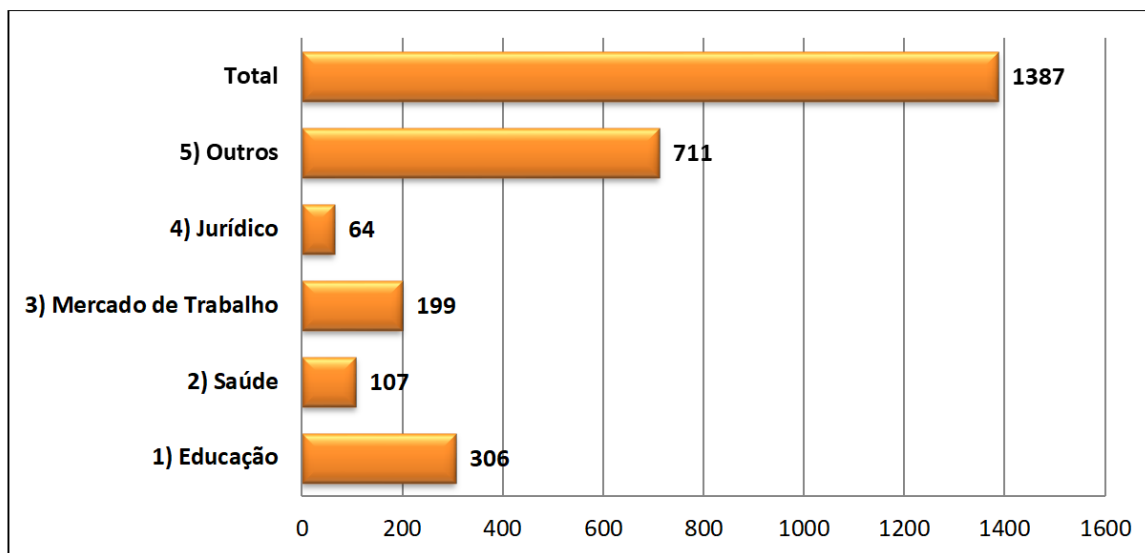
Para responder esta pergunta norteadora verificamos, nesse momento, como no campo das ciências humanas e sociais as práticas discursivas sobre o objeto de pesquisa emergem como acontecimento, e quais práticas formam determinado saber sobre esse objeto. Assim, tomamos a orientação foucaultiana para descrever o objeto de estudo:

“[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar signos para designar coisas. É esse ‘mais’ que os torna irreduzíveis à língua e ao discurso (parole). É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (Foucault, 2008, p. 55).

Na análise minuciosa das teses e dissertações, descartaram-se as investigações com os seguintes critérios: data de publicação anterior ao ano de 2015 e quando a palavra “desigualdade” ou “gênero” estavam fora do contexto que se pretendeu analisar, ou seja, o termo utilizado como gênero literário ou usado no sentido de desigualdade social, etc.. Desta forma, o material selecionado para análise perfaz um total de 1387 trabalhos (publicados entre 2015 e 2023), os quais foram classificados em cinco subgrupos, sendo: 1) Educação; 2) Saúde; 3) Mercado de Trabalho; 4) Jurídico; e 5) Outros. Por se tratar de uma temática multidisciplinar, onde geralmente a desigualdade de gênero está correlacionada à vários outros fatores e à grupos de interesse, nossa busca se concentrou apenas no grupo 1) Educação, chegando ao total de 103 teses e dissertações de maior interesse para esta investigação, as quais iremos averiguar com mais atenção logo em seguida. Para entender esta divisão que propusemos é preciso compreender o foco do problema de pesquisa: “compreender como a desigualdade de gênero é compreendida pelos jovens e como o “cuidado de si” e a “ética da existência” podem contribuir para a diminuição dessa desigualdade”. Vale ressaltar que, nesse primeiro momento, não

colocamos como critério na busca acima trabalhos específicos que utilizaram o método e os estudos foucaultiano, e sim trabalhos que abarcavam tanto as ciências humanas quanto as sociais.

Figura 2: Distribuição de teses e dissertações pesquisadas, de acordo com seus subgrupos de qualificação



Fonte: Elaboração própria

Acredita-se ser importante ressaltar nossas impressões durante todo este processo, porque nos permite algumas análises, como por exemplo: no subgrupo saúde, haviam 107 textos, percebemos uma diminuição dos estudos sobre HIV e gravidez na adolescência, mas, em contrapartida, notamos um aumento no direito sexual/reprodutivo, representado por temas como aborto e emancipação da mulher. Um tópico que infelizmente sofreu um aumento muito significativo mais recentemente foi o da violência obstétrica, um assunto que por dez anos quase não era tratado. É possível conjecturar que em períodos mais antigos este tipo de violência contra a mulher não fosse reconhecido e, portanto, não era nem pesquisado.

Já o subgrupo Jurídico, que albergou 64 trabalhos, se mostrou uma categoria com temas bastante abrangentes, o próprio tema aborto também esteve presente como discussão no âmbito legal, mas o que mais chamou a atenção foi o Direito Tributário sob a perspectiva de gênero, pois há regras diferentes na tributação quando se trata de homens e mulheres, fato esse pouco divulgado na mídia e conhecido no senso comum. Pesquisadores reconhecem um ônus fiscal mais grave na mulher, pela razão de ser mulher,

e sugerem propostas de tributação zerada de itens de higiene básica feminina, como absorventes, por exemplo (Casalino, Filho e Manzano, 2024).

Um dos temas de maior repercussão e presente na mídia em geral é o Mercado de trabalho, sendo compreensível este interesse, porque todas as pesquisas de âmbito nacional como o IBGE 2019 trazem a temática da desigualdade de gênero, desigualdade salarial e em cargos de chefia como um grande problema a ser solucionado. No relatório de 2019 há a presença de enunciados indicando tal fato: “apesar de mais instruídas, as mulheres ocupavam 37,4% dos cargos gerenciais e recebiam 77,7% do rendimento dos homens” (IBGE, 2019).

É possível observar inclusive o termo “teto de vidro”, que no ambiente corporativo refere-se a uma barreira invisível, mas real, que impede o avanço de certos grupos de pessoas (especialmente mulheres e minorias étnicas) em suas carreiras dentro de uma organização. Essa metáfora ilustra a ideia de que, assim como um teto de vidro é transparente e imperceptível, essa barreira muitas vezes não é evidente de maneira óbvia, mas ainda assim limita o progresso profissional desses grupos. Foram 199 pesquisas encontradas nesta temática, o que demonstra o interesse de pesquisadores e pesquisadoras para buscar a equidade de gênero no ambiente de trabalho.

Faz-se importante esclarecer o subgrupo “Outros”, porque temos 711 trabalhos incluídos nele. Na realidade, este grupo selecionou o que não se encaixava em nenhum outro grupo, por se tratar de uma temática multidisciplinar, muitos trabalhos têm mais de um campo de interesse. Ao mesmo tempo, percebe-se a quantidade de pesquisas com um olhar a partir da interseccionalidade, sendo muito importante que as pesquisas acompanhem as discussões teóricas sobre os conceitos de gênero não se restringindo à apenas poucos aspectos, face à complexidade do tema. Os temas principais eram “desigualdade na política”, “políticas públicas para diminuir a desigualdade”, “interseccionalidade entre gênero, raça e desigualdade social”, mas o tema que tem maior impacto neste grupo é a “violência contra a mulher”, perfazendo um total de 282 trabalhos.

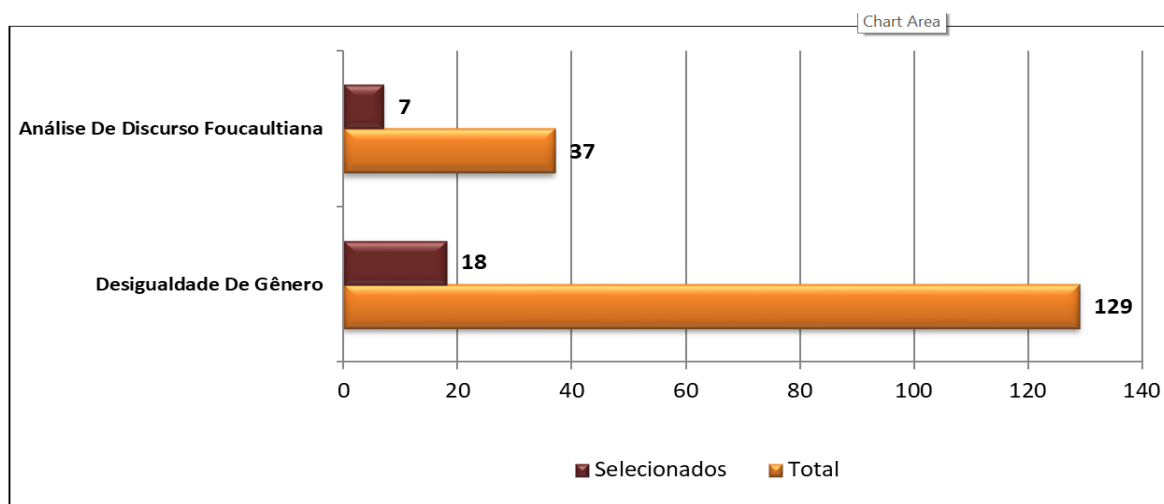
Em 2023, a publicação do anuário brasileiro de Segurança Pública compilou e analisou os dados referentes ao ano de 2022. Esses dados são produzidos a partir da análise de documentos oficiais do que é produzido por secretarias e pelas forças de segurança, apontando que todas as formas e modos de violência contra as mulheres infelizmente sofreram aumentos neste ano. Quando se fala de violência sexual, violência

patrimonial, violência psicológica, violência física, atentado contra a vida, é possível perceber o aumento de todas elas, as quais em números representam: o feminicídio cresceu 6,1%, ou seja, 1.437 mulheres assassinadas, crescendo também o homicídio doloso de mulheres; as denúncias de agressão perfizeram 245.000 delações de ameaças, ou seja, um aumento de 7,2% em relação ao ano anterior; o número de mulheres que telefonaram para o 190 (número de telefone de emergência da polícia no Brasil) relativo à questões do seu bem-estar e segurança e/ou da sua ameaça totalizaram quase 900.000 ligações em um ano, o que representa entre 100 a 102 ligações por hora realizadas por mulheres de todo o Brasil para pedir ajuda. É muito significativo trazer estes números oficiais para se ter uma ideia mais abrangente do quadro da situação da violência contra a mulher no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Ao voltarmos para a análise dos subgrupos, tratamos por último da Educação, subgrupo que contém 203 trabalhos no geral, com 103 trabalhos específicos sobre a temática de gênero nas escolas. Este também é um grupo bem grande, contendo pesquisas em todos os âmbitos escolares, desde o ensino fundamental até o universitário, trabalhando com crianças e jovens, assim como trabalhos com a equipe gestora e a formação dos professores. Destacam-se as pesquisas sobre a desigualdade entre homens e mulheres na docência e no acesso à educação superior, observam-se diversos trabalhos com foco na diminuição da desigualdade de gênero nas escolas, desde ensaios com a educação infantil até propostas de trabalho de grupos para auxiliar as mães para não abandonarem os estudos.

Por fim, na terceira etapa deste processo da pesquisa bibliográfica, realizamos a busca por artigos científicos publicados na plataforma do SciELO¹², utilizando, assim como nas procuras por teses de doutorado e dissertações de mestrado, a palavra-chave “desigualdade de gênero”. Essa fase permitiu observar um panorama geral dos estudos realizados nas universidades. Os artigos nos trazem as pesquisas mais recentes, as discussões mais relevantes e nos permitem interseccionalizar mais assuntos, por isso as buscas foram além de “desigualdade de gênero”, incluindo também a expressão “análise de discurso foucaultiana” (Figura 3) no âmbito escolar e social dos jovens, com foco na área da educação.

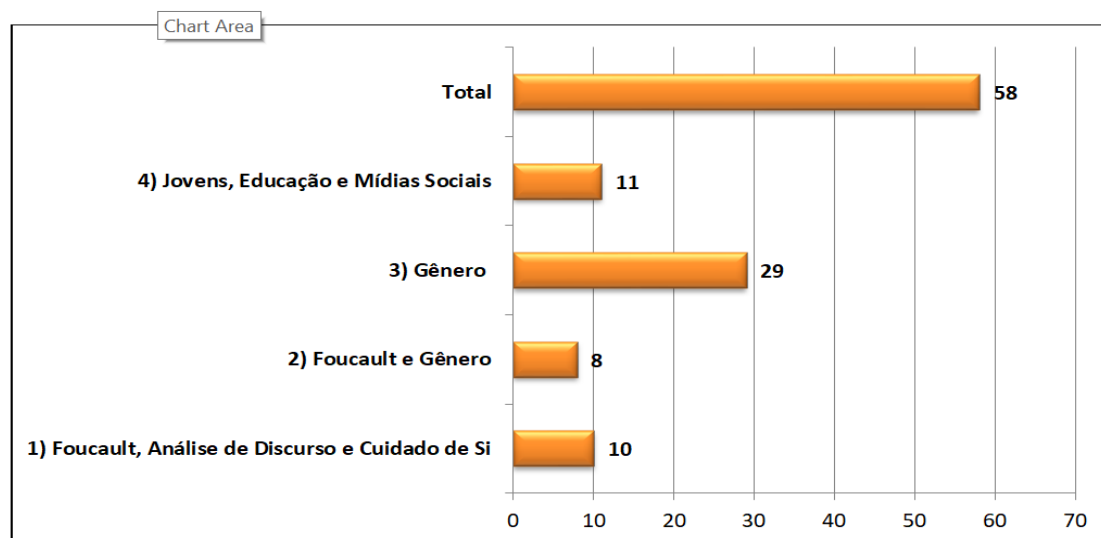
¹² Ver <https://search.scielo.org/>

Figura 3: Distribuição de artigos científicos selecionados na plataforma SciELO

Fonte: Elaboração própria

Ao iniciar as leituras dos artigos, percebeu-se, como apresentado na figura 3, que alguns não estavam realmente relacionados ao objeto de estudo dessa investigação e outros nos “apresentaram” artigos ou teses que tivemos que buscar e ler para conseguir um panorama mais geral da questão. Portanto, após o refinamento dessa nova busca, um total de 58 artigos foram selecionados e divididos novamente em quatro categorias de análise, sendo: 1) artigos relacionados à Foucault, Análise de Discurso e Cuidado de Si (10 artigos); 2) artigos relacionados à Foucault e Gênero (8 artigos); 3) artigos relacionados à Gênero (29 artigos). Ainda assim, percebeu-se a necessidade de ajustar a pesquisa para a questão dos jovens, o que resultou na categoria 4 artigos relacionados aos Jovens, Educação e Mídias Sociais, perfazendo um total de 11 arquivos como pode ser verificado na Figura 4.

Figura 4: Distribuição de artigos científicos pesquisados, de acordo com seus subgrupos de qualificação



Fonte: Elaboração própria

Metodologicamente, nossa pesquisa também foi inserida dentro de uma abordagem qualitativa por meio das pesquisas realizadas em campo, utilizando as mídias sociais de uma escola estadual do interior paulista e entrevistas com alunos para a obtenção de conhecimento sobre como ocorre a educação informal e sua relação com o objeto de investigação, como fonte direta de dados e fenômenos. Partindo da definição de pesquisa qualitativa como aquela que “[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (Lüdke e André, 1986, p. 13). A pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa que se concentra na compreensão aprofundada de características sociais, culturais e humanas, buscamos explorar e compreender as complexidades e nuances de um tópico, em lugar de simplesmente analisar os números coletados.

A etapa de coleta de dados da internet atrela-se à abordagem qualitativa por meio do acesso às contas dos alunos pelo Instagram[®] da escola pesquisada. Através da criação de conteúdos em redes sociais (Facebook[®], Instagram[®] e Twitter[®]) considerando sua adequação para a coleta de informações das pessoas, pode-se levantar e descrever suas ideias, planos, opiniões e etc. (Gil, 2019).

A coleta das informações da pesquisa de campo usadas nesta tese deu-se de três maneiras e em momentos distintos, estando detalhadamente descritas nos tópicos 4, 4.1, 4.2 e 4.3. Por agora é importante ressaltar que esta coleta não se deu da maneira planejada, em razão de diversos fatores, sendo o principal a não autorização “oficial” para a entrada da pesquisadora na escola e, com isso, o decaimento do tempo exclusivo para a realização dos grupos focais. De qualquer maneira, a pesquisadora modificou a sua experiência e conseguiu buscar os dados necessários para o desenvolvimento da tese.

Tendo isto em mente, no primeiro momento, onde foram selecionadas as contas das redes sociais para a análise, a coleta de dados deu-se através da conta de Instagram® da escola de forma extraoficial. O conteúdo da conta de Instagram® da escola refere-se à divulgação de eventos e acontecimentos dentro e fora da escola para a comunidade acadêmica e familiar, e portanto, possui majoritariamente como seguidores os pais, professores e alunos da instituição. Para esta pesquisa, entre fevereiro e agosto de 2024, foram selecionadas somente as contas dos alunos matriculados na escola, as demais contas foram excluídas desta investigação. Assim, dos 385 seguidores do Instagram® da escola pesquisada (que compreende também ex-alunos e seus familiares), selecionamos efetivamente, 115 alunos. A pesquisadora entrou na conta pública do Instagram da escola e observou seguidor por seguidor para excluir contas que não eram de alunos, isto foi possível porque, em outro momento, com os estudantes, foi-nos disponibilizada a lista de presença de todas as salas que participaram da pesquisa (adolescentes entre 15 e 18 anos, estudantes do ensino médio da escola pública pesquisada). Dessas 115 contas, 26 delas (22,6%) eram contas passivas, uma vez que estavam apenas sendo utilizadas por alunos que buscam ter acesso ao que é consumido na rede do Instagram®, não apresentando atividade alguma em seus perfis. Das 89 contas restantes, 63 possuíam perfil privado (70,7%) e 26 possuíam perfil público (29,3%) .

Da amostra de 115 contas, foram selecionadas apenas 26 contas abertas para a análise discursiva e para verificar se algum conteúdo postado ligava-se ao objeto da pesquisa “desigualdade de gênero”. No entanto, observou-se que nenhum texto ou imagem postadas nessas contas tratavam ou remetiam à temática “desigualdade de gênero”. Diante do exposto, pela escassez de discursos ligados ao objeto de investigação nas redes sociais, fez-se indispensável a escuta dos adolescentes sobre o que pensavam das redes sociais e como viam seu uso.

Neste segundo momento, a pesquisadora obteve autorização para entrar na escola e realizou grupos focais com um total de 23 alunos, entretanto usaremos a amostragem de apenas 16 alunos que trouxeram as autorizações. As entrevistas foram realizadas na escola durante o horário do intervalo no dia 14 de agosto de 2024, foram gravadas com o consentimento dos alunos e dos responsáveis, os quais assinaram os termos de consentimento e demais autorizações. Ao longo das entrevistas eram realizadas as seguintes perguntas: “Você usa as redes sociais? Quais redes sociais usa? Com que frequência? Você usa a rede social em algum momento para expressar suas opiniões ou ideias?”

E finalmente, no terceiro momento, a pesquisadora voltou à escola e conversou novamente com grupos de alunos, mas desta vez o foco de análise foi as falas dos adolescentes sobre como eles percebem a desigualdade de gênero em seu dia a dia, na escola ou em casa, por exemplo, e com o intuito de entender o que eles acreditam que possa ser feito para diminuir esta desigualdade e seus problemas decorrentes. Neste ponto, ocorrido no dia 08 de outubro de 2024, foram elaborados três grupos focais com o total de 12 alunos participantes, conforme descrito no tópico 4.3, e a pesquisadora fez as seguintes perguntas: “O que você entende por desigualdade de gênero? Como você sente a desigualdade no seu dia a dia, na sua vida cotidiana? E por fim, como você acredita que podemos diminuir a desigualdade de gênero no Brasil?”. Em alguns grupos foi necessário fazer novas perguntas para compreender o que eles gostariam de dizer, entretanto, sempre com o foco no que eles descreviam e sentiam como desigualdade de gênero. Em todos os grupos focais os alunos já estavam subdivididos em grupos de afinidade, e por esta razão, os grupos não possuíam o mesmo número de alunos, nem mesmo a faixa etária ou gênero análogos aos grupos realizados anteriormente. A Figura 4 apresenta o organograma das fases realizadas na pesquisa de campo.

Figura 5: Organograma da coleta de dados da Pesquisa de Campo no ambiente escolar de escola estadual localizada no interior do estado de São Paulo



Fonte: Elaboração própria

Durante a pesquisa de campo, a audiogravação como recurso metodológico na produção de material empírico é importante para o pesquisador, pois capta além da fala, como também os ruídos verbais e entonações projetadas pelos sujeitos da pesquisa, possibilitando uma análise mais sistemática dos discursos. Em pesquisas qualitativas, por exemplo, é fundamental que o pesquisador se pergunte se, diante de seu objeto e de seus

objetivos, seria mais adequado realizar observações sistemáticas, produzir um diário de campo manuscrito ou áudio gravado, realizar entrevistas (estruturadas ou não), fotografar, videografar e assim por diante. A resposta apropriada a essas questões definirá, em certa medida, a qualidade, o alcance, a adequabilidade e a viabilidade do material empírico coletado (Garcez, Duarte e Eisenberg, 2011).

Conforme apontado por Garcez, Duarte e Eisenberg (2011), a integração do som e das imagens em movimento pode ser instrumental para desvendar a intrincada rede de produção de significados e sentidos presentes em palavras, gestos e relações. Esse método facilita a compreensão das culturas infantis e a apreensão da essência das narrativas em jogo. A videogravação também se revela adequada para examinar fenômenos complexos, como a prática pedagógica, caracterizada pela vivacidade e dinamismo, sujeita a interferências simultâneas de múltiplas variáveis. Ainda nesta perspectiva, "a videogravação permite registrar, inclusive, acontecimentos fugazes e não-repetíveis que muito provavelmente escapariam a uma observação direta". A concepção de que o vídeo captura elementos além da fala foi crucial para abarcar precisamente os aspectos mais amplos. Além do dado exposto sobre a videogravação, estes servirão neste caso como elemento para fazer refletir, pois após a edição do vídeo este será apresentado aos alunos e professores como material para provocar reflexões, identificações e produção de subjetividade junto aos jovens, e também em redes sociais, onde observamos os comentários para análise (Garcez, Duarte e Eisenberg, 2011).

Ressalta-se que a análise empreendida no corpus baseia-se nos estudos discursivos foucaultiano e em seu domínio metodológico denominado arqueogenealógico. Esta abordagem é frequentemente tomada em pesquisas do campo epistemológico das ciências humanas e sociais, comumente, usando-se a expressão análise de discurso para analisar vários suportes de textos, discursos e práticas sociais, a fim de compreender como se dá a formação de domínios de saber a partir de práticas sociais, pois observando tal constituição formativa do saber pode-se perceber como as práticas sociais engendram "domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento" (Foucault, 2002, p.8).

Para atingirmos os domínios de saber do objeto de análise o primeiro passo a se fazer é a pesquisa histórica, para depois analisar os discursos, a qual leva em consideração os jogos estratégicos de ação, de reação, de pergunta e de resposta, de dominação, de esquivas e de resistência, em que o discurso enquanto conjunto regulador de fatos

linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro. Essa análise de discurso como jogo estratégico e polêmico é, a meu ver, um “segundo eixo de pesquisa” (Foucault, 2002, p.10).

Os estudos discursivos foucaultianos interessam-se pelas condições de existência e permanência dos discursos em um determinado momento e não em outro. Atentar para condições de possibilidade de existência trata de explorar como os discursos surgem, evoluem e se transformam ao longo do tempo, e como eles são afetados por fatores sociais, políticos e culturais. Além disso, a análise de discursos na perspectiva foucaultiana reconhece que os próprios discursos podem criar enunciados e relações, tornando-se atores na construção de significados e identidades, ideais para problematizarmos e respondermos nossas hipóteses de pesquisa: “Como tornar nossos jovens autônomos e protagonistas de suas vidas e responsáveis por suas escolhas?” “Como fazê-los respeitar os direitos individuais e coletivos para compreenderem e lidarem com as visões de mundo diversas e antagônicas, atravessadas por conflitos e preconceitos?” “O que pensam os jovens sobre a desigualdade de gênero, como esta os afeta e o que fazem a respeito dessa temática no cotidiano escolar e nas redes sociais?”.

Para que qualquer indivíduo se torne um sujeito autônomo e protagonista de sua existência, obviamente deve sentir-se seguro e consciente de suas ações, desejos e deve ser responsável por sua conduta, tal como definido nos últimos estudos de Foucault, denominado por “A genealogia da ética”.

Tal genealogia consiste em fazer uma história crítica e descontínua das práticas do sujeito em relação a si mesmo, práticas de si: todo um conjunto de exercícios, operações, elaborações que o sujeito faz sobre si mesmo, assentando-se em valores, enunciados, normas, estéticas, no esforço de constituir-se enquanto sujeito. Porém, não são práticas individualistas, egoístas, narcisistas, ao contrário são práticas sociais compartilhadas por sujeitos que vivem em determinado tempo, determinada cultura, em contato com seus artefatos (Prado Filho, 2019, p.2).

Muito comum vermos em discursos midiáticos, científicos e do senso comum que a autonomia, a responsabilidade centra-se no conhecimento, na consciência, enfim, na racionalidade, na objetividade, na clareza em relação aos valores, na adoção de postura assertiva, no aperfeiçoamento constante, mas não basta apenas conhecer-se, é necessário também saber conduzir-se, saber cuidar de si, ocupar-se consigo mesmo.

Para tratar da Genealogia da Ética devemos nos voltar para o terceiro eixo de pesquisa foucaultiano, o qual faz a abordagem do cuidado de si. Assim, nossas hipóteses

de pesquisa fundam-se em um questionamento: “Como o sujeito ocupa-se consigo mesmo, como se governa na relação com o outro frente aos desafios impostos pela desigualdade de gênero?”.

Os estudos de Foucault do terceiro eixo de pesquisa voltam-se para fazer uma história crítica e descontínua das práticas de si da antiguidade clássica até o cristianismo, ou seja, Foucault vai observar como os sujeitos em uma experiência histórica coletiva, em que todos os indivíduos estão ligados por um determinado tempo, cultura, tornam-se sujeitos por meio de práticas de si. Para tanto, o filósofo irá estudar a genealogia do sujeito moral e uma história da subjetividade na cultura grega (séc IV e II a.C.); a ética do cuidado de si na cultura romana (séc II a.C. e II d.C.); a ética cristã da hermenêutica do sujeito (séc IV e XVI – Medievo) e, por fim, a ética moderna da hermenêutica do desejo (séc. XVII).

A genealogia da ética foucaultiana é tomada aqui como norteadora do método investigativo, ressaltando-se que a genealogia não é uma metodologia fechada com indicações precisas, passos efetivos a serem seguidos, mas procuram nos ajudam a problematizar o objeto de pesquisa, sugerindo estratégias de abordagem, que nas palavras de Foucault são “regras de prudência”, como era considerada uma virtude para os gregos:

“(...) são regras de prudência, as regras de habilidade, as condições que fazem com que se deva dizer a verdade em tal momento, sob tal forma, em tais condições, a tal indivíduo, na medida e somente na medida em que se for capaz de recebê-la da melhor forma no momento em que estiver” (Foucault, 2004, p. 463-464).

Por exemplo, a *parrhesía* (falar francamente, falar a verdade) para o epicurista Filodermo é considerada uma arte (uma *tékne*), é uma prática de si, que se sustenta em argumentos plausíveis e sem rigidez, portanto, abre a possibilidade de levar em consideração a circunstância (*kairós*) e para tanto deve-se ter muitos cuidados, daí a prudência e a habilidade de saber a ocasião de intervir. O franco-falar do mestre incita seus discentes a algo, a animá-los a serem benevolentes uns com os outros pelo fato de também poderem falar francamente.

“A prática da palavra livre por parte do mestre deve ser tal que sirva de incitação, de suporte e de ocasião aos alunos que, também eles, terão a possibilidade, o direito, a obrigação de falar livremente. Palavra livre dos alunos aumentará entre eles a eúnoia (a benevolência) ou ainda a amizade” (Foucault, 2004, p.270).

Em cada momento histórico o homem cria tecnologias e práticas de si para se transformar, para mudar, para atingir um modo de ser. As metodologias ativas podem funcionar como uma prática de si, como jogos de verdade ou como palavra livre, ou como meditação ou como reflexão.

Nesse sentido, como metodologia ativa, nos assentamos na prática da *escrileitura* literária e em sua gamificação de acordo com o que já abordamos acima. Segundo Momesso (2020), a prática da *escrileitura* “[...] é também uma escritura, na medida em que o leitor repensa, reescreve, ressignifica, discute o que “leu”, assim, essa *escrileitura* é uma atividade privilegiada por trazer enriquecimento intelectual e cultural.”. Torna-se um dispositivo do cuidado de si para ajudar o *escrileitor* a construir-se enquanto sujeito ético, cidadão e participante de seu tempo. “[...] O *escrileitor* ao participar das entrevistas e posteriormente do vídeo e das reflexões que isso reverbera, entra em processo ativo de reflexão, maceração sobre o tema e à problemática lá colocada.”. Além disso, a prática da *escrileitura* pode levá-lo a um exame de consciência, de comparações, de reescrita da história, de imaginar-se no lugar do outro.

A prática da *escrileitura* tanto foi exercida pela pesquisadora, como também foi evocada nos grupos focais, na interação das redes sociais para incitar a palavra livre para conhecermos como o sujeito se constitui frente aos desafios da desigualdade de gênero.

2. PORQUE ESTUDAR GÊNERO?

Não é o objetivo aqui descobrir a data de criação deste termo, sua primeira utilização, seu autor ou a intenção por trás dele. Ao afirmar que há uma invenção desse gênero na contemporaneidade, a intenção é investigar sua emergência. A indagação central deste percurso metodológico é compreender por que esse discurso específico surge no presente momento e lugar, em detrimento de outros possíveis. A popularização desse discurso está vinculada a quais processos econômicos, políticos, sociais e culturais? Quais práticas e subjetividades são geradas por esses processos?

A elaboração dessas perguntas está enraizada na tradição teórica e metodológica de Michel Foucault. Para o filósofo francês, o enunciado é um evento, uma vez que surge em um espaço e tempo específicos, tornando-se sempre histórico. Diante da vasta gama de combinações possíveis de palavras dentro de uma língua, é crucial considerar a raridade de sua emergência. Nem todo enunciado poderia ser concebido em qualquer contexto ou período histórico, não por ser proibido, mas por ser impensável. A proliferação de enunciados sobre o gênero, portanto, configura-se como um evento raro. Isso implica na necessidade da articulação de diversas condições que o tornem concebível e pronunciável. (Foucault, 2008).

Por isto, uma breve contextualização histórica ajudará a compreender como este termo tão utilizado hoje foi sendo construído gradativamente. Porque como veremos, vários pesquisadores já trabalhavam as questões e diferenciações sócio-políticas entre homens e mulheres, questões sobre a sexualidade, poder, trabalho, etc., mas não existia o termo gênero, Foucault, Beauvoir, Freud entre outros já tratavam destas questões.

Antes de se debruçar sobre o conceito, é importante compreender o contexto no qual aquele conceito emerge, falar sobre a trajetória do conceito de gênero. A palavra gênero nas ciências, fora das ciências biológicas, foi usada no final dos anos 60 por Robert Stoller, psiquiatra e psicanalista que criou a clínica de pesquisa de identidade do gênero, depois esse conceito vai ser importado para as ciências humanas em 1975 por uma antropóloga da cultura, Gayle Rubin, que traz a concepção através de um artigo sobre o tráfico de mulheres e como as mulheres são circuladas como mercadorias, percebendo e preenchendo uma lacuna deixada nas humanidades pela ausência do conceito de gênero. Rubin é quem funda o conceito de sistema sexo/gênero como usamos no ocidente. As

civilizações ocidentais associam uma parte do corpo, a genitália e a partir da nomeação de uma genitália, do enquadramento que vai se produzir as abstrações sistêmicas de posição no mundo neste sistema sexo/gênero como se pênis produzisse Homens e vagina produzisse Mulheres. Rubins ainda vai questionar: “será que outros povos em outros lugares chegaram em definições diferentes?”. A resposta é sim. Em seu artigo, a partir do conceito de gênero, a autora retoma alguns pontos clássicos das Ciências Humanas para fazer apontamentos de lacunas que ficaram nas teorias, voltando para o Marxismo, por exemplo, (em especial Engels em a origem da família, propriedade privada e estado) e acaba por apontar como faltou o conceito de gênero para pensar algumas questões. A partir daí, a autora insere pontos sobre o estruturalismo francês na teoria do Claude Lévi-Strauss, e finalmente se debruça sobre a psicanálise, em especial na teoria produzida pelo Jacques Lacan atualizando Freud. Finalmente, esse trabalho de Rubin que marca a humanidade, se torna um breve preâmbulo.

Temos também Joan Scott, uma historiadora feminista e filósofa que produz nos anos 80 o texto “Gênero Uma Categoria Útil Para Análise Histórica” no qual ela argumenta que a categoria de gênero é essencial para a análise histórica, e que o gênero é uma construção social que molda as identidades e as relações sociais. Esse trabalho teve um impacto significativo na historiografia e na teoria feminista. Logo no ano seguinte de 1981, Teresa De Laurentis se debruça sobre uma ideia interessante, que é pensar gênero como uma tecnologia, ou seja, um conjunto de técnicas de como operamos/funcionamos, técnicas sociais para produzir uma ideia de gênero onde ser mulher é, ser homem é, e como existe um conjunto de saberes, de práticas, de técnicas, e como essas técnicas são administradas para uma tecnologia que produz e reproduz gênero. A autora chega a dizer, em seu artigo, que gênero é produzido, na mesma medida em que é produzido ele está o tempo todo sendo encenado e reencenado, e a cada nova configuração do gênero ele vai sendo estabilizado ou desestabilizado.

2.1 Do patriarcado aos dias atuais

Ninguém melhor para começar este capítulo do que Simone de Beauvoir, porque existem autores que simplesmente não têm predecessores ou sucessores, sua originalidade é absoluta. Simone foi uma filósofa, escritora e feminista francesa do século XX, conhecida por suas contribuições significativas para a filosofia existencialista, bem como por seu engajamento no movimento feminista.

Baseada em Hegel, Heidegger e principalmente em Sartre, a filosofia de Beauvoir provocou a cultura machista de sua época, com pouquíssimas mulheres nas universidades, sendo que suas obras foram perseguidas por diversos ramos da sociedade, como a igreja, o direito e até a academia. Publicada em 1949, "O Segundo Sexo" é uma obra seminal na história do pensamento feminista, nela, Simone de Beauvoir argumenta que as mulheres historicamente foram definidas como "o outro" em relação aos homens, e que essa situação levou a uma opressão sistemática das mulheres. Ela analisa a construção social e cultural da feminilidade, bem como as implicações filosóficas e existenciais dessa condição, com isso aproximou o feminismo da moral existencialista (Beauvoir, 2016; Costa, 2022).

Entendeu-se na época que a identidade social feminina é historicamente e socialmente construída. As mulheres nascem sem um propósito ou destino predefinido, mas durante o processo de socialização, são moldadas para desempenhar uma série de papéis, como cuidar do lar, dos filhos e do marido. Diante disso, surge o questionamento sobre o significado de ser mulher e qual é o seu papel numa sociedade patriarcal. A reflexão sobre o "eterno feminino" representa uma nova indagação no meio acadêmico, conforme proposto por Beauvoir (2016). A partir do pensamento de Beauvoir, fortaleceu-se a luta pela libertação das mulheres das estruturas machistas e opressoras, dentro do direito, do mercado de trabalho, das instituições acadêmicas, diversos espaços que promovem injustiças e mantém os ideários masculinos em detrimento do direito ao próprio corpo, a autonomia de pensamento e expressão das mulheres e concepções aprendidas pelo patriarcado (Costa, 2022).

Beauvoir (2016) une a reflexão sobre a existência ao que é ser mulher. Questiona o papel da mulher, argumentando que não há uma naturalidade do que é ser feminino, para ela a função das mulheres na sociedade se constituiu pela dominação social dos

homens, a distinção das funções do sexo feminino e masculino se deram pela sociedade e construção social e não por um destino natural ou divino. O pensamento de Beauvoir (2016) adota uma abordagem coletiva, sem eliminar as diferenças e sem permitir a universalização, reconhecendo a diversidade existente entre as mulheres. Ao afirmar que as mulheres burguesas demonstravam solidariedade aos homens burgueses, em detrimento das mulheres proletárias, e que as mulheres brancas se identificavam mais com os homens brancos do que com as mulheres negras, Beauvoir destaca a necessidade de adotar novos comportamentos e perspectivas diante da diversidade que constitui a sociedade. Nesse sentido, ela expõe e desafia os sistemas patriarcal, capitalista e racista (Costa, 2022).

As mulheres foram moldadas socialmente para seguir padrões de obediência, desempenhar o papel de mães e serem consideradas "boas" esposas. Beauvoir detalha essa padronização de comportamentos a partir de uma perspectiva externa, notável pelo fato de ela mesma não ter filhos nem marido. Sua dedicação estava centrada nos livros, no pensamento autônomo e na consideração de si mesma e das outras mulheres. No contexto do existencialismo, Beauvoir dedicou profunda reflexão à dinâmica das relações entre homens e mulheres, assim como às formas de dominação política, econômica e social na sociedade do século XX. Essas dinâmicas permeavam as esferas públicas, inclusive o direito, que ela via como instrumento de dominação. Beauvoir concebe a mulher a partir de uma perspectiva filosófica que pode promover o empoderamento e a independência de consciência (Costa, 2022).

Simone desempenhou um papel fundamental na teoria feminista ao reconhecer a opressão das mulheres como uma questão central e ao explorar as implicações existenciais dessa opressão. Ela argumentou que as mulheres devem reivindicar sua liberdade e agência para se emancipar do patriarcado e da objetificação. Sua famosa frase "Não se nasce mulher: torna-se mulher" destaca a ideia de que a feminilidade é uma construção social.

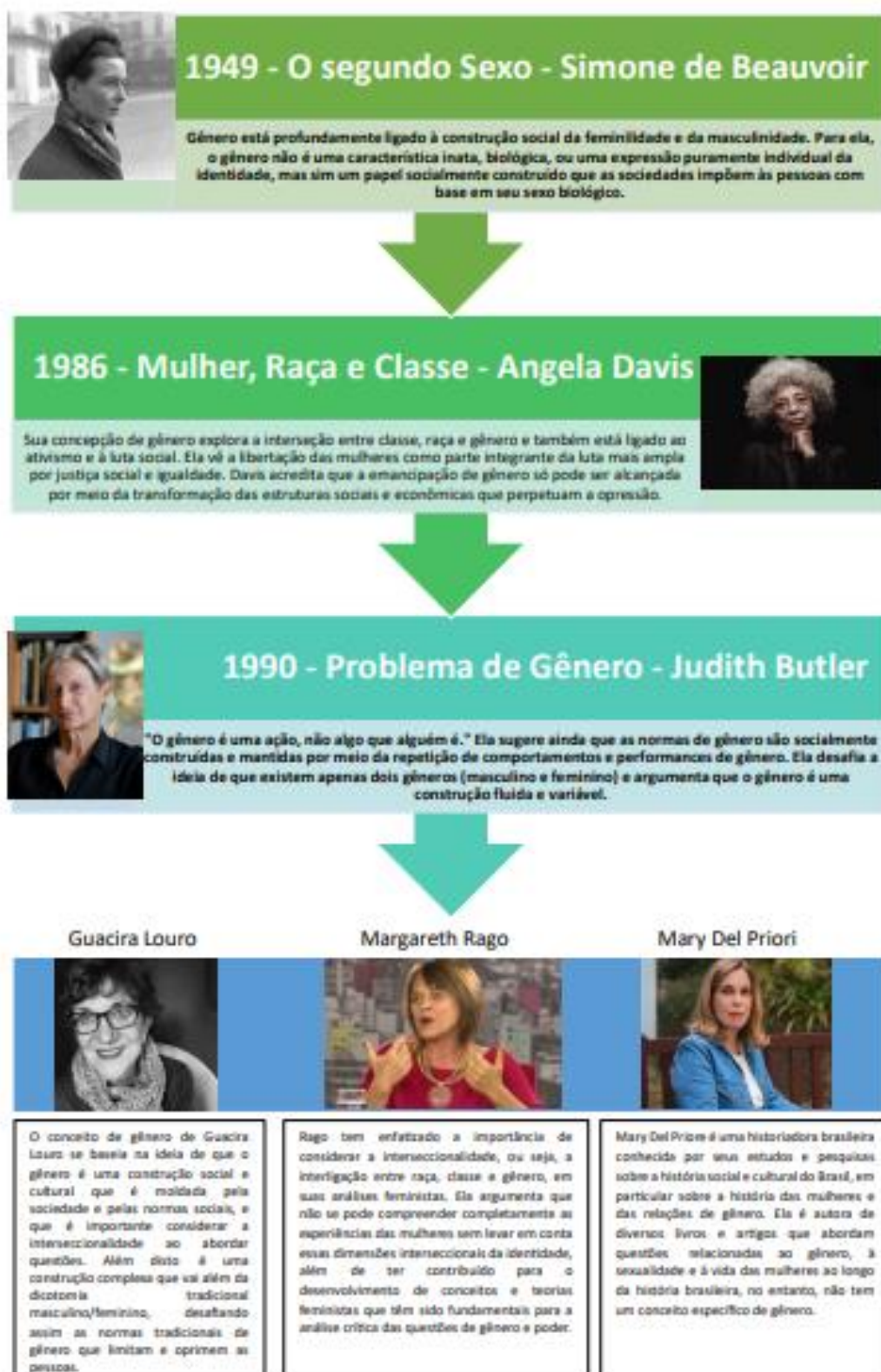
O feminismo é um movimento social e político que luta por direitos iguais entre homens e mulheres, pelo empoderamento feminino e a desconstrução de valores machistas e patriarcais. Na sociabilidade capitalista faz-se importante compreender que este sistema econômico e social influencia amplamente a forma como as pessoas interagem e se relacionam. O movimento feminista lutou pelo direito ao voto feminino, integridade e autonomia dos corpos das mulheres, e considera algumas conquistas de suas

lutas, a descriminalização do aborto, direitos trabalhistas, a exemplo da licença maternidade. Historicamente, o movimento feminista teve três grandes momentos de consolidação, o primeiro se deu pelo direito ao voto feminino e o fim de casamentos arranjados, ocorridos no século XIX e início do século XX, denominado de primeira onda ou feminismo da igualdade, em uma sociedade majoritariamente machista e sexista. A segunda onda feminista, chamada também de feminismo cultural, o movimento se deu por volta de 1960, com a luta das mulheres por conquistas sociais, legais (direitos trabalhistas) e culturais, tendo perspectiva de libertação dos corpos das mulheres e a liberdade da sexualidade e direitos sobre a reprodução. A terceira onda, ou feminismo pós-moderno iniciou em 1990, e se preocupou em responder às retaliações da segunda onda. O terceiro movimento implica também em questões para além do gênero, atinge assim, a raça/etnia, o que chamamos hoje de interseccionalidade, haja vista que o movimento feminista até então havia denotado questões de mulheres brancas da classe média (Silva, 2018; Costa, 2022).

Necessita-se fazer um parêntese aqui só para conceituar e compreender melhor a palavra Interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, que denominou como interseccional a forma como diferentes tipos de discriminação, quando juntas, interagem “somando” seus efeitos. A pesquisadora utilizou o termo para demonstrar como o racismo reveste com novas características e potencializa as discriminações de gênero: uma mulher negra perceberá e enfrentará dificuldades em função de ser mulher de forma distinta a uma mulher branca. As dificuldades não são as mesmas em função de suas cores (ou raça ou etnia). Interseccionalidade então diz respeito ao entendimento de que marcadores sociais como raça, classe, deficiência, sexualidade, entre outros, são “somados” ou agem de maneiras distintas na opressão, discriminação e outros vieses de gênero (Crenshaw, 2002).

Para auxiliar na compreensão destes conceitos, entender um pouco como isso se deu cronologicamente elaborou-se uma linha do tempo apresentada na Figura 6:

Figura 6: Linha do tempo das pesquisadoras de Gênero



Fonte: Elaboração própria

Partiremos agora para Angela Davis, principalmente em sua obra “Mulher, Raça e Classe” de 1981. Esta é sem dúvida uma obra muito importante para o feminismo e para repensar a desigualdade de gênero no mundo. Em especial, a sua contribuição reside no esforço inquestionável de avançar na tarefa ainda pendente de resgatar a história do feminismo como uma tradição no pensamento político, destacando a presença inegável do elemento interseccional desde seus primórdios. Desta forma, a escritora enriqueceu e expandiu significativamente o registro da luta das mulheres.

A obra de Angela Davis oferece diversas contribuições valiosas para a teoria feminista. Ela destaca a resistência das mulheres à escravidão, evidenciando diferentes estratégias adotadas. Davis visibiliza suas formas de luta, desde os movimentos abolicionistas até a busca por educação, além da resistência à violência sistemática enfrentada pela população negra no período pós-abolição. Ao reconhecer as mulheres negras como sujeitos sociais e políticos essenciais para a história da emancipação feminina e do povo negro, Davis enriquece significativamente a compreensão desses movimentos e suas interseccionalidades (Paradis, 2020).

A narrativa de Angela Davis nos conduz a uma revisão e aprofundamento das caracterizações daquilo que foi convencionalmente chamado de “primeira onda” do feminismo. Nesse período inicial de ascensão da luta organizada e massiva das mulheres, é imperativo abranger não apenas o direito ao voto, mas, inegavelmente, uma busca pela liberdade que engloba a resistência à terrível experiência da escravidão e suas marcas, a luta contra a violência patriarcal, bem como a busca pelo direito de contribuir para o mundo público, participar ativamente na esfera política e inserir-se no trabalho remunerado (Paradis, 2020).

“(...) que mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando Davis diz isso, pois, na condição de escravas, as mulheres negras tinham seus outros aspectos da existência ofuscados pelo trabalho compulsório, e o que acontece hoje, com o trabalho ocupando grande espaço na vida das mulheres negras, é decorrência disso. Elas podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (Davis, 2016).

Talvez um dos maiores legados do trabalho de Davis inspira a recontar a história da luta das mulheres, adotando uma perspectiva que inclua a análise das contradições nos

contextos políticos, as estratégias adotadas pelas mulheres organizadas e, de forma interseccional, compreender historicamente como gênero, raça e classe foram se entrelaçando para a manutenção das opressões e para as possibilidades de emancipação. Resta-nos a tarefa de resgatar as vozes que, ao longo da história, tornaram-se invisíveis, mas que desempenharam um papel decisivo para o feminismo latino-americano (Paradis, 2020).

Mais adiante apresentamos um capítulo dedicado à Butler e suas aproximações com Foucault, mas neste momento, demonstrar-se-á resumidamente sua grande importância para as teorias de gênero. Judith Butler é uma filósofa norte-americana de origem russo-judaica pós-estruturalista nascida em 1956. Viva até hoje, ela atua na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde se dedica a temas relativos à retórica, ética, filosofia política, literatura comparada, relações de gênero e aos estudos sobre mulher. Seu livro “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade” de 1990, ainda vem causando importante impacto nos estudos de gênero e nas teorias *queer*¹³, não somente no Brasil, mas em praticamente todo o Ocidente, sendo o mais citado pelo google acadêmico.

Butler não busca resolver os problemas e as questões que ela levanta em suas análises; para ela, a dialética é um processo constantemente em aberto. Ela vê a resolução como potencialmente antidemocrática, pois as ideias e teorias que se proclamam como “verdades” autoevidentes são, segundo Butler, frequentemente veículos para pressupostos ideológicos que oprimem grupos sociais específicos, especialmente minorias ou grupos marginalizados. No entanto, parte do projeto de Butler é expor esses termos, contextualizá-los e analisar suas alegações à verdade, sujeitando-os, assim, à interpretação e contestação. Pode-se dizer que o trabalho da teórica envolve uma discussão dialética com as categorias pelas quais o sujeito é descrito e constituído. Butler investiga porque o sujeito é configurado da maneira como é atualmente, sugerindo que é possível disponibilizar modos alternativos de descrição dentro das estruturas existentes de poder (Ribeiro, 2015).

¹³ Termo norte americano de manifestação de hostilidade sobre a sexualidade ou identidade de gênero que não envolvesse heterossexualidade e cisgeneridade utilizada a partir dos anos 1920. Atualmente foi apropriado pela comunidade LGBTQIA+ para definir um tipo de identidade de gênero conhecida como fluida ou não binária (<https://www.eusemfronteiras.com.br/o-que-significa-queer/>).

Em seu livro “Problema de gênero”, Judith Butler (1990) apresenta uma crítica perspicaz a dois fundamentos essenciais do movimento feminista e dos movimentos sociais em geral: a noção de identidade e a categoria "mulher". Para ela, a concepção de uma identidade fixa, conforme defendida pela tradição da metafísica ocidental, não se sustenta, e tanto o sexo quanto a sexualidade são percebidos como "construções sociais" da mesma forma que o gênero, todos eles emergindo da prática e da performatividade, em vez de serem preexistentes. Butler argumenta que a busca por definir rigidamente uma identidade para um movimento político ou social acaba por aprisionar os indivíduos em categorias ontológicas inflexíveis, em vez de libertá-los, como esses movimentos aspiram, e isso não se limita apenas aos movimentos feministas. Além da ênfase na performatividade, o livro aborda questões cruciais tal como a centralidade da categoria de gênero, a complexidade do sujeito, a superação do binarismo entre cultura e natureza, a transição da heterossexualidade compulsória para a heteronormatividade nas relações sociais e a formação da realidade através da linguagem. Butler também lança críticas ao construcionismo social, propondo que o conceito de performatividade oferece uma abordagem teórica alternativa para escapar das armadilhas do entendimento puramente "culturalmente construído" (Freitas, 2018).

Ou seja, de acordo com Butler, o gênero não é uma identidade ou uma característica intrínseca, mas sim um ato performativo. Ela argumenta que o gênero não é algo que as pessoas têm, mas sim algo que elas fazem. Essa ideia é encapsulada na famosa frase de Butler: "O gênero é uma ação, não algo que alguém é". Ela sugere ainda que as normas de gênero são socialmente construídas e mantidas por meio da repetição de comportamentos e performances de gênero. As pessoas aprendem a agir e se identificar como homens ou mulheres de acordo com as expectativas sociais e culturais. Ela desafia a ideia de que existem apenas dois gêneros (masculino e feminino) e argumenta que o gênero é uma construção fluida e variável que não precisa se encaixar em categorias estritas (Firmino e Porchat, 2017).

A famosa frase "gênero é ação" está ligada à teoria performativa do gênero, proposta por Butler em sua obra “Problemas de Gênero” (1990), onde ela desafia a ideia tradicional de que o gênero é uma característica fixa ou uma essência natural, sugerindo, em vez disso, que ele é continuamente construído por meio de atos, comportamentos e discursos. Então quando Butler diz que "gênero é ação", ela propõe que o gênero não é uma identidade fixa, mas um conjunto de práticas performativas que se repetem ao longo

do tempo, moldadas pelas normas sociais. Esse entendimento abre espaço para questionar e desconstruir os padrões de gênero, reconhecendo sua natureza fluida e culturalmente construída.

Gostaria de fazer um parêntesis aqui antes de falar das demais pesquisadoras para evidenciar um achado na publicação da tese de doutorado de Natascha Hoppen, mostrando que uma das publicações pioneiras, o marco inaugural da produção científica brasileira sobre a temática de gênero é a tese de livre-docência da socióloga marxista Heleieth Safiotti (1934-2010), defendida em 1967 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, hoje pertencente à Universidade Estadual Paulista (UNESP). Intitulada “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade”, tese que foi orientada pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995). A obra foi publicada em livro em 1976 e aparece nas referências bibliográficas de uma grande quantidade de artigos coletados. Safiotti, militante feminista, teve uma contribuição marcante em temas como violência de gênero e mulheres no mercado de trabalho (Hoppen, 2021).

Anteriormente no Brasil, muitos estudos de gênero eram publicados em livros, capítulos de livros, teses e dissertações, o que, segundo a pesquisadora Hoppen (2021), demonstra uma limitação importante, pois não são facilmente encontrados na internet e isso ocorre porque parte significativa das produções nas ciências humanas não eram difundidas em artigos científicos. Justamente por este motivo, separamos nossa pesquisa bibliográfica em partes, buscando várias fontes diferentes para tentar abranger o maior número possível de referências relevantes.

Continuando nos livros, mas agora também partindo para as pesquisas brasileiras, veremos três importantes pesquisadoras dos estudos de gênero, elas são historiadoras e servem de base para muitas pesquisas no âmbito nacional.

Primeiramente citamos Guacira Lopes Louro, uma teórica brasileira conhecida por seu trabalho na área dos estudos de gênero e sexualidade. Ela desenvolveu um conceito de gênero que se baseia na ideia de que é uma construção social e cultural complexa que vai além da dicotomia tradicional masculino/feminino. Seu conceito de gênero é fortemente influenciado pela perspectiva feminista e busca desafiar as normas tradicionais de gênero que limitam e oprimem as pessoas, assim ela contribui para uma compreensão mais complexa e inclusiva das identidades de gênero e das lutas por igualdade e justiça de gênero.

Em sua abordagem, Louro enfatiza que o gênero não é uma característica fixa ou inata, mas sim uma identidade socialmente construída que varia culturalmente ao longo do tempo e do espaço. Ela argumenta que as noções de masculinidade e feminilidade são socialmente construídas e que as pessoas são socializadas desde a infância para se conformar às determinadas normas de gênero sociais. Além disso, Louro também destaca a importância da interseccionalidade em sua concepção de gênero, reconhecendo que as experiências de gênero são moldadas por outros aspectos da identidade, como raça, classe social e orientação sexual. Ela enfatiza a necessidade de considerar essas interseções ao analisar as questões de gênero e identifica como as normas de gênero muitas vezes se entrelaçam com outras formas de opressão (Louro, 1997).

Outra pesquisadora brasileira importante é Luzia Margareth Rago, conhecida por seu trabalho no campo dos estudos de gênero e feminismo, a autora contribuiu significativamente para o movimento feminista e para o entendimento das questões de gênero no contexto brasileiro e internacional. Seu trabalho acadêmico e ativismo têm abordado diversas questões relacionadas ao feminismo. Ela é reconhecida por seu trabalho pioneiro na história das mulheres e do feminismo no Brasil, tendo ajudado a abrir caminho para a pesquisa histórica que resgata as vozes e experiências das mulheres ao longo do tempo, destacando suas contribuições muitas vezes esquecidas para a sociedade. Suas obras têm sido referências importantes para estudiosos e ativistas.

Rago tem enfatizado a importância de considerar a interseccionalidade, ou seja, a interligação entre raça, classe e gênero em suas análises feministas. Ela argumenta que não se pode compreender completamente as experiências das mulheres sem levar em conta essas dimensões interseccionais da identidade, além de ter contribuído para o desenvolvimento de conceitos e teorias feministas que têm sido fundamentais para a análise crítica das questões de gênero e poder.

Luzia Margareth Rago é uma renomada historiadora, professora, pesquisadora e feminista brasileira, cujas influências derivam de pensadores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard e Jacques Derrida. Seu trabalho busca, fundamentado nesses autores, desenvolver uma metodologia específica para a "Ciência Feminista" que ela defende. Sua aproximação com Foucault possibilita e auxilia-nos a pesquisar gênero e compreender como o cuidado de si pode ser uma ferramenta importante. Ela escreveu dois livros: "A Aventura De Contar-Se: feminismos, escrita de

si e invenções da subjetividade” e “O feminismo acolhe Foucault” que demonstram claramente suas teorias (Costruba, 2014).

Podemos perceber esta junção na forma como a autora constrói seu livro “A Aventura De Contar-Se”, ao descrever do primeiro ao último capítulo os casos públicos e particulares de Criméia, Gabriela, Ivone, Amelinha, Maria, Norma e Tânia, como são carinhosamente chamadas por Margarete. Ao relatar a infância, os medos, os sonhos e as realizações das personagens citadas, o livro transforma-se em um caleidoscópio feminista por apresentar uma imagem polifônica de subjetividades e escritas de si entrecruzadas. Cada uma, ao mesmo tempo tão plural na maneira como aborda cada questão, mas, em contrapartida, tão singular no ensejo de cada conquista. Através da ótica da teoria pós-estruturalista, os conceitos de Foucault como “estética da existência” ou “artes do viver”, “parrésia” e “escritas de si” são apresentados para fundamentar sua análise, conceitos estes que também iremos utilizar nesta tese. Rago faz isso ao entender que narrar uma vida, mais do que representá-la, pode dar-se também um sentido à mesma (Costruba, 2014).

Autora de mais de 50 livros sobre a História do Brasil, Mary Del Priore é uma das maiores historiadoras brasileiras, é especializada em diversos temas fundamentais para a compreensão da sociedade, abordando áreas como história da mulher, história da família e história da criança. Seu escopo de pesquisa também abrange tópicos como história da sexualidade, história da família imperial brasileira, história do consumo e transformações na intimidade. Sua notável contribuição acadêmica é refletida em mais de 20 prêmios literários nacionais e internacionais, incluindo três Prêmios Jabuti. Entre suas publicações destacam-se obras como “Uma breve história do Brasil” (2010), “Histórias da gente brasileira” (2016) e “História das Mulheres no Brasil” (1997).

Mary Del Priore é conhecida por seus estudos e pesquisas sobre a história social e cultural do Brasil, em particular sobre a história das mulheres e das relações de gênero. Em seus livros e artigos que abordam questões relacionadas ao gênero, à sexualidade e à vida das mulheres ao longo da história brasileira, no entanto, não existe um conceito específico de gênero atribuído à autora. Em seu artigo intitulado “Viagem pelo imaginário do interior feminino” (1999), especialmente escrito sobre o corpo feminino e suas reverberações, ela articula:

“Experiência que se constituiu a partir e em torno de determinadas formas de comportamento. Tais formas, por sua vez, existiram nas suas relações com sistemas de saber historicamente específicos, cujas regras foram ou não naturais e com aquilo que Foucault chamou de ‘um modo ou uma relação entre o indivíduo e ele mesmo permitindo-o reconhecer-se como um objeto sexual em meio a outros’. De maneira global, tais sistemas de saber determinaram o que se podia pensar sobre o próprio corpo.” (Del Priori, 1999).

A autora ajudou a provocar reflexões sobre o que a maioria dos médicos via a constituição natural das mulheres como o padrão para suas almas, resultando em uma rede de determinações físicas e morais. Por serem consideradas menores, mais fracas, com menos músculos e carne mais macia, além de serem descritas como "frias e úmidas" em contraste com a descrição dos homens como "quentes e secos", as mulheres eram rotuladas como mais volúveis, pusilânimes, tímidas, desafiadoras, espertas, injustas, avarentas, ingratas, supersticiosas, infieis, impacientes e tagarelas. Essas características eram consideradas viciosas quando comparadas às qualidades masculinas. No entanto, os defeitos das mulheres eram percebidos como uma doença irremediável em relação ao ideal da espécie. As mulheres, e seus corpos por extensão, eram definidos como seres cujas paixões detestáveis às condenavam a uma condição de inferioridade, tanto social quanto moral. A narrativa insistia que as mulheres precisavam ser salvas delas mesmas, e essa salvação só seria possível se vivessem sob normas imperativas (Del Priori, 1999).

A última autora que se pretende tratar neste capítulo é uma jovem filósofa, Djamila Taís Ribeiro dos Santos, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira, pesquisadora e Mestre em Filosofia Política pela UNIFESP. Tornou-se conhecida no país por seu ativismo na Internet, ela está na lista da BBC das 100 mulheres mais influentes e inspiradoras do mundo e em 2022, tornando-se integrante da Academia Paulista de Letras.

Seu livro “Lugar de Fala” tem 3731 citações no google acadêmico, superando diversos filósofos e acadêmicos tradicionais. O conceito de "lugar de fala" é uma ideia importante discutida e popularizada pela autora, que trabalha questões de gênero, raça e desigualdade. O "lugar de fala" se refere à posição social, cultural e política de uma pessoa em relação às questões específicas como gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outras. É a perspectiva de alguém que fala a partir de sua experiência pessoal e das opressões ou privilégios que vivenciou devido a essas características.

Djamila Ribeiro argumenta que é importante reconhecer e respeitar os diferentes lugares de fala das pessoas, pois isso influencia profundamente suas perspectivas e entendimentos sobre questões sociais. Ela enfatiza que as pessoas que ocupam lugares de

fala privilegiados (como pessoas brancas, cisgêneras, heterossexuais, economicamente privilegiadas, etc.) muitas vezes não compreendem completamente as experiências e lutas das pessoas que estão em posições socialmente marginalizadas, e destaca ainda a necessidade de ouvir e dar voz às pessoas que estão mais diretamente afetadas pela discriminação e opressão em discussões sobre questões sociais. Isso implica em reconhecer que as experiências pessoais moldam nossas perspectivas e que não podemos falar com autoridade sobre as experiências dos outros. Djamila Ribeiro e outros ativistas defendem que a escuta ativa das vozes das pessoas que vivenciam opressões é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária (Ribeiro, 2017).

2.2 Porque não é uma unanimidade – Interseccionalidade

Como vimos anteriormente na introdução e na metodologia, optamos por dividir a fundamentação teórica em partes para poder contemplar o maior número de dados possíveis, mas principalmente porque assim pode-se demonstrar como as pesquisas sobre “Gênero” foram evoluindo e se modificando. No capítulo anterior trabalhamos com as grandes teóricas e seus livros renomados. Agora, nesta segunda etapa do processo, vamos trabalhar com a revisão bibliográfica feita a partir de teses e dissertações disponíveis no banco de dados da CAPES¹⁴, além da busca por artigos científicos relativos ao tema publicados na plataforma SciELO¹⁵, utilizando “desigualdade de gênero” como palavra-chave. Assim como as teses e dissertações nos apresentam um panorama geral do que está sendo estudado nas universidades, os artigos científicos nos trazem as pesquisas mais recentes, as discussões mais relevantes, e nos permitem interseccionalizar mais assuntos.

Apesar de estas duas plataformas serem as mais conhecidas e utilizadas no Brasil para levantamento de pesquisas, muitos trabalhos importantes e conhecidos acabaram não aparecendo nos resultados em nossa busca inicial nestes bancos de dados. Desta forma, para abranger mais bibliografias e nos aprofundar mais na temática, foi necessário ler e estudar cada artigo, tese, dissertação e trabalhos e buscar as referências de cada um deles. Um ótimo exemplo que explica isto é a tese de doutorado da Natascha Hoppen, do

¹⁴ Disponível em: [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/.](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)

¹⁵ Disponível em: <https://search.scielo.org/>

Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que analisou 31.609 artigos de autores brasileiros publicados entre 1959 e 2019, coletados da literatura acadêmica a partir de um conjunto de palavras-chave frequentes nesses trabalhos. O trabalho rastreou a produção científica por meio de uma ferramenta que não está mais disponível. Trata-se do banco de dados 1Findr[®], desenvolvido para indexar artigos de revistas revisadas por pares de todos os países e idiomas, que foi adquirido pela editora Elsevier em 2020 e não está mais acessível para o público. A autora descreve que “essa plataforma recuperava publicações de múltiplas fontes, como a biblioteca SciELO e diretórios de revistas de acesso aberto do mundo todo, e foi fundamental para rastrear a produção brasileira publicada no passado e escrita em português, que não está presente na maioria das bases internacionais” (Hoppen, 2021).

Mesmo que nossas pesquisas iniciais estejam baseadas em um número menor de trabalhos, 1387 teses e dissertações no total, ainda existia a necessidade de categorizá-los em 5 subgrupos: 1) Educação; 2) Saúde; 3) Mercado de Trabalho; 4) Jurídico; e 5) Outros. Esta divisão se fez necessária uma vez que a “desigualdade de gênero” acaba sendo estudada cientificamente sob o prisma de diferentes contextos e interdisciplinaridades. Deste total, 306 teses e dissertações foram selecionadas para uma análise mais profunda. Já em relação aos artigos científicos, 129 trabalhos no total foram encontrados, mas apenas 18 estavam especificamente relacionados com a temática que buscávamos nesta tese. Tal como observou Hoppen (2021) em sua pesquisa, é possível observar um crescimento das publicações ao longo dos anos, especialmente sobre a interseccionalidade e interdisciplinaridade na desigualdade de gênero, reafirmando a necessidade de se estudar o tema para que no futuro possamos galgar passos para a equidade de gênero (Figura 6).

Na pesquisa conduzida por Hoppen (2021), a autora examina a produção científica brasileira no campo de estudos de gênero, abrangendo as décadas de 1970 a 2010. A análise é realizada com subdivisões temporais e categorizações por grandes áreas do conhecimento, utilizando indicadores de atividade científica, colaboração e associação temática. A pesquisa revela que a evolução ao longo do tempo está intrinsecamente ligada ao contexto político e histórico do Brasil. Nos anos 1970, observa-se um início marcado por uma alta variação na quantidade de artigos publicados anualmente, em consonância com as repercussões dos movimentos feministas contemporâneos no país. Na década seguinte, os estudos persistem, mantendo uma associação com a saúde da mulher,

especialmente em questões relacionadas ao planejamento familiar. Nesse período, a saúde feminina também emerge como um dos temas centrais nos movimentos feministas. Além disso, movimentos de mulheres se organizam em prol de questões cidadãs, influenciando a construção da Constituição de 1988. A década de 1990 testemunha a consolidação e institucionalização contínuas desses movimentos, paralelamente à sua incorporação na academia. Isso se reflete em um aumento significativo no número de artigos e na entrada de numerosas pesquisadoras provenientes das ciências humanas, que passam a contribuir com estudos de gênero (Hoppen, 2021).

A partir dos anos 2000, a área de estudos de gênero passou a refletir as direções dos movimentos sociais, focando nas diferenças. Nesse contexto, surgem palavras-chave relacionadas aos estudos *queer*, sexualidades "desviantes" e novas abordagens ligadas à violência de gênero, entre outras temáticas. No período de 2011 a 2019, observa-se um notável aumento no número de disciplinas contribuindo para os estudos de gênero, caracterizado por uma intensificação das colaborações por meio de coautoria em diversos níveis, incluindo indivíduos, instituições e cooperação entre países (Figura 6). Durante esse intervalo, ocorre a adjetivação da palavra feminismo, destacando-se expressões como feminismo negro, ciberfeminismo, feminismo jurídico, feminismo descolonial e decolonial, entre outras (Hoppen, 2021).

Figura 7: Representação gráfica da distribuição de publicações com a temática Gênero ao longo dos anos, de acordo com Hoppe, 2021



Fonte: Hopper 2021

Os estudos de gênero se manifestam como uma disciplina trans e interdisciplinar, embora os métodos de pesquisa e publicação preservem características típicas das grandes áreas do conhecimento, conforme classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Notavelmente, as ciências humanas e as ciências da saúde lideram a produção de estudos de gênero, seguidas pelas ciências sociais aplicadas, linguística, letras e artes, além das pesquisas veiculadas em periódicos multidisciplinares. Entretanto, há uma presença limitada de artigos nas demais áreas dessa classificação (Hoppen, 2021).

É interessante observar as similaridades nas dificuldades enfrentadas em diferentes regiões do Brasil, especialmente quando se trata da busca por equidade de gênero e educação. Ao ler diversas teses e dissertações sobre desigualdade de gênero, a impressão que se tem é que, mesmo o Brasil sendo um país gigante, com muitas peculiaridades regionais, com imensa desigualdade social, toda a diferença acaba parecida quando observamos as faltas de políticas públicas, na falta de conhecimento especializado e na falta de combate à desigualdade e violência de gênero. Não devemos generalizar, existem diversas pessoas trabalhando para mudar este cenário, mas as teses do sudeste (região que mais produz material acadêmico) e as teses do nordeste, do sul e do norte mostram dificuldades muito parecidas para as mulheres brasileiras. Ao analisar essas questões de forma regional, é possível identificar padrões e desafios comuns que requerem abordagens sistêmicas e colaborativas para promover mudanças significativas em todo o país. Essas reflexões podem contribuir para a formulação de políticas mais eficientes e para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais inclusivas.

A pesquisa realizada por Alves (2018), no interior do estado de São Paulo, por exemplo, demonstrou total desconhecimento ou entendimento dos planos municipais de educação pelas gestoras escolares, isto significa que, tanto elas como também professores/as, estudantes e famílias não participaram da construção desses planos e não eram parte significativa nesse processo. O estudo demonstrou ainda que “estas redes de ensino também não trabalham com termos gênero, sexualidade ou orientação sexual e, conseqüentemente, não apontaram caminhos ou estratégias para o trabalho pedagógico com essas temáticas, tão emergentes e importantes no cotidiano escolar”.

Observa-se que as experiências destes profissionais evidenciaram uma concepção de escola que reforça as relações de gênero estereotipadas, contribuindo para a

manutenção do poder da heteronormatividade. Isso resulta na exclusão, fora dos limites da escola, das discussões sobre experiências dissidentes de gênero, assim como da promoção do respeito, igualdade e equidade. O resultado é uma ausência dessas discussões que têm o potencial de reduzir significativamente as manifestações de violência nas relações interpessoais dos estudantes (Alves, 2018).

“A pesquisa levantou, durante as discussões com as gestoras, que elas ainda utilizam fortemente dentro das instituições escolares a construção dos binários de masculino e feminino, que há diferenciação, como meninos mais fortes, meninas mais frágeis, meninas mais aptas ao português e os meninos mais aptos à matemática, impondo aos meninos e meninas, em formação inicial, que existe um jeito certo para se construir e se constituir homem e mulher nesta sociedade, mostrando com esta norma que só há duas maneiras: ser menina ou ser menino, e que há diferenças entre eles e elas. Criando, assim, as marcas e expectativas de gênero que se tornam complexas e problemáticas não somente para aqueles que destoam das mesmas. As identidades dessas crianças estão se construindo a partir de experiências de repressão, misoginia, homofobia, desigualdade etc.” (Alves, 2018).

A falta de reflexão e diálogo sobre as questões de poder, gênero e sexualidade acaba fortalecendo as violências, tanto de gênero quanto contra pessoas LGBTQIAP+. A ausência de um treinamento contínuo para os profissionais que trabalham nas escolas é evidente, representando uma lacuna que, se preenchida, poderia trazer benefícios significativos, promovendo uma mediação mais eficaz em diversos processos, diferente da abordagem vigente adotada pelas gestoras.

As questões relacionadas a gênero e sexualidade estão presentes na escola de diversas maneiras, abordando temas como homofobia, diversidade sexual, feminicídio, violência e abuso sexual, prostituição, gravidez, namoro, amizade, entre outros. Esses tópicos são fundamentais na sociedade atual, especialmente no contexto escolar, onde os gestores desempenham um papel crucial na garantia dos direitos de todos, com ênfase no respeito à diversidade presente na comunidade escolar. A pesquisa, ao explorar as especificidades dessas questões na vida escolar sob a perspectiva das gestoras, revelou que o trabalho realizado ainda é incipiente, mas ao mesmo tempo complexo, exigente e intenso. Esse esforço deve começar desde a formação inicial e se estender por toda a trajetória da gestora, incluindo formação contínua e debates sobre as diversas questões contemporâneas que surgem a cada ano. As escolas, como protagonistas dessas questões, não podem ignorá-las ou negá-las. É essencial investir tanto na escola quanto na formação dos profissionais, já que esses fatores são fundamentais para promover mudanças

significativas nos Direitos Humanos e melhorar a qualidade de vida de todos (Alves, 2018).

Em outro estudo, Riboldi (2011) analisou as abordagens de gênero em experiências de cursos de Educação Jurídica Popular em João Pessoa – PB, voltadas somente para mulheres que buscam orientação e auxílio para a diminuição da desigualdade e violência contra as mulheres. Difundidos por todo o país, esses cursos de educação jurídica popular possuem experiências voltadas para mulheres (de orientação feminista) ou mistos (sob a perspectiva dos Direitos Humanos). A análise da influência de valores e crenças no ativismo político percorreu três níveis de discurso: um mais geral, ligado à constituição do Nordeste como terra de cabra macho e da paraibanidade; os valores e missões enunciados pelas agências financiadoras de organizações de Direitos Humanos, que serviram para delimitar os *master frames* de Gênero e Direitos Humanos e ONGs que realizaram, o curso de Promotoras Populares de Cidadania (só para mulheres) (Riboldi, 2011).

Além disto, o trabalho ainda analisou no nível microdiscursivo, baseado em entrevistas com graduadas no curso de Juristas Populares, revelando a diversidade de abordagens na utilização do conceito de gênero. Dentro do quadro geral dos Direitos Humanos, observa-se uma atenção específica para a desigualdade social enfrentada por mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. Ao mesmo tempo, no contexto do *master frame* de Gênero, a ênfase permanece nas mulheres, porém, com um foco principal na promoção de mudanças nos papéis tradicionais femininos. No entanto, persiste uma significativa resistência às transformações nos relacionamentos abusivos, no machismo e na busca pela liberdade da mulher. Nesse último, há lugar para questões como direito ao corpo e livre exercício da sexualidade (Riboldi, 2011).

Atualmente, as relações de gênero tornaram-se uma pauta de pesquisa global, sendo abordadas em disciplinas específicas em diversas partes do mundo. Isso se deve à riqueza de temas associados à área, bem como à crescente importância, visibilidade e relevância que o tema tem ganhado na sociedade contemporânea.

Além da importância intrínseca dos estudos na ciência e nos estudos de gênero, a interseção entre ambos tem sido cada vez mais destacada. A relação entre ciência e gênero recebe uma atenção crescente tanto de pesquisadores quanto de agências de fomento à pesquisa e organizações não governamentais. No âmbito científico, medido através da

produção de comunicações científicas, observa-se um interesse crescente em compreender o estado das relações de gênero na academia. Isso inclui a investigação das desigualdades pertinentes ao fazer científico e à comunidade acadêmica, como o desempenho de mulheres cientistas e as barreiras que elas enfrentam.

Diversas abordagens foram desenvolvidas para explorar essas questões, como estudos que examinam a participação das mulheres na produção científica, suas performances em comparação com seus pares e como o gênero impacta a trajetória profissional. Essas pesquisas têm revelado um viés relacionado ao gênero na carreira acadêmica, onde as mulheres predominam entre estudantes universitárias, mas sua representação diminui à medida que se avança na carreira acadêmica (Hoppen, 2021).

Essas pesquisas atestam também o crescente interesse científico nos estudos de gênero como um objeto de pesquisa. As diversas abordagens adotadas no Brasil, abrangendo desde a análise da participação das mulheres em campos específicos de pesquisa até a investigação da produção científica na área de estudos de gênero por meio de recortes específicos, destacam a necessidade de estudos abrangentes, que retratem o panorama geral da pesquisa científica brasileira nesse campo.

Evidenciar essas lacunas, juntamente com outras dificuldades relacionadas às fontes de informação científica mais amplas, que representem de forma equitativa a ciência mundial e local, é crucial para orientar novas pesquisas na área. Isso contribuirá para uma compreensão mais completa e inclusiva das dinâmicas de gênero na produção científica e no ambiente acadêmico brasileiro.

As discussões sobre desigualdade de gênero permanecem abertas e dinâmicas, refletindo a constante transformação das relações sociais e culturais. À medida que novas configurações sociais emergem, antigos paradigmas de opressão são ressignificados e outros desafios se apresentam, exigindo revisões teóricas e práticas. Essa fluidez revela que as desigualdades de gênero não são fixas ou imutáveis, mas dependem de contextos históricos e culturais específicos, o que impede a formulação de um consenso definitivo sobre o tema. Como destacou Simone de Beauvoir: "nenhuma conquista é definitiva; qualquer ganho pode ser revertido" (Beauvoir, 1949). Essa advertência reforça a necessidade de vigilância contínua e engajamento para preservar e avançar os direitos conquistados.

2.3 Da dominação ao cuidado de si

Como é possível assimilar melhor agora, as teorias de gênero passaram por vários períodos e compreensões muito diferentes, os conceitos, as lutas, as formas de ver e entender o mundo foram se modificando conforme as mulheres foram se apropriando, evoluindo, ou como disse Simone “tornando-se mulheres”. Uma questão é muito importante destacar, justamente, por isto dá o nome a seção, as mulheres saíram da dominação para ter acesso ao cuidado de si. A próxima seção buscará tratar da questão do cuidado de si de Foucault, mas já podemos entender que, quando a mulher busca ter as rédeas da sua vida, faz escolhas, como trabalhar ou não, casar ou não, ter filhos ou não, ela sai da dominação que o patriarcado sempre lhe impôs para buscar alguma liberdade.

Neste momento pretende-se mostrar como é possível unir toda essa teoria a respeito do gênero, da construção do gênero e da desigualdade de gênero com o terceiro domínio foucaultiano, e uma das mais citadas fontes que buscou fazer esta ponte foi a Judith Butler. Butler, como já vimos anteriormente, é uma filósofa pós-estruturalista contemporânea de origem estadunidense, que está viva e ainda escrevendo e dando palestras, uma especialista no debate sobre gênero, tendo composto umas das principais teorias contemporâneas do feminismo e teoria *queer*, mas que não discute apenas gênero, Butler também escreve sobre filosofia política e ética. A autora escreveu livros sobre a teoria da sujeição: “A vida psíquica do poder e teorias da sujeição”, e trabalha também sobre a questão da Palestina e os refugiados, entre outros assuntos. Atualmente, ocupa o cargo de professora do departamento de retórica e literatura comparada da Universidade da Califórnia em Berkeley.

As teorias de Foucault e Butler contribuem significativamente para repensar a dimensão política da sexualidade de várias maneiras. Foucault aborda a sexualidade como um campo de práticas, discursos e identidades socialmente classificados e hierarquizados, destacando como múltiplos dispositivos de poder-saber buscam controlar a vida das pessoas. Ele também enfatiza a potência ético-política dos movimentos de minorias que resistem a essas ações de captura, controle ou exclusão, e explica como a sexualidade é um terreno fértil para a produção de novas formas de vida e de relação entre sujeitos (Duarte, 2017).

Butler, por sua vez, redefiniu e atualizou as concepções foucaultianas acerca do dispositivo da sexualidade e da biopolítica, destacando a partilha entre os corpos e as vidas dignas, incentivadas e protegidas, e os corpos abjetos das vidas indignas, inumanas, que podem permanecer expostas à máxima vulnerabilidade, precariedade e à própria morte. A filósofa também enfatiza a importância de compreender a sexualidade como um ponto nevrálgico e de grande saturação normativa para a classificação e partilha hierárquica entre as formas de vida socialmente hegemônicas ou marginais (Duarte, 2017).

Essas abordagens teóricas oferecem uma compreensão mais ampla e crítica da dimensão política da sexualidade, destacando a influência dos discursos, práticas e normas sociais na regulação e produção cotidiana de identidades sexuais e de gênero, bem como o potencial político dos movimentos de resistência que se concentram na sexualidade e no gênero como foco de luta e de reconfiguração das relações de poder.

A teoria de Butler sobre gênero se relaciona com o conceito de sujeição de corpos e vivências em Foucault de várias maneiras. Butler propõe discutir gênero como atos performativos e uma teoria das performances, onde o gênero é uma identidade fragilmente construída ao longo de anos de uma repetição estilizada de atos e na estilização do corpo. Essa perspectiva de gênero como performance, se conecta com a análise de Foucault sobre a sujeição de corpos e vivências, onde um dos principais objetos da sujeição seriam os corpos e vivências que deles derivam, e é fundamental compreender o funcionamento dos contínuos processos de sujeição de corpos, gestos e comportamentos, em especial pelas práticas discursivas (Rabelo e Amazonas, 2014).

Butler também discute que o corpo não é apenas algo natural, mas uma superfície politicamente regulada, o que se relaciona com a análise de Foucault sobre as práticas discursivas como instrumentos de poder que moldam e regulam os corpos e as identidades. Portanto, para Butler, gênero se relaciona com o conceito de sujeição de corpos e vivências em Foucault ao enfatizar a construção e estilização do gênero como atos performativos, e ao destacar a regulação política do corpo, que se alinha com a análise foucaultiana das práticas discursivas como instrumentos de poder que moldam as identidades e os corpos (Rabelo e Amazonas, 2014).

As teorias de Foucault e Butler se encontram em vários pontos, especialmente no que diz respeito à compreensão da sexualidade como um campo de práticas, discursos e

identidades socialmente classificados e hierarquizados, e na importância de compreender como as normas regulatórias do sexo trabalham de maneira reiterativa a fim de marcar e atribuir significados ao corpo enquanto corpo sexualmente diferenciado (Duarte, 2017).

O estudo de Duarte (2017) ressalta a importância da união das teorias de Foucault e Butler para uma compreensão ampliada e crítica da sexualidade como um campo político, destacando o potencial político dos movimentos de resistência na produção de novas formas de vida e no reordenamento das relações de poder, bem como o desafio às normas sociais hegemônicas e à valorização dos corpos e das vidas marginalizadas, contribuindo assim para uma visão mais inclusiva e ético-política das relações entre vida e política no contexto contemporâneo.

Em outro estudo, Paiva (2022) também mostra que as concepções de poder de Michel Foucault e Judith Butler estão intrinsecamente relacionadas às discussões em torno das normas e dos corpos. Foucault desenvolve uma concepção do poder como produtivo, que extrapola uma visão jurídica e negativa do mesmo, especialmente em suas teorizações sobre as disciplinas e o biopoder. Ele analisa como o poder opera por meio de práticas disciplinares e de regulamentação dos corpos, influenciando a formação de normas e moldando as subjetividades. Butler, por sua vez, incorpora a concepção foucaultiana de poder produtivo em suas teorizações sobre gêneros e sexualidades, destacando o caráter performativo do funcionamento do poder e propondo uma maior preocupação com os aspectos da formação psíquica, recorrendo à psicanálise. Ela também enfatiza a relação entre poder, norma e corpo, utilizando a ideia de performatividade como uma instância regulatória da produção da inteligibilidade de gênero, e reconhecendo a materialidade dos corpos como parte integrante desse processo (Paiva, 2022).

Portanto, tanto Foucault quanto Butler abordam o poder em relação às normas e aos corpos, destacando como o poder opera na produção e regulação das normas que moldam as identidades de gênero e sexualidade, bem como na formação e disciplinamento dos corpos. A teoria de gênero de Butler incorpora a concepção de poder de Foucault de várias maneiras. Butler reconhece a influência de Foucault em sua abordagem, especialmente no que diz respeito à compreensão do gênero como uma categoria normativa que opera nas relações de poder, e destaca a concepção foucaultiana de poder produtivo em suas teorizações sobre gêneros e sexualidades, enfatizando o caráter performativo do funcionamento do poder. A pesquisadora conecta o poder, o

desejo e a produção de subjetividades para pensar as possibilidades de agência e resistências políticas. Além disso, Butler propõe uma preocupação maior com os aspectos da formação psíquica, incorporando elementos da psicanálise em sua análise, o que reflete a influência da abordagem foucaultiana em sua teoria de gênero (Paiva, 2022).

Compreende-se então que Butler incorpora a concepção de poder de Foucault ao reconhecer a produtividade do poder, sua relação com a performatividade de gênero e a formação das subjetividades, bem como ao considerar as possibilidades de resistência dentro das dinâmicas de poder e normatividade e o de contextos sociais e culturais específicos.

No entanto, também existem algumas divergências e críticas mútuas entre suas abordagens. Uma das principais contradições diz respeito à relação entre poder e subjetividade. Enquanto Foucault enfatiza a descentralização do sujeito e a dispersão do poder em todas as relações sociais, Butler, em algumas ocasiões, critica a falta de consideração de Foucault em relação à formação psíquica e à subjetividade, argumentando que a teoria foucaultiana do poder pode negligenciar a importância das dinâmicas psíquicas na formação das identidades de gênero. Por outro lado, Foucault critica abordagens que buscam uma dinâmica de igualdade nos jogos de poder, argumentando que não há uma cessão consentida de poder que justificaria as opressões, questionando leituras estritamente dialógicas do poder que correm o risco de pensar em um processo, no qual um acordo ou contrato equilibraria suas dinâmicas (Paiva, 2022).

Pode-se compreender, portanto, que as teorias de Butler e Foucault oferecem perspectivas complementares e, ao mesmo tempo, divergentes sobre as relações de poder, norma, corpo e gênero. Enquanto Foucault enfatiza a produtividade do poder e sua dispersão nas relações sociais, Butler incorpora elementos da psicanálise em sua análise, destacando a formação psíquica e a performatividade de gênero. Embora apresentem algumas contradições e críticas mútuas, as abordagens desses pensadores contribuem para uma compreensão mais ampla e complexa das dinâmicas de poder e normatividade que moldam as identidades e subjetividades (Paiva, 2022).

Rabelo e Amazonas (2014) também apontam que os pontos de encontro entre Foucault e Butler incluem a ênfase na construção social e cultural das identidades, a análise das práticas discursivas como instrumentos de poder e a compreensão das relações de gênero como atos performativos. Ambos os teóricos também destacam a importância

das relações de poder na formação das identidades e na regulação dos corpos. No entanto, existem pontos controversos, enquanto Foucault enfatiza a análise das relações de poder em termos de práticas visíveis e discursivas, Butler se concentra mais nas dimensões simbólicas da linguagem e da cultura na constituição do gênero. Além disso, Butler critica a noção de identidades fixas e essenciais, enquanto Foucault, em certos momentos, parece sugerir uma certa estabilidade nas formações discursivas.

Essas diferenças de abordagens apontam para debates teóricos e metodológicos importantes entre os dois pensadores, especialmente no que diz respeito à compreensão da estabilidade e da instabilidade das identidades de gênero, bem como na análise das práticas discursivas e não discursivas como instrumentos de poder (Rabelo e Amazonas, 2014).

Percebe-se, até aqui, que existe claramente pontos de encontro e de desencontros entre os dois filósofos, mas precisa-se enfatizar que esses desencontros se dão principalmente na primeira e segunda fase dos estudos de Foucault, onde ele vai trabalhar mais o saber e poder e quase não se analisa, entrando aí justamente a terceira fase, onde o autor vai articular sobre o cuidado de si e a dimensão psíquica subjetiva do Poder, como ele faz na “Hermenêutica do Sujeito” e depois em “A coragem da Verdade” volumes 1 e 2. Isso se dá porque as traduções destes últimos livros de Foucault ocorreram apenas por volta de 1997, enquanto Butler já havia lançado o livro “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade” em 1990.

2.4 O sujeito e a estética de si na transformação dos modos de existência

Uma vez que nossas hipóteses de pesquisa fundam-se no questionamento: “Como o sujeito ocupa-se consigo mesmo, como se governa na relação com o outro frente aos desafios impostos pela desigualdade de gênero?”, pretende-se iniciar esse capítulo fazendo um breve levantamento histórico da vida e das obras de Foucault.

Para demonstrar que a maioria das pessoas e “tecnologias” não levam em consideração a terceira fase do Foucault, fez-se uma pergunta a uma IA (ChatGPT) sobre quem é Michel Foucault e a resposta está aqui para analisarmos: “Michel Foucault foi um

dos maiores filósofos e teóricos sociais do século XX, com contribuições significativas em diversas áreas, incluindo filosofia, história, psicologia, e teoria social. Nascido em Poitiers, França, em 1926, Foucault foi inicialmente interessado em psicologia e, após sua graduação, começou a lecionar no Departamento de Psicologia da Universidade de Clermont-Ferrand. Durante esse tempo, ele começou a desenvolver suas primeiras teorias sobre poder e conhecimento, que formariam a base de grande parte de seu trabalho posterior. Depois de completar seu doutorado na Universidade de Paris em 1961, Foucault começou uma carreira acadêmica prolífica, lecionando em várias universidades em todo o mundo. Durante esse tempo, ele publicou uma série de obras influentes, incluindo "As Palavras e as Coisas" (1966), "Vigiar e Punir" (1975) e "A História da Sexualidade" (2009a).

Em seu trabalho, Foucault argumentava que o poder e o conhecimento estão intrinsecamente interligados, com cada um influenciando o outro. Ele também defendia que a maneira como entendemos a nós mesmos e ao mundo ao nosso redor é moldada por estruturas sociais e culturais de poder. Foucault morreu em 1984, mas sua influência continua sendo sentida em várias disciplinas até hoje. Seu trabalho forneceu uma nova maneira de pensar sobre problemas sociais e individuais, e é frequentemente invocado em debates contemporâneos sobre tópicos como sexualidade, identidade, crime e punição.

Pretendeu-se mostrar aqui que, como a maior parte das pesquisas, das citações e dos conhecimentos acerca de Foucault se dão até a “história da Sexualidade” que encerra a sua segunda fase, poucos são os teóricos que trabalham com a terceira fase e suas respectivas obras. Importante ressaltar que Michel Foucault não dividiu explicitamente suas obras em fases distintas, mas é comum encontrar uma divisão em três fases em sua produção intelectual.

Pimenta (2020) fez um resumo que nos auxiliará a compreender melhor como cada fase se desenvolveu, lançando a atenção para os eixos que Foucault nomeia de “focos de Experiência”, procurando estudar sucessivamente os três eixos: “primeiro – o da formação dos saberes; o segundo - as matrizes normativas de comportamento [o poder] e o terceiro – constituição do modo de ser do sujeito [...] as diferentes formas pelas quais o indivíduo é levado a se constituir como sujeito”. Trata-se das dimensões de uma experiência e como estariam ligados estes elementos, uns aos outros. Justamente no

terceiro eixo, Foucault (2010, p.6) ressalta que o foco está sobre a “constituição do modo de ser do sujeito”, a partir das análises propostas para o segundo eixo, as “diferentes formas pelas quais o indivíduo é levado a se constituir como sujeito” para, a seguir, verificar as “formas de subjetivação através das técnicas/tecnologias da relação consigo ou através do que se pode chamar de pragmática de si” e, é nisso que consiste o que ele nomeia como “experiência” em suas variadas temáticas que constituem os “focos de experiências [...] importantes na nossa cultura” (Pimenta, 2020). Resumidamente segue-se a cronologia:

1. Arqueologia do Saber (1969): nesta fase inicial, Foucault desenvolve a metodologia arqueológica, investigando as estruturas profundas do conhecimento e das práticas discursivas. "As Palavras e as Coisas" (1966) é frequentemente associado a essa fase, onde ele analisa as mudanças nas ciências humanas ao longo da história e o livro "A Arqueologia do Saber" traz os principais conceitos utilizados por Michel Foucault para análise arqueológica;
2. Genealogia do Poder (início da década de 1970): durante esta fase, Foucault se volta para uma análise mais voltada para o poder e as relações de poder. "Vigiar e Punir" (1975) é um trabalho importante desta fase, onde ele examina o desenvolvimento do sistema prisional e o exercício do poder disciplinar;
3. Ética e Estética do Eu (final da década de 1970 até sua morte em 1984): nesta fase, Foucault concentra-se nas dimensões éticas e estéticas da existência humana. "História da Sexualidade" (publicado em vários volumes, começando com o primeiro volume em 1976, aqui usaremos a edição de 2009a) o volume I ainda está mais relacionado com a segunda fase, é a partir do II e III, onde ele explora as práticas sexuais, a subjetividade e a ética do cuidado de si.

Assim, podemos agora focar no terceiro domínio, e compreender como Foucault, ao longo da sua obra, vai construindo e amadurecendo a noção de uma estética da existência. Tem-se a ideia de que esta estética teve seu apogeu durante a Antiguidade Greco-Romana e que essa, desde sua gênese, esteve diretamente relacionada com a criação de um estilo próprio de vida que, através da prática de técnicas de cuidado de si, levavam o indivíduo a se constituir a si próprio – colocando-o como o artesão de si.

Explorar-se-á a concepção ética de Foucault, destacando a importância do "cuidado de si" como um caminho para a construção de uma "estética da existência", essa

ética não é um isolamento do mundo, mas um retorno ao eu que possibilita uma vida mais autêntica e resistente às normas sociais.

Os principais conceitos abordados por Foucault no contexto do "cuidado de si" incluem, segundo Galvão (2014) a "Ética do Cuidado de Si", onde Foucault define o "cuidado de si" como um conjunto de práticas e regras que o sujeito estabelece para si mesmo, promovendo uma forma de vida que reflete sua vontade e desejo. Essa ética é vista como uma forma de autoformação e autoconhecimento, onde o indivíduo se volta para si antes de agir no mundo. O "cuidado de si" não é um ato de egoísmo ou narcisismo, Foucault enfatiza que essa prática implica numa relação com o outro, pois o cuidado de si deve ser entendido como uma ação que também considera a interação social e a responsabilidade em relação aos outros (Galvão, 2014).

A partir desta compreensão do "cuidado de si" entende-se que ele culmina na "estética da existência", onde a vida é vista como uma obra de arte. O sujeito molda sua subjetividade e estilo de vida de acordo com suas escolhas e desejos, buscando uma forma de vida que seja autêntica e significativa. Além disto, o "cuidado de si" está diretamente relacionado com momentos de liberdade, onde o indivíduo, ao refletir sobre si mesmo, pode agir de maneira mais consciente e autêntica. Essa reflexão é fundamental para resistir a padrões normativos e sociais que buscam moldar o comportamento do sujeito.

Esses conceitos formam a base da ética foucaultiana, onde o "cuidado de si" é visto como um caminho para a liberdade e a autoexpressão. A "estética da existência" se relaciona com a resistência aos mecanismos de poder de várias maneiras, refere-se à maneira como os indivíduos moldam suas vidas como uma obra de arte, criando estilos de vida que refletem suas escolhas e desejos pessoais. Essa prática de autoformação e autoexpressão permite que os indivíduos se afastem das normas e padrões impostos pela sociedade, promovendo uma forma de resistência à normalização. Assim, ao desenvolver uma "estética da existência", os indivíduos podem criar focos de resistência contra os mecanismos de poder que buscam padronizar e controlar os modos de vida. Foucault argumenta que, ao se engajar em práticas de cuidado de si, os indivíduos não apenas se afirmam como sujeitos autônomos, mas também desafiam as estruturas de poder que tentam moldá-los (Galvão, 2014).

Nesse contexto, a estética da existência não apenas oferece a possibilidade de um caminho único que pode orientar as ações de um indivíduo, mas também promove mudanças significativas nesse indivíduo (Ventura, 2008). De acordo com Foucault, as "artes da existência" devem ser compreendidas como práticas racionais e voluntárias nas quais as pessoas não apenas estabelecem para si mesmas regras de conduta, mas também buscam transformar-se, modificando sua singularidade. Elas buscam fazer de suas vidas uma obra que carregue determinados valores estéticos e que corresponda a critérios específicos de estilo (Ventura, 2008; Monteiro, 2023).

Ainda segundo Ventura (2008, p.65) “a estética da existência, sob o signo do cuidado de si e da transformação da existência em uma espécie de exercício permanente, define os critérios estéticos e também éticos do bem viver” de modo que, “logo, a ética do cuidado de si concerne à maneira pela qual cada indivíduo constitui a si mesmo como sujeito de sua própria conduta, estando intimamente relacionada com os seus atos e suas ações para consigo e também para com os outros”. Dessa afirmação decorre que o cuidado de si, abordado a partir da perspectiva foucaultiana, e não representa um ato procrastinatório, nem mesmo uma inércia narcisista ou inação. Pelo contrário, se configura como uma ferramenta de emancipação do sujeito, possibilitando que este se constitua eticamente como o agente responsável por suas ações (Ventura, 2008).

Portanto, quando se considera a estética da existência como uma ética do cuidado de si, isso implica em uma produção inventiva do próprio ser, baseada em novas formas de subjetivação. Esse processo requer o desenvolvimento e a operação a partir de um regime de verdade diferente daquele imposto pelo poder, que busca disciplinar o sujeito ao impor seu próprio regime de verdade como mais verdadeiro do que outros (Monteiro, 2023).

A estética da existência é crucial para a vida cotidiana, pois promove a autenticidade, o empoderamento, a resistência à normalização, o bem-estar, a formação de comunidades significativas e o crescimento pessoal. Ao integrar esses princípios em nossas vidas, podemos criar uma existência mais rica, significativa e alinhada com nossos verdadeiros desejos e valores.

3. O QUE ELES TÊM A DIZER?

Ao fazer uma breve comparação da sociedade atual com a antiga em relação às crianças e os adolescentes, é inegável que agora, estas estão sendo mais respeitadas e compreendidas dentro do seu desenvolvimento. Não há mais discussões sobre a importância do brincar para a criança e das questões próprias da adolescência, todas as perspectivas teóricas da psicologia e da pedagogia concordam que o desenvolvimento delas é uma questão importante e que deve ser levada em conta.

A concepção predominante da adolescência é geralmente entendida como uma fase natural do desenvolvimento, caracterizada como um período de transição da infância para a idade adulta, durante o qual ocorrem diversas mudanças corporais, psicológicas e sociais (Bock, 2004). No entanto, essa fase é frequentemente associada a estereótipos que a retratam como um período turbulento, repleto de conflitos, crises de identidade e rebeldia, o que torna desafiadora a convivência com os adolescentes (Ozella, 2002). Ainda, segundo Bock (2004), as características específicas da adolescência são muitas vezes interpretadas de maneira negativa, sendo vistas como imaturidades inerentes a essa fase da vida. Mesmo as características positivas associadas a esse período são muitas vezes consideradas transitórias e resultado da incompletude própria da adolescência. Isso contribui para uma desvalorização dos jovens, que são frequentemente encarados com desconfiança pela sociedade. Essa imagem desfavorável e estigmatizante da adolescência foi reforçada no passado por abordagens psicanalíticas que a descreveram como uma fase marcada por perdas, estresse e confusão, desencadeadas pela emergência dos impulsos sexuais (Ozella, 2002).

Para além da visão estigmatizada, ainda vivemos em um mundo adultocêntrico, que se refere à visão de mundo centrada nos adultos, em que as necessidades, perspectivas e interesses dos adultos, e todas as normas e padrões são baseadas nos adultos, enquanto as experiências e pontos de vista das crianças e jovens são desvalorizados, ignorados ou considerados menos importantes. Essa atitude se manifesta em diversos contextos, penetrando na educação, na mídia, na política e na sociedade em geral.

Para mudar essa visão é preciso reconhecer que as capacidades e perspectivas dos adolescentes são únicas, isso não significa fazer tudo o que eles querem, mas devemos

incluí-los no processo. Cada vez mais pesquisas mostram o quanto esta inclusão é benéfica para todos, porque buscam promover uma abordagem mais equitativa, na qual as vozes e experiências dos jovens são valorizadas e respeitadas. A ideia é criar ambientes que reconheçam as diversidades e compreendam o que é importante para cada um deles.

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, entrando em vigor em 2 de setembro de 1990. Isto significa que desde a década de 90 cada vez mais estão se pensando e trabalhando para que a infância tenha seus direitos, cuidados e assistências levados em consideração. Estas normas e diretrizes vêm sendo sempre atualizadas e reconhecidas mundialmente para garantir o bem estar e dos direitos das crianças e adolescentes. Atualmente, um dos grandes debates sobre a temática é com relação aos cuidados no ambiente virtual, como proteger e, ao mesmo tempo, dar acesso e voz às crianças e aos adolescentes nos ambientes online. No âmbito nacional também existe esta preocupação e temos como exemplo o “OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS de 2021”¹⁶ que traz orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual com menores de idade (UNICEF 2021).

3.1 A importância de se escutar os jovens sobre a temática

Anteriormente, os estudos sobre jovens eram de um modelo centrado na pedagogia/psicologia dos jovens e na oportunidade de fazer intervenções com o intuito de aperfeiçoar comportamentos, tais como a redução da gravidez entre as adolescentes, o abuso de drogas, e outras atividades de risco. Entretanto, essa visão está evoluindo para um modelo centrado nos desafios e deficiências dos jovens, numa visão do jovem não como um problema a ser estudado e administrado, mas como uma pessoa valiosa, repleta de possibilidades, e como fonte de conhecimento e poder (Dlamini, 2015).

A promoção da autonomia dos jovens ocorre por meio do seu envolvimento ativo em questões que têm impacto pessoal ou que consideram relevantes. Esse engajamento não apenas fortalece a voz desses cidadãos jovens, mas também propicia a criação de

¹⁶ Disponível em: [Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf](#)

espaços seguros nos quais podem discutir e participar na tomada de decisões relacionadas às questões que influenciam suas vidas. Estudos que reconhecem a juventude como detentora de valor e conhecimento adotam abordagens que incorporam o engajamento dos jovens em diversas áreas da vida. Essas pesquisas destacam os variados contextos e métodos nos quais os jovens podem se envolver, servindo como fontes inspiradoras e contribuindo de maneira valiosa para a sociedade (Dlamini, 2015).

Dlamini (2015) afirma que, enquanto no passado os jovens eram considerados obstáculos ao desenvolvimento das pesquisas, onde eram vistos como objeto de pesquisa e não como participantes, hoje, a maioria das pesquisas, mesmo que não tenham a participação ativa dos jovens, leva em consideração suas óticas e suas perspectivas.

Com o intuito de fomentar a participação dos jovens, pesquisas qualitativas têm crescentemente adotado abordagens de investigação e intervenção ancoradas na arte, tais como dramatização, narração de histórias, entrevistas, entre outras. Essas estratégias proporcionam formas alternativas de expressar ideias ou de buscar inovações. Isso traz uma maneira única de compreender as experiências dos jovens. A visualização é reconhecida como uma abordagem criativa que concede ao jovem a capacidade de escolher e controlar o conteúdo que deseja "narrar" (Dlamini, 2015). Nesta pesquisa, a metodologia escolhida (grupo focal) procurou intencionalmente, justamente dar voz aos adolescentes, visando compreender como os jovens entendem a desigualdade de gênero, pedindo que eles falem, participem e deem sugestões de mudança para o futuro.

Para além da visão do adolescente sobre si e sobre o mundo, precisamos pontuar a relação entre a abordagem tecnicista na educação e a influência do sistema capitalista, pois estes fatores, os quais não se podem controlar, acabam por contribuir para o desinteresse dos alunos dentro das escolas. O modelo tecnicista de ensino é caracterizado por uma ênfase na transmissão de conhecimentos de forma estruturada, centrada no professor e focada em objetivos específicos e mensuráveis. Esse método muitas vezes negligencia a individualidade, criatividade e participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, a influência do sistema capitalista na educação pode gerar um ambiente em que os objetivos econômicos e a preparação para o mercado de trabalho têm prioridade sobre o desenvolvimento integral dos indivíduos, levando a uma abordagem utilitária da educação, onde as habilidades técnicas e práticas são mais

valorizadas em detrimento do pensamento crítico, da criatividade e do engajamento dos alunos.

O desinteresse dos alunos pode surgir quando se sentem desvinculados do conteúdo do currículo, percebendo uma falta de relevância para suas vidas ou uma ausência de espaço para expressar suas perspectivas e interesses individuais. Além disso, a ênfase excessiva em testes e avaliações quantitativas, muitas vezes associadas a abordagens tecnicistas, pode criar um ambiente de aprendizagem competitivo que não favorece o desenvolvimento de uma paixão pelo conhecimento (Silva, 2023).

Justamente para promover a reflexão sobre as práticas educacionais e a busca por abordagens mais centradas no aluno, que propiciem a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico, existem tantas pesquisas na área da educação, e elas podem contribuir para um maior engajamento e interesse dos alunos nas escolas.

Não é o objetivo deste trabalho examinar a fundo as políticas públicas e nem seus documentos relacionados à educação, entretanto é crucial compreender algumas questões relacionadas ao conhecimento escolar nas políticas curriculares recentes para o Ensino Médio, especialmente considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua versão destinada a essa etapa da Educação Básica. Reconhecemos a relevância e atualidade de realizar investigações mais abrangentes sobre a produção desse documento e seus impactos na ação escolar, abrangendo os diversos sistemas de ensino (Brasil, 2018). Neste contexto, busca-se examinar mais detalhadamente um aspecto que parece gerar consenso em relação à sua pertinência e atualidade: o protagonismo juvenil.

Segundo Silva, os modos pelos quais o protagonismo juvenil tem sido posicionado como um imperativo curricular na BNCC assenta-se na capacidade de escolha dos estudantes e delineia uma nova configuração de subjetividade, em sintonia com as mutações do capitalismo e com os novos arranjos tecnológicos. O conhecimento escolar aqui esboçado estará no entrecruzamento entre a construção de modos de vida originais e a intensificação dos desempenhos. Em tais condições, nosso desafio encontra-se na construção de novas ferramentas analíticas capazes de ampliar o escopo desta abordagem (Silva, 2023).

“Tornar-se protagonista, sob essa lógica, implica em desafiar-se a construir permanentemente modos de vida originais. A escolha da área do conhecimento, a possibilidade de flexibilizar os processos curriculares e a

composição dos itinerários formativos podem ser redesenhados desde outras racionalidades pedagógicas? Reconhece-se que o conceito de protagonismo ainda apresenta potencialidade política e, com os devidos cuidados analíticos, precisam ingressar nessa arena de debates sobre o que conta como conhecimento na escola destinada às juventudes do século XXI” (Silva, 2023).

Em outra pesquisa, que mostra o desinteresse dos jovens na escola, Reis (2014) compreende que este desinteresse pelo conhecimento está relacionado a uma inadaptação e sofrimento gerados pelo desajuste entre seus interesses e capacidades e as condições oferecidas pela escola, o que resulta em insucesso acadêmico. Em outras palavras, a relação ambígua dos alunos com a escola pode gerar um conflito interno entre a crença na proposta da escola e a percepção de que não estão correspondendo às expectativas, o que pode afetar grandemente o seu desempenho.

As narrativas sobre violência e bem-estar podem afetar a percepção dos jovens sobre a criminalidade e a desesperança juvenil de diversas maneiras. Por exemplo, por meio de relatos de suas experiências com o bem-estar, os jovens podem questionar e contestar narrativas que explicam o sucesso dos jovens como mero resultado do esforço individual, e fazem um retrato negativo da comunidade à qual eles pertencem. Neste caso, pode-se apresentar uma interação dinâmica destas narrativas, por meio da metáfora de rosas que crescem em meio a um ambiente hostil. Além disso, a falta de recursos e instituições de excelência pode levar os jovens a negociar as deficiências relacionadas a recursos recorrendo a pontos fortes, seja deles próprios, seja das comunidades, o que pode afetar sua percepção sobre a criminalidade e a desesperança juvenil (Dlamini, 2015).

Por isso é tão importante que cada vez mais pessoas estudem e tentem desenvolver projetos para melhorar a educação, a qualidade de vida e a interação dos jovens com os conceitos, currículos e materiais para o seu próprio desenvolvimento. Entretanto deixaremos aqui uma reflexão sobre a diferença entre desenvolver um projeto e desenvolver políticas públicas efetivas, porque não nos cabe agora responder o quanto cada projeto individualmente pode contribuir com um “cuidar de si” efetivo, mas podemos questionar que, se nada for feito, nada mudará.

3.2 O uso da tecnologia para alcançar mais jovens

“Compreende-se que a leitura e a escrita são práticas sociais que norteiam os modos de dizer e de pensar tanto do sujeito quanto de uma dada sociedade, obviamente, o processo de leitura e escrita envolve as práticas discursivas que determinam a constituição do indivíduo enquanto sujeito, bem como sua identidade. Os processos de leitura e escrita (entendidas como qualquer forma de expressar-se e interpretar por meio de signos verbais e não verbais, ou por meio de práticas mais complexas como as discursivas e não discursivas), os quais transformam-se em tecnologias, dispositivos fulcrais que ajudam a tecer a vida, nossos modos de existir, ser, sentir, agir e compreender a si e ao mundo que nos rodeia.” (Momesso, 2020).

A prática da *escreitura* e da gamificação é um processo que busca colocar o jovem como protagonista do conhecimento, como participante do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Momesso (2020), na medida em que o leitor repensa, reescreve, ressignifica, discute o que leu, ele está automaticamente participando dessa *escreitura*, e essa é uma atividade privilegiada por trazer enriquecimento intelectual e cultural. Neste caso, entendemos como *escreitura* não somente o texto formal, podemos compreender também as reflexões que os alunos estão fazendo durante o grupo focal, mesmo que este não seja o objetivo principal, a discussão, as entrevistas em grupos promovem a reflexão, podendo alevantar um dispositivo do cuidado de si para ajudar o *escreitor* a construir-se enquanto sujeito ético, cidadão e participante de seu tempo. Quando o *escreitor* pensar e responder sobre o tema, entrará em processo ativo de reflexão, maceração sobre o tema e a problemática lá colocada. Além disso, a prática da *escreitura* pode levá-lo a um exame de consciência, de comparações, de reescrita da história, de imaginar-se no lugar do outro.

No momento em que o *escreitor* envolve-se com as questões trazidas, envolve-se consigo mesmo num processo elaborativo de reflexões sobre si e em suas relações com o outro. Assim, a participação dos jovens na elaboração da videogravação pode ser considerada uma gamificação, “considerada uma prática pedagógica emergente” que “sustenta-se na inserção de elementos de jogos, técnicas de design de games em um contexto que não é um jogo (entretenimento) para criar na aprendizagem um ambiente mais leve e lúdico” (Momesso, 2020).

Um exemplo de pesquisa, em que a voz dos jovens é escutada, atendida e principalmente os resultados desta metodologia e como esse tipo de ação pode ter impactos e com resultados na vida deles, pode ser observada no podcast Dadocracia – Ep. 139¹⁷ intitulado “Tecnologia e educação: a importância de ouvir os jovens” onde as pesquisadoras da Data Privacy, Marina Meira e Júlia Mendonça discorrem sobre infância, educação e tecnologia. Marina e Júlia fazem parte de um trabalho que está desenvolvendo metodologias de escuta para incluir crianças e adolescentes em discussões sobre plataformas tecnológicas utilizadas em sala de aula. Para Marina, essa participação ativa dos jovens é fundamental por uma série de motivos, principalmente, por serem crianças e adolescentes que já estão usando estas tecnologias.

As pesquisadoras pontuam que “se você tem uma criança ou adolescente podendo opinar e passar para você o que para ele faz sentido, e ao mesmo tempo, quais são as preocupações e os receios deles em relação ao uso de tecnologias”, porque não usufruir deste conhecimento? No projeto, as autoras evidenciam a necessidade de pensar em como incluir crianças e adolescentes nas discussões sobre uso de tecnologias ou nas ações que envolvem tecnologias de forma mais ampla (Dadocracia Podcast). Neste sentido, também acreditamos que esta pesquisa colaborar de forma prática ao desenvolver uma metodologia no campo das tecnologias focada na educação, mais especificamente no ensino público do Brasil, levando em consideração suas particularidades e possibilidades.

Além da discussão sobre a ideia de reconhecer a voz e dar vozes às crianças e adolescentes faz-se necessário ressaltar a importância dos professores, eles também fazem parte do processo e precisam ter contato com essas discussões, assim como toda a comunidade escolar, dentro e fora das salas de aula. Não tem mais como fazer a escola e os alunos “engolirem” qualquer que seja o conteúdo ou aprendizado, é importante colocá-los como parte ativa da discussão e não só como atores passivos que devem ser protegidos de longe como se não tivessem capacidade de articulação.

A tecnologia está cada vez mais presente no dia a dia de todos na sociedade, e os jovens são fundamentais nesta perspectiva. Tanto o consumo quanto a produção de novas tecnologias passam pelas mãos e pelas ideias destes jovens, são eles que “ditam” as novas tendências e os novos modelos de tecnologias. Em contrapartida, têm-se ainda a ideia de

¹⁷ <https://www.dataprivacybr.org/dadocracia-ep-139-tecnologia-e-educacao-a-importancia-de-ouvir-os-jovens/>

que na escola não se deve usar o celular, e deve-se restringir o uso do computador somente as pesquisas acadêmicas. Mas destituir as tecnologias das escolas não é tão fácil, uma vez que os jovens “vivem” conectados, e a simples ideia de banir ou retirar a conexão deles não é uma opção. Nós acreditamos que a opção mais inteligente seria mostrar “com o que” e “como” se conectar, dando aos adolescentes a possibilidade de entender a tecnologia como aliada, não só aos estudos, mas na forma que eles querem viver, pensar e agir. Usar esta ferramenta como aliada das reflexões, dos questionamentos e na busca do “cuidado de si”.

O artigo "Adolescentes na Rede: Riscos ou Ritos de Passagem" (2019) apresenta diversos riscos associados ao uso excessivo das redes sociais pelos adolescentes. A utilização indiscriminada da internet pode acarretar diversos riscos, desde sua exposição a conteúdos inadequados, como pornografia, discriminação e ódio, até a interação online com contatos potencialmente nocivos, incluindo aliciamento e assédio por parte de desconhecidos. A conduta problemática também se manifesta com casos de *cyberbullying* e invasão de privacidade. Adicionalmente, as experiências de risco extrapolam as telas dos dispositivos, resultando em situações offline que podem ser prejudiciais. Essas questões destacam a necessidade de uma abordagem consciente e educacional para a segurança dos adolescentes nos ambientes virtuais, o que requer atenção por parte dos pais, educadores e da sociedade em geral (DIAS *et al.*, 2019). Por outro lado, é importante compreender que os ritos de passagem desempenham um papel crucial na vida dos jovens, especialmente durante a transição da puberdade para a vida adulta. Além de proporcionarem uma elaboração simbólica do real desse período, esses rituais auxiliam no trabalho psíquico necessário para enfrentar as mudanças. Ao participar desses ritos, os jovens têm a oportunidade de se desligar da autoridade dos pais, permitindo-lhes uma inserção mais profunda no laço social mais amplo. Essa transição não apenas marca a entrada na vida adulta, mas também oferece aos adolescentes a chance de encontrar seu lugar na comunidade. Além disso, os ritos de passagem, como cerimônias de iniciação, estabelecem balizas claras que sinalizam a travessia de um ponto a outro, conferindo ao jovem um reconhecimento sólido no laço social como membro ativo e integrado à comunidade (DIAS *et al.*, 2019).

A transição da adolescência para a vida adulta nas sociedades ocidentais contemporâneas é caracterizada por uma lacuna temporal, na qual os jovens enfrentam dificuldades em encontrar referências simbólicas e rituais de passagem claros. Nesse

contexto, os ritos de passagem desempenham um papel crucial, facilitando a transição dos jovens para a vida adulta ao proporcionar-lhes um reconhecimento no laço social e auxiliando-os na busca por um lugar na comunidade. Paralelamente, o estudo destaca os riscos associados ao uso das redes sociais por adolescentes, incluindo exposição a conteúdos inadequados, contatos potencialmente nocivos e condutas problemáticas.

A adoção da conversação de orientação psicanalítica como metodologia de pesquisa na investigação de Dias et al. (2019) ofereceu aos pesquisadores a oportunidade de obter *insights* valiosos sobre os usos que os adolescentes fazem das redes sociais e os desafios que eles enfrentam nesse ambiente, proporcionando uma compreensão mais profunda dos aspectos psicossociais dessa fase da vida. Essas conclusões destacam a importância de considerar os ritos de passagem na adolescência, os riscos associados ao uso das redes sociais e a relevância da conversação como uma ferramenta para compreender as experiências dos adolescentes nesse contexto (Dias *et al.*, 2019).

Em outra pesquisa, Gomes, Pedrosa Filho e Teixeira (2021) observaram que os avanços da virtualidade na contemporaneidade têm um forte impacto na exibição dos adolescentes nas redes sociais. As telas anônimas dos tablets e smartphones implicam em um modo de espelhamento semelhante ao "reflectograma", ou seja, ao efeito de imagem infinita quando posicionamos um espelho diante do outro. Isso pode levar os jovens à repetição e não à estabilização no campo do Outro, repercussões que podem gerar impasses de separação do olhar. Em contrapartida, a contemporaneidade exige uma dramática exigência de transparência e visibilidade, o que pode influenciar a necessidade de exibição dos adolescentes nas redes sociais (Gomes, Pedrosa Filho e Teixeira, 2021).

A diferença entre "dar-se a ver" e "exibição" na adolescência, em relação ao olhar do Outro da cultura, reside na natureza desses mecanismos. "Dar-se a ver" é descrito como um movimento de transição lógica do familiar ao social, no qual o sujeito se põe à prova a partir do olhar do Outro, fazendo apelo ao espelho para autenticação na cultura de uma nova imagem de si. Por outro lado, a "exibição" é considerada uma operação dominante no ato de exibição, levando os jovens à repetição e não à estabilização no campo do Outro. Essa diferença sugere que o "dar-se a ver" está mais relacionado à autenticação na cultura, enquanto a "exibição" está mais associada à repetição e à busca por visibilidade nas redes sociais (Gomes, Pedrosa Filho e Teixeira, 2021).

A operação dominante do visualizar nas redes sociais pode influenciar a repetição e a estabilização no campo do Outro na adolescência de várias maneiras. Em primeiro lugar, o visualizar é descrito como uma operação que não está em equivalência nem com o ver, nem com o olhar, mas se situa como uma operação dominante que convoca o ato de exibição. Isso pode levar os jovens a se concentrarem mais na aparência e na imagem, em detrimento de outras dimensões da vida. Além disso, a uniformidade nas redes sociais, a saturação repetitiva, as cristalizações de imagens e as exibições de poder, prazer, alegria, beleza e juventude podem expressar uma estagnação monótona que não leva a uma evolução no campo do Outro. Em outras palavras, a operação dominante do visualizar pode levar os jovens a se concentrarem mais na repetição de imagens e na busca por visibilidade, em vez de se concentrarem em outras dimensões importantes da vida, o que pode afetar sua capacidade de se desenvolver e se estabilizar no campo do Outro (Gomes, Pedrosa Filho e Teixeira, 2021).

Métodos inovadores de participação dos jovens, como o PhotoVoice[®], podem ajudar a compreender melhor a vida deles e suas perspectivas e habilidades, permitindo uma melhor compreensão de suas atitudes, pontos de vista e capacidades. Adicionalmente, esses métodos podem potencializar o desenvolvimento das capacidades de pesquisa dos jovens, proporcionando oportunidades para aprendizado em grupo, coleta e análise de dados, participação em ações comunitárias que impactam a vida de outros jovens e, acima de tudo, facilitar a construção de redes de contatos com pesquisadores, jovens envolvidos na comunidade e outros colegas. Essas conclusões destacam a importância de abordagens participativas e inovadoras para compreender e envolver os jovens em questões comunitárias (Dlamini, 2015).

4. COM A PALAVRA: OS JOVENS

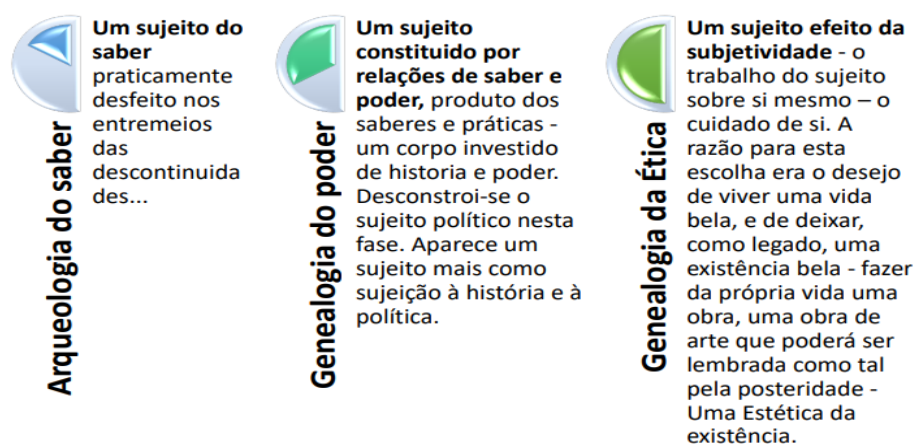
Antes de iniciar o capítulo e as análises propriamente ditas, acredita-se fazer necessário a compreensão do que Foucault defende como análise de discurso. Segundo Momesso (2023) em seu minicurso “Discurso e Ensino: Possibilidades de uso da caixa de ferramentas foucaultianas no cotidiano da Educação Escolar” ministrado no Colóquio Nacional de Estudos Discursivos Foucaultianos (CONEDIF) Foucault e (DIVER)CIDADI: Discursos, Sujeitos e Resistências realizado na Universidade Federal da Paraíba, para Foucault (2006) seus estudos e escritos podem ser utilizados como “pequenas caixas de ferramentas”, na qual cada ferramenta tal qual uma chave inglesa pode abrir luz às táticas com seus dispositivos existentes em práticas discursivas e não discursivas presentes em uma imensidão de textos, dizeres, silenciamentos que tecem os discursos e não ditos presentes em documentos e arquivos desconhecidos de uma ação política constituída por uma lógica de estratégia em dada sociedade, em dado momento e/ou dada comunidade social, acadêmica e/ou instituições religiosas, privadas, públicas etc. Momesso (2023) explica que a análise de discurso foucaultiana (ADF)¹⁸, portanto, não se constitui em um método específico, sistematizado, fechado em si mesmo, com caminhos traçados a serem seguidos. No entanto, a ADF deve ser considerada ao modo de Foucault(2006) como caixas de ferramentas que utilizamos conforme a necessidade para pensarmos, refletirmos e problematizarmos nosso objeto de estudo. Pois, na verdade, Foucault(2006) nunca teve a intenção de desenvolver um método, durante sua vida ele mesmo foi modificando sua forma de olhar e analisar o mundo.

Os estudiosos que se valem de suas caixas de ferramentas dividem seus estudos em três domínios, denominados de Arqueologia do Saber, Genealogia do Poder e Genealogia da Ética. Outrossim, vale a advertência de que tais domínios são utilizados apenas para fins didáticos e suas categorias de análise tais como as que utilizamos aqui como prática discursiva, prática não discursiva, prática de si, arquivo, discurso, poder, saber, cuidado de si e outras estão presentes e entrelaçadas nesses três domínios, obviamente que se pode observar a evolução desses conceitos e a forma de aplicá-los em nossas análises.

¹⁸ De ora em diante análise de discurso foucaultiana leia-se ADF.

A pesquisadora Pimenta (2020) elaborou um infográfico explicativo para facilitar a compreensão desses domínios e das ferramentas pensadas e desenvolvidas por Foucault em diferentes momentos históricos e, nitidamente, pode-se perceber ao longo das três fases foucaultianas como o investigador, historiador e filósofo Michel Foucault vai desconstruindo a compreensão de sujeito concebido pela tradição filosófica e foco presente em todas os seus estudos. Há uma “metamorfose” do sujeito. Os dizeres, os discursos e as práticas não surgem por acaso, uma vez que o imaginário integra o funcionamento da linguagem e, na perspectiva da ADF, representa uma condição fundamental para a significação do discurso. Destaca-se que esse processo constrói dizeres verbais e não verbais que constituem os discursos tanto dos sujeitos quanto dos objetos discursivos, sempre situados em uma conjuntura sócio-histórica, que reflete a forma como as relações sociais se desenvolvem ao longo da história e são estruturadas pelas dinâmicas de poder (Pimenta, 2020).

Figura 8: Representação esquemática das fases Foucaultianas, de acordo com Pimenta (2020)



Fonte: Pimenta (2020).

Assim, a ADF, quando direcionada ao terceiro domínio, a ética da existência, nos convida a explorar e problematizar como os discursos moldam nossas relações conosco mesmos e com o mundo. Em vez de buscar verdades absolutas, essa abordagem investiga como os discursos produzem sujeitos, práticas e saberes que influenciam nossas escolhas e nosso modo de ser no mundo, o discurso é aquilo que promove a produção da subjetividade, sendo o sujeito efeito desta subjetividade, ou seja, “a relação consigo

mesmo [...] é uma prática discursiva e não-discursiva, é um trabalho que o sujeito realiza sobre si mesmo no exercício de sua liberdade." (Foucault, 2006).

Foucault esclarece que [...] o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade - a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural (Foucault 2014, p.284).

Para realizar uma análise de discursos focada na ética da existência, é fundamental identificar as práticas discursivas e não discursivas que moldam a relação dos indivíduos consigo mesmos, considerando essas práticas como influenciadoras e, muitas vezes, determinantes das escolhas e ações do sujeito em dado momento histórico.

Em seguida, deve-se analisar como os discursos produzem subjetividades específicas, promovendo determinadas identidades e formas de ser que são valorizadas socialmente. É importante investigar as tecnologias do eu, ou seja, as técnicas e práticas adotadas pelos indivíduos para moldar a si mesmos, observando como tais práticas são atravessadas pelos discursos. Além disso, é necessário identificar os regimes de verdade, compreendendo os critérios que definem o que é considerado verdadeiro e válido no contexto da ética da existência. Por fim, deve-se analisar as relações de poder que emergem dos discursos, examinando como estes produzem e reproduzem formas de dominação, bem como as possibilidades de resistência que se apresentam (Foucault, 2009a; Orlandi, 2012).

Para compreender a ADF é importante conhecer conceitos básicos de Foucault, para tanto criamos um infográfico com as descrições e citações dos principais conceitos Foucaultianos:

Figura 9: Principais conceitos Foucaultianos e suas definições

Arqueologia • "A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras." (Foucault, 2010). • Busca entender as condições que tornam certos discursos possíveis em um determinado período histórico. Isso envolve a análise das regras e práticas que governam a formação de enunciados, permitindo identificar como e por que certos saberes emergem e se tornam dominantes.	Relações de Poder • "O conhecimento não é uma entidade neutra, mas, sim, uma forma de poder. As instituições e discursos moldam o que é considerado conhecimento legítimo e verdadeiro." (Foucault, 2008). • Enfatiza a ideia de que o conhecimento é uma forma de poder e que a análise de discurso pode revelar como certos discursos se tornam dominantes e moldam a realidade social; um ponto forte para defender a análise de discurso como um método que não apenas descreve, mas também critica e desafia as estruturas de poder existentes.	Práticas Discursivas • "Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência." (Foucault, 2010). • Foca não apenas no conteúdo dos discursos, mas também nas práticas sociais que envolvem a produção, circulação e recepção de enunciados, implica uma análise das dimensões sociais, políticas e econômicas que influenciam os discursos, permitindo uma compreensão mais ampla de como eles operam na sociedade.
Subjetividade e Identidade • "O sujeito não é uma substância que já existe e que se exprime, ele é antes, e por excelência, o efeito de uma história, o produto de uma forma de poder." (Foucault, 1988). • Ao analisar como os discursos sobre temas específicos (como educação, saúde, etc.) influenciam a formação de sujeitos, é possível entender as implicações sociais e pessoais desses discursos. A identidade não é algo dado ou fixo, mas sim um efeito de práticas históricas e de relações de poder que se manifestam de maneira contínua nas estruturas sociais.	Desconstrução de Narrativas • A história não é uma simples sucessão de acontecimentos, mas é o conjunto de discursos que permitem que se faça história, com seus jogos de verdade, seus jogos de poder." (Foucault, 2008) • Sugere que a história e as narrativas não são apenas uma sequência de fatos, mas uma construção discursiva que está imersa em relações de poder e controle. A desconstrução dessas narrativas envolve entender como as verdades são produzidas e questionar as estruturas que as sustentam, algo que é uma constante em sua obra.	Resistências • "Onde há poder, há resistência, e ainda que essa resistência não tenha a forma de um conflito direto, ela se inscreve em diferentes formas, nas práticas, nos discursos e nas ações." (Foucault, 1975) • Fala sobre como os discursos não apenas regulam, mas também criam possibilidades de resistência. Isso é particularmente relevante em estudos sobre movimentos sociais, onde a linguagem e a narrativa desempenham um papel crucial na mobilização e na construção de identidades coletivas. Abordagens que ignoram a dimensão discursiva podem perpetuar desigualdades e injustiças, uma vez que não questionam as narrativas dominantes que sustentam essas estruturas.

Fonte: Elaboração própria

Assim, entende-se que na ADF a relação de quem diz e as condições de enunciação são fundamentais para a compreensão de como o poder e o conhecimento se inter relacionam.

Foucault explica que o discurso não é apenas uma troca de informações, mas um campo em que as relações de saber, poder e de si se manifestam, onde o saber é produzido, regulado e distribuído e o sujeito por meio da vontade de verdade, pode ser conduzido por outrem (mídia, instituições, grupos, partidos etc) ou voltar-se para si mesmo conhecer-se, cuidar de si e conduzir-se para encontrar práticas de liberdade e tornar-se uma obra de arte.

Na transição do primeiro para o segundo domínio, Foucault (2014) em sua aula inaugural no Collège de France denominada “A ordem do Discurso”, nos adverte que em qualquer sociedade e em qualquer momento histórico o discurso é sistematizado, controlado por diversos dispositivos internos e externos a ele que determinam "quem pode falar, sob quais condições e em que espaços", cuja determinação é decisiva para a formação de uma dada verdade aceita socialmente. Portanto, escutar os jovens implica não apenas em uma receptividade passiva, mas também na consideração do lugar que estes ocupam nas dinâmicas de saber-poder e da construção de si. Além disso, nos permite perceber o acesso às estruturas do conhecimento sobre si mesmo e suas relações com o mundo e com os outros, as quais constroem as sociedades, as instituições, as comunidades que elegem uma determinada ordem discursiva e não outra. Abordando de outro modo, pode-se levantar as condições de possibilidade de dado discurso e das práticas discursivas e não discursivas que se desdobram a partir dele.

Acerca das condições de possibilidade discursiva do corpus em análise inicia-se problematizando as mudanças discutidas a partir de um dos filósofos da contemporaneidade, como por exemplo, Bauman (2007; 2004) chama-nos a atenção para o fato que vivemos uma vida líquida caracterizada pelo medo de nos tornarmos obsoletos dada a rapidez com que ela acontece, tem-se o medo de perecer e sermos descartados, a competição nos dá a falsa sensação de garantia de que não sermos ejetados da sociedade. Sentimos falta de segurança e de comunidade, qualidades fundamentais para uma vida feliz. As redes sociais, a inteligência artificial e aumentada são os dispositivos de ilusão de ótica de nossa realidade, é o lugar que nos parece seguro e nos dão a sensação e a visibilidade para outrem de que pertencemos a dada comunidade, somos parte estável desta, mesmo que esta comunidade seja desterritorializada. Acorda-se com Bauman (2007) que não podemos lidar individualmente com os problemas que permeiam nossas vidas, no mundo globalizado e digital somos interdependentes, e devido a isso não somos os senhores de nossos destinos. Para construirmos qualquer tipo de comunidade saudável

e sustentável desprovidas da patologização da vida contemporânea, precisamos invocar duas tarefas básicas: “a igualdade de recursos necessários para transformar o destino dos indivíduos de jure em indivíduos de facto, e um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais. O valor da comunidade original, quaisquer que fossem seus deméritos, residia nessas intenções (Bauman, 2007, p.134).

A insegurança, a falta de comunidade, a fluidez da vida líquida nos coloca a cada dia um pouco mais à beira do abismo, longe do pensamento dialético, da argumentação e do diálogo, individualizados e apegados aos nossos desejos e necessidades individuais e pessoais nos distanciamos da solidariedade, do compartilhamento e do cuidado mútuo. Assim, a desigualdade social, racial, religiosa, de gênero e outras a cada dia torna-se uma realidade gritante e sufocante, mas quase sempre ignorada. Tal realidade, vai gangrenando nossa capacidade de agirmos em defesa dos direitos humanos, pois temos como contraponto a realidade digitalizada e ditada pelos algoritmos nos influenciando, simulando outras realidades e conduzindo nossos comportamentos, pensamentos e etc.

Han (2022), filósofo sul-coreano, a partir das ideias sobre regime disciplinar e poder foucaultianas, adverte sobre as mudanças promovidas pela aceleração tecnológica que transformaram os indivíduos, os estilos de vida e a maneira de enxergá-la no século XXI. Segundo o estudioso sul-coreano a sociedade contemporânea vive sob a égide dos algoritmos, a qual provoca uma dinâmica centrada no narcisismo, no hedonismo, no encantamento das redes sociais e no consumo incessante das tecnologias digitais. A ordem discursiva determinada no contemporâneo está assentada no capitalismo da informação desenvolvido em capitalismo de vigilância voluntária que “degrada os seres humanos em gado, animais de consumo de dados” (Han, 2022, p.7).

Na passagem do regime disciplinar (o panóptico) para o regime de informação não mais assentado na vigilância pautada no isolamento espacial e no adestramento dos corpos, agora, ela se faz voluntariamente pelo vigiado, que faz questão de se deixar ver, este busca a visibilidade, pois para o “gado” ser transparente é tornar-se visível na avalanche de informações. A velocidade dessas informações, o acesso ilimitado e a constância leva a saturação e, ao mesmo tempo, se tem a sensação de transparência e segurança. Todo esse processo silencia a voz do vigiado que passa a apenas entrar dentro janelas e janelas de informações, clicar, reproduzir sem refletir, pois a condução do que

se consome de informação e do que produz é ditada pelos algoritmos que atuam nas redes gerando (des)informação para atrair a atenção dos seus usuários.

Han (2022) chama a atenção para o papel da comunicação afetiva que prioriza os afetos, a realidade desejada não consegue ver além da emoção, assim o debate, a reflexão gangrena o ser político e a possibilidade de democracia, pois o acesso à verdade se encontra num jogo do vale tudo.

Nessa esteira, Han (2022a) alerta para os impactos da conexão digital e dos dispositivos comunicacionais digitais, pois estes proliferam o igual causando transformações patológicas no corpo social, pois se suplanta a repressão e a negação do outro com a afirmação e positividade do igual. O resultado da expulsão do outro coloca em curso a “autodestruição”. Assim, “a produção não é mais produtiva, mas destrutiva; a informação não é mais informativa, mas deformadora; a comunicação não é mais comunicativa, mas meramente cumulativa.” (Han, 2022a, p.8). O filósofo sul-coreano exemplifica esse processo com o consumo de vídeos, séries e filmes, em que a nossa percepção cede lugar ao “assistir compulsivamente”, é oferecido aos usuários das redes o consumo de séries e programas ao seu gosto para a geração de *likes*. O assistir compulsivamente nos leva à inconsciência; a negação do outro prolifera o igual (diferente do mesmo), que não possui a capacidade da dialética. Segundo Han (2022, p. 9) “o mesmo tem uma forma, uma recolhimento interior, uma interioridade que ele deve à *distinção em relação ao outro*. O igual é, em contrapartida, sem forma”.

O assistir compulsivamente gera a falta de diálogo, do pensamento, do conhecimento cedendo lugar a acumulação de informações, de dados, de amigos, de seguidores, no entanto, não há produção de saber, não há geração de conhecimento, não há dialética com o outro, não há possibilidade de argumentação. Há uma exacerbação da visibilidade de um “eu” encontrado no igual e na igualdade gerada pela inclinação, sem chegarmos à experiência de viver a realidade concreta.

Ao dar voz aos jovens, abre-se um espaço para que suas narrativas e formas de conhecimento ou de acumulação de informação sejam expressas, questionando normas estabelecidas e promovendo a descentralização da autoridade discursiva, mas mais do que isto, pode-se abrir a possibilidade do sujeito conhecer a si mesmo para poder escolher conduzir-se.

Essa abordagem também permite refletir sobre como as sociedades tendem a silenciar certos grupos, como os jovens, ao não reconhecer plenamente suas palavras como fonte legítima de conhecimento. Para Foucault, o discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas um instrumento de controle social, e a hierarquia do saber envolve quem é ouvido e quem é ignorado. Quando se opta por escutar os jovens, essa decisão está intrinsecamente ligada à possibilidade de subverter as estruturas de poder que historicamente marginalizam suas perspectivas. Deste modo, dar voz aos jovens dentro das práticas discursivas e não discursivas sociais pode ser entendido como uma tentativa de reconfigurar as relações de poder, permitindo uma maior pluralidade de vozes e a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática (Foucault, 2008).

Outrossim, abrir a possibilidade do jovem perceber quem é, como se comporta, se o mesmo se conduz ou é conduzido.

4.1 A experiência de fora para dentro da escola

A experiência da pesquisadora com a escola pública investigada deu-se de forma extraoficial, pois a gestão, a coordenação e os professores a atenderam informalmente. A direção autorizou o livre acesso, no entanto, todas as vezes em que a documentação da investigação fora apresentada, o responsável pela escola, informava que naquele momento tinha outra atividade importante a fazer e a formalização do processo sempre foi deixada para outro momento oportuno segundo a ótica da gestão da escola. Dessa forma, sucedeu-se a investigação sem a oficialização direta.

Entre março de 2022 e dezembro de 2024 a pesquisadora atuou como voluntária na escola pesquisada. Além do voluntariado, atuou como mãe, participou ativamente das reuniões do conselho escolar e da APM. Foi solicitado pela gestão escolar seu trabalho como psicóloga, organizando o “Projeto de Orientação Vocacional para os alunos dos Terceiros Anos”. Este projeto consistiu em três encontros com cada turma, onde se conversava sobre as profissões, aplicava-se o teste vocacional em todos os estudantes e na devolutiva, apresentava-se as melhores opções dos cursos e de universidades, bem como, a forma de processo seletivo de cada universidade.

O projeto “Setembro Amarelo”, foi organizado pela escola em parceria com a pesquisadora, sendo que em alguns anos esta foi palestrante e em outros convidou palestrantes para ajudá-la; foram realizadas dinâmicas com os alunos e capacitação dos professores para trabalhar a temática da saúde mental. Além disso, em 2022 participou como convidada da “Feira Ciências na Escola” promovida pelo CNPq, UNIARA, EPTV e Prefeitura de Araraquara.

No ano de 2023, foi convidada para o passeio ao CEAJ “Centro de Estudos de Astronomia de Jahu”, neste mesmo ano participou como palestrante da comemoração do “Dia Internacional da Mulher”. Nos Anexos estão fotos e detalhamentos das atividades realizadas pela pesquisadora na escola.

No ano de 2024, visitou com a escola a “Flisol - Feira Literária da Morada do Sol”, e sempre que solicitado pela escola, por algum professor ou até mesmo pelos alunos, a pesquisadora participou das atividades extraclasse da escola: gincanas, show de talentos, culminâncias e etc. Todas as atividades desenvolvidas dentro da escola impulsionou uma maior aproximação com os investigados, o que culminou no bom relacionamento da pesquisadora tanto com os gestores, colaboradores, o corpo docente e discente¹⁹.

Diante do exposto, pode-se observar que os gestores, os professores, os discentes e demais componentes da equipe de trabalho escolar acolheu a pesquisadora no lugar discursivo de mãe (família) colaboradora, como profissional da psicologia voluntária, mas não como investigadora científica sobre a temática da desigualdade de gênero.

Ao longo de todo esse período, a pesquisadora informou, dialogou e colocou todos os atores da escola investigada a par das fases da pesquisa, deixando transparente e claro do que se tratava a investigação de doutorado. Desta feita, o corpo gerencial e letivo da escola sempre estiveram cientes do andamento do projeto referente à desigualdade de gênero. Os atores mostraram-se abertos à entrada da pesquisa e com o desenvolvimento do segmento prático junto ao corpo discente escolar, mas sem a oficialização da investigação.

No ano de 2024, mais precisamente em fevereiro, o Comitê de Ética da Unesp liberou a execução da coleta de dados do projeto, entretanto a partir desta data até meados

¹⁹ No anexo quatro encontram-se as datas e fotos destes eventos

de agosto/2024 a escola não liberou formalmente a entrada da pesquisadora para a execução do projeto, entretanto, em nenhum momento mencionou que não poderia ser realizado dentro da escola.

Nota-se no processo acima descrito, mesmo sem a proferição da palavra “NÃO” explicitamente, a esquiva dos atores responsáveis pela escola em formalizar a pesquisa dentro da mesma. Tal fato se deu por meio de várias justificativas: implantação das plataformas digitais obrigatórias do estado de São Paulo, em outros momentos, a aplicação das provas seriadas, tais como o provão paulista e outras avaliações aplicadas frequentemente, assim houve o adiamento da entrada para a intervenção dentro do ambiente escolar.

No entanto, alguns momentos extraclasse foram liberados (sempre nos horários dos intervalos) para conversar com os alunos que se mostrassem dispostos a participar. Não obstante, a pesquisadora conseguiu reunir os grupos focais na sala de leitura (biblioteca). Toda sexta-feira das 9h40min até às 11h30min os alunos têm “os clubes Juvenis²⁰”, que se trata de um espaço privilegiado, pois está voltado especialmente para a prática e a vivência do protagonismo juvenil em torno de um interesse em comum. São momentos em que os alunos estão disponíveis em grupos de afetividade e, assim sendo, estavam abertos a conversar com a pesquisadora.

A análise de discurso foucaultiana (ADF) quando nos aponta que todo discurso é um processo atravessado por relações culturais, ideológicas, sociais, econômicas, etc, cujas relações se fazem presentes na formação social de uma ou mais comunidades, grupos ou instituições, nos coloca que os efeitos de sentido de um conjunto de enunciados que formam um discurso trazem em seu bojo acontecimentos, práticas e sujeitos que produzem verdades em um dado momento histórico. Essas verdades entram num jogo de verdade sobre os objetos de que falam. Nesse momento, entra em cena uma relação de forças, pois de um lado o enunciador pertencente a uma dada instituição precisa manter a ordem discursiva dessa instituição onde trabalha. Por outro lado, o sujeito dessa enunciação pode ou não concordar com essa ordem discursiva. Na necessidade de manter

²⁰ Dentro do Programa de Ensino Integral do Estado de São Paulo, temos os “Clubes Juvenis” que são espaços importantes para construir conhecimento e desenvolver o protagonismo juvenil. Isso ocorre à medida que as atividades do Clube vão se aperfeiçoando por meio da interação e da troca de ideias sobre interesses e projetos de vida dos estudantes. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/04/Clube-Juvenil-Estudante_web.pdf

seu lugar discursivo aceito em dada comunidade social, ele precisa ter estratégias, táticas para subverter a ordem discursiva ou resistir a ela e criar outra (MOMESSO, 2023).

Nesse sentido, o efeito de sentido da prática discursiva de acolhimento dos atores da escola à pesquisadora dentro da escola não se deu de forma a atender os objetivos declarados no projeto de pesquisa e deferido pelo Comitê de Ética da Unesp. Houve, assim, a manutenção da ordem discursiva de que a escola está aberta à comunidade familiar e à comunidade profissional fora do horário das aulas.

Ao problematizar as práticas discursivas²¹ sobre o dever da escola pública de estar aberta à comunidade para atividades culturais, esportivas, educacionais e de interesse geral na mídia, no legislativo, no executivo coloca-se o tempo e o espaço determinado aos finais de semana para quem quiser ir. E no caso da pesquisa os horários de intervalo e de disciplinas caracterizadas como optativas.

Assim, a ordem discursiva da não oficialização da entrada da pesquisadora na instituição, pode ser compreendida como uma interdição. Há vários pressupostos que podem ser colocados quanto a demora para oficialização da pesquisa, entre eles: Medo da pesquisa apontar que dentro da escola há desigualdade de gênero. Ou por falta de tempo com outras atividades ou por ter de atender as demandas de implantação da educação paulista sob a nova gestão do secretário da pasta, iniciada em 2022 com as eleições do novo governador do estado. Ou por existir uma cultura conservadora por parte dos gestores e profissionais da escola investigada em se trabalhar com questões sensíveis, como por exemplo a desigualdade de gênero, masculinidades, feminismo e outros temas? Ou por medo de entrar em desacordo com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, uma vez que educação paulista decidiu em 2023 por não aderir ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e priorizar material 100% on-line disponibilizado pela secretaria e por implementar medidas de maior controle da rotina escolar valendo-se, principalmente de plataformas digitais e aplicativos, o que demandou muito tempo para tanto, não tendo condições para fazer na fora das práticas educativas e pedagógicas impostas pela educação paulista?

²¹ Foucault (2008) conceitua práticas discursivas como *um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada e para uma área social, as condições de exercício da função enunciativa.*

Gomes e Caetano (2023) em matéria intitulada “Sob pressão, Feder acumula recuos na Educação de SP e tem métodos questionados” com o subtítulo “Ambicioso, secretário de Tarcísio irrita professores, têm investigações abertas mas mantém-se firme no cargo”, denuncia que uma das ações mais polêmicas foi a tarefa delegada aos diretores de assistirem as aulas e fazerem relatórios semanais sobre os professores. Diante do jogo de verdades, estabelecido na mídia em relação à educação paulista, pode-se inferir que todos os pressupostos voltam-se para o fato de que a investigação sofreu uma interdição da instituição escolar em dado momento, devido a uma cultura conservadora podendo esta vir do ambiente escolar, familiar, político e social e somando a isto às mudanças que a educação paulista atravessa na contemporaneidade.

É sabido que o Estado de São Paulo possui um governo que tem posições políticas que diferem do governo Federal do Brasil, uma dessas é no que tange a Educação. Manso (2024), pesquisador do núcleo de Estudos da Violência da USP, apresenta um artigo intitulado “Com Tarcísio à frente, começa a se desenhar o projeto da extrema-direita para o futuro do Brasil”. O artigo inicia apresentando três cenas de violência e autoritarismo, em cada uma das cenas descreve a posição do governo Tarcísio de Freitas diante delas: cena 1 - estudantes que apanharam da Polícia Militar na sessão da Câmara do Deputados de São Paulo por protestarem contra a militarização da educação com a criação da escola cívico-militar; cena 2 - a sabotagem do governo paulista em relação ao programa de câmeras em uniformes das PMs; cena 3 - lideranças da política, da economia e da sociedade civil passam a apontar o nome de Tarcísio de Freitas como representante da direita para disputa eleitoral à presidência em 2026, por meio de elogios às suas ações. Todas as cenas apontam para quatro eixos que sustentam o projeto de futuro da extrema direita do Brasil: Armas, dinheiro, religião e poder.

Manso (2024) chama atenção para o fato de que o governo da extrema direita popularizou os homens fardados nas escolas, silenciando e desestimulando o pensamento crítico para que não se possa repensar a forma de viver no mundo, para não domesticar o mercado e não se buscar maneiras de melhor distribuição de renda e riqueza. Desta feita, conclui que aos educadores só é permitido a formação de cidadãos disciplinados, obedientes, que aceitem participar desse jogo, ganhando o mínimo para respirar.

Acresce dizer que, soma-se a essa situação descrita a intensificação da judicialização das escolas, uma forma de encontrar soluções jurídicas para questões

relacionadas ao cotidiano educacional. De acordo com Monteiro (2022), esse fenômeno ocorre quando problemas ligados à educação são encaminhados ao poder judiciário, frequentemente em razão da omissão do Estado em atender às demandas da sociedade. No âmbito da gestão escolar, isso resulta em uma pressão constante sobre os gestores, que precisam lidar com diversas questões jurídicas, que vão desde o direito à educação até questões disciplinares, inclusão de alunos com deficiência, e até mesmo aspectos relacionados à segurança e infraestrutura. Dessa forma, a gestão escolar, cuja prioridade deveria ser a implementação de práticas pedagógicas e administrativas, se vê sobrecarregada pela necessidade de responder a processos judiciais e cumprir determinações do judiciário, criando um ambiente de incerteza e insegurança para os profissionais da educação.

Além disso, a judicialização impacta diretamente a dinâmica da gestão escolar, pois adiciona uma responsabilidade extra para os diretores: garantir que todas as decisões e práticas da escola estejam em conformidade com a legislação vigente. De acordo com Monteiro (2022), há sobrecarga de normas jurídicas e as frequentes intervenções do judiciário resultam em uma vigilância constante sobre os gestores. Esse contexto exige dos diretores não apenas administração das operações internas da escola, mas também que se adaptem à complexidade das demandas externas, tudo isso, na maioria das vezes, desvia a atenção dos desafios pedagógicos e da melhoria da qualidade do ensino. Dessa maneira, a judicialização contribui para uma gestão mais burocrática, centrada no cumprimento de normas legais, em detrimento das necessidades educacionais mais urgentes da escola, tornando o trabalho do gestor ainda mais desafiador.

Todas essas situações (condições de possibilidade discursiva) contribuem para procedimentos de controle do discurso, tanto interno quanto externo a ele. Segundo Foucault (1979) a interdição aparece como um mecanismo que organiza os discursos por meio do controle do que pode ser dito, do que deve permanecer oculto e do que é silenciado. Esse silêncio, no entanto, não é ausência de significação, mas uma forma de poder que opera nos limites do discurso, moldando o que pode ser articulado e o que é excluído.

Foucault (1979) aponta ainda que o medo, nesse contexto, desempenha um papel crucial, pois atua como força reguladora que desencoraja certas falas, reforçando as estruturas de poder que determinam as normas de verdade. Assim, o silêncio não é passivo, mas uma ferramenta estratégica que expressa, por omissão, o que as relações de

poder preferem não expor, mantendo o controle sobre as formas de dizer e sobre o próprio imaginário social. O dizer, portanto, torna-se condicionado não apenas pelo que é permitido, mas também pelo temor das sanções que acompanham a transgressão discursiva.

“Um Princípio de descontinuidade: o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (Foucault, 2008).

A pesquisadora teve acesso aos estudantes em vários momentos, como psicóloga, palestrante e mãe de aluno, isso fez com que os alunos já a conhecessem e não estranhassem sua presença dentro do ambiente escolar, tanto nos horários de aulas como nos intervalos. Entretanto, a pesquisadora sempre informou claramente seus objetivos em cada ida à escola, todas as interações dentro da escola colocava-se no lugar discursivo de pesquisadora. Dessa maneira, foram através de grupos focais de quatro a seis alunos, subdivididos por afinidade, que foram selecionados os participantes da pesquisa de acordo com a disponibilidade e interesse na participação da entrevista. Em todas as ocasiões levou-se a autorização do Comitê de Ética para que os alunos maiores de 18 anos pudessem assinar, e os menores, fora solicitado a assinatura dos pais. Em conformidade com as determinações do Comitê de Ética, só foram utilizadas nessa pesquisa as falas dos alunos maiores de idade e/ou dos alunos que trouxeram a assinatura dos pais.

Muitos alunos não trouxeram as autorizações, é sabido que isso é uma prática comum na escola e que a própria coordenação não consegue a assinatura dos pais por motivos diversos, como por exemplo para levar os alunos a qualquer atividade extracurricular. Inclusive, em conversa com a psicóloga da diretoria de ensino, constatou-se que apenas 8% dos alunos trouxeram a assinatura dos pais para participar das aulas com a mesma. Tudo isso corroborou para a estratégia da pesquisadora entrar na unidade escolar, evitando embate com a coordenação, optou-se pelo caminho inverso, conversando com os alunos e explicando sobre a importância da pesquisa, e dessa forma, obtivemos mais respostas e autorizações dos pais. Calculamos que aproximadamente 75% dos alunos que participaram dos grupos focais trouxeram a autorização e, portanto, suas falas puderam ser utilizadas nesta pesquisa.

No primeiro momento, foram realizados cinco grupos focais sobre redes sociais, com um total de 23 alunos, onde 16 deles apresentaram as devidas autorizações para participação. Posteriormente foram realizados dois encontros com o total de três grupos focais sobre a desigualdade de gênero, nestes momentos contamos com o total de 16 alunos, mas apenas 12 deles trouxeram as autorizações.

Como a análise foi iniciada por meio das redes sociais, sentiu-se a necessidade de ouvir os adolescentes, o primeiro contato com eles foi sobre essa temática. Foi conversado com esses grupos sobre as redes sociais, as angústias e as expectativas sobre as redes e em último momento sobre a desigualdade de gênero nas redes sociais e o porquê este não é um assunto em que os próprios estudantes levantam suas bandeiras neste ambiente virtual. Posteriormente, com os grupos focais composto por outros alunos, sempre tentando trazer um número mais variado possível de estudantes, foi introduzido diretamente o tema da desigualdade de gênero.

Diante do quadro exposto, as análises e interpretações realizadas por meio desses grupos focais foram divididas em três subtópicos de análise: 1) a relação do jovem com as redes sociais e o uso dessas redes para tratar sobre questões de desigualdade de gênero; 2) os dizeres e a análise sobre o que os adolescentes pensam em relação a desigualdade de gênero em seu dia a dia e o que eles acreditam que possa ser feito para diminuí-la; e 3) conclusão das análises discursivas obtidas durante toda a pesquisa.

4.2 Análise das práticas discursivas e não-discursivas de jovens estudantes em redes sociais

Antes de continuar as análises, ressalta-se que na análise discursiva foucaultiana (ADF), o conceito de discurso distancia-se daquele atribuído pelas teorias linguísticas. O discurso não se caracteriza como fala ou como texto, ou ainda como representação de um sistema de signos. O discurso em Foucault (2008), constitui-se enquanto ‘acontecimento’, em que se leva em consideração não é o enunciado, a sua materialidade, a oração ou a gramática, enfim, a sua estrutura, mas sim, observa-se as condições de existência histórica que determinam a materialidade própria de um dado enunciado. Portanto, nos enunciados recortados na amostra analisada, procurou-se analisar as práticas discursivas e não-

discursivas que constituem e determinam um dado saber (o que é desigualdade de gênero) e como tais práticas conduzem a uma ordem de poder (o jogo estratégico em que se estabelece a desigualdade de gênero) e, por fim, como essas práticas conduzem as relações do sujeito consigo mesmo acerca da desigualdade de gênero, ou seja, como o sujeito se conduz frente a desigualdade de gênero.

A coleta de dados sobre os dizeres dos jovens acerca da temática desigualdade de gênero nas redes sociais deu-se através da conta de Instagram[®] da escola de forma extraoficial. O conteúdo da conta de Instagram da escola refere-se a divulgação dos eventos e acontecimentos dentro e fora da escola para a comunidade acadêmica e familiar, portanto, tem majoritariamente como seguidores pais, professores e alunos da instituição. Para esta parte da pesquisa foram selecionadas somente as contas dos alunos da escola, as demais foram excluídas. Com isso, dos 385 seguidores do Instagram da escola pesquisadas, selecionamos 115, efetivamente, alunos da escola.

Figura 10: Representação visual (Print) da página de Instagram[®] extra-oficial da escola pública onde realizaram-se as pesquisas de campo no ano de 2024



Fonte: Instagram[®] <https://www.instagram.com/infopedrao/>

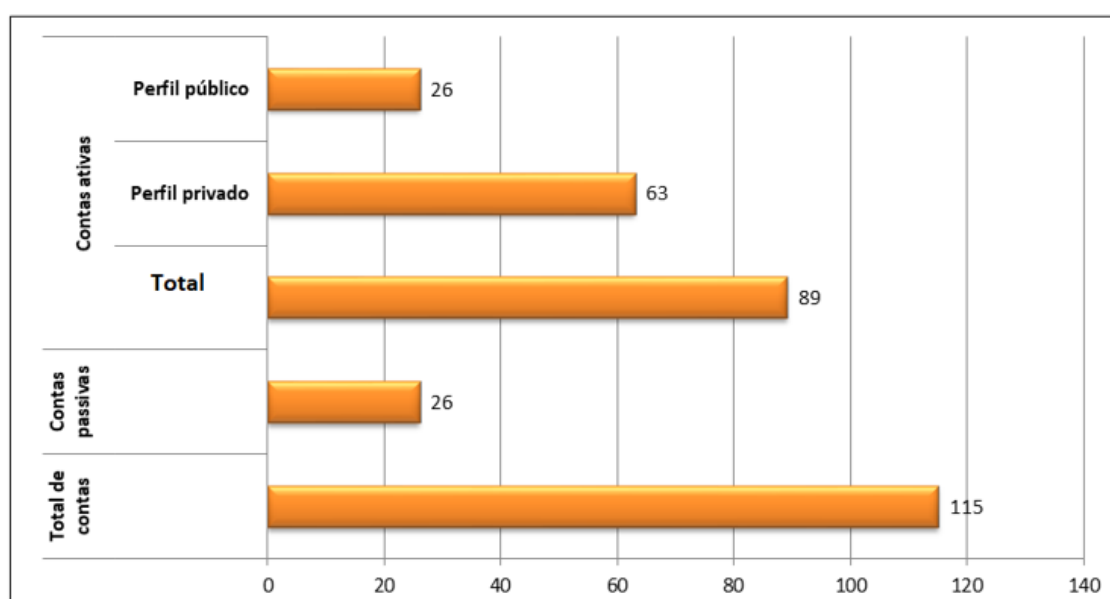
Como mencionado acima, foram recortadas 115 contas de Instagram dos adolescentes. Dessas contas, 26 delas (12,4%) não eram usadas para interação, só possuíam um perfil para acessar conteúdos de interesse pessoal e para visitar os perfis de colegas. Pode-se considerar esta parcela de 12,4% como contas passivas, uma vez que são apenas utilizadas para terem acesso ao que é consumido na rede do Instagram como

por exemplo notícias e fatos pontuados nas redes, ou seja, são aqueles usuários que apenas visitam as contas e assuntos de interesse e não se pronunciam, apenas são espectadores. Das 89 contas restantes, 63 (70,7%) possuíam perfil privado e 26 (29,3%) perfil público. Desse total de 115 contas, observa-se que apenas duas foram usadas para publicar opiniões e argumentações sobre algum conteúdo de utilidade pública ou de pensamento cívico-político (Figura 11).

A utilização das redes sociais por adolescentes não se limita necessariamente à interação social direta, como comentar, curtir ou publicar, alguns deles adotam uma postura de consumo passivo, mantendo perfis apenas para acessar conteúdos de interesse e para acompanhar as atividades de colegas, sem se engajar ativamente. Esse comportamento pode ser compreendido à luz das reflexões de Han (2015), que destaca a transformação das relações sociais na era digital, onde a lógica da exposição e da performance muitas vezes prevalece sobre a interação genuína.

Nesse contexto, o consumo passivo de conteúdo pode ser interpretado como uma forma de evitar as demandas de visibilidade e interação impostas pelas plataformas digitais. Ou também, uma forma de evitar que os responsáveis (família ou tutores) saibam o que estes fazem ou pensam nas redes sociais e, assim, evitar possíveis dissabores.

Figura 11: Dados quantitativos das análises das redes sociais dos adolescentes matriculados na escola pública pesquisada em 2024



Fonte: Elaboração própria

Para compreender melhor estes dados faz-se necessário entender o que significa uma conta pública e uma conta privada, o porquê e como estes adolescentes lidam com essa questão. Um perfil privado no Instagram[®] limita a visibilidade do conteúdo publicado pelo usuário apenas às pessoas que ele aprova como seguidores, não sendo assim possível a visualização por quem não faz parte do seu grupo de amigos. Já o perfil público permite que qualquer pessoa veja o conteúdo publicado, sem a necessidade de seguir ou obter aprovação do usuário. Este perfil público tem características como visibilidade total das postagens, dos *stories*, dos *reels* e outros conteúdos ficam acessíveis a todos e quaisquer usuários do Instagram[®]. Além disto possui acesso irrestrito, ou seja, qualquer pessoa pode seguir o perfil automaticamente, sem precisar de aprovação prévia do usuário, permite ainda a participação em *hashtags* e localização, o que significa que o conteúdo do perfil pode aparecer nos resultados de pesquisa relacionados a *hashtags* ou locais marcados, aumentando o alcance, a visibilidade e o engajamento. Essa configuração é ideal para quem deseja maior exposição, como marcas, influenciadores digitais, ou pessoas interessadas em compartilhar conteúdos com uma audiência mais ampla. Por outro lado, um perfil público oferece menos controle sobre quem pode visualizar e interagir com o conteúdo publicado.

Dado o exposto, pode-se ter uma noção mais precisa do perfil desses adolescentes nas redes sociais, o que reflete uma multiplicidade de comportamentos e interesses, alinhados às demandas e dinâmicas próprias da era digital. Além de utilizarem as plataformas para comunicação, entretenimento e construção de identidade, muitos jovens são influenciados pelas exigências de performance constantemente impostas pelas redes.

Segundo Han (2015), a sociedade contemporânea é marcada por um excesso de produtividade e autocobrança, a qual também se manifesta no uso das redes sociais, onde os adolescentes sentem a necessidade de projetar uma imagem idealizada de si mesmos e estar sempre "ativos" digitalmente. Contudo, alguns optam por um comportamento mais passivo, limitando-se ao consumo de conteúdo sem interação, como uma estratégia de fuga das pressões e da exaustão gerada pela exposição constante. Essa escolha pode ser entendida como uma estratégia de fuga das pressões associadas à constante necessidade de visibilidade e desempenho nas plataformas digitais. Han (2015), ressalta ainda que a sociedade atual é marcada por uma lógica de produtividade incessante, onde até mesmo

a presença nas redes sociais se torna um espaço de trabalho emocional, demandando energia para manter interações e construir uma imagem idealizada. Diante disso, o consumo passivo pode ser interpretado como uma forma de resguardar a saúde mental, permitindo aos adolescentes acessar informações e acompanhar tendências sem se submeter à sobrecarga emocional e psicológica gerada pela exposição constante e pelo julgamento dos pares. Essa postura também reflete uma tentativa de preservar certa autonomia em um ambiente que constantemente exige engajamento.

Da amostra das 115 contas, foram selecionadas apenas 26 contas abertas para análise discursiva e para verificar se algum conteúdo postado ligava-se ao objeto da pesquisa “desigualdade de gênero”. No entanto, observou-se que nenhum texto ou imagem postadas nessas contas tratavam ou remetiam à temática “desigualdade de gênero”. Dessa forma, pode-se notar nas condições de possibilidade discursiva das contas abertas que o conteúdo centrava-se em discursos performáticos da imagem do adolescente, em situações cotidianas como hobbies, *selfies*, fotos de roupas adquiridas, moda, encontros com amigos e comidas preferidas. Não havia repostagens, também não se observou comentários e argumentos ou opiniões sobre política, filosofia e etc.²²

Diante do exposto, pela escassez de discursos ligados ao objeto de investigação nas redes sociais, fez-se indispensável a escuta dos adolescentes sobre o que pensavam das redes sociais e como viam seu uso. Da amostra total e considerando as 26 contas observadas, recortou-se uma amostra de 23 estudantes para as entrevistas em grupos focais de 4 a 6 estudantes. Desses 23 jovens entrevistados, apenas 16 trouxeram autorizações. Sendo assim, a amostra analisada discursivamente correspondeu aos 16 integrantes com autorizações conforme orientação do Comitê de Ética. As entrevistas foram realizadas na escola durante o horário do intervalo no dia 14 de agosto de 2024, foram gravadas com o consentimento dos alunos e dos responsáveis, os quais assinaram os termos de consentimento e demais autorizações. Entretanto, os jovens não foram identificados nominalmente como requisito do Comitê de Ética, aparecendo nas transcrições apenas com a letra A (de Aluno) e a representação numérica da ordem de entrevistas (1, 2, 3). As siglas perfizeram, portanto, de A1 a A16, correspondendo às

²² No anexo seis estão alguns prints das contas dos alunos para melhor compreensão do que eles divulgam em suas redes, além de imagens de conta pública, privada ou conta passiva.

meninas e meninos entre 15 e 18 anos, alunos de uma escola pública do interior paulista que participaram desta pesquisa.

Ao longo das entrevistas eram realizadas as seguintes perguntas: Você usa as redes sociais? Quais redes sociais usa? Com que frequência? Você usa a rede social em algum momento para expressar suas opiniões ou ideias? Estas foram as perguntas norteadoras, entretanto a pesquisadora fez outras perguntas diferentes em cada um dos grupos quando surgiram dúvidas ou questionamentos relacionados às suas respostas. Todos os adolescentes responderam que usam as redes sociais.

Ao analisar as respostas das entrevistas, verificou-se que todos os respondentes possuem: acesso à internet e um aparelho digital (smartphone ou *tablet* ou computador) para se conectar, têm ou já tiveram acesso a uma conta nas redes sociais. A rede de preferência para interação social virtual citadas pelos alunos são: o Instagram[®], o Tik-Tok[®] e o Discord[®]. Contudo, nessa investigação analisou-se somente as contas do Instagram[®] devido à sua maior popularidade entre os estudantes da amostra em questão.

Constatou-se nas respostas a existência de mais de uma conta nas redes sociais, tal fato entre adolescentes é uma prática comum e está relacionada às diferentes necessidades e dinâmicas sociais. Este fenômeno pode ser interpretado a partir de reflexões sobre a exposição e a performance nas plataformas digitais. Isto porque a sociedade contemporânea é marcada por uma lógica de exibição constante, onde a visibilidade é transformada num valor central (Han, 2015). Nesse contexto, muitos adolescentes criam contas separadas para gerenciar as expectativas de diferentes públicos e para controlar seus níveis de exposição. A seguir apresentamos trechos de respostas de dois alunos:

A8: “Na verdade, eu tenho duas contas uma aberta e uma fechada, na privada eu posto o que eu quiser, é pessoal e na aberta uso para colocar outras informações”

Pesquisadora: “só para entender melhor, qual a informação que você coloca na conta aberta e qual na conta fechada?”

A8: “a privada é para as pessoas mais próximas e a outra eu posso colocar qualquer tipo de coisa que der vontade...”

A10: “No Instagram a gente usa várias contas, uma privada só para os amigos e outra que a gente pode postar para todos. Eu tenho uma conta em que eu tenho mil seguidores e uma conta que eu tenho só 30, e é só para os meus amigos que é privada. Aí sim eu posso postar coisas mais pessoais, aí eu não tenho vergonha de postar nada, é bem legal.”

Através dessa divisão, os adolescentes se equilibram entre a necessidade de se conformar às normas sociais e de manter interações genuínas, enquanto reduzem o risco de julgamento ou exposição excessiva. Além disso, essa prática discursiva reflete a tentativa de lidar com a pressão social de manter uma presença impecável no ambiente digital, algo que pode gerar cansaço e ansiedade. Ao criar múltiplas contas, os adolescentes encontram formas de navegar entre o desempenho social e a preservação de sua individualidade, adaptando-se às demandas de uma sociedade cada vez mais hiperconectada e exigente.

A maioria dos jovens percebe o quanto as redes sociais impõem uma imagem idealizada de vida, muitas vezes associada à perfeição. Essa pressão constante para aparentar uma vida sem falhas, repleta de conquistas e momentos felizes, provoca um forte impacto emocional. Sentem-se compelidos a corresponder a padrões irreais de beleza, sucesso e estilo de vida, o que gera uma comparação constante com os outros. Essa comparação, por sua vez, pode resultar em sentimentos de inadequação, baixa autoestima e ansiedade. Entre os entrevistados, uma adolescente “saiu” das redes devido à pressão social.

A3: “Eu usava, eu deletei todas as contas. (...) porque é uma utopia, eu recentemente excluí todas, mas eu usava todo dia. Ali é uma utopia onde todo mundo tem uma vida perfeita e não é assim que acontece, a gente sabe que a realidade é bem distante disso e isso gera uma comparação... sabe...”

Pesquisadora: “teve algum fator que fez com que você excluísse essas redes, que fez você tomar essa decisão?”

A3: “a questão principal foi eu me comparar, ficar comparando a minha vida com a vida das pessoas que estão ali, e isso me gerou muito estresse e angústia... mas não foi um fato sozinho.”

Pesquisadora: “E você pensa em voltar para as redes sociais?”

A3: “não pretendo voltar, por enquanto não, quando eu tiver essa visão de separar o que é vida real e o que é rede social e vida virtual, talvez.”

O discurso da respondente A3 coloca-se como um exercício do cuidado de si, na medida em que a adolescente toma consciência do efeito das redes em sua vida real: ansiedade e angústia. Pois nesse espaço, o indivíduo tem que ser performático, caso sua performance não corresponda ao ideal quando comparada a todos que ali estão, passa a existir o desconforto do não pertencimento. A partir do momento, que A3 consegue distinguir o que a incomoda, observando uma vida ideal/virtual diferente da vida concreta/real e toma a decisão de não se colocar mais no lugar de comparação ou de ter que ser mais um igual, parece atingir um passo rumo ao amadurecimento.

Seu comportamento demonstra que A3 chegou a uma escolha e ao exercício de uma prática de liberdade, ou seja, suas ações e seu estilo de vida não será conduzido pelas redes sociais e seus iguais, mas sim por ela mesma. A ação de não ter uma rede social, é um ato de resistência para não ser mais um igual, não viver uma vida utópica e perfeita. Ao contrário, viver no real, sem utopias a deixa mais saudável.

Os jovens compreendem que essa necessidade de pertencer e de se adequar às expectativas impostas pelo ambiente virtual causa desgaste emocional significativo. A exposição contínua a conteúdos filtrados e editados nas redes reforça a ideia de que suas próprias vidas não são suficientemente boas, criando uma desconexão entre a realidade e o ideal propagado. Consequentemente, muitos sentem-se exaustos ao tentar manter uma fachada de perfeição, gerando frustração e insegurança. Além disso, a constante busca por validação através de curtidas e comentários reforça esse ciclo de dependência emocional das redes sociais, contribuindo para a vulnerabilidade mental e o esgotamento psicológico.

Para fazer uma análise foucaultiana dos dizeres da participante A3 é preciso partir da articulação entre os conceitos de subjetivação, prática de si e governamentalidade. Para Foucault, a governamentalidade vincula-se ao governo do indivíduo, sobretudo na forma de racionalidade política que se articula a partir do poder pastoral. É neste sentido que iremos abordá-la:

[...] se considerarmos a questão do poder, do poder político, situando-a na questão mais geral da governamentalidade – entendida a governamentalidade como um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável, reversível –, então, a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. [...] a análise da governamentalidade – isto é, a análise do poder como conjunto de relações reversíveis – deve referir-se a uma ética do sujeito definida pela relação de si para consigo (Foucault, 2006).

Em seu discurso A3 revela um processo de subjetivação marcado pela influência das redes sociais na construção de sua identidade e na modulação de sua experiência emocional. Ao afirmar que o hábito de se comparar aos outros gerou "muito estresse e angústia", A3 reconhece a dimensão disciplinar das redes sociais, que operam como dispositivos de poder (ou biopoder) que regulam comportamentos e criam normas implícitas de valor e de sucesso. Neste sentido, cabe destacar que a decisão de se afastar das redes sociais pode ser interpretada como dito anteriormente, um ato de resistência e

como uma prática de si, no sentido foucaultiano, pois envolve a busca por um distanciamento crítico e de um reposicionamento ético em relação ao próprio modo de vida.

A recusa em retornar ("por enquanto") reflete uma tentativa de exercer autonomia, ao estabelecer condições para um possível retorno no futuro, condicionadas pela capacidade de discernir entre "vida real" e "vida virtual". Essa separação, explicitada pelo discurso, sugere uma reflexão ética sobre os modos de existência mediados pela tecnologia, em que A3 busca redefinir os limites de sua relação com o digital a partir de um projeto intuitivo de cuidado de si e a busca por uma existência ética mais autônoma (Foucault, 2009c).

Pode-se depreender através dos dizeres dos alunos que a maioria deles usam as redes sociais para entretenimento, como eles mesmos disseram: “para relaxar e desestressar”, deixando claro que não querem entrar em contato com assuntos mais delicados, polêmicos ou com problemas sociais. Alguns afirmam comentar e responder assuntos como política, religião ou cidadania, mas o fazem geralmente entre os amigos e não em contas públicas. Entretanto, tal prática discursiva aponta para o fato de que muitos querem preservar “sua face” diante de possíveis polêmicas, a discussão sobre assuntos sensíveis é quase sempre realizada em grupo só com os amigos virtuais, por exemplo whatsapp, os quais possivelmente pensam da mesma forma. Dessa forma, a veiculação de fake news e fake ethics fica mais fácil de ser introduzida, uma vez que quase sempre o grupo é formado por amigos com ideias afins, portanto, sem conflitos. Isto pode ser um sinal da dificuldade do pensamento dialético ou da passividade diante questões polêmicas; melhor silenciar quando não detenho uma posição efetiva sobre determinado assunto ou melhor ignorar a existência de problemas e ficar em meu próprio mundo.

Em momento algum, apareceu qualquer menção ou discurso ligado ao termo desigualdade ou discriminação ou assuntos relacionados. Percebe-se um silenciamento em relação às pautas sociais. Dado este fato, a pesquisadora propositalmente introduziu a temática da desigualdade de gênero, na última entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2024. Das 6 entrevistas realizadas no dia, somente na última, com duas alunas, apareceram algumas respostas sobre desigualdade de gênero. A introdução do assunto se fez da seguinte forma:

Pesquisadora: Eu estou fazendo uma pesquisa sobre desigualdade de gênero nas mídias sociais, eu gostaria de saber se vocês topam participar? Como vocês jovens usam as redes sociais?

A 15: O seu trabalho é para faculdade?

Pesquisadora: sim, eu estou fazendo doutorado em educação escolar...

A 16: Doutorado? olha que chique.... (risos)

Pesquisadora: Eu trabalho na verdade sobre desigualdade de gênero e estudando sobre como os jovens pensam a desigualdade de gênero, então veio a necessidade de estudar as redes sociais, e aí eu gostaria de saber de vocês, se vocês usam as redes sociais e como?

Os respondentes A15 e A16 mostram-se curiosos sobre a pesquisa e entendem-na como um estudo mais aprofundado e refinado, o que se pode inferir pelo termo “chique”.

Logo abaixo, consegue-se compreender o motivo do silenciamento do discurso sobre o assunto desigualdade de gênero, em dois respondentes:

A 15: “Ó, é uma coisa assim, tem algumas redes sociais que.... eu não sei de todas em geral, mas que eu, e meninas principalmente as que gostam de jogar jogos online, tem dificuldade em jogar ou entrar em grupos porque os meninos são muito machistas, e misóginos, tipo no “discord”, no “LoL” e “street Fighter” é muito ruim....”

Pesquisadora: E por isso nessas redes as meninas evitam entrar? porque sabe que vai dar discussão essas coisas?

A 15: “Sim principalmente, é porque em toda rede vai ter uma pessoa que não tem noção, que não tem senso e estudo suficiente para evitar de falar coisa para você, mas tem alguns aplicativos que tem uma concentração maior dessas pessoas, (risos).”

A16: “E que ofendem as minorias aqui no caso a gente está falando da desigualdade de gênero, das meninas. No “discord” é um dos piores tem muitos caras misógino (...)”

A15: “Nesse meio muitas vezes elas usam um “skin” masculino no jogo, porque se você jogar o skin feminino você sabe que você vai morrer ou eles não querem você para o time deles, ou caso você perca eles falam que é porque você é menina, vai lavar louça, vai lavar banheiro....”

Pesquisadora: “Tem alguma coisa mais que vocês gostariam de falar sobre as mídias sociais ou que vocês gostariam que elas fossem diferentes?”

A16: “querer eu queria que fosse tudo diferente, (risos) o mundo diferente, porque essas coisas das redes sociais também estão no mundo real, todo esse machismo.”

A15: “eu acho que as redes sociais são um reflexo da sociedade, sabe tipo, tudo que tem na sociedade também tem nas redes sociais...”

Pesquisadora: “e como poderíamos mudar o mundo e as redes?”

A16: “conscientizando, não sei como fazer isso com todo mundo sabe, é F*da, tem muita gente escroto no mundo, mas também tem gente boa... tem que fazer o povo pensar....”

A15: “É, mas sem palestrinha, sabe, esse povo que quer ensinar, dizer como fazer é muito chato.... tem que provocar reflexão, tem algumas coisas que eu acho legal, tipo quando o tema do Enem é polêmico e gera esse tipo de discussão, eu acho importante.”

Vale ressaltar que esta pesquisa corrobora com os dados de levantamentos nacionais feitos por D'Maschio, (2023) sobre o uso das redes sociais por adolescentes, revelando que, embora os jovens estejam amplamente envolvidos nessas plataformas, sua utilização concentra-se majoritariamente em atividades de lazer e estudo. No entanto, os adolescentes demonstram pouco interesse em utilizá-las para opinar ou buscar informações sobre temas relacionados à cidadania, política e outros tipos de engajamento social. Tal fato sugere uma lacuna na utilização das redes como espaços para a construção de consciência crítica e participação ativa em questões sociais. As mulheres, em geral, enfrentam desafios relacionados à objetificação e à violência de gênero em ambientes virtuais, o que pode gerar sentimentos de insegurança e desvalorização.

A busca por reconhecimento social, aprovação dos amigos, boa reputação e formação de novas amizades são fatores atraentes para os adolescentes. O uso de redes sociais entre crianças e adolescentes no país tem crescido significativamente; no que tange à busca por suporte emocional e publicidade online, 32% dos entrevistados entre 11 e 17 anos relataram ter utilizado a internet para procurar ajuda em situações adversas ou para discutir suas emoções. Além disso, 66% dos jovens manifestam o desejo de explorar o mundo, e 47,9% aspiram a realização profissional (D'Maschio, 2023).

As pesquisas indicam que a presença de mulheres em espaços predominantemente masculinos, como jogos online, é frequentemente acompanhada de questionamentos sobre suas habilidades e um ambiente hostil, o que pode ser extrapolado para as redes sociais, onde a desigualdade de gênero também se manifesta (Callou *et al.*, 2020; D'Maschio, 2023).

A análise de Han (2015) sobre as redes sociais, especialmente no que se refere à lógica de exposição, desempenho e autoexploração, pode ser ampliada pelo pensamento de outros literatos. Bauman (2004) descreve como a modernidade líquida transforma as relações humanas, tornando-as mais instáveis e descartáveis, características que são amplificadas no ambiente digital. As redes sociais, nesse contexto, operam como espaços de conexões efêmeras, onde vínculos profundos são frequentemente substituídos por interações superficiais, voltadas para a visibilidade e validação instantânea. Esse comportamento reflete o que Han chama de sociedade da transparência, em que a busca incessante por exposição acaba esvaziando a profundidade das relações humanas (Han, 2015). Assim, enquanto Bauman destaca a fragilidade das conexões modernas, Han

ênfatiza o impacto da hiperexposição nas dinâmicas sociais, criando um cenário de relações performáticas e desgastantes. Tudo isso parece marcar os dizeres dos alunos:

A9: é, mas no Instagram a gente posta as expectativas principalmente, a expectativa que é outra coisa, (uma outra menina completa....)

A10: no Instagram a gente posta o que quer mostrar para os outros e não o que é a realidade.

A9: No Instagram a gente posta quando a gente sai, quando faz alguma coisa legal, quando tá tudo bem e não quando está mal. No Instagram a gente não posta por exemplo que eu briguei com a minha amiga ou namorada, isso a gente coloca no Twitter, no Instagram é só coisas boas. No Twitter é a realidade e é totalmente o contrário do Instagram, que é só a mentira, é um mundo tópico.

Os discursos de A9 e A10 classificam as redes sociais em níveis do que pode ser dito e o que não pode, do que deve ser visível e não, ou seja, há redes que são para expor o que se gostaria de ser, um mundo livre de conflitos e o modo de vida apresentado simula-se a “felicidade” e os prazeres das ações, portanto, a rede funcionaria como um lugar em que se consome ideias e produtos para serem usados para tornarem-se um igual àquele influenciador o qual o jovem se identifica.

O Twitter atual X, ao contrário, seria o lugar da polêmica e do conflito. Segundo Weller *et al.* (2014) o Twitter caracteriza-se por ser um espaço virtual, em que os usuários utilizam-no para dizerem o que pensam e fazem sobre determinado assunto e, a ironia e o sarcasmo, são uma das estratégias para movimentar os conflitos, as polêmicas e as discussões sobre assuntos em voga. Dessa forma, o marketing de guerrilha, por exemplo, encontra espaço para trabalhar os aspectos negativos de marcas rivais. Assim, o ‘X’ sendo o espaço propício para a polêmica é também lugar favorável para a criação de estratégias emocionais levando a um estado de pânico moral/sexual como o que foi utilizado por atores políticos nas eleições de 2018 com artefato político do ‘kit gay’ oferecido nas escolas públicas (Trotti e Lowenkron, 2023).

Já o Instagram por ser uma rede que se vale mais da linguagem não verbal, tais como imagens, fotos, reels, vídeos, facilitou o desenvolvimento de um nicho para profissionais que vendem a imagem de estilos de vida desejados por seus usuários, tais como os influenciadores digitais, os quais vendem ‘produtos’ que utilizariam em seu cotidiano, como argumenta Wally e Koshy (2014).

Logo, as práticas discursivas de A15 e A16 apontam para as relações sociais desse jovens como produtos de consumo, as redes funcionam como prateleiras de estilos de

vida, do modo como se comportar, o modo de dizer, de viver, de sentir e outros, objetificando os sujeitos e conduzindo-os por algoritmos como visto anteriormente por Han (2015).

Bauman (2004) em seus estudos confirma que as relações sociais se tornam produtos de consumo no capitalismo contemporâneo, uma ideia que converge com a crítica de Han à transformação do sujeito em mercadoria na sociedade do desempenho. Nas redes sociais, os indivíduos são incentivados a "curar" suas vidas como vitrines, reforçando a lógica de mercantilização da identidade descrita por Bauman. Essa prática conecta-se à ideia de Han(2015) de que a autoexposição e a hipercomunicação nas plataformas digitais resultam em um esgotamento emocional e em um vazio existencial. Juntos, os dois autores oferecem um panorama crítico das redes sociais, evidenciando como elas não apenas refletem, mas também intensificam as fragilidades das relações humanas e as exigências do mercado no cenário contemporâneo.

Han (2015) oferece uma base teórica para a análise das redes sociais na contemporaneidade, especialmente no que tange aos temas de desempenho, cansaço e solidão. As redes sociais fomentam uma cultura de performance/desempenho, na qual os usuários se sentem compelidos a apresentar versões idealizadas de si mesmos. Essa pressão para manter-se constantemente ativo e engajado pode conduzir ao esgotamento mental e emocional, em consonância com a crítica de Han à sociedade do desempenho. A busca por *likes* e validação social intensifica essa pressão, evidenciando como o cansaço na sociedade contemporânea se torna um fenômeno solitário (Han, 2015).

Nas redes sociais, apesar da conectividade virtual, muitos experimentam sentimentos de isolamento. Além de Han, reportagens como “Redes sociais aumentam sensação de solidão”²³ podem nos apontar a superficialidade das interações online e como estas contribuem para essa solidão, uma vez que as conexões estabelecidas digitalmente não alcançam a profundidade das relações presenciais. Na reportagem, podemos perceber que existe uma conexão direta entre o tempo que se passa on-line e a sensação de isolamento, “A pesquisa, publicada no Periódico Americano de Medicina Preventiva, aponta que acessar sites como Twitter, Facebook e Snapchat por mais de duas horas por dia dobra a probabilidade de alguém se sentir isolado”. Isso evidencia que a vida virtual pode representar riscos de diversas naturezas, seja ao promover o isolamento social,

²³ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-39178058>

incentivar a competição excessiva ou, ainda, ao expor os indivíduos a experiências de violência online.

Quando as alunas A15 e A16 nos trazem a questão da violência de gênero on-line, principalmente nas plataformas de games, fez-se imperativo também a busca na literatura sobre o assunto, para tanto observou-se algumas pesquisas que corroboram e auxiliam a compreensão dessa temática. Duas pesquisas se destacam por abordarem questões relevantes e próximas da temática estudada, sendo, Callou *et al.*, (2020) e Fonseca *et al.*, (2018) que tratam da “violência de gênero” e “violência em plataformas on-line”. Callou *et al.* (2020) nos aponta que no Brasil existe a Lei nº 13.642 (Lei Lola)²⁴, sancionada em abril de 2018. Essa lei atribui à Polícia Federal a investigação de crimes cibernéticos de misoginia, que incluem discriminação sexual, hostilidade, aversão, piadas, depreciação, violência e objetificação sexual, no entanto, apesar da existência de um aparato legal, poucas mulheres se reconhecem como vítimas de violência nos espaços virtuais, o que impacta os baixos índices de denúncia nas Delegacias de Defesa da Mulher. Isso sugere uma subnotificação significativa da violência de gênero online.

A pesquisa realizada por Callou *et al.* (2020) com 13 mulheres jogadoras de games online revelou que a violência psicológica, como xingamentos e assédio sexual, é uma das principais formas de violência enfrentadas nesse ambiente, assim, o espaço dos jogos é descrito como hostil para o gênero feminino, onde as mulheres são frequentemente questionadas sobre sua presença e habilidades, refletindo uma cultura de desigualdade de gênero que também pode ser observada nas redes sociais.

Nesta pesquisa, quando questionado os adolescentes a cerca de como pode-se mudar o mundo e as redes sociais, praticamente todas as respostas envolviam a educação, o acesso ao conhecimento e, mais especificamente, sobre a desigualdade nas redes, os estudantes apontam uma questão importante, que modelo de educação não deve ser passivo e conservador, uma “palestrinha”. Existe um comportamento muito comum dentro das escolas, quando do surgimento de algum problema, o corpo docente traz um

²⁴ Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/26520891#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.446,ou%20a%20avers%C3%A3o%20%C3%A0s%20mulheres.>

profissional de fora da escola para palestrar sobre o assunto. O comportamento de convidar palestrantes externos para lidar com temas específicos dentro das escolas está ligado à uma prática pedagógica que busca trazer novas perspectivas e informações atualizadas, ou até mesmo à uma abordagem mais especializada que a escola, por si só, não consegue abordar em profundidade. Esse tipo de prática é, na maior parte das vezes, visto pelos gestores como uma forma de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e ampliar o repertório dos alunos, dos professores e da comunidade escolar. No entanto, não é dessa forma que os discentes percebem esta prática pedagógica.

O enunciado de A15 “É, mas sem palestrinha, sabe, esse povo que quer ensinar, dizer como fazer é muito chato....” alerta para a prática discursiva circulante no ambiente escolar, especialmente entre os jovens, de que o formato ‘palestra’ não é adequado para aprendizagem, uma vez que toma tempo do participante, pois só palestrante fala e a interação é mínima. Outra pressuposição que pode ser colocada é o fato de que o palestrante é o sabedor, o detentor da ‘verdade’ e do como fazer, mas os alunos sentem que o aprendiz não deve ser passivo, mas sim, ativo e que cada situação remete a possíveis ‘verdades’ e outras formas de fazer. Pode-se ainda afirmar que os jovens acostumados ao uso das novas tecnologias, precisam de metodologias ativas e o termo “palestrinhas” pressupõe uma metodologia ultrapassada sem efeito e de menor impacto. A frase ‘esse povo que quer ensinar’ infere que o palestrante tal qual os professores até desejam ‘ensinar’, mas não sabem fazê-lo, por isso tornam o momento do que deveria ser ‘aprendizagem’ um tempo ‘muito chato’, sem interação, discussão e aprendizagem, não havendo por parte dos alunos disposição, nem vontade de participação.

Diversificar esses encontros pode ser visto como uma forma de “ensino colaborativo”, onde a escola se abre para experiências externas enriquecedoras e complementares ao trabalho realizado internamente, mas principalmente que dê voz aos jovens para falar e refletir sobre a temática apresentada, o que é fundamental.

Diante dos dados coletados e analisados anteriormente, como um possível produto dessa tese, criou-se um vídeo curto, no estilo dos *reels* do Instagram® com os próprios adolescentes discutindo sobre a temática da desigualdade de gênero sendo orientados e acompanhados pela pesquisadora da tese, o que será explicitado adiante. Essa tática foi inspirada em uma influenciadora brasileira, estudante de psicologia,

pesquisadora, que aborda questões de gênero e tem ganhado cada vez mais audiência e destaque pelo trabalho realizado, @anaterria.oli.

Figura 12: Imagem do perfil do Instagram[®] de Anaterria Oliveira aborda temas relevantes com jovens



Fonte: Instagram[®] <https://www.instagram.com/anaterria.oli/>

Figura 13: Imagem de entrevista realizada por Anaterria Oliveira debate temas relevantes com jovens



Fonte: Instagram[®]

O vídeo ora proposto teve a participação de um grupo de adolescentes da cidade da escola pesquisada: três jovens são desta escola e os outros três, são amigos e estudam em outras instituições na mesma cidade. Assim, a gravação foi realizada fora do ambiente

e do horário escolar posto que a intenção da prática foi a de não vincular o vídeo à escola pesquisada, de forma a servir e ter direitos de reprodução em múltiplas plataformas, formas de acesso, tal como uma entrevista pública de qualquer cidadão. A seleção dos seis adolescentes deu-se de forma aleatória e envolveu aqueles que desejavam participar do vídeo e amigos de fora da pesquisa que também tinham interesse. Todos trouxeram autorizações sobre o uso de imagem e som e para participação.

O cenário de um fundo constitui-se de uma parede cinza e um banco de madeira, os entrevistados sentaram-se um a um com a pesquisadora e um deles ficou em pé para a gravação. Desejou-se com este cenário um ambiente neutro, sem interferência externa. A pesquisadora fez três perguntas para cada um dos adolescentes, sendo as mesmas questões dos grupos focais: O que você entende por desigualdade de gênero? Você já vivenciou ou presenciou a desigualdade de gênero? E, por fim: O que você acha que pode ser feito para diminuir esta desigualdade?

O vídeo foi editado para ser curto, por volta de um minuto e meio, e por este motivo selecionou-se alguns dizeres de cada adolescente, o mesmo ainda não se encontra disponível nas redes sociais, mas pode ser acessado pelo site privado da pesquisadora no link: <https://karinkruger12.wixsite.com/educacao> , a figura 14 é de um trecho do vídeo.

Figura 14: Imagem de entrevista realizada com os adolescentes



Fonte: Site da pesquisadora: <https://karinkruger12.wixsite.com/educacao>

4.3 Análise discursiva: dizeres sobre gênero e equidade dentro e fora da escola

Como já foi evidenciado, os grupos focais prevaleceram em horários diversos, como intervalos e “Clubes Juvenis”, entretanto acredita-se que isso foi benéfico à pesquisa, pelo fato dos estudantes estarem dispostos a participar, portanto, a participação não foi obrigatória e eles se mostraram bastante à vontade para falar o que desejassem. Os encontros foram realizados no dia 08 de outubro de 2024, com três grupos focais, o primeiro com cinco alunos, o segundo com seis e o terceiro com cinco, totalizando 16 estudantes. Como informado, apenas 12 deles trouxeram as autorizações e estão descritos nesta tese. Assim, cada grupo focal ficou com um número de três a cinco estudantes, optou-se por separar esta sessão em três momentos distintos dos grupos, onde pode-se analisar com maior clareza alguns detalhes que foram “comuns” ou “incomuns” nos grupos. As transcrições encontram-se na íntegra por grupo focal nos anexos desta tese.

Para facilitar a leitura e a análise juntou-se todas as respostas dos grupos por questão. Foram separadas as falas referentes à introdução da temática, em que a pesquisadora procurou saber o que eles compreendiam por desigualdade de gênero. Em seguida, foram agrupadas as falas dos adolescentes sobre como eles percebem esta desigualdade em seu cotidiano, dentro e fora do ambiente escolar. Depois, foram as perguntas para finalizar as entrevistas, com o intuito de saber o que eles acreditam que possa ser feito para diminuir a desigualdade e os problemas por ela causados. Para diferenciar as falas usadas nos grupos focais das redes sociais, utilizou-se “A” para aluno e um número.

Para análise discursiva genealógica, atenta-se por traçar a história de um conceito ou prática, desvendando suas origens e transformações. Desta feita, procurou-se garantir que os jovens não ficassem preocupados com os conceitos sobre o objeto de estudo que circulam na mídia, na escola, na família e em outros ambientes, mas sim, que eles pudessem colocar o que compreendiam sobre desigualdade. Os alunos pesquisados vez por outra questionavam a pesquisadora se o que fora respondido estava correto e, caso não estivesse, eles poderiam dizer como a pesquisadora desejasse que eles falassem. Tal

fato, chamou a atenção, uma vez que se supõe que alguns deles quando abordados para falar sobre algum assunto dentro do ambiente escolar são direcionados a darem respostas “certas” em momentos “desejados” por quem conduz uma entrevista ou uma aula ou outra atividade. Outra possibilidade é o medo de dizerem algo sobre desigualdade de gênero e estarem contra as posições ideológicas pregadas pela sociedade, pela religião, pela mídia ou pela família e causar discursos de ódio ou conflito, tal qual quando tivemos os problemas sobre a expressão “ideologia de gênero” que chegou a ser proibida de ser expressa dentro do ambiente escolar.

Pesquisadora: O que vocês entendem como desigualdade de gênero?

Aluna B: Ah... desigualdade de gênero é quando uma pessoa recebe, tem menos direitos do que a outra só por causa do gênero dela (...)

Aluno G: Desigualdade de gênero é quando um gênero específico ou uma pessoa como se identifica com uma dessas siglas “LGBT” não tem os mesmos direitos que uma pessoa considerada hétero ou “sis”, acho que o hetero nesse tipo de problema, por exemplo numa vaga de emprego uma pessoa “sis” vai ter mais chances de ser chamada do que uma outra pessoa da sigla (este aluno entendeu que “falou” o “conceito errado”, diferente do que estava sendo perguntado e ele se corrigiu no mesmo momento, não houve qualquer interferência da pesquisadora)

Aluno G: Ah, esquece eu tô falando da sexualidade, desculpa, é só o gênero, homens e mulheres (...) desculpa

Aluna F: Eu não, eu entendo como desigualdade de gênero todo problema que tem entre homens e mulheres, que começam por exemplo muitas vezes a mulher é mais levada como muito emocional, que não leva as coisas a sério e o homem tem que manter aquela máscara de “ai eu sou forte”, “eu não posso mostrar emoção”, ou eu não posso fazer isso eu não posso fazer aquilo, o que vão pensar.....

Aluna K: é todas as injustiças por causa do seu gênero, não só as mulheres, mas elas sofrem muito mais e que isso um problema recorrente na sociedade e precisa mudar.

A análise das falas dos estudantes com base na ADF nos permite explorar as relações de poder e os discursos que moldam e estruturam as ideias sobre desigualdade de gênero. Foucault (2008) argumenta que o discurso não é apenas uma maneira de comunicar informações, mas uma prática social que está vinculada ao poder. A forma como cada aluno constrói e entende o conceito de desigualdade de gênero revela como o poder está imbricado nas construções sociais sobre gênero e como essas ideias são reproduzidas ou questionadas.

Pode-se perceber que mesmo com suas próprias palavras e algumas divergências todos eles entendem o conceito de desigualdade de gênero, entendem a discriminação que acontece na sociedade e as consequências desta desigualdade. Em sua maioria os adolescentes falaram sobre como as mulheres são vistas pela sociedade, tanto com

relação ao aspecto emocional, quanto como o gênero influencia no mercado de trabalho, principalmente a desigualdade salarial. A seguir destaca-se algumas falas para análise.

Como exemplo, podemos discutir a fala de Aluna B: "Desigualdade de gênero é quando uma pessoa recebe, tem menos direitos do que a outra só por causa do gênero dela." A aluna reflete uma visão simplificada e generalizada do conceito de desigualdade, mas parece não ter a dimensão exata dessa desigualdade e quais efeitos isso teria para os atores envolvidos. Ela reproduz um discurso dominante que associa a desigualdade a uma diferença de direitos, sem questionar as estruturas de poder que a sustentam. Para Foucault, a desigualdade não é algo natural ou dado, mas algo que é produzido e mantido por discursos e práticas institucionais. Em "Vigiar e Punir", Foucault (1975) argumenta que o poder não se exerce apenas de forma opressiva, mas também por meio de técnicas de normalização que produzem e mantêm a desigualdade ao disciplinar os corpos e as mentes dos indivíduos. Ele descreve como, ao longo do tempo, as práticas de punição e vigilância transformaram-se, mas sempre com o objetivo de controlar as populações de maneira mais sutil, tornando os indivíduos "doces", ou seja, conformados às normas e estruturas de poder vigentes.

"O poder não se exerce apenas para fazer com que se obedeça, mas também para fazer com que se veja e se conheça. O poder circula de forma difusa nas relações cotidianas e nas práticas institucionais, transformando a maneira como os indivíduos se percebem e se organizam dentro da sociedade." (Foucault, 1975).

A aluna, ao tratar a desigualdade como um fato, sem questionar a origem dessas disparidades, está, na verdade, perpetuando uma narrativa aceita sem reflexão crítica. Além disso, no discurso dela segue um modelo binário de gênero, onde a diferença entre "homem" e "mulher" se traduz diretamente em disparidades de direitos, algo que Foucault (2009a) na obra 'História da Sexualidade 1' revela tal discurso como uma forma de reforçar uma estrutura de poder hierárquica. "O poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce; não se trata de uma estrutura fixa, mas de uma rede de relações que se manifesta em múltiplos discursos e práticas" (Foucault, 2009a). Isso reforça a naturalização da desigualdade. Na realidade, a desigualdade está longe de ser um fato natural, ela é fabricada e produzida por discursos que operam em diferentes esferas da sociedade, incluindo a institucionalização das disparidades entre gêneros. Assim, essa relação de poder é, portanto, uma relação de forças em constante disputa e movimento. O

poder não é um objeto fixo e determinado, mas sim uma prática em constante transformação, que se manifesta de diferentes formas e em diferentes contextos sociais.

Já na fala do Aluno G pode-se observar dois momentos de sua fala: Primeiro, diz "Desigualdade de gênero é quando um gênero específico ou uma pessoa como se identifica com uma dessas siglas 'LGBT' não tem os mesmos direitos que uma pessoa considerada hétero ou 'sis', acho que o hetero nesse tipo de problema, por exemplo numa vaga de emprego uma pessoa 'sis' vai ter mais chances de ser chamada do que uma outra pessoa da sigla ...", tal prática discursiva demonstra a tentativa de se engajar com uma questão complexa, refletindo uma percepção de que o conceito de desigualdade de gênero vai além do binarismo entre homens e mulheres e abrange outras identidades de gênero, no entanto, o Aluno G não tem bem claro essas identidades.

Observa-se o fato de que, ao mencionar as siglas “LGBT” e a hierarquização entre os "sis" e as pessoas LGBTQIA+, o aluno traz à tona uma divisão de gênero que é construída socialmente, refletindo as relações de poder que definem quem é reconhecido como "legítimo" ou "normal". Reflete ainda sobre como as categorias de identidade, como gênero e sexualidade, não são naturais, mas construções sociais que se moldam de acordo com as relações de poder. Quando o aluno menciona a hierarquização entre os "sis" e as pessoas LGBTQIA+, ele está, na verdade, reproduzindo uma divisão de gênero que Foucault (2009a) nos alerta como sendo uma construção histórica, com base em normas e discursos dominantes.

"O poder é o que cria as condições de possibilidade das coisas, o que torna possível o discurso. As relações de poder não se limitam a uma repressão, mas a uma produção contínua de práticas, normas e categorias." (Foucault, 2009a).

Já no momento em que o aluno se corrige, “ (...) Ah, esquece eu tô falando da sexualidade, desculpa, é só o gênero, homens e mulheres, desculpa (...). Percebe-se, claramente, sua preocupação em afastar-se do conceito de sexualidade e retoma a discussão de gênero, revelando, assim, uma instabilidade e uma fluidez nas categorias de gênero. Portanto, categorias como construções sociais, instáveis e sujeitas à reconfiguração. Assim, pode-se reafirmar com o pensamento foucaultiano que explora como as categorias de identidade, incluindo o gênero, são reguladas por políticas de poder e controladas por discursos científicos e sociais. Foucault (2009a), analisa como as noções de normalidade e desvio são construídas socialmente e como essas construções estão

sujeitas a transformações, dependendo do contexto histórico e das dinâmicas de poder que as sustentam.

"O gênero é uma prática que produz aquilo que ela parece ser. Isso significa que o que entendemos como 'gênero' é uma série de atos, repetidos e citados, que se cristalizam e, em última instância, nos parecem naturais e imutáveis." (Butler, 2018).

Ao conectar essa ideia ao trecho mencionado, a hierarquização entre "sis" e as pessoas LGBTQIA+ pode ser vista como uma construção socialmente performada. O gênero, para Butler (1990), não é uma essência fixa, mas um efeito das normas sociais e dos discursos que moldam as práticas de gênero em uma sociedade. Assim, a distinção entre "sis" e LGBTQIA+ reflete um processo contínuo de naturalização de uma hierarquia de gênero, onde o cisgênero é visto como a norma e outras identidades de gênero são marginalizadas.

Ao retomar os estudos de Foucault (2009a) e Butler (2018), compreende-se a correção do aluno como uma tentativa de organizar e categorizar o que parece ser uma distinção simples entre sexualidade e gênero, mas que, na verdade, revela a instabilidade e fluidez dessas categorias. Para ambos estudiosos, essas divisões de gênero e sexualidade são construídas discursivamente, sujeitas a transformações históricas, sociais e políticas. Assim, o poder e a performatividade estão intimamente ligados na formação dessas categorias de identidade, que não são dados naturais, mas sim produzidos e mantidos por práticas sociais e discursivas. Enquanto Foucault (2009a) nos ajuda a entender como o poder molda essas categorias, Butler (2018) amplia essa análise ao mostrar que o gênero, como uma categoria performativa, está em constante devir e submisso à reconfiguração, contestação e resistência. A hierarquização entre "sis" e LGBTQIA+ reflete tanto uma normalização do "cisgênero" quanto uma tentativa de fixar e estabilizar o gênero, algo que tanto Foucault quanto Butler consideram uma construção social instável e fluida (Foucault, 2009a; Butler, 2018).

Que configurações de poder constroem o sujeito e o outro, essa relação binária entre "homens" e "mulheres", e a estabilidade interna desses termos? Que restrições estariam operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação de sexo e do desejo? Como questionar um sistema epistemológico/ontológico? Qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustenta a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória? (BUTLER, 2018, p. 8).

No segundo momento dos grupos focais, no qual foram feitas perguntas mais específicas sobre as experiências dos participantes em relação à desigualdade de gênero, indagou-se, por exemplo, sobre o que eles sentem, onde já vivenciaram ou sofreram discriminação, ou ainda, como percebem a desigualdade no contexto escolar. É relevante destacar que a pesquisadora optou por permitir que os participantes dos grupos focais se expressassem livremente. A seguir, apresenta-se alguns trechos das falas extraídas dos grupos focais para análise. Importante frisar que esses trechos não seguem a ordem cronológica dos acontecimentos, pois o objetivo foi preservar o conteúdo mais extenso possível das intervenções, de forma a não distorcer o sentido das falas. As falas de cada grupo focal foram agrupadas no mesmo "bloco" para facilitar a análise, e as transcrições completas de cada grupo podem ser encontradas nos anexos.

Pesquisador: Você já viveu ou presenciou a desigualdade de gênero?

Aluno C: Mas teve um caso de atentado (assédio) aí na escola, e o diretor não fez nada, ele só foi fazer realmente alguma coisa, depois que chamaram uma reunião, porque tinha mais gente reclamando, e ele chamou a atenção, reclamou com o menino, e mais nada....

Pesquisador: E você acha que se fosse uma diretora mulher, teria tomado outra atitude?

Aluno C: provavelmente, se fosse a XXXX (nome da antiga vice diretora), cuidando da situação na hora, acho que teria tido outro desfecho totalmente diferente,

Pesquisador: Porque vocês acham que a mulher teria tomado outra atitude?

Aluno C: é o básico conceito que todo mundo deveria ter, empatia, entender a dor que o outro sente, mas às vezes as pessoas se esquecem até dos princípios básicos, não é mesmo?

Pesquisadora: Você acha que o ambiente da escola não é seguro?

Aluna L: É e não é, por exemplo aqui nessa escola as coisas vão, mas depende muito do diretor porque o próprio diretor às vezes tem medo que sobra para ele, sabe, ele não mexe no vespeiro porque sabe que vai sobrar para ele, aí ele fica esperando para ver se o problema some sozinho, então às vezes a gente tem medo, mesmo na escola eles vão fingir que nada aconteceu, não leva para frente, aí os meninos falam que a gente é louca, que não fez nada disso, que nunca fez nada, culpabilizando a vítima.....

Aluna M: na minha sala mesmo eu não tenho como provar se eles falarem alguma coisa que eu tô certa ou que eles estão errados, é a minha palavra e eu sei que tem colegas minhas, meninas, que não vão me defender, não vão querer se envolver, é uma ou outra amiga que iria se envolver, mas a maioria das vezes, eles falam ah você entendeu errado era só uma brincadeira, não você é maluca, para de ser retardada....

O poder não é algo que é imposto de cima para baixo (de autoridades para os subordinados), mas como algo que circula nas relações cotidianas, se manifestando em práticas sociais e discursos. A fala do Aluno C sugere uma diferenciação entre a ação do diretor e a da vice-diretora mulher, implicando que a figura masculina do diretor, em virtude de uma construção cultural de gênero, tem uma postura mais distante ou insensível

em relação ao assédio, enquanto a mulher seria mais empática e envolvida com a situação. Essa diferenciação implica uma estrutura de poder que se organiza de maneira diferente dependendo do gênero da pessoa em questão. Para além do gênero, neste caso temos que evidenciar como o poder institucional, no caso do diretor, pode se manifestar em uma inação até que se construa uma pressão social (por meio da reunião e do envolvimento de mais pessoas). A inação do diretor reflete um poder que se oculta, invisível em sua passividade, mas que de qualquer forma estabelece normas sociais e hierarquias, a indiferença à violência de gênero pode ser uma forma de reprodução de uma norma patriarcal. A esquiva, o silenciamento diante de um problema envolvendo temas sensíveis que podem ir contra posições políticas e um viés diferente do que os documentos, leis e de uma possível judicialização da gestão ou dos atores da escola, faz com que a direção coloque os discursos sobre temas sensíveis fiquem em ‘stand by’ como forma de enfraquecê-lo ou silenciá-lo. Desta feita, a realidade não corresponde à prática, mas sim apenas ao discurso do que seria o ideal de escola.

O Aluno C menciona ainda que, uma mulher (a vice-diretora) teria agido de forma diferente por conta de um "conceito básico", que é a empatia. Foucault (2003) nos mostra que há uma normatização de determinados comportamentos tidos como ‘adequados’ e ‘esperados’ a determinadas situações e, um exemplo, é a resposta dada sobre a falta de empatia da figura do diretor (aqui representado como gênero masculino), como uma resposta adequada ao sofrimento do outro. No entanto, o aluno sugere que a falta de empatia (por parte do diretor) reflete uma falha em seguir esses princípios, implicando uma visão moral sobre o comportamento esperado. A empatia, nesse contexto, parece ser vinculada ao gênero feminino, reforçando a ideia de que as mulheres, devido à sua posição social, cultura e histórica, podem ser mais propensas a se solidarizar com as vítimas, o que perpetua uma ideia de uma feminilidade "naturalmente" mais cuidadosa ou sensível.

“A moralidade é um dos mecanismos de poder mais profundos, porque ela permite que o poder atue sobre os indivíduos através de suas próprias consciências, organizando e regulamentando seus comportamentos.” (FOUCAULT, 2003, p. 206)

Foucault (2003) aponta que essas noções, com a da empatia e do comportamento moral não são inatas, mas são formadas e moldadas por discursos sociais e instituições que se tornam práticas discursivas e não discursivas, as quais influenciam a subjetividade

de cada um. A ideia de que "todos deveriam ter empatia" pode ser vista como uma construção normativa baseada na pressuposição de que a empatia é algo essencial e universal, mas que, na prática, é moldada por relações de poder e normas de gênero. A figura masculina numa sociedade patriarcal assume um *ethos* pragmático que não deve ter tempo para questões emocionais, ou seja, deve ser mais duro e racional ao lidar com as questões sensíveis. Já o *ethos* feminino assume a figura da docilidade, da compaixão, do cuidado.

A fala do Aluno C sugere que a ação do diretor foi uma resposta tardia e apenas após uma pressão externa, o que revela a forma como as normas institucionais funcionam na sociedade. Foucault (1975) aponta que as instituições (como a escola) exercem poder não apenas por meio de regras explícitas, mas também por meio da construção de um discurso normativo.

"As instituições de ensino, como outras instituições disciplinares, operam através de uma rede de vigilância e normalização, onde o poder se exerce não apenas pela imposição de regras, mas pela construção de um discurso que cria normas e padrões de comportamento." (Foucault, 1975, p. 181)

Nesse caso, o diretor se comporta conforme uma norma de gestão que prioriza a resolução de problemas apenas quando eles são amplificados para que se tenha uma comunicação assertiva, sugerindo um distanciamento em relação à questão do assédio até que ele se torne uma "questão pública" e não uma questão individual de empatia ou intervenção imediata. A prática discursiva do diretor parece ser bem pragmática, ou seja, a atuação só deve ocorrer quando o fato for gerado.

A pergunta da pesquisadora sobre o gênero da diretora (mulher) também levanta a ideia de que o discurso de gênero molda as expectativas de comportamento e a efetividade das ações dentro da instituição escolar. O aluno assume que uma mulher, por ser mulher, teria uma compreensão diferente do problema, sem questionar o que pode estar em jogo em termos de estrutura de poder que transcende o gênero individual de quem ocupa o cargo.

Butler (1990, p.33) nos traz que, "O gênero não é algo que uma pessoa é, mas algo que uma pessoa faz. Gênero é performativo, ou seja, é constituído por repetidas ações e práticas sociais." Isso também aponta para uma norma cultural que associa as mulheres à sensibilidade e os homens à indiferença ou racionalidade "desinteressada", o gênero não

determina essencialmente a compreensão de uma pessoa sobre um problema, mas é resultado de uma construção social envolvida em práticas e performatividade. Butler (1990) sugere ainda que a identidade de gênero é uma prática que se desenvolve ao longo do tempo, influenciada por normas sociais e culturais. Isso implica que a compreensão do problema por parte de uma mulher, apenas por ser mulher, não pode ser vista como uma consequência direta e inevitável de seu gênero, sem considerar as complexas relações de poder e as performatividades sociais que moldam as identidades (Butler, 2018).

Foucault (2008) também aborda como os saberes sobre o mundo (o saber sobre o que é violência de gênero ou assédio) são produzidos e disseminados por meio de práticas discursivas e não discursivas: "O saber não é o que reflete a realidade, mas o que a constrói, em função de relações de poder." No caso, o saber sobre a empatia, a violência e o gênero reproduzido na fala do aluno, além de refletir um saber socialmente compartilhado, compartilha também um saber normativo, sobre como as mulheres e os homens devem se comportar diante de situações de sofrimento. A ideia de que uma mulher "teria agido de forma diferente" nos leva a refletir sobre como certos discursos sobre o cuidado e a ação moral apropriados são internalizados nas pessoas e como esses discursos se entrelaçam com as relações de poder. Da mulher sempre se espera determinado comportamento ligado à perspectiva do gênero feminino, um ser mais compreensivo, cuidadoso, sempre disposto a se doar pelo outro, tal qual o papel de uma mãe. Tais práticas discursivas advêm de várias instituições sociais como o casamento, a religião, a escola e outras de dadas comunidades em determinado tempo e circunstâncias (Foucault, 2008).

Uma análise foucaultiana revela como o discurso de gênero, da empatia e do poder circulam na fala do aluno, refletindo as normas e expectativas construídas e reforçadas naquela sociedade, a qual ele pertence especialmente em instituições como a escola. O poder não se manifesta apenas em ações explícitas, mas também em discursos que moldam o comportamento, as atitudes e as relações sociais. Como Foucault (1975) argumenta, o poder "não é algo que se possui, mas algo que se exerce" e se distribui nas relações sociais através dos discursos (Foucault, 1975, p. 39). A fala do aluno revela as tensões entre os discursos sobre gênero e a prática institucional, além de indicar como o poder e as normas de gênero influenciam as ações e as respostas a situações de desigualdade, como o assédio.

Ao atentar para a fala das alunas L e M, a qual reflete de maneira clara as dinâmicas de poder e controle presentes na escola, que não apenas reproduzem normas sociais de gênero, mas também se apresentam como a violência simbólica e de possível culpabilização das vítimas, as quais são operadas dentro dessas instituições. A partir da análise foucaultiana, é possível observar como o discurso da aluna L sobre o comportamento do diretor e a postura da escola frente a situações de violência de gênero revela uma forma de poder disciplinar que evita o confronto direto com as normas estabelecidas. O diretor, ao “não mexer no vespeiro” por medo das repercussões, evidencia a atuação de um poder que não é visível, mas que exerce controle, operando por meio da omissão e do silêncio diante dos problemas de violência (Foucault, 1975). Essa postura de espera, onde “o problema some sozinho”, não é apenas uma falta de ação, mas uma forma de garantir que as normas dominantes, que culpabilizam a vítima e protegem o agressor, se mantenham intocadas.

A fala de Aluna M, por sua vez, aborda a culpabilização da vítima, um mecanismo central do poder simbólico que Foucault descreve como uma prática de normalização social.

"O poder não é algo que se possui, mas algo que circula, se exerce, se desvia. Ele envolve as práticas de normalização, de legitimação e de culpabilização que atuam sobre os indivíduos, transformando-os em sujeitos autoconscientes de suas ações e seus desejos." (FOUCAULT, 1975, p. 61)

Quando as meninas são desacreditadas, chamadas de “malucas” ou acusadas de “entender errado”, elas se vêem sujeitas a uma construção de subjetividade feminina que deve se adequar ao que é considerado “normal” ou aceitável dentro de um sistema de relações de poder desigual. O poder não é apenas uma força repressiva, mas também uma força que normaliza comportamentos e atitudes, criando uma realidade onde a vítima de assédio ou violência tem sua palavra desqualificada em favor dos agressores. Como Foucault (1975) descreve, o poder se manifesta através de discursos que moldam as subjetividades, e essa dinâmica de desqualificação e silenciamento das mulheres é uma forma de controle social que reflete a naturalização da desigualdade de gênero.

Assim, o que se vê nas falas das alunas é o exercício de poder tanto na omissão institucional quanto na culpabilização das vítimas, práticas que são sustentadas por

discursos normativos de gênero que desqualificam a experiência feminina e reforçam as desigualdades presentes no ambiente escolar.

Aluna A: Ai, as famílias que, podemos dizer mais experiente (antigas), acha que o homem tem que trabalhar e mulher ir na cozinha, eu acho isso muito errado porque a mulher nasceu como um homem nasceu, só tem a parte da genitália do homem e da mulher... eu acho que eles deveriam trabalhar ter o mesmo salário e não ter essa dificuldade que tem sabe principalmente as mulheres, violências eu acho que as violências são mais puxado para mulher eu acho que está errado...

Aluna B: então para falar disso, eu comecei a limpar a casa com 11 ou 10 anos com a minha mãe, e o meu irmão está chegando nos 12 e não faz nada, e a minha mãe fala não deixa ele... ele é criança ainda, mas quando era eu eu tinha que fazer várias coisas...

Aluno C: pensando agora, tem um pouco, eu sou o único menino, sou o caçula, então eu acho que, eu admito que falta um esforço da minha parte, muitas das vezes, agora eu consigo enxergar mais isso e ajudo em casa, quando eu estou bem eu ajudo,

Aluna D: sabe que eu acho muito injusto isso, se a mãe não pede para ninguém ajudar é uma coisa, mas se ela só pede para as meninas, porque é mulher tem que ajudar em casa, e vira uma empregada, porque a mãe também está cansada, trabalhando fora e tem a casa inteira para arrumar, se dividisse entre todos seria tão mais justo.

Aluno C: eu também acho que é uma coisa cultural, então a minha mãe me pede mais para lavar lá fora, a garagem e a calçada... eu sei que faço menos, mas eu tento ajudar...

Aluna B: Inclusive, as vezes o meu irmão quer ajudar a lavar uma louça e ela fala “não deixa isso que eu faço”, ela meio que briga com ele, sabe que coisa de que isso não é coisa para o menino, ela não fala diretamente, ela diz que é porque ele não sabe, mas ela me ensinou, e em alguma hora ele vai ter que aprender também, não sei o que se passa na cabeça dela...

Aluna D: mas ela distribui igualmente as tarefas, se não é ela mesma que está sendo machista...

Essa percepção se estende para outros aspectos da vida cotidiana, como na divisão das tarefas domésticas, onde o sexismo se manifesta. O sexismo é uma forma de discriminação que se manifesta em diversas esferas da sociedade, incluindo o discurso midiático, onde frequentemente reforça normas de gênero desiguais e limitações para as mulheres. Segundo Flores Treviño e Estrada Esparza (2016), "a violência simbólica expressada por meio de discursos sexistas nas mídias não só reflete, mas também contribui para a manutenção de uma cultura patriarcal que legitima a desigualdade de gênero". Percebe-se no discurso de AB a legitimação da desigualdade de gênero por meio do discurso sexista da mãe quando o menino de quase 12 anos ainda é uma criança para os afazeres domésticos, mas as meninas não desde os 10 e 11 anos já são convocadas a ajudar nas tarefas da casa.

Nesse sentido, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na construção e na perpetuação de estereótipos sexistas, moldando a percepção social sobre os papéis femininos e masculinos. A violência simbólica, manifestada em imagens e narrativas que objetificam ou marginalizam as mulheres, está presente de forma estruturada e sutil no cotidiano das sociedades, muitas vezes sendo naturalizada e invisibilizada por aqueles que a consomem. (Flores Treviño; Estrada Esparza, 2016, p. 728).

A partir da naturalização dos discursos sexistas, especialmente pela mídia, o ambiente familiar e o escolar são influenciados por essas práticas discursivas e não discursivas que levam a desigualdade de gênero. Percebe-se nos respondentes que estes identificam o sexismo, vigente na sociedade e em muitos lares, as mulheres ainda são sobrecarregadas com a maior parte das responsabilidades domésticas, refletindo padrões culturais que associam o trabalho doméstico ao gênero feminino. A reprodução desses comportamentos sexistas dentro de ambientes familiares e sociais demonstra como a desigualdade de gênero continua a ser normalizada, tanto *on-line* quanto *offline*, reforçando a imensa necessidade de debates e ações para promover maior equidade.

Quando Foucault (1975) afirma que o poder não está apenas nas leis ou nas figuras de autoridade, mas se exerce nas relações cotidianas e nos discursos que modelam a subjetividade dos indivíduos, e nesse caso, as falas das alunas e do aluno refletem um poder sutil, mas presente, nas práticas e normas de gênero que são reproduzidas dentro do espaço familiar. Nesta análise podemos destacar como os estereótipos de gênero influenciam a percepção dos adolescentes sobre suas próprias experiências e as de seus pares. Aluna A fala sobre como as "famílias mais antigas" ainda consideram que o homem deve trabalhar e a mulher deve ficar em casa. Ela questiona essa ideia, considerando-a errada, ao sugerir que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e responsabilidades, como trabalhar e ter o mesmo salário. Novamente, observa-se que essa "norma" sobre o papel da mulher e do homem não é uma imposição direta, mas sim uma construção social que vai sendo reproduzida por discursos familiares, culturais e institucionais, moldando as subjetividades, aqui, o poder se exerce nas práticas cotidianas, como a divisão de tarefas domésticas e o papel de gênero atribuído às mulheres e aos homens.

Essa diferença de tratamento entre os gêneros constrói uma subjetividade que está atrelada às expectativas de gênero: as meninas têm que aprender a cuidar da casa, enquanto os meninos são vistos como “crianças” que não precisam aprender essas habilidades. Foucault argumenta que isso reflete uma "microfísica do poder", onde, através de práticas cotidianas (como as tarefas domésticas), os sujeitos vão internalizando e reproduzindo a norma de que as mulheres são responsáveis pelo cuidado do lar, enquanto os homens devem ser preparados para atividades fora de casa. Para Foucault (1975) "as técnicas de poder fazem a subjetividade se constituir", assim a crítica implícita de Aluna B ao comportamento da mãe sugere uma tensão entre as normas familiares e as percepções pessoais de desigualdade de gênero.

Quando a Aluna D fala sobre o "injusto" da divisão desigual de tarefas domésticas e sugere que se todos ajudassem, seria "tão mais justo", há uma crítica à norma estabelecida dentro da própria casa. A Aluna D denuncia a imposição de um papel de gênero rígido, que atribui a responsabilidade pelas tarefas domésticas principalmente às meninas, fazendo com que se tornem "empregadas" dentro de casa, como se o trabalho doméstico fosse exclusivamente uma responsabilidade feminina. Simone de Beauvoir (2009) argumenta sobre o papel da mulher na sociedade é socialmente construído, e a ideia de que as mulheres devam ser responsáveis pelo trabalho doméstico é uma imposição cultural, não uma predisposição natural. A crítica à norma estabelecida dentro de casa reflete essa visão, na qual as meninas são ensinadas a assumir tarefas domésticas como parte de seu "destino" de gênero, um processo de socialização em um contexto de subordinação e expectativas sociais rígidas.

"Não se nasce mulher: torna-se mulher. Nenhuma mulher nasce com uma vocação natural para o trabalho doméstico; ela é socializada, desde a infância, para desempenhá-lo como parte de seu destino feminino." (BEAUVOIR, 2009, p. 13)

O Aluno C, por sua vez, reflete sobre como a cultura familiar e social influencia a divisão das tarefas e admite que, sendo o único menino, sua participação nas tarefas domésticas sempre foi menos exigida, mas o mesmo tenta ajudar mais agora. Assim, o respondente C procura mostrar a tentativa de mudança no comportamento em relação à norma de gênero, modalizando seu discurso para o politicamente correto na circunstância ali do grupo focal. Isso pode ser visto como um movimento de resistência, ainda que pequeno, contra as expectativas tradicionais.

A conscientização do Aluno C pode ser considerada o início do que Foucault (2009a) denomina de resistência, "não apenas uma negação explícita das normas, mas também uma tentativa de reformular as práticas de poder e as divisões normativas que existem dentro da família, um espaço onde o poder é exercido de maneira difusa e aparentemente natural". Por outro lado, quando C afirma que agirá de forma diferente procurando dividir os trabalhos domésticos, esta ação pode ser considerada uma prática de si, um trabalho de ocupar-se consigo mesmo na condução da própria vida, em uma ética da existência e não mais ser mais conduzido por outrem, ou seja, por uma cultura sexista da sociedade.

A socialização de gênero, que ensina as mulheres a serem cuidadoras desde muito jovens, reforça estereótipos e preconceitos de gênero que acabam naturalizando a desigualdade de gênero na sociedade. Esse comportamento silencia e determina o papel do homem não como responsável também por cuidar dos afazeres domésticos. Logo, a desigualdade na sobrecarga da responsabilidade doméstica acaba por ficar por conta das mulheres, resultando em estresse, fadiga e divisão injusta de trabalho.

As falas evidenciam como as normas de gênero ainda estão profundamente enraizadas no cotidiano familiar, moldando a divisão das tarefas domésticas e a subjetividade de meninos e meninas. Foucault (2009a) nos ajuda a compreender como as relações de poder não são apenas impostas de maneira direta, mas sim internalizadas e exercidas através de práticas cotidianas e discursos que definem o que é socialmente esperado para homens e mulheres. A resistência e as críticas apresentadas pelas alunas e alunos indicam uma percepção crescente de desigualdade de gênero, mas também evidenciam como essas normas são difíceis de serem modificadas e até mesmo conscientizadas, pois estão profundamente enraizadas na cultura familiar e social.

Os discursos da Aluna I e Aluna F à luz dos conceitos de poder, normas sociais, subjetividade e discursividade, mostram a cobrança sobre a aparência das mulheres e da desigualdade de gênero nesse contexto, e refletem como as normas e as pressões sociais sobre o corpo e a aparência feminina são construídas e reforçadas em práticas discursivas e não discursivas que regulam os comportamentos, atitudes e até mesmo a maneira como as mulheres se veem e se posicionam na sociedade. Ao mesmo tempo, podemos integrar as reflexões de Orlandi (2012), que, em sua análise de discurso pecheutiana que dialoga

com Foucault, quando destaca como a linguagem e os discursos são produtores de subjetividade e funcionam dentro de uma rede de poder e resistência.

Foucault (1975) como já colocado anteriormente demonstra que o poder também se faz de formas mais sutis, "o poder não é exercido apenas através da repressão, mas também pela produção de práticas normativas que regulam a subjetividade dos indivíduos". No caso da fala de Aluna I, percebe-se a pressão sobre as mulheres para estarem sempre arrumadas e para não se expressarem de maneira "feia" ou "chata", que está diretamente relacionada a um poder disciplinar que regula os corpos e os comportamentos das mulheres. Esse poder, segundo Foucault (1975), está presente nas instituições e nas relações cotidianas, e seu principal objetivo é produzir um sujeito que se autocontrole e se ajuste às normas e expectativas da sociedade.

Aluna I: (...) é verdade, e não é só isso, tem muitas outras coisas, eu também vejo muita cobrança em cima das meninas sobre aparência. Tipo, parece que elas sempre têm que estar arrumadas ou preocupadas em não parecer "feias" ou "chatas" se falam o que pensam, tem que pensar muito mais...

Aluna F: É! E isso também é desigualdade de gênero, a pressão estética é muito maior sobre as mulheres. Elas são mais julgadas pela aparência do que pela competência. E isso afeta a gente desde quando nascemos, "na adolescentes" até mulheres já adultas. Os homens não passam por esse tipo de cobrança com a mesma intensidade.

Os discursos de AI e AF colocam em evidência a prática discursiva e não discursiva que determinam as exigências sobre o corpo feminino e sua aparência saudável, bonita e atraente, pois a sociedade e os grupos sociais ao qual pertencem as respondentes julgam o feminino pela aparência em detrimento da aparência masculina que não passa por uma cobrança tão intensa. Essas práticas discursivas sobre o corpo e a aparência feminina são elementos importantes para serem ou não aceitas, portanto, tais práticas discursivas refletem uma norma internalizada e que atua como uma espécie de vigilância constante, levando a mulher a se regular e a se comportar de acordo com as expectativas de beleza e comportamento socialmente aceitas. Nesse sentido, a pressão estética sobre as mulheres é um exemplo de como o poder se exerce de maneira invisível, mas constante, sobre os corpos femininos.

A crítica da Aluna F pertence a uma formação discursiva que vai de encontro com, Margareth Rago (2006) sugerindo que os discursos sobre a mulher, sua aparência e competência são fundamentais para a definição dos lugares que ela ocupa na sociedade.

Segundo a autora, "a linguagem não é apenas uma forma de representação, mas um meio de construção e produção de sentido, sendo uma prática de poder que estabelece e reforça os discursos normativos que regulam a figura feminina". Nesse sentido, os discursos que moldam a imagem da mulher não se limitam a descrever a realidade, mas a constroem de forma a perpetuar normas e hierarquias sociais. Ela preconiza que os discursos sobre a mulher, a aparência e a competência definem os lugares da mulher na sociedade e enfatizam que a linguagem não é apenas uma forma de representação, mas um meio de construção e produção de sentido que vai além das palavras, sendo uma prática de poder que estabelece e reforça os discursos normativos. Rago (2006) destaca que o corpo e os padrões de beleza se tornam uma construção discursiva sobre a feminilidade, operando como um regulador das práticas sociais e das subjetividades femininas. Esse processo de formação discursiva sobre as mulheres, especialmente em relação à aparência, contribui para a construção de um sujeito feminino que deve corresponder a um padrão estético, muitas vezes em detrimento de sua competência ou habilidades. Assim, pode-se perceber que esse processo discursivo define o perfil ideal de gênero feminino assentado num corpo 'arrumado' de boa 'aparência' (Rago, 2006).

A fala das alunas também pode ser vista como uma forma de resistência a esse poder normativo. Ao perceberem e denunciarem a desigualdade de gênero, elas indicam uma forma de subverter essas normas que, embora internalizadas e naturalizadas, podem ser questionadas e problematizadas. Foucault (2009a) argumenta que, embora o poder seja "ubíquo e muitas vezes invisível, ele também gera resistência". A crítica à pressão estética e a conscientização sobre as desigualdades de gênero indicam uma forma de resistência que emerge nas práticas cotidianas e nos discursos, como uma tentativa de redefinir o valor da mulher além da sua aparência.

Os discursos da Aluna I e Aluna F explicitam como ocorre o processo de pressão estética no formato de controle regulador dos corpos das mulheres, instaurando a preocupação com a "aprovação social" de sua aparência em detrimento da valorização de suas capacidades ou competências. A análise de discurso foucaultiana nos ajuda a compreender como essas normas são sustentadas por práticas discursivas e não discursivas na construção, no reforço e na manutenção da desigualdade de gênero. Concomitantemente, propicia por meio da problematização, do pensar diferente a realidade da desigualdade de gênero, conscientizando-se de como é o sujeito é

influenciado e se este participa desse processo de forma passiva, alienada ou ativa. Ao ocupar-se consigo mesmo frente ao problema da desigualdade, o conhecimento de si nesse sentido fomenta o sujeito a agir sobre si mesmo, por meio do cuidado de si, não só para a transformação desses discursos e das práticas sociais que naturalizam a desigualdade de gênero, mas também para o exercício de uma postura ativa (ético-política) de compreensão e ciência de suas práticas e dos exercícios de liberdade, num constante cuidado de si para saber trabalhar com o governo de si e dos outros na construção de uma estética da existência (Foucault, 2009a, 2009b, 2009c).

Pesquisador: e nas escolas vocês acham que tem essa desigualdade?

Aluno J: eu acho que tem sim a desigualdade nas escolas também, que as cobranças para as meninas são diferentes que das dos meninos, esperando que elas sejam mais comportadas, mais inteligentes, sabe....

Aluna F: É eu também acho, isso tá em várias coisas, na forma que a sociedade trata homens e mulheres de maneiras diferentes, desde a infância, por exemplo, as meninas são ensinadas a serem mais cuidadosas, enquanto os meninos são incentivados a serem mais corajosos e competitivos.

Aluno G: nas escolas, tem sim, mas aqui na escola tem muito mais mulheres então eu não acredito que tenha tanta desigualdade mas eu acredito que tem outras escolas que isso não acontece, porque nessa, as próprias mães e professoras acabam tendo movimentos que ajudam nisso né, por exemplo.... os movimentos “tipo feminista” mas, eu acho por exemplo, que vagas de diretor e coordenador de classe são mais os homens que ocupam, como aqui....

No contexto da fala de Aluno J, ele reconhece que há uma desigualdade de gênero nas escolas, onde as meninas são cobradas de maneira diferente dos meninos: espera-se que as meninas sejam "mais comportadas" e "mais inteligentes". Isso remete a um processo de normalização, onde as meninas são treinadas a atender a um padrão de comportamento que se alinha a uma norma feminina idealizada, em que a disciplina, a inteligência feminina alia-se à obediência são características centrais. Ao mesmo tempo, o comportamento esperado para os meninos, mais "corajoso" e "competitivo", está vinculado a normas masculinas que privilegiam características como a independência e a assertividade, promovendo uma hierarquia de gênero.

Foucault (1975), em suas análises de como o poder opera em diferentes esferas sociais, aponta a escola como um local onde a microfísica do poder atua, não apenas por meio de regras explícitas, mas pela produção e circulação de discursos que determinam o que é adequado ou inadequado; no caso da desigualdade de gênero desenha-se dentro do ambiente escolar papéis masculinos e femininos ideais. A escola, enquanto instituição, age como um dispositivo de normalização, na fabricação e modulação de subjetividades

de meninos e meninas de acordo com os padrões de gênero histórica e culturalmente estabelecidos.

No caso das meninas, o discurso sobre o cuidado está associado à sua função social de “cuidadoras” dedicadas de outrem, tanto dentro da família quanto em outras esferas, como a escola. Por outro lado, a coragem e a competitividade atribuídas aos meninos alimentam a construção de uma masculinidade que privilegia o domínio, a virilidade e a liderança. Esse processo é parte da formação discursiva que define o que é ser mulher ou homem em uma determinada sociedade. A escola, ao reproduzir esses discursos, não apenas ensina conteúdo acadêmico, mas também reforça essas normas de gênero.

É interessante ressaltar que Foucault (2009) adverte em seu texto “O Sujeito e o Poder” que seu objetivo não foi o de analisar o poder, mas ao contrário seu principal foco foi estudar os diferentes modos pelos quais o homem se torna sujeito no momento presente, ou seja, nessa perspectiva foucaultiana interessa nesta pesquisa não verificar como o poder se exerce sobre o corpo feminino, ou como poder mantém as normas e controle sobre o ideal do gênero feminino. No entanto, ao modo de Foucault é perceber como os adolescentes frente aos desafios desse poder disciplinar e de controle que ditam o como ser e o que ser, como eles podem ocupar-se consigo mesmos e poderem aceder ao conhecimento de si mesmos na condução ética de suas existências.

Segundo Margareth Rago (2006), o discurso educacional e social tem um papel fundamental na formação das subjetividades de gênero, já que “a escola, enquanto instituição de transmissão de saberes e normas sociais, contribui para a consolidação das divisões de gênero, ao reforçar a ideia de que os meninos e as meninas devem se comportar de maneiras específicas, de acordo com seu sexo” (RAGO, 2006). Esse processo, que começa na infância, molda a identidade dos indivíduos e reforça as expectativas de comportamentos masculinos e femininos, perpetuando desigualdades e limitações para ambos os gêneros. Ou seja, as falas de Aluna F indicam como o discurso da escola e da sociedade molda as subjetividades femininas e masculinas, reforçando as divisões de gênero desde a infância.

A fala de Aluno G traz à tona uma análise interessante sobre como a desigualdade de gênero se manifesta, ou é percebida, dentro de diferentes escolas. Ele aponta que, embora sua escola tenha uma maior presença feminina, o que aparentemente diminui a

desigualdade de gênero, em outras escolas essa dinâmica pode ser mais evidente, especialmente nas posições de liderança, como diretores e coordenadores, que são ocupadas predominantemente por homens. Esse comentário ilustra a maneira como o poder institucional (presente nas ocupações de cargos de liderança) é estruturado de forma desigual, com uma presença masculina mais forte, que reforça a ideia de que os espaços de poder são mais "adequados" para homens do que para mulheres, mesmo dentro de um ambiente que muitas vezes é majoritariamente feminino como a escola.

"As mulheres têm mais dificuldades para acessar os postos de poder, pois a sociedade ainda percebe esses espaços como mais adequados para os homens, o que se reflete nas disparidades de representação nos cargos de liderança." (Hirata, 2016).

Foucault argumenta que essa configuração de poder não é natural, mas é uma construção histórica que se perpetua através de discursos e práticas normativas. A presença de mais mulheres na escola pode reduzir as desigualdades de gênero visíveis em algumas práticas cotidianas, mas as desigualdades estruturais, como a ocupação de cargos de liderança, permanecem evidentes. Essa é uma forma de poder-saber que permeia não só os discursos sobre o que homens e mulheres devem ser, mas também sobre quem tem direito ao exercício do poder nas instituições. "O poder, como a disciplina, não está apenas nas instituições ou nas leis, mas é incorporado e reconfigurado nas práticas cotidianas" (Foucault, 2009, p. 156). A referência à desigualdade nas posições de liderança dentro da escola e a predominância masculina nessas funções é uma expressão de como o poder se exerce através da organização das estruturas sociais e institucionais.

Porém, é importante notar que, conforme Foucault nos ensina, o poder gera também resistência, e gera reflexão que vai gerar mudança, "Onde há poder, há resistência" (Foucault, 2009, p. 194). A resistência observada nas falas dos alunos pode ser vista como um movimento que questiona e busca transformar as relações de poder dentro das escolas. As discussões que surgem nas falas dos alunos, como a percepção de desigualdade e a crítica à forma como os gêneros são tratados de maneira diferente, são expressões de resistência. A crítica aos discursos que reforçam as normas de gênero dentro da escola, como a ideia de que meninas devem ser mais cuidadosas e meninos mais corajosos, é um exemplo de como os sujeitos podem começar a questionar as normas que os moldam.

(...) Violência de gênero sendo "estimulada nas redes sociais"(...)

Pesquisador: como assim? Eles acham que isso é bonito, é um elogio?

Aluna M: Exatamente, eu sou psicopata não mexa comigo, e aí se você entrar mais fundo tem os caras, ó eu vou dar um exemplo de uma menina, ela colocou olhando as mensagens que ela recebe na “DM” de alguns caras e tinha frases tipo você é muito “estuprável”, nossa como se isso fosse um elogio, tem uns grupinhos que são bem assim, pesados e no comentário dessa menina vários garotos concordando com isso que ele disse....

Aluna K: Mas eu acho que isso também é só para chamar a atenção, se sentirem importantes dentro deste grupinho.

Pesquisadora: Você acha que por ser na internet, em que as pessoas não estão se vendo cara a cara acontece mais isso do que por exemplo em ambientes como aqui na escola?

Aluna K: Quando está na internet, é como se fosse anônimo, então eles sentem que não tem punição e podem falar o que quer, mas sempre tem um sem noção na vida real também...

Aluna M: A gente vê aqui na escola, esse é um daqueles que estaria lá na internet, mas na internet eles são mais escancarados porque aqui na escola por exemplo se o garoto falar isso obviamente ele vai para a sala do diretor, mas também dependendo de quem é, e de como é o menino eles deixam claro que são machistas e que eles são muito preconceituosos.

Aluna L: É da minha sala, tipo geração z conservadora e eles são sempre assim, tipo mesmo no trabalho de LGBT, “se tem que fazer eu faço”, mas fala coisas do tipo, eu coloquei lá dois homens se beijando na capa do trabalho, é só isso que eu vou fazer, eles não escondem que são preconceituosos.

Ao analisar discursivamente as falas de Aluna M, Aluna K, e Aluna L sobre a violência de gênero, especialmente no contexto das redes sociais e da postura dos meninos nas escolas, oferece uma reflexão sobre como o poder, as normas sociais e a subjetividade se interrelacionam em espaços digitais e presenciais. A partir da ética da existência e do conceito de cuidado de si, é possível explorar como os sujeitos, no caso os jovens, são configurados por discursos de violência, agressividade e de normalização de comportamentos machistas, enquanto também buscam formas de resistir a essas normativas sociais.

No caso das falas, o discurso de violência de gênero nas redes sociais e a postura agressiva de alguns jovens revelam como essas práticas são incutidas através de interações microcotidianas, tornando-se naturais e quase invisíveis, tanto on-line quanto na escola. Quando Aluna M descreve como os meninos se referem a garotas com frases como "você é muito estuprável", ela aponta para a internalização de uma violência simbólica que, embora agressiva, é legitimada por um discurso masculino dominante que circula nas redes sociais e que ecoa na vida real, ainda que de forma mais contida e passível de punição.

A violência simbólica, conforme Foucault (1975) e Pierre Bourdieu (2007), age como uma forma de poder que é aceita e naturalizada dentro das normas sociais. Nesse caso, o "elogio" relacionado à violência de gênero nas redes sociais, abordado por Aluna M, pode ser visto como uma forma de reforço do discurso machista, onde a mulher é objetificada e desumanizada, sendo tratada como um objeto de desejo violento. Esse tipo de linguagem reflete a construção de uma subjetividade masculina que se afirma por meio de atitudes agressivas, racistas e machistas.

A discussão entre Foucault e Pierre Bourdieu sobre o conceito de violência simbólica permite uma reflexão mais profunda sobre como as normas sociais e os discursos de gênero operam como formas de poder, naturalizando relações de dominação e subordinação. Tanto Foucault quanto Bourdieu analisam a violência simbólica, mas a partir de perspectivas que, embora complementares, enfatizam diferentes aspectos do poder, da subjetividade e da estrutura social.

Foucault(1979) ressalta que o exercício do poder também se faz por meio de microfísicas que operam em práticas cotidianas e discursivas. O poder, para Foucault, está disseminado em todas as relações sociais e se exerce através de práticas e normas que moldam a subjetividade dos indivíduos. Nesse sentido, a violência simbólica nas redes sociais, conforme destacada por Aluna M, pode ser entendida como um poder que se exerce de maneira difusa, sem ser necessariamente institucionalizado ou visível. Ela assume a forma de um "elogio" que desumaniza as mulheres e reforça a objetificação e a violência de gênero, moldando a forma como os homens se relacionam com as mulheres e como as mulheres se veem dentro dessas dinâmicas (Foucault, 1979).

No contexto da violência de gênero nas redes sociais, a linguagem machista descrita por Aluna M, que transforma a mulher em um objeto de desejo violento, é uma manifestação de um habitus masculino que se construiu ao longo do tempo, por meio da socialização nas estruturas sociais dominantes. Nesse sentido, o discurso sobre a mulher, que a reduz a um "objeto estuprável", não é apenas uma ação individual, mas o reflexo de um sistema de normas e práticas que foram naturalizadas pela sociedade. A objetificação e desumanização das mulheres são internalizadas como parte do habitus masculino, tornando-se uma prática de violência simbólica aceita, quase invisível, e que dificilmente é questionada por aqueles que participam dessa dinâmica.

Na naturalização da violência nas relações de gênero, Fonseca (2018) identificou como os adolescentes percebem e aceitam comportamentos violentos como normais em relacionamentos, sem questionar sua natureza violenta, entretanto existe por parte dos adolescentes um reconhecimento de direitos sexuais como potencial de fortalecimento, onde os adolescentes discutiram a importância dos direitos sexuais e como o reconhecimento desses direitos pode empoderá-los e ajudá-los a enfrentar a violência (Fonseca *et al*, 2018).

Esse processo de objetificação da mulher é, portanto, uma forma de resposta à violência simbólica, uma maneira de os homens afirmarem suas identidades e seu lugar de poder dentro da estrutura social. O comportamento de desumanização das mulheres nas redes sociais, no entanto, também reflete uma prática de resistência contra as normas de igualdade, uma vez que os indivíduos que participam desse discurso violento buscam se afirmar dentro de um grupo em que a violência simbólica se torna uma forma de poder.

Foucault (2006) propõe que a ética da existência envolve o cuidado de si, entendendo que os indivíduos têm um papel ativo na construção de suas identidades e na maneira como se relacionam com as normas e valores sociais. No contexto da fala das alunas, o conceito de cuidado de si pode ser utilizado para refletir sobre como os indivíduos (no caso, as meninas) se posicionam em relação a esse tipo de violência. Aluna K sugere que os meninos podem usar a violência de gênero para "chamar a atenção" e se sentir importantes dentro de grupos, o que remete a um processo de produção de si (uma forma de cuidado com a própria imagem) que, no entanto, envolve a internalização de práticas de poder que reforçam a exclusão e a subordinação do outro. Ao buscar reconhecimento dentro de um grupo, esses meninos confirmam e perpetuam as normas que regulam suas ações e atitudes, sem refletir sobre o impacto dessas práticas na construção da subjetividade feminina, como evidenciado pela fala de Aluna M sobre a violência simbólica.

Foucault (2006) também reverbera sobre o cuidado de si no sentido de que o indivíduo deve tomar responsabilidade sobre a forma como se constitui e se relaciona com o mundo, sendo capaz de resistir a discursos e práticas que podem ser prejudiciais. A resistência ao machismo e à violência de gênero, tanto nas redes sociais quanto na escola, implica a possibilidade de as meninas (e também os meninos) desenvolverem uma ética da existência que os leve a repensar essas normas de gênero e a resistência contra

elas. Aluna M, ao observar que as atitudes machistas, embora mais dissimuladas na escola, são visíveis na internet, demonstra um entendimento crítico sobre as desigualdades que existem tanto nos espaços digitais quanto no mundo físico.

Foucault (2006), enfatiza que a resistência não ocorre apenas em atos explícitos de contestação, mas também por meio da reconfiguração das práticas discursivas e não discursivas. Assim, a crítica ao discurso machista, a reflexão sobre a violência de gênero e a ação coletiva de resistir aos estereótipos de gênero se tornam formas de resistência e reconfiguração das relações de poder na sociedade, inclusive dentro da escola. "O cuidado de si é a arte de dar forma à própria vida, por meio de uma prática de resistência, que deve permitir ao sujeito não se conformar com as normas e os discursos impostos" (Foucault, 2004). Esse conceito reflete a maneira como as alunas discutem a violência de gênero, seja em contextos digitais, seja em ambientes presenciais, como a escola, desafiando as normativas e buscando uma forma de resistir a essa estrutura de poder.

A análise das falas das alunas e da pesquisadora revelam como a violência de gênero, tanto nas redes sociais quanto na escola, é parte de uma construção discursiva que normaliza comportamentos agressivos e desumanizadores. No entanto, o conceito de ética da existência e do cuidado de si indicam que é possível resistir a essas normas e transformá-las, ao promover uma reflexão crítica sobre os discursos que moldam as subjetividades de meninos e meninas. A resistência a essas práticas não se dá apenas na contestação explícita, mas também no modo como as pessoas se posicionam diante dessas normas, com a possibilidade de reconfigurar suas identidades e relações sociais.

Dando sequência, o terceiro momento em que se analisam as falas dos jovens, e como última pergunta, para finalizar as conversas, fora questionado para todos os grupos como eles acreditam que podemos diminuir a desigualdade de gênero, tentando fazê-los refletir sobre o próprio papel nesta sociedade. Este é um momento importante para a tese pois permite refletir sobre o "cuidado de si". O conceito de cuidado de si, como já foi visto anteriormente, é central para a ética da existência, que está relacionada ao modo como os indivíduos se relacionam consigo mesmos e lidam com as normas que estruturam suas vidas.

Para Foucault (2009c), a prática do cuidado de si envolve a reflexão e a transformação das próprias ações, valores e modos de ser, em resposta às exigências de

um campo social de poder. Nesse sentido, ao questionar os grupos sobre como acreditam que podem diminuir a desigualdade de gênero, promove-se uma reflexão também sobre seu papel na sociedade, cria-se uma oportunidade para que os indivíduos se engajem no processo de autocuidado que, é fundamental para a transformação das normas e das relações de poder que regem a sociedade.

Pesquisador: E como você acha que a gente poderia mudar isso, nas pessoas?

Aluna A: eu fiz uma redação sobre isso, eu falei que deveria ter mais aulas incentivando que as mulheres e os homens são iguais e tem que ter o direito igual, porque hoje em dia, Ah, a família também que tem que incentivar esse pensamento e eu acho que o primeiro passo sempre é da família, é isso que eu penso, e leis também, é claro, Claro que tem a lei da “Maria da Penha”, mas eu acho que também tem que criar mais, e eu acho que as leis são mais puxadas para a física, sabe, tem que existir mais leis psicológicas também porque querendo ou não é uma violência entendeu, assim que eu penso....

Aluno C: Acho que o primeiro passo é o que a gente tá fazendo agora, conversar sobre o assunto. Muita gente nem percebe que algumas atitudes são resultado dessa desigualdade. E depois, tentar mudar essas atitudes no dia a dia. Não fazer piadas machistas, por exemplo, e apoiar as mulheres que estão ao nosso redor, sejam amigas, familiares ou colegas.

Aluna D: mais palestras... eu acho que deveria ter mais encontros para discutir, mas quem mais precisa ouvir parece que sempre falta neste dia, (risos)....

Aluno G: eu acho que para mudar isso é com o próprio caminho das feministas, dos movimentos, é o movimento a palavra né? Com isso vamos mostrando na escola na sociedade através de palestras etc. Na escola teve bastante palestra sobre isso, então eu acho que sei um pouquinho, eu não entendo muito, não sou especialista mas o básico eu sei, (risos) eu acho que palestra é muito bom, mas eu acho que essas palestras deviam ser fora do horário da aula para que quem vier realmente se importa e quer participar porque se a palestra é feita no horário da aula, né, a pessoa é obrigada a participar e não presta atenção, não faz nada, só vai lá para isso, só vai para porque é obrigado, aí não adianta muito.

Aluna I: É faz sentido, mas tem que falar de qualquer jeito, porque se a gente não discute, as coisas continuam do jeito que estão.

Aluna F: eu acho que tem que primeiro conscientizar muito mais as pessoas, sabe, parece que por mais que tenham as regras, as leis, os lugares de apoio são muito pequenos em relação ao tanto de abusadores, as vezes a ajuda é pouca, e eu acho que a gente deveria colocar mais leis, mais pontos de ajuda, mais propagandas, anúncios, sabe, de se você tiver sendo abusada chama e tal número, tipo você não tá sozinho, acho que isso ia ajudar muito mais essas pessoas....

Aluna L: Os meninos que fazem essas coisas, acho que começar a castigar, eu acho que tem que começar realmente a castigar os meninos que fazem essas coisas, porque para eles sabem que não tem punição, você só alertar, se você só falar eles não vão mudar.

Aluna K: É eu acho que sim, que se tiver mais punição, saber que vai ter consequência, eles vão dar uma segurada pelo menos...

Aluna M: isso na escola, porque nas redes sociais é pior ainda porque é uma terra sem dono, eu tomo o maior cuidado, eu vou ver quem é ele que tá me seguindo, eu vou ver os comentários, eu tento evitar o confronto com essas pessoas, eu tiro, eu bloqueio, não funciona 100%, mas melhora e vai levando...

Para análise dos discursos acima, sob a ética da existência, precisa-se compreender como a temática atua sobre os indivíduos e constroem suas subjetividades,

suas ações e suas reações de acordo com as normas sociais, sendo esta uma prática de autotransformação e resistência ao poder. Na fala da Aluna A: "Eu fiz uma redação sobre isso, eu falei que deveria ter mais aulas incentivando que as mulheres e os homens são iguais e tem que ter o direito igual...", pode-se observar que a escrita, funciona como um dispositivo do pensar diferente, do agir sobre o assunto na tentativa de transformar seu ambiente por meio da educação e do discurso.

Margareth Rago (2006) destaca que práticas como a escrita de redações, diários ou qualquer outra técnica que incentive o sujeito a refletir e analisar suas próprias experiências podem ser consideradas uma "técnica de si". Essas práticas permitem ao indivíduo um processo de autoconhecimento e autossuperação, configurando-se como um importante instrumento de construção da subjetividade. Assim, escrever só porque é uma obrigação não irá modificar o pensamento desses alunos, é necessário provocar uma reflexão, que foi o que aconteceu com a aluna citada acima, pois mesmo passado o tempo ela ainda se lembra do que fez.

Os alunos reconhecem que as normas de gênero são construídas socialmente e propõe ações concretas — como mais aulas, incentivos e reformas legais — para promover a igualdade de gênero. A ética da existência aqui pode ser vista na tentativa da aluna de criar um "cuidado de si" coletivo, ou seja, ela propõe que todos (tanto homens quanto mulheres) sejam conscientes das desigualdades estruturais e se comportem de maneira ética, respeitando a igualdade de direitos. A questão levantada pela aluna sobre a violência psicológica e que as leis devem abranger este tipo de violência também, se insere na ideia de que, para além da punição física, é necessário um cuidado mais profundo com os impactos psicológicos da violência de gênero, refletindo uma ampliação do entendimento sobre o que constitui a violência e como combatê-la. Uma análise da categoria de Gênero ajudou a evidenciar a naturalização da violência nas relações de intimidade. Os discursos dos adolescentes mostraram que comportamentos violentos eram frequentemente vistos como normais ou aceitáveis, especialmente em contextos onde a masculinidade era associada a comportamentos dominantes e a feminilidade a submissão (Fonseca *et al.*, 2018).

Na fala do Aluno C: "Acho que o primeiro passo é o que a gente tá fazendo agora, conversar sobre o assunto. Muita gente nem percebe que algumas atitudes são resultado dessa desigualdade...", ele sem saber já está praticando um dos princípios do cuidado de

si, no sentido de conscientizar a si mesmo e aos outros sobre as normas invisíveis que sustentam as desigualdades de gênero. Ele vê o ato de conversar e refletir sobre as atitudes como um primeiro passo para transformar as práticas sociais. Foucault consideraria essa fala uma forma de questionamento das normas, um início de uma "prática de liberdade", onde o indivíduo começa a se tornar consciente do próprio papel na perpetuação ou transformação das relações de poder. Foucault (1975), coloca que a liberdade não se dá de uma hora para a outra, e nem vem de uma vez, são pequenas práticas de liberdade que irão provocar uma mudança nas relações de poder:

“(...) Se tomarmos o exemplo da sexualidade, é verdade que foi necessário um certo número de liberações em relação ao poder do macho, que foi preciso se liberar de uma moral opressiva relativa tanto à heterossexualidade quanto à homossexualidade; mas essa liberação não faz surgir o ser feliz e pleno de uma sexualidade na qual o sujeito tivesse atingido uma relação completa e satisfatória. A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade.”(Foucault, 1984).

Já ao analisar a fala do Aluno G: "Eu acho que para mudar isso é com o próprio caminho das feministas, dos movimentos, é o movimento a palavra né? Com isso vamos mostrando na escola na sociedade através de palestras...", ele reconhece a importância dos movimentos sociais e dos discursos feministas com dispositivos de transformação de normas e valores que sustentam a desigualdade de gênero. Percebe-se, que o respondente adota uma postura ativa de resistência ao poder normativo, ao reconhecer o papel fundamental das palavras e dos movimentos sociais na construção de uma nova ética de gênero. Ele se coloca, implicitamente, como um agente que também pode questionar e mudar as estruturas de poder existentes, promovendo um cuidado de si que é não só individual, mas também coletivo e social. Assim como na fala de Aluna F: "Eu acho que tem que primeiro conscientizar muito mais as pessoas, sabe, parece que por mais que tenham as regras, as leis, os lugares de apoio são muito pequenos em relação ao tanto de abusadores...", verifica-se aqui que a aluna propõe um "cuidado de si" coletivo, ao sugerir que a conscientização e a expansão das redes de apoio e leis são essenciais para enfrentar a desigualdade de gênero. Pode-se afirmar que um possível caminho ofertar aos sujeitos educandos dispositivos de *escrileitura* do mundo para criar uma sociedade mais consciente das relações de poder, onde a transformação das práticas sociais e das

instituições é uma maneira de garantir que os indivíduos possam se cuidar e serem cuidados de maneira mais justa e ética.

Já nas falas das Alunas L e K podemos perceber uma tentativa de controle e de punição, L diz "Os meninos que fazem essas coisas, acho que começar a castigar, eu acho que tem que começar realmente a castigar os meninos que fazem essas coisas..." e na fala da Aluna K: "É, eu acho que sim, que se tiver mais punição, saber que vai ter consequência, eles vão dar uma segurada pelo menos...", Ambas trazem a ideia de punição. O pensamento de L e K trazem as práticas disciplinares e de controle como solução do problema. Para Foucault (1984), o discurso da punição e do controle assentam-se em um tipo de poder punitivo, onde o controle sobre os corpos é exercido por meio de consequências diretas. Embora ele entenda a preocupação com a proteção dos vulneráveis, a abordagem foucaultiana aponta que o caminho mais eficaz envolveria também a transformação das subjetividades e das estruturas sociais que mantêm esses comportamentos.

“Essa análise das relações de poder constitui um campo extremamente complexo: ela às vezes encontra o que se pode chamar de fatos, ou estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. (Foucault 1984)

Fonseca (2018) em sua pesquisa evidenciou que muitos adolescentes, especialmente as meninas, tendem a naturalizar comportamentos violentos nas relações de intimidade, considerando-os aceitáveis e parte normal do relacionamento. Isso inclui a aceitação de disputas de poder que podem levar a situações de violência. Os participantes identificaram diferentes formas de enfrentar a violência, como o diálogo e a agressão. Além disso, muitos adolescentes mencionaram a importância de acionar redes de apoio, como amigos, familiares e profissionais de saúde, para lidar com situações de violência. A pesquisa também destacou a tendência de culpabilização das adolescentes pela violência que vivenciam, como no caso da divulgação de fotos íntimas sem consentimento, o que reflete uma ideologia que perpetua a violência de gênero. Os discursos dos adolescentes apresentaram percepções contraditórias, ao mesmo tempo que reproduziam estereótipos de gênero, também manifestaram atitudes que poderiam contribuir para a superação da violência e a promoção da autonomia. (Fonseca *et al.*, 2018)

A Aluna M quando diz: "Isso na escola, porque nas redes sociais é pior ainda porque é uma terra sem dono...", podemos analisar aqui a preocupação com dois mundos distintos, mas que estão sempre associando, o mundo virtual e real, Foucault levantaria a hipótese para compreender melhor isso como um exemplo da descentralização do poder, onde as relações de controle sobre os corpos e os discursos se tornam mais difusas e mais difíceis de regular. Ela está ciente da falta de controle, mas também se posiciona como alguém que tenta se proteger, o que pode ser interpretado como uma forma de cuidado de si em um ambiente onde as normas de gênero são frequentemente violadas sem consequências.

Essas falas revelam diferentes formas de reflexão e ação em relação à desigualdade de gênero, que podem ser analisadas a partir da ética da existência de Foucault. A conscientização, o questionamento das normas estabelecidas, e as propostas de mudança (sejam por meio da educação, do discurso, da punição ou da expansão de leis) refletem uma busca por formas mais justas de viver e interagir na sociedade. A prática do cuidado de si, segundo Foucault, não é apenas uma transformação individual, mas também um processo coletivo de reconfiguração das normas sociais e políticas.

4.4 Discussão dos resultados

Ao analisar os dados desta pesquisa destaca-se a necessidade de mais estudos e dados estatísticos para entender melhor a magnitude da desigualdade de gênero, tanto em ambientes virtuais, quanto no cotidiano escolar. Entretanto pode-se perceber que a desigualdade de gênero está presente em todos os espaços onde as mulheres se inserem.

A desigualdade de gênero é amplamente reconhecida como uma questão relevante e de grande impacto na sociedade contemporânea. No entanto, persiste uma dificuldade significativa entre muitos indivíduos em identificá-la de maneira plena, o que leva à incapacidade de reconhecer sua própria contribuição para a perpetuação dessa desigualdade, especialmente em uma sociedade estruturada sob princípios patriarcais.

Na presente pesquisa, observou-se essa dinâmica em diferentes momentos, que se manifestaram tanto de forma mais dissimulada, como insegurança em confrontar a ordem

social estabelecida, quanto de maneira mais explícita, por meio de discursos de ódio nas redes sociais. É fundamental ressaltar que o primeiro passo para a resolução de qualquer problema é, justamente, reconhecer que ele existe e necessita ser analisado com a devida atenção e profundidade.

Como foi mostrado anteriormente, no contexto da gestão escolar, a figura do diretor, enquanto autoridade máxima, é profundamente impactada pelas pressões externas, incluindo sociais, governamentais e jurídicas. Embora o diretor seja um agente central na administração da escola, essas influências externas muitas vezes desafiam sua autonomia e seu processo decisório. O governo, por meio de políticas educacionais e regulamentações, interfere de forma substancial nas práticas pedagógicas e no funcionamento das escolas, afetando diretamente o cotidiano escolar e a experiência de alunos e professores.

Um exemplo disso, é a implementação de plataformas digitais de ensino no estado de São Paulo, que evidenciam como a gestão escolar pode ser moldada por pressões externas cerceando uma educação mais libertária, fora de conteúdos previamente preparados. A cobrança crescente do governo, para que alunos e professores utilizem essas plataformas regularmente, aumentou as exigências em relação ao desempenho e engajamento dos envolvidos no processo educacional. De acordo com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2020), a adoção das plataformas online passou a ser uma parte essencial da prática pedagógica, impondo novas demandas de adaptação tanto para os professores quanto para os alunos (Monteiro, 2022).

Essa pressão governamental é ainda ampliada pelas exigências jurídicas, que estabelecem parâmetros rígidos para a avaliação e o acompanhamento do desempenho escolar, incluindo o cumprimento de metas pedagógicas e o uso de tecnologias educacionais. Como resultado, os diretores devem não apenas gerenciar as atividades cotidianas da escola, mas também implementar e monitorar a eficácia dessas políticas externas, muitas vezes sem o apoio adequado ou a formação necessária para lidar com as ferramentas tecnológicas e suas implicações pedagógicas. Assim, fica claro que a figura do diretor escolar, apesar de ser responsável pelo bom funcionamento da instituição, está frequentemente sujeita a uma rede complexa de influências externas que desafiam sua autonomia. Esse cenário cria um ambiente de gestão educacional caracterizado por tensões e pressões múltiplas, que complicam ainda mais o trabalho do gestor, portanto é

importante propor treinamentos, cursos e atividades que estejam em sintonia com as demandas da escola, assim como, as demandas sociais (Monteiro, 2022).

A figura do diretor e da equipe de gestão escolar tende a adotar uma postura mais conservadora e menos combativa, o que, conseqüentemente, reflete no ambiente escolar de maneira geral. Nesse contexto, os alunos passam a perceber que certos comportamentos não serão punidos, e os professores demonstram cautela ao propor atividades diferenciadas. Para que essa realidade seja transformada, é imprescindível que haja uma conscientização crítica sobre essa postura e uma mudança ativa nos comportamentos adotados.

No que se refere às redes sociais, a maneira como os jovens as percebem e utilizam constitui uma questão relevante abordada ao longo desta pesquisa. Observou-se que os jovens acessam as redes sociais diariamente, aproveitando ao máximo o tempo disponível, embora reconheçam que esse uso excessivo não lhes traz benefícios e que existe uma pressão social considerável nesse ambiente. Além disso, constatou-se que o uso das redes sociais é predominantemente voltado para o lazer, sem um engajamento significativo em atividades de militância ou na expressão de seus pensamentos e ideais, sendo utilizado de maneira limitada para fins acadêmicos.

Estudos como o de Han (2019), apontam que o uso excessivo das redes sociais pode estar relacionado a transtornos como ansiedade, depressão e estresse. Isso ocorre devido, entre outros fatores, à exposição constante a padrões de beleza e de sucesso idealizados, o que leva os adolescentes a compararem suas vidas com as dos outros, gerando sentimentos de inadequação e, em alguns casos, desencadeando quadros de esgotamento emocional. Além disso, a pressão para manter uma presença constante nas redes sociais, responder rapidamente às interações e gerenciar uma imagem pública pode gerar estresse contínuo, contribuindo para a fadiga mental.

"O uso excessivo das redes sociais tem sido identificado como um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão, devido à exposição contínua a padrões de beleza e sucesso irrealistas, o que gera comparações sociais prejudiciais e sentimentos de inadequação. A pressão constante para manter uma imagem pública e a interação imediata nas redes sociais contribuem significativamente para o aumento do estresse e da fadiga mental." (HUN, 2019, p. 22)

Outro ponto importante a ser destacado é referente a violência de gênero nos jogos online, e como ela está atrelada à cultura do machismo, onde as mulheres são frequentemente questionadas sobre sua presença e habilidades. Isso se reflete em xingamentos estereotipados que reforçam a ideia de que as mulheres não pertencem a esse espaço, além disto, a falta de punições eficazes para os agressores contribui para a continuidade da violência. Os agressores muitas vezes sentem que não serão responsabilizados, o que reforça um sentimento de superioridade e permite que continuem a agir de maneira violenta em relação às jogadoras. Os alunos relataram experiências significativas de violência, principalmente de natureza psicológica e sexista. As motivações para a violência em jogos online foram identificadas como, em parte, resultantes da presença de mulheres nesses ambientes, que muitas vezes são vistas como intrusas em um espaço predominantemente masculino (Callou et al., 2020 e Fonseca et al., 2018).

A violência de gênero em ambientes virtuais pode ter sérios impactos na saúde mental das mulheres, mas esse tema não é frequentemente abordado na formação profissional ou discutido com a população feminina. Isso indica uma necessidade de maior conscientização e suporte para as vítimas, esses pontos ressaltam a gravidade da violência de gênero no ambiente virtual e a necessidade de ações para combatê-la, promovendo um espaço mais seguro e inclusivo para todas as jogadoras (Callou et al., 2020).

A partir da visão foucaultiana da ética da existência, a análise das falas dos alunos e do pesquisador revela como as escolas, como instituições de socialização, não apenas reproduzem normas de gênero, mas também atuam como espaços onde as subjetividades de meninos e meninas são continuamente moldadas, por meio de práticas normativas e discursos. Foucault (2009a), sugere que os indivíduos são sujeitos ativos em seu processo de formação, sendo responsáveis pela construção de suas identidades e pela maneira como se relacionam com as normas que os cercam, "o sujeito assume outra natureza. Não é mais um sujeito submetido aos excessos do poder e sim um sujeito capaz de constituir a si mesmo de maneira ativa". No contexto das escolas, as relações de poder moldam os comportamentos esperados para meninos e meninas, não só nas ações cotidianas, mas também na ocupação de cargos de liderança, onde persiste a desigualdade. Contudo, como parte dessa ética da existência, surge também a possibilidade de resistência a essas

normas, revelando o potencial de transformação das relações de gênero e da estrutura de poder nas instituições educacionais. A resistência aqui não é apenas uma reação a um poder imposto, mas uma prática reflexiva que envolve a recusa de normas que limitam a liberdade e a possibilidade de reconfiguração das subjetividades.

No contexto dos dizeres dos grupos que discutem a desigualdade de gênero, a pergunta sobre o que pode ser feito para reduzir essa desigualdade permite que os participantes reflitam sobre sua própria atuação e seu papel no campo social. Foucault (2009c) via a ética como a arte de viver de acordo com um conjunto de princípios auto supervisores, onde o sujeito não é apenas um produto das normas sociais, mas também um agente capaz de modificar seu comportamento à luz da reflexão crítica sobre si mesmo. Essa reflexão sobre a maneira como eles próprios contribuem ou resistem à perpetuação das desigualdades de gênero está intimamente conectada à ideia de cuidado de si, já que, ao compreender seu papel, os indivíduos podem começar a reformular suas ações de maneira ética, mais consciente de sua posição nas dinâmicas de poder que envolvem o gênero. Foucault traz que:

“Não é possível cuidar de si sem se conhecer. O cuidado de si é certamente o conhecimento de si, mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade. (Foucault, 2004)

Foucault mostra com a reflexão acima que o que pode levar à construção de uma ética do cuidado do outro inicia-se no conhecimento e cuidado de si, pois a transformação de si é inseparável da transformação das relações sociais e dos outros. O processo de reflexão e de reformulação das práticas individuais deve, portanto, ser entendido como um movimento não só de autotransformação, mas de busca por uma sociedade mais equitativa. O cuidado de si, ao ser levado ao plano coletivo, pode criar novas formas de subjetividade e novas formas de viver as relações de gênero, propiciando uma mudança mais ampla e profunda nas normas sociais. Portanto essa reflexão sobre a possibilidade de diminuir a desigualdade de gênero, especialmente quando focada no papel de cada um, constitui uma prática ética que está em constante interação com os discursos de poder que dominam a sociedade. A partir de Foucault (2006), essa prática de cuidado de si pode ser entendida como um primeiro passo para a desconstrução das normas de gênero opressivas

e a construção de novas formas de subjetividade e de convivência social que desafiem as desigualdades históricas.

No estudo de Callou *et al.*, (2020), enfatiza a importância de incentivar a denúncia e a punição de agressores, além de promover a fiscalização dos ambientes onde a desigualdade e violência de gênero acontecem. A falta de ações punitivas eficazes contribui para a continuidade da violência, uma vez que os agressores sentem que não serão punidos. Foi ressaltada a necessidade de maior divulgação do aparato legal existente entre o público feminino, para garantir que seus direitos sejam respeitados em todos os espaços, incluindo os virtuais. O conhecimento da legislação e o estímulo à denúncia poderiam contribuir para uma maior punição dos agressores (Callou *et al.*, 2020).

Foucault (2008) também chama a atenção para o papel da resistência e da subversão na luta contra o poder. As mulheres têm sido capazes de resistir às imposições culturais e históricas que lhes foram impostas ao longo dos séculos, e muitas vezes são as próprias mulheres que criam espaços de resistência e subversão. A construção da vida como obra de arte, proposta por Foucault, pode ser vista como uma forma de resistência, uma vez que implica em uma ruptura com os modelos e expectativas impostos pelo poder e pelo saber dominantes. Portanto, é importante que a análise da posição feminina leve em consideração não apenas as imposições e sujeições a que as mulheres são submetidas, mas também as formas de resistência e subversão que são desenvolvidas por elas.

O que me surpreende é que, em nossa sociedade, a arte esteja apenas relacionada aos objetos, e não aos indivíduos ou à vida; e, também, que a arte seja um domínio especializado, o domínio dos experts que são os artistas. Mas a vida de todo indivíduo não é uma obra de arte? Por que um quadro ou uma casa são objetos de arte, mas não nossa vida? (Foucault, Ditos e Escritos II 2001b, p. 1436 apud Cicotte e Pavini, 2021).

Com isso destaca-se a necessidade de ações mais efetivas para combater a violência de gênero, seja em ambientes virtuais ou escolares, além da importância de criar um espaço mais seguro e inclusivo para as mulheres.

Conforme evidenciado pelos discursos dos estudantes, é possível afirmar que a educação constitui um caminho fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa. Esse processo não se limita apenas às questões de gênero, mas abrange também as temáticas raciais, sexuais, nacionalistas, de deficiência, entre outras. Assim, a

educação se configura como um instrumento poderoso para promover a reflexão crítica e a transformação das desigualdades que perpassam diversos aspectos da convivência social. O fortalecimento de uma educação inclusiva e consciente, que aborde essas questões de forma integrada, é crucial para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

5 CUIDADO DE SI COMO FILOSOFIA PARA A VIDA

O cuidado de si deve ser concebido não apenas como um pressuposto teórico ou filosófico, mas como uma prática cotidiana que deve ser cultivada de maneira constante. Essa prática manifesta-se nas atitudes do sujeito, sendo que a mesma ação pode ser interpretada como um cuidado de si ou não, dependendo da intenção que a orienta. O elemento essencial é a busca pela melhoria pessoal, pela transformação do mundo e pelo desenvolvimento de uma existência mais ética e plena. Como exemplo, pode-se mencionar a fala da aluna, que decidiu deixar as redes sociais por sentir-se pressionada, cobrada e angustiada. Esse ato representa uma prática de cuidado de si, pois implica sair da zona de conforto e romper com expectativas sociais em prol de seu bem-estar. Para outra pessoa, no entanto, o cuidado de si poderia significar o oposto, como o uso da mesma rede social para promover seu bem-estar ou o do próximo. Assim, percebe-se que não é a atitude propriamente dita que constitui o cuidado de si, mas sim a intenção subjacente que motiva a ação.

Gros (2004), aborda a reflexão foucaultiana sobre a construção do sujeito e a problematização de sua identidade e destaca, o questionamento: “quem somos nós?” e isso não se refere a uma essência fixa ou natural do ser humano, mas a um processo histórico e contingente de subjetivação. Esse questionamento, profundamente político, é dirigido às práticas de poder e saber que moldam os sujeitos em diferentes contextos, desafiando as formas normativas de existência. Ele evidencia como Foucault articula essa questão ao conceito de práticas de liberdade, enfatizando que o “quem somos nós” deve ser compreendido como uma abertura para o “quem podemos nos tornar.” Nesse sentido, a identidade não é um ponto de chegada, mas um horizonte ético e político que se transforma continuamente por meio de práticas críticas e criativas. Gros ressalta ainda a relevância da análise foucaultiana para compreender a relação entre poder, subjetividade e autonomia no contexto contemporâneo (Gros, 2004).

O objetivo deste trabalho foi evidenciar que, em muitos casos, somos conduzidos por forças externas, como a sociedade e as mídias, enquanto, em outros momentos, podemos agir de maneira autônoma, individual e benéfica para nossas vidas. Ao estudar a desigualdade de gênero com esse enfoque na ética da existência e no cuidado de si, busca-se sensibilizar adolescentes, pais, professores e toda a comunidade escolar para a importância do questionamento constante. Não há uma resposta única e definitiva para

todos os indivíduos, pois o cuidado de si varia de acordo com a etapa da vida e as circunstâncias pessoais. O aspecto central é a reflexão contínua sobre nossas escolhas, de modo a evitar que sejamos simplesmente conduzidos pelas dinâmicas externas da vida. Assim, essa filosofia parte do princípio de que a vida não é simplesmente algo que se vive, mas algo que se constrói de forma consciente, através de escolhas que refletem um compromisso com o bem-estar próprio e coletivo. O cuidado de si é, assim, uma prática contínua de autoconhecimento, que permite ao indivíduo questionar normas impostas, identificar o que lhe traz equilíbrio e agir de acordo com valores que promovam não apenas a sobrevivência, mas a qualidade e a autenticidade da vida.

"Cuidar de si mesmo não é um ato de fechamento no próprio eu, mas um movimento que permite ao indivíduo estabelecer consigo mesmo e com os outros relações éticas de maior liberdade e responsabilidade." (Foucault, 1979).

Essa abordagem filosófica para a vida enfatiza a necessidade de cultivar um olhar crítico e reflexivo sobre as demandas externas, como aquelas impostas pela sociedade, pela cultura ou pelas tecnologias. O cuidado de si não é um ato egoísta, mas uma prática que permite ao sujeito agir com maior responsabilidade e autonomia em suas relações interpessoais e sociais. Através do cuidado de si, o indivíduo desenvolve a capacidade de resistir às pressões normativas e de criar formas de vida que sejam coerentes com suas convicções éticas e existenciais. Esse processo reflete a importância de equilibrar a busca pelo autodesenvolvimento com a promoção do bem-estar coletivo, configurando-se como uma filosofia que integra o indivíduo ao mundo em uma relação de constante transformação e aprendizado mútuo.

5.1 Construção política de si como agente de mudança

Foucault (2009a, 2009b, 2009c, 2008, 2006, 2004), em suas análises sobre subjetivação e práticas de si, oferece um arcabouço teórico importante para pensar a construção política de si como agente de mudança, ele destaca que o sujeito não é uma entidade fixa, mas uma construção contínua moldada por relações de poder e práticas discursivas. Nesse contexto, ele argumenta que o sujeito pode se constituir como agente ao engajar-se em práticas que questionem as normatividades impostas, o que ele descreve

como práticas de liberdade: "A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma reflexiva que a liberdade toma" (Foucault, 2004).

Além disso, Foucault (2009c) sugere que a transformação de si mesmo é um ato político, na medida em que desafia as tecnologias de poder que objetificam os sujeitos. O cuidado de si é descrito como uma prática crítica que permite ao indivíduo resistir às formas dominantes de governamentalidade e tornar-se um sujeito ativo, capaz de alterar não apenas sua própria vida, mas também as estruturas de poder que o cercam.

Assim, a construção de si como agente de mudança é, em última instância, uma prática política que implica a criação de novas formas de existência e resistência. Foucault nos convida a considerar que as transformações pessoais e éticas podem estar intrinsecamente ligadas à transformação social, uma vez que o questionamento das normas e a invenção de modos alternativos de ser são atos que desafiam e reconfiguram as relações de poder.

Segundo Foucault (2008), uma prática discursiva ganha forma por meio de técnicas e efeitos. Trata-se de um processo de mão dupla, no qual as técnicas, as práticas e as relações sociais, investidas pelos enunciados, são constituídas ou transformadas pela ação desses mesmos enunciados. Foucault explica que, uma vez ditas, as coisas não mantêm o mesmo modo de existência, nem os mesmos sistemas de relações com o que as circunda, tampouco os mesmos esquemas de uso ou possibilidades de transformação.

Foucault (2008) não busca, sob os textos, uma vida bruta ou não capturada; ele concentra-se na construção de um conjunto de relações, no traçado que conecta enunciados e práticas, enunciados e técnicas, em torno de um objeto específico. Esse mapa discursivo frequentemente aponta para contextos externos, como instituições e outras esferas de aplicação do discurso. Ainda assim, como Foucault destaca (2008), essas relações, mesmo quando se distanciam da trama textual, não são estranhas ao discurso. Em síntese, as práticas não discursivas também integram o discurso, na medida em que determinam tipos e níveis discursivos e estabelecem regras que o discurso, de alguma forma, atualiza.

5.2 Proposta: possíveis caminhos para equidade de gênero

A busca pela equidade de gênero envolve transformar estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas que perpetuam desigualdades. A educação escolar e a educação sexual desempenham papel fundamental na redução da desigualdade de gênero, pois podem transformar mentalidades, questionar normas sociais e promover a equidade desde as primeiras fases da vida. Um primeiro passo importante é a inclusão de temas relacionados ao gênero nos currículos escolares. Isso pode ser feito por meio da inserção de conteúdos que abordem a igualdade, a diversidade e os direitos humanos, além da apresentação de figuras históricas e contemporâneas de diferentes gêneros, com destaque para suas contribuições em várias áreas do conhecimento.

Em diversos estudos as conclusões apontam para a necessidade de intervenções educativas que abordem as questões de gênero e sexualidade de forma crítica, visando desconstruir a naturalização da violência e promover a equidade nas relações. Tais intervenções devem ser direcionadas para a conscientização dos adolescentes sobre seus direitos e a importância de relações saudáveis e respeitosas, além disto é importante ressaltar a complexidade das percepções dos adolescentes sobre gênero, sexualidade e violência, indicando tanto os desafios existentes quanto às oportunidades para promover mudanças positivas nas relações de intimidade (Callou *et al.*, 2020; Fonseca *et al.*, 2018).

Nesse processo, a desconstrução de estereótipos deve ser uma prioridade, por meio da revisão de materiais didáticos que perpetuem papéis de gênero tradicionais, como a associação de liderança exclusivamente a meninos ou o cuidado restrito às meninas. Conforme enfatiza Scott (1995), “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de significar as relações de poder.” Diante disso, incorporar essas reflexões no currículo escolar se configura como um ato de transformação significativa.

Outro aspecto essencial é a formação de professores, que precisam ser capacitados para identificar e combater práticas discriminatórias no ambiente escolar. É necessário sensibilizar educadores para que adotem metodologias inclusivas, que promovam a igualdade de gênero e o estímulo igualitário a todos os estudantes, independentemente de seu gênero. Segundo a UNESCO (2015), “os professores desempenham um papel crucial na promoção da equidade de gênero, seja por meio de suas práticas pedagógicas ou do

exemplo que oferecem aos alunos.” Além disso, garantir a equidade no acesso à educação é crucial, especialmente em contextos onde questões culturais, econômicas ou de segurança limitam a frequência escolar das meninas. Programas de apoio, como bolsas de estudo e a distribuição de materiais escolares, podem ser ferramentas eficazes para mitigar essas barreiras e assegurar que meninas em situação de vulnerabilidade tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.

A criação de ambientes escolares inclusivos também é indispensável para promover a igualdade de gênero. Esses espaços devem ser seguros, livres de violência ou discriminação e oferecer oportunidades igualitárias em atividades extracurriculares, como clubes de liderança, esportes, ciências e artes. A igualdade de gênero é um princípio fundamental para o desenvolvimento pleno e equitativo da sociedade. Como afirma Simone de Beauvoir, "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Essa citação enfatiza a ideia de que os papéis de gênero são construções sociais que podem ser desconstruídas. Para que meninas e meninos possam desenvolver suas capacidades de forma plena, é crucial que tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, profissionais e sociais. Isso significa não apenas eliminar barreiras visíveis, mas também desafiar normas culturais e estereótipos que limitam as potencialidades de cada gênero. A promoção da igualdade de gênero implica na participação equitativa de homens e mulheres em todas as esferas da vida, permitindo assim um ambiente onde todos possam contribuir de maneira significativa para a sociedade, enriquecendo-a com diversas perspectivas e talentos. Portanto, garantir liberdade e oportunidade para ambos os gêneros não é apenas uma questão de justiça social, mas também um caminho para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

O envolvimento da comunidade é outro elemento estratégico. É necessário estabelecer um diálogo com as famílias, promovendo atividades que eduquem pais e responsáveis sobre a importância da igualdade de gênero na formação de suas crianças. Freire sempre defendeu a educação como um ato político e de resistência, as escolas também podem estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil para complementar a educação formal com programas de conscientização e desenvolvimento social. Como argumenta Freire (1996), “a educação é um ato de amor e, portanto, um ato de coragem. Não pode temer o debate. Não pode fugir à luta pela igualdade.” Para garantir a eficácia dessas iniciativas, é essencial realizar avaliações e monitoramentos contínuos.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” Dessa forma, a educação escolar transcende o aprendizado acadêmico e se torna uma ferramenta essencial para a construção de valores e comportamentos que moldem uma sociedade mais justa e equitativa. Promover a igualdade de gênero no ambiente escolar é, portanto, um investimento essencial no desenvolvimento humano e social, com impactos positivos que se estendem para além da sala de aula. Conforme destaca o relatório da ONU Mulheres (2020), “a igualdade de gênero na educação não é apenas um direito humano fundamental, mas um elemento essencial para o progresso em todos os objetivos de desenvolvimento sustentável.”

Com esta motivação, trouxemos aqui um protótipo de um curso on-line para professores (figura 15), acredita-se que não se pode fazer ciência sem dar opções para que o resultado da academia vá até a população em geral. Este é um protótipo de curso, que ainda não está finalizado, que tem como objetivo promover a compreensão dos conceitos fundamentais relacionados à desigualdade de gênero e seu impacto na educação, além de analisar como as relações de gênero se manifestam no ambiente escolar e suas consequências, para desenvolver habilidades para implementar práticas pedagógicas que promovam a igualdade de gênero. Com isso o curso busca fazer uma reflexão sobre a importância de um currículo inclusivo e sua influência no combate à desigualdade e criar um espaço de diálogo e troca de experiências entre os educadores para fortalecer ações coletivas.

Figura 15: Protótipo do curso on-line para os professores

Trabalhando a equidade de gênero nas escolas



Curso on line
Especializado para professores
100% gratuito
30 horas c/ certificado



Justificativa

A desigualdade de gênero é uma realidade que permeia diversas esferas da vida social, incluindo a educação. Professores desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes. Este curso visa capacitar educadores a reconhecer e combater práticas discriminatórias, promovendo um ambiente escolar mais igualitário. A sensibilização para a desigualdade de gênero é essencial para que os docentes sejam agentes transformadores, capazes de influenciar positivamente a sociedade.



Conteúdo Programático:

1. Introdução à Desigualdade de Gênero
 - Definições e conceitos básicos
 - Histórico da desigualdade de gênero
 - Principais indicadores da desigualdade
2. Gênero e Educação
 - Análise da presença de gênero nas práticas pedagógicas
 - O papel da educação na perpetuação ou combate da desigualdade de gênero
 - Estereótipos de gênero e seu impacto no aprendizado
3. Legislação e Políticas Públicas
 - Conhecimento das leis sobre igualdade de gênero na educação BNCC
 - Políticas públicas que promovem a equidade de gênero
4. Práticas Pedagógicas Inclusivas
 - Métodos e estratégias para abordar a desigualdade de gênero em sala de aula
 - Projetos e práticas de ensino que promovem a igualdade de gênero
5. Desafios e Oportunidades
 - Discussão sobre os principais desafios enfrentados por educadores
 - Planejamento de ações para a promoção da igualdade de gênero na escola.
6. Dicas de livros filmes e séries



Objetivos

Compreender os conceitos fundamentais relacionados à desigualdade de gênero e seu impacto na educação.
Analisar como as relações de gênero se manifestam no ambiente escolar e suas consequências.
Desenvolver habilidades para implementar práticas pedagógicas que promovam a igualdade de gênero.
Refletir sobre a importância de um currículo inclusivo e sua influência no combate à desigualdade.
Criar um espaço de diálogo e troca de experiências entre os educadores para fortalecer ações coletivas.

Metodologia

O curso será realizado por meio de aulas online, fóruns de discussão, atividades práticas e estudos de caso, permitindo que os participantes compartilhem experiências e desenvolvam novas abordagens para a questão da desigualdade de gênero na educação.

Carga Horária

O curso tem 30 horas com certificado.

Organizadora
Karin Kruger



Psicóloga, Doutoranda em
Educação Escolar, Mestre em
Educação Sexual



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo compreender “o que os adolescentes entendem como desigualdade de gênero” e “como esta impacta suas vidas”, bem como “de que forma podemos diminuir essa desigualdade”. Para tanto, foi utilizado como base teórica a obra do filósofo Michel Foucault, especificamente a sua terceira fase de produção acadêmica, que aborda a temática do cuidado de si e da estética da existência. Ao longo da pesquisa, foi possível destacar a importância dos estudos de gênero, no Brasil e no mundo e quais as tendências para novas pesquisas. Acredita-se que a equidade de gênero não é apenas uma questão de justiça social, mas também um motor para sociedades mais prósperas e inovadoras. A escola não é apenas um espaço de aprendizado acadêmico, mas também um local onde se constroem valores e comportamentos que moldam a sociedade. Promover a igualdade de gênero na educação é um investimento em um futuro mais justo e equitativo para todos.

As discussões sobre o impacto das redes sociais na vida dos adolescentes e da população, em geral, vem cada vez mais ganhando espaço, seja nas pesquisas científicas ou até mesmo nos debates públicos, e isso evidencia a crescente conscientização sobre a influência e os impactos da vida virtual em sua existência cotidiana. Contudo, é possível perceber que, embora exista um certo entendimento sobre a separação entre a vida virtual e a real, essa compreensão ainda é fluida e imprecisa. Nas falas dos jovens, destaca-se o incômodo causado pelo julgamento e pela pressão social, especialmente no que diz respeito ao ato de publicar ou validar postagens, revelando como esses fatores permeiam sua experiência digital. No que tange à desigualdade de gênero, a principal queixa recai sobre o ambiente virtual dos jogos online. Estudos corroboram essa percepção, apontando os jogos online e as plataformas associadas a eles como espaços frequentemente hostis e misóginos, caracterizados por um ambiente protegido, no qual os indivíduos se sentem livres para expressar opiniões prejudiciais e até mesmo ofensivas, especialmente contra as mulheres.

Uma constante em todas as falas, tanto nos grupos sobre mídias quanto nas discussões sobre desigualdade de gênero, foi a ênfase na educação como meio fundamental para combater essas desigualdades. No entanto, poucos jovens demonstraram uma compreensão mais profunda de que a responsabilidade pela mudança não deve ser atribuída exclusivamente ao outro ou à escola. A transformação deve partir

de cada indivíduo, que precisa reconhecer seus próprios comportamentos e atitudes, como racismo, homofobia e sexismo, para, a partir desse autoconhecimento, agir em prol da igualdade. Isso implica observar não apenas os comportamentos alheios, mas também as próprias falas e atitudes, com o intuito de transformar essas interações em um movimento coletivo pela diminuição das desigualdades.

Outro aspecto amplamente destacado nesta pesquisa foi a violência presente nas mídias, não apenas no que diz respeito à violência de gênero, mas também à violência estrutural da mídia em si, que afeta a saúde mental dos adolescentes, com um impacto significativo no aumento da ansiedade e da depressão. Embora os jovens tenham plena consciência dessa influência, é evidente que lutar contra um sistema tão arraigado e predominante na sociedade digital atual se configura como um desafio substancial. Dentro desse contexto, a pesquisa identificou os jogos online como um dos ambientes mais violentos e desiguais, sendo esse um tema que merece maior atenção em estudos futuros. A relevância dessa questão para novas investigações é evidente, dada a complexidade do cenário e os efeitos dessa violência na formação e saúde mental dos jovens.

Este trabalho, tanto na sua vertente teórica quanto, especialmente, na análise das falas dos adolescentes, permitiu atingir os objetivos iniciais de compreender como os jovens percebem a desigualdade de gênero e quais são suas reflexões sobre o tema. No cenário atual, é inegável que a informação alcança uma ampla gama de jovens, mas nem sempre essa informação é de qualidade ou capaz de promover uma reflexão construtiva. Todos os adolescentes entrevistados demonstraram conhecimento sobre o conceito de desigualdade de gênero e relataram já ter discutido o tema em sala de aula. Contudo, muitos não reconheciam que certos comportamentos, tanto seus quanto de amigos, são permeados por atitudes machistas que contribuem para a perpetuação da desigualdade.

Para a maioria, a desigualdade de gênero era associada principalmente ao ambiente de trabalho, com ênfase na disparidade salarial, nas injustiças políticas e nas violências físicas. No entanto, eles não percebiam que a desigualdade também se manifesta nas sobrecargas impostas às mulheres, como a dupla jornada de trabalho, onde elas assumem o papel de mães, trabalhadoras e responsáveis pelos cuidados do lar. Nesse contexto, as meninas são, em grande parte, encarregadas das tarefas domésticas e do

cuidado, uma dinâmica que sustenta a desigualdade de gênero de maneira sutil, mas contínua.

A crítica foucaultiana enfatiza a historicidade e o contexto, desafiando abordagens que tratam fenômenos sociais como atemporais e universais, destacando a necessidade de considerar a análise de discurso para compreender dinâmicas sociais em contextos específicos. Outro ponto central é a dimensão ética e política, pois ignorar o discurso, as práticas discursivas e não-discursivas, podem perpetuar desigualdades ao se não questionar e problematizar as narrativas dominantes. Foucault em suas obras, também destaca que os discursos não apenas regulam, mas abrem espaço para resistência, sendo fundamentais em estudos sobre movimentos sociais e na mobilização de identidades coletivas. Assim, a análise de discurso ofereceu uma ferramenta crítica para desvendar relações de poder e promover uma compreensão mais profunda e contextualizada das práticas sociais.

Em suma, ressalta-se que, apesar dos avanços teóricos, das pesquisas e de algumas melhorias observadas em certos setores em relação à desigualdade de gênero, é fundamental permanecer vigilante. Como aponta Simone de Beauvoir “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” e que os avanços sociais retrocedam. Por exemplo, o crescente avanço de grupos de extrema direita no cenário político mundial tem levado ao questionamento de informações anteriormente consolidadas como verdades, como no caso da vacinação. Tais avanços têm sido acompanhados pela ascensão de grupos abertamente homofóbicos, racistas, xenofóbicos e sexistas, o que nos obriga a refletir sobre a real magnitude dos avanços conquistados.

A história nos ensina que os avanços sociais e políticos conquistados ao longo do tempo são extremamente vulneráveis às crises. Essa fragilidade pode ser observada em diversas esferas da sociedade, desde a econômica até a política e os direitos humanos. Em momentos de crise, há uma tendência de retrocesso, onde conquistas consideradas consolidadas podem rapidamente se desfazer, isso remete à necessidade de vigilância constante em relação aos direitos e conquistas sociais, pois a complacência pode levar a uma perda irreparável de direitos já garantidos.

Nesse sentido, reitera-se que a verdadeira mudança só será alcançada por meio da educação, seja nas escolas, nas igrejas, nas famílias, e na mídia . A educação é crucial para disseminar a verdade, combater as fake news e promover a conscientização sobre os problemas sociais.

Ao apontar para a necessidade de intervenções educativas que abordem as questões de gênero e sexualidade de forma crítica, visando desconstruir a naturalização da violência e promover a equidade nas relações, tanto com os adolescente quanto com toda e equipe escolar, pretende-se indicar o caminho da educação reflexiva e de si como recurso ideal. Tais intervenções devem ser direcionadas para a conscientização dos adolescentes sobre seus direitos e a importância de relações saudáveis e respeitadas. Todas essas narrativas ressaltam a complexidade das percepções dos adolescentes sobre gênero, sexualidade e violência, indicando tanto os desafios existentes quanto às oportunidades para promover mudanças positivas nas relações de intimidade.

Este trabalho, assim como todos os estudos nas ciências humanas, não apresenta uma conclusão definitiva ou quantitativa, entretanto propõe importantes reflexões sobre a atual configuração da desigualdade de gênero e sobre como gostaríamos que ela se configurasse daqui a 10 ou 20 anos. A educação dos jovens e adolescentes se configura como a principal forma eficaz de promover a conscientização sobre os problemas existentes e de buscar soluções para enfrentá-los de maneira estruturada e sustentável. Por essa razão, o autocuidado se torna uma maneira crucial de resistir ao poder opressor e às verdades impostas pela sociedade. Ao "cuidar de si", os indivíduos têm a oportunidade de afirmar sua própria existência e desafiar as normas e expectativas que são impostas. As verdades que a sociedade tenta impor são utilizadas para controlar e submeter os indivíduos, sendo essencial questioná-las e buscar alternativas. Ao praticar o autocuidado e se opor às verdades dominantes, os indivíduos conseguem entender as complexidades do poder, da estética da existência e da verdade, o que lhes permite resistir e se libertar das forças opressivas, criando suas próprias verdades e exercendo a liberdade de vivenciar a vida e suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jozimara Assunção Camilo. Direitos Humanos nas Políticas Públicas Educacionais: As Falas Da Gestão Sobre Gênero E Sexualidade. 2018. Dissertação Mestrado – UNESP Araraquara, 2018.

ASSUNÇÃO, Alysson Bruno e JORGE, Thaís Mendonça. As mídias sociais como tecnologias de si. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/5331> 2014. Acessado em: 20/11/2021.

BAUMAN, Zygmunt.. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2004.

_____. Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2008.

_____. 44 Cartas do mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2011.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BORGES, Gabriela Alexia Dos Santos. A Influência Negativa Das Mídias Sociais Na Vida Pessoal Dos Adolescentes. Universidade De Campo Limpo Paulista, Curso De Psicologia, Trabalho De Conclusão De Curso. Campo Limpo Paulista 2021.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação (Difference, Diversity, Differentiation. In: BRAH, Avtar. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Longon/New York, Routledge, capítulo 5, pp.95-127, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014> Acesso em: 10/05/2021

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALLOU, Regiane Clarice Macedo; BEZERRA, Sáskya Jorgeanne Barros; MOREIRA, Felice Teles Lira dos Santos; BELÉM, Jameson Moreira Belém; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar. Cyberbullying e violência de gênero em jogos online. Saud Pesq. 2021;14(3):e7920 - e-ISSN 2176-9206, 2020.

CASALINO, Vinicius Gomes; FILHO, Mario Di Stefano; MANZANO, Maria Clara Arruda. Desigualdade de gênero como política tributária indutora no Brasil: a ineficiência de quebra de paradigma das propostas de reforma tributária. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 55, p. 157-181, ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.124909>.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

CICOTTE, Luiz Guilherme Nunes; PAVINI, Renan. Transgressão, resistência, subjetividade e arte em Foucault. Nat. hum., São Paulo , v. 23, n. 2, p. 179-190, dez. 2021 . disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302021000200013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 Jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - www.mp.sp.gov.br/caoinfancia.

COSTA, Guilherme Baggio. Simone De Beauvoir E O Feminismo Existencialista: Contribuições Para A Filosofia Do Direito. Revista Avant. V.6, N.1. Issn:2526-9879. Florianópolis, 2022

COSTRUBA, Deivid Aparecido. RAGO, Margareth. A AVENTURA DE CONTAR-SE: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. Publicado em Patrimônio e Memória, São Paulo, Unesp, v. 10, n.1, p. 244-248, janeiro-junho, 2014

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002

Dadocracia – Ep. 139 - Tecnologia e educação: a importância de ouvir os jovens, com João Paulo Vicente entrevistando Marina Meira e Júlia Mendonça. Podcast disponível em: <https://www.dataprivacybr.org/dadocracia-ep-139-tecnologia-e-educacao-a-importancia-de-ouvir-os-jovens/> acessado em: 22/11/23

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997. 678 p.

_____. Viagem pelo imaginário do interior feminino. Universidade de São Paulo. Rev. Bras. Hist. 19 (37) • Set 1999

DIAS, Vanina Costa, LIMA, Nadia Laguardia de, VIOLA, Daniela Teixeira Dutra, KELLES, Natalia Fernandes, GOMES, Patricia da Silva, SILVA, Candida Rosa da. Adolescentes na Rede: Riscos ou Ritos de Passagem?. Psicologia: Ciência e Profissão 2019, 39, e179048, 1-15. disponível em www.scielo.br/pcp

DLAMINI, S. Nombuso. Os jovens desafiam a comunidade: entre a esperança e a estigmatização. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1229-1255, dez., 2015

DUARTE, André de Macedo, Reler Foucault à luz de Butler: repensar a Biopolítica e o Dispositivo da Sexualidade. Editora doisPontos:, Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 253-264, 2017

FIRMINO, Flavio Henrique e PORCHAT, Patrícia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero” Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ., Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017. ISSN: 1413-2060 DOI: 10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10819

FLORES TREVIÑO, María Eugenia; ESTRADA ESPARZA, Olga Nelly. Violencia, género y sexismo: Un estudio en el discurso de medios mexicanos Opción, vol. 32, núm. 13, 2016, pp. 725-735 Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela. disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31048483035>

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; Santos, Danyelle Leonette Araújo dos, GESSNER, Rafaela; FORNARI, Lucimara Fabiana; OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes de; SCHOENMAKER, Michaela Chiara. Gender, sexuality and violence: perception of mobilized adolescents in an online game. Rev Bras Enferm [Internet];71(Suppl 1):607-14. [Thematic Issue: Contributions and challenges of nursing practices in collective health] DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0561> 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 03/08/2023

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos, volume V: Ética, sexualidade e política. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. O governo de si e dos outros. São Paulo: Martins Fontes, 2010

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249

_____. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal , 2009a. v. 1

_____. História da Sexualidade: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal , 2009b. v. 2.

_____. História da Sexualidade: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal , 2009c. v. 3.

_____. A Arqueologia do Saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes; 2006

_____. Gerir os Ilegalismos. In: POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault, entrevistas*. São Paulo: Graal, p. 43-52, 2006b.

_____. A tecnologia política dos indivíduos. Ditos e escritos VI. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro-São Paulo.[Links], 301-318; 2004.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. Microfísica do Poder. Organização, Introdução e Revisão Roberto Machado. 22ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) Democracia hoje Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Marcel de Almeida. Performances E Problemas De Gênero, Judith Butler Revista Gênero, v.18, n.2, 2018 disponível em: <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn%3Aaaid%3Aascds%3AUS%3A0037aefdb644-31df-b456-8ec6eb657adb>

GALVÃO, Bruno Abilio. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. *Intuitio*, 7(1), 157–168. <https://doi.org/10.15448/1983-4012.2014.1.17068> (2014).

GARCEZ, Andrea, DUARTE, Rosalia e EISENBERG, Zena . Produção e análise de vídeogravações em pesquisas qualitativas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n.2, p. 249-262, mai./ago. 2011.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Alice Chaves de Carvalho; PEDROSA FILHO, Raimundo Benone de Araújo; TEIXEIRA Leônia Cavalcante. Nem Ver, Nem Olhar: Visualizar! Sobre A Exibição Dos Adolescentes Nas Redes Sociais. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XXIV n.1 janeiro/abril 2021.

GOMES, Bianca; CAETANO, Guilherme. Sob pressão, Feder acumula recuos na Educação de SP e tem métodos questionados. In: O GLOBO 100 - São Paulo. 22/agosto/2023. disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2023/08/22/sob-pressao-feder-acumula-recuos-na-educacao-de-sp-e-tem-metodos-questionados.ghtml> Acesso: 10/01/2024

GROS, Frédéric. A parrhesia em Foucault (1982-1984). In: GROS, F. (org.). Foucault, a coragem da verdade. São Paulo, Parábola Editorial, 2004. p. 155-166. disponível em: Cadernos de Pesquisa, n. 114, 2001, Através do link: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 12 Fev. 2024.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. “A sociedade da transparência”. Petrópolis: Editora Vozes. 2017.

_____. “Infocracia: Digitalização e a crise da democracia”. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

_____. A expulsão do outro: Sociedade, percepção e comunicação hoje. Tradução Lucas Machado - Petrópolis, RJ: Vozes, 2022a.

HIRATA, Helena. A mulher no mercado de trabalho. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

HOPPEN, Natascha Helena Franz. Retratos da pesquisa brasileira em estudos de gênero: análise cientométrica da produção científica. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

IDIS (2023) O que são ODS e o que eles têm a ver com impacto social disponível em: https://www.idis.org.br/o-que-sao-ods-e-o-que-eles-tem-a-ver-com-impacto-social/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAwP6sBhDAARIsAPfK_wYZMNyF5ujHqe6aAUbmIWMfpaHB7peoQRrhHHiwI0CuFudyNb6n1dAaAjQREALw_wcB Acessado em : 10/01/2024

INSTITUTO AURORA (2020) ODS 5: por que a igualdade de gênero é essencial para o cumprimento de toda a Agenda 2030. disponível em: https://institutoaurora.org/ods-5-igualdade-de-genero/?gclid=CjwKCAiAjrArBhAWEiwA2qWdCG7wkMFzzeIoKTDnpJ3UvE6TBcx8-qge9023Ojg5G8ifVOw7f8aWzRoCPxcQAvD_BwE acessado em: 23/11/2023

LINS, Beatriz Accioly, MACHADO, Bernardo Fonseca e ESCOURA, Michele. Diferentes, não desiguais : a questão de gênero na escola. — 1a ed. — São Paulo : Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANSO, Bruno Paes. Com Tarcísio à frente, começa a se desenhar o projeto da extrema-direita para o futuro do Brasil. **Jornal da USP**. 10 de junho de 2024. disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/bruno-paes-manso/com-tarcisio-a-frente-comeca-a-se-desenhar-o-projeto-da-extrema-direita-para-o-futuro-do-brasil/> Acesso em: 04/02/2025

MOMESSO, M. R. Diário de Classe Virtual: Práticas educacionais transtextuais e transdiscursivas. Revista Linha d'Água. Editora: USP, SP v. 22, 2009, p. 62-74.

_____. . Práticas de leitura literária impressa à gamificação da leitura: Da Iracema “mãe mítica de um povo” ao jogo Roleta das Decisões E se fosse você? **Atas do 5º Encontro sobre Jogos e Mobile Learning**. Editora: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século 20 Coimbra 2020.

_____. Educação Sexual pelo amor, realizando-se nas/pelas *escreituras* de diversas linguagens: PROJETO PQP. **Revista Humanidades & Inovação**. Dossiê: “Educação sexual e sexualidade: desafios, modos de existência, saberes e linguagens”. Edição Especial. v. 7 n. 27, 2020a.

_____. MINICURSO: DISCURSO E ENSINO: POSSIBILIDADES DE USO DA CAIXA DE FERRAMENTAS FOUCAULTIANAS NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR. In: Colóquio Nacional de Estudos Discursivos Foucaultianos (CONEDIF) Foucault e (DIVER)CIDADI: Discursos, Sujeitos e Resistências. João Pessoa(PB): Universidade Federal da Paraíba. DIAS 02, 03 e 04/agosto/2023. _____ disponível _____ em <https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/conedif>. Acesso em 10/jan/2025 .

MONTEIRO, Márcio Moreira. A judicialização da educação e seus impactos na gestão escolar. São Paulo: Editora Atlas, 2022.

MONTEIRO, Solange Aparecida De Souza. Educação Sexual E Educação Para A Sexualidade No Brasil E Em Portugal: uma análise do marco legal e das narrativas dos professores sob a ótica de Michel Foucault Tese de Doutorado UNESP Araraquara, 2023.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª ed., São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

ONU MULHERES (2020) pesquisa disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/una-se-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres-2020-colocar-em-destaque-as-causas-e-consequencias-da-violencia-contra-mulheres-e-meninas-em-sua-diversidade-no-brasil/> acessado em: 10/01/2024

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. Em M. L. Contini & S. H. Koller (Org.), Adolescência e psicologia: concepções práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia. 2002.

PAIVA, André Luiz dos Santos. Poder, Norma, Corpo e Gênero: Reflexões a partir de Michel Foucault e Judith Butler. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, Brasília, v.10, n.1, p. 505-527, 2022.

PARADIS , Clarisse Goulart. A tradução do pensamento de Angela Davis para o Brasil: por uma história das origens interseccionais do feminismo. Revista Pagu, 2020.

PÉCORA, L. Desigualdades sociais e culturais impactam jovens na internet, diz pesquisa. **Portal Porvir. Inovações em Educação**. 03 de julho de 2020. disponível em: <https://porvir.org/desigualdades-sociais-e-culturais-impactam-jovens-na-internet-diz-pesquisa/> Acessado em: 20/03/2021.

Perspectivas sobre a igualdade, o feminismo, a violência de gênero e as relações afetivo-sexuais. Comunicação Fundação SM Brasil: kellimachado.comunicacao@gmail.com disponível em: [Observatorio de la Juventud en Iberoamérica \(OJI\) - Fundación SM \(fundacion-sm.org\)](http://Observatorio.de.la.Juventud.en.Iberoamerica.OJI-FundaciónSM.fundacion-sm.org). 2022

PIMENTA, Leny André Cards Literários E Gamificação Da Literatura : Discursos, modos de existência e subjetividades das escrituras de “Hamlet – O Jogo”. Tese de doutorado – UNESP - Araraquara, 2020.

PRADO FILHO, Kleber. A genealogia da ética como método de análise de subjetivações e práticas de si mesmo. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 53, DOI: 10.5007/2178-4582.2019.266190, 2019.

RABELO, José Orlando Carneiro Campello e AMAZONAS, Maria Cristina L. de Almeida, A Questão Do Método Em Foucault E Butler: Caminhos Enredados, anais do 18º Encontro da Rede Feminista Norte-Nordeste de Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) UFRPE, Recife, 2014.

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 59–74, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v6i1.8645524. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645524>. Acesso em: 18 jan. 2025.

REIS, Roseli Regis dos. Juventude e Conhecimento Escolar: um estudo sobre o (Des)interesse tese de doutorado PUC São Paulo, 2014

RIBEIRO, Djamila Tais. Simone De Beauvoir E Judith Butler: Aproximações E Distanciamentos E Os Critérios Da Ação Política, tese de mestrado UNIFESP, Guarulhos, 2015.

RIBEIRO, Djamila Tais. O que é: lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RICOLDI, Arlene Martinez. Paraíba mulher macho: gênero, cultura e política na educação jurídica popular em João Pessoa-PB. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19102011-144722/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Plataformas Digitais na Educação: Desafios e Avanços*. São Paulo: SEESP, 2020.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.31, n.118, p. 1-22, jan./mar. 2023

SILVA, Salete Maria da. Feminismo Jurídico: uma introdução. Cadernos de Gênero e Diversidade, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 83, 7 mar. 2018. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v4i1.25806>.

SOUSA, Angelica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Lais Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021

TROTTI, Bárbara Araújo; LOWENKRON, Laura. Pânicos morais, sexualidade e infância: A fabricação do “kit gay” como artefato político na disputa presidencial de 2018 a partir da rede social Twitter. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. n. 39 / 2023 - e 22318 disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad>.

UNESCO. Diretrizes em Educação Física de qualidade: para gestores de políticas. Brasília: UNESCO, 2015.

UNICEF (2021) Relatório América Latina e o Caribe. disponível em: www.unicef.org/lac acessado em 04/06/2022

UNICEF (2024) Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil 2021-2023 disponível em : <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-2021-2023> acessado em 12/04/2024

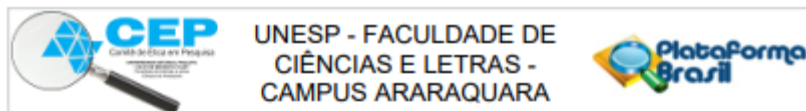
VENTURA, R. C. A estética da existência. Foucault e Psicanálise. Cógito, Salvador, n.9, p.64-66, 2008.

VINUTO, Juliana. A Amostragem Em Bola De Neve Na Pesquisa Qualitativa: Um Debate Em Aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

WALLY, Eman e KOSHY, Swapna. The Use of Instagram as A Marketing Tool by Emirati Female Entrepreneurs An Exploratory Study. *International Business Research Conference*, World Business Institute Australia, University of Wollongong Australia. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/dubaipapers/621> 2014.

WELLER, Katrin; BRUNS, Axel; BURGESS, Jean; MAHRT, Merja e PUSCHMANN, Cornelius. Twitter and society. *Digital Formations*, 89. New York: P. Lang. v. 89, p 1-487, 2014. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/47764/ssoar-2014-weller_et_al-Twitter_and_society.pdf?sequence=1. Acesso em: 10/01/2025

ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO ESCOLAR, GÊNERO E ADOLESCÊNCIA: ÉTICA, MODOS DE EXISTÊNCIA E SUBJETIVAÇÃO

Pesquisador: KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 75351623.2.0000.5400

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.640.011

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa sobre os discursos dos jovens em redes sociais sobre gênero e adolescência. A pesquisa tem como objetivo "problematizar, compreender e analisar discursivamente como se dá a constituição da subjetivação discursiva de estudantes de ensino médio (faixa-etária dos 14 e 19 anos) usuários de redes sociais populares, observando quais tecnologias e cuidado de si são mobilizados nessa construção existencial virtual, em especial, atentando para o tema da desigualdade de gênero e os sofrimentos advindos desse fato". A metodologia inclui análise de postagens de redes sociais, de influencers jovens, e a formação de grupos focais compostos por 6 a 8 jovens "adolescentes, a respeito do que eles compreendem como desigualdade de gênero e sua reverberação em preconceito, violência e outros, as entrevistas serão realizadas dentro de escolas na cidade de Araraquara, SP."

Com base na análise de discurso foucaultiana a pesquisa selecionará "os participantes da pesquisa far-se-á em escolas públicas e particulares de ensino médio, que venham a concordar com a participação na cidade de Araraquara. Pretende-se ter uma amostra de quatro escolas distribuídas equitativamente. Desse arquivo discursivo far-se-á uma análise arqueogenealógica para compreender o que os jovens entendem por desigualdade de gênero e quais conflitos pensam possuir em função da falta de equidade. A postura teórico-metodológica assumida é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, com delineamentos bibliográficos e documental."

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105

Bairro: CENTRO

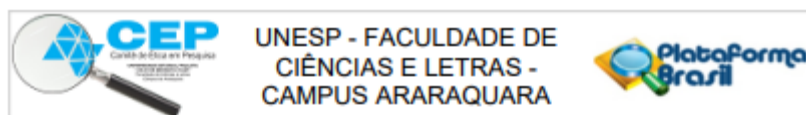
CEP: 14.800-901

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3334-8467

E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



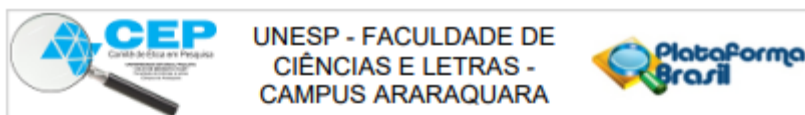
Continuação do Parecer: 6.640.011

Segundo as Informações Básicas: "O corpus de análise constitui-se dos discursos produzidos e/ou reproduzidos em timelines e comentários de redes sociais populares (populares (Youtube, Facebook, Tik Tok, Instagram) entre os jovens para observar quais práticas discursivas e não discursivas circulam no âmbito virtual sobre os temas acima referidos, observando assim as condições produção e circulação de discursos sobre os temas. No roteiro metodológico a pesquisadora explica que: "Isso implica em selecionar 2 ou 3 influenciadores jovens, que costumam postar questões relacionadas as questões de desigualdade de gênero, faremos um recorte da postagem para não constar o proprietário da conta, somente a "imagem ou conteúdo" e alguns comentários desta postagem, nos comentários também não constarão os nomes das pessoas, se preciso, na análise será somente identificado o gênero a qual a pessoa se auto declara. Nesta etapa não precisaremos dos dados dos influenciadores ou das pessoas que fazem o comentário nesta etapa iremos avaliar se existe este tipo de postagem entre os jovens, se tem repercussão e qual tipo de comentário eles fazem. (não saberemos se os comentários são de jovens, só saberemos que eles seguem o influenciador jovem.)"

Quanto a constituição dos grupos focais, no TCLE é informado que "A pesquisadora entrará em contato com a escola, entregará este termo para que os alunos possam levar para a ciência e concordância dos pais. No segundo encontro somente quem estiver com o termo assinado participará da entrevista, nos grupos focais. Este segundo encontro será gravado em áudio e vídeo, para a análise desta pesquisa." Na metodologia das Informações Básicas consta que serão 50 alunos dos terceiro ano do ensino médio. No termo de cessão de imagem, direcionado aos pais, solicita-se autorização para filmagem de entrevistas curtas que serão posteriormente editadas: "A autorização abaixo refere-se ao uso das imagens geradas durante a pesquisa, no âmbito escolar através de entrevistas videogravadas - rápidas e diretas -, com grupos focais (6 a 8 jovens) de adolescentes, a respeito do que eles compreendem como desigualdade de gênero e sua reverberação em preconceito, violência e outros, as entrevistas serão realizadas dentro de escolas na cidade de Araraquara, SP. [...] Todos os dados são sigilosos e apesar da entrevista ser gravada em áudio e vídeo não serão identificados os nomes das escolas e nem de cada jovem. O vídeo que será posteriormente editado, sem identificar os jovens ou as escolas, e "colocado" nas redes sociais será apresentado novamente aos alunos que estiverem na gravação para uma nova autorização de publicação. Esta nova autorização passará pelos responsáveis e pelos jovens, e qualquer uma das partes poderá se retirar da pesquisa/vídeo em qualquer momento da pesquisa antes da publicação."

No roteirometodologico3.docx consta que "Posteriormente será realizada a edição do vídeo para

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105
Bairro: CENTRO **CEP:** 14.800-901
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3334-6467 **E-mail:** comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 6.640.011

que possa ser postado em redes sociais populares (Youtube, Facebook, Tik Tok, Instagram) utilizados por jovens, e então poderemos também analisar os comentários e a repercussão do vídeo nas mídias. O vídeo será produzido com o intuito de fazer os jovens refletirem sobre a desigualdade de gênero, e optará por redes sociais de domínio público, com audiência elevada e/ou tomado como modelo a ser seguido na comunidade jovem. A princípio este vídeo será reproduzido dentro da própria escola para que todos reflitam juntos sobre a temática. Posteriormente a publicação se dará na rede social da pesquisadora e procuraremos alguns jovens que queiram reproduzir voluntariamente em suas próprias redes sociais o vídeo para aumentar o alcance entre os jovens."

Objetivo da Pesquisa:

Segundo as Informações Básicas:

"Objetiva-se problematizar, compreender e analisar discursivamente como se dá a constituição da subjetivação discursiva e a desigualdade de gênero em "escrituras" (processo de interlocução concomitante e criativo entre autor e leitor, em que a escrita é todo e qualquer sistema de signos verbais e não verbais, cujos signos constituem nossos textos e discursos) diversas presentes em suas falas e em textos digitais em redes sociais populares de estudantes de ensino médio (faixa-etária dos 14 e 19 anos) e como isso afeta seu modo de existência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo consta nas Informações básicas:

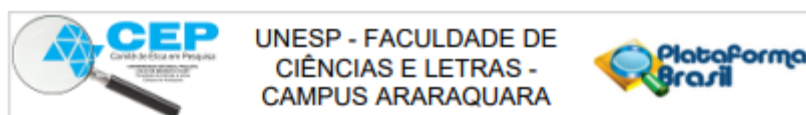
"Riscos:

Toda pesquisa oferece riscos, neste caso os riscos possíveis são: o risco de desconforto, possibilidade de constrangimento ao participar da dinâmica; medo; vergonha; estresse; medo da quebra de sigilo ou da quebra de anonimato, além dos riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Entretanto deve-se saber que a pesquisadora está tomando todos os cuidados possíveis para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação.

Benefícios:

Com a presente pesquisa objetiva-se compreender com maior profundidade o modo como a desigualdade de gênero se expressa e atinge os jovens, e para além disto, como podemos melhorar esta desigualdade através do cuidado de si. Como consequência os benefícios da pesquisa estão relacionados ao proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa. Assim como: assegura-se aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105
 Bairro: CENTRO CEP: 14.800-901
 UF: SP Município: ARARAQUARA
 Telefone: (16)3334-6467 E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 6.640.011

retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

vide campo conclusões e pendências

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

vide campo conclusões e pendências

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O cronograma da pesquisa prevê a "elaboração e aplicação das entrevistas" entre 10/01/2024 e 29/02/2024. Considerando-se os prazos do Comitê de Ética e a impossibilidade de analisar pesquisas em andamento, reforçamos que a coleta de dados só pode ter início após aprovação do Comitê.

Quanto aos itens apontados anteriormente:

1. Falta detalhamento metodológico que explicita o critério de escolha das escolas, a relação entre as duas metodologias para o participante da pesquisa, como será garantido o anonimato dos usuários de redes sociais, etc - ATENDIDO

2. Falta apresentar o TALE, voltado para os adolescentes com linguagem adequada e clara - ATENDIDO

3. Falta apresentar o TCLE dirigido aos pais - ATENDIDO

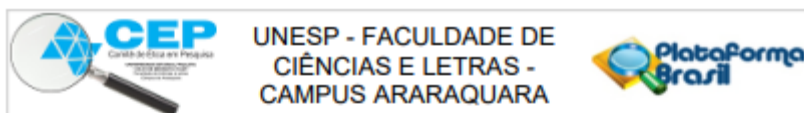
4. Incluir o termo de cessão de imagens deve ser autorizado pelos pais e separado do TCLE, explicitando claramente o conteúdo do(s) vídeo(s) - ATENDIDO;

5. Elaborar novo termo de assentimento do adolescente concedendo a cessão de imagens para o vídeo - ATENDIDO;

6. Deve-se retirar a menção aos "riscos mínimos" uma vez que não deve-se tipificar os riscos apenas indicar quais estariam envolvidos - ATENDIDO.

7. Retirar a solicitação da informação do RG dos pais e envolvidos, pois isso fere a Lei Geral de Proteção de Dados e não é relevante para a pesquisa - ATENDIDO

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105
 Bairro: CENTRO CEP: 14.800-901
 UF: SP Município: ARARAQUARA
 Telefone: (16)3334-6467 E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 6.640.011

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da FCLAr/Unesp, reunido em 05/02/2024, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. O relatório final deverá ser entregue até 06 (seis) meses após a data de finalização da pesquisa, conforme projeção do cronograma constante do projeto aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2202628.pdf	30/12/2023 17:03:05		Aceito
Outros	roteirometodologico3.docx	30/12/2023 16:49:58	KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA	Aceito
Outros	cartapranicasascolias3.docx	30/12/2023 16:49:31	KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA	Aceito
Outros	novaimagemjovem3.docx	30/12/2023 16:49:05	KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA	Aceito
Outros	novaimagem3.docx	30/12/2023 16:48:21	KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	novotcle3.docx	30/12/2023 16:47:31	KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	novotcle3.docx	30/12/2023 16:47:18	KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoomite.docx	20/11/2023 18:58:31	KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto2.pdf	17/11/2023 12:39:20	KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA	Aceito

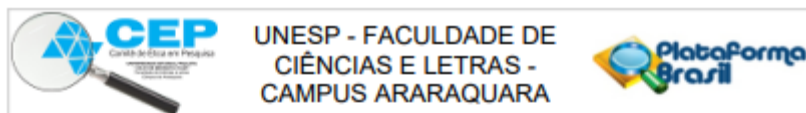
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105
 Bairro: CENTRO CEP: 14.800-901
 UF: SP Município: ARARAQUARA
 Telefone: (16)3334-6467 E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 6.640.011

ARARAQUARA, 07 de Fevereiro de 2024

Assinado por:
Luciana Massi
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105
Bairro: CENTRO **CEP:** 14.800-901
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3334-6467 **E-mail:** comitedeetica.fclar@unesp.br

ANEXO 2 - TRANSCRIÇÕES COMPLETA SOBRE AS REDES SOCIAIS

Transcrição das entrevistas sobre as redes sociais com os adolescentes da escola.

As entrevistas foram realizadas na escola, durante o horário do intervalo no dia 14 de agosto de 2024, as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos alunos, que não foram identificados, estando nesta transcrição apenas como números de A1 a A16, são meninos e meninas entre 15 e 18 anos, alunos de uma escola pública do interior paulista. Nesta transcrição estão somente os alunos que trouxeram as autorizações, por este motivo em alguns momentos dos grupos temos mais alunos e em outros menos.

Primeira gravação: (uma menina)

Eu: você usa as redes sociais?

A1: Sim, claro! (silencio)

Eu: quais redes sociais você usa?

A1: Instagram, Tik Tok, YouTube, Youtube é rede social?

Eu: Sim, pode ser... e para que que você usa as redes, o que você mais acessa?

A1: no Instagram eu converso com pessoas, amigos e conhecidos de outros lugares até de outros países, e no Instagram e Tik Tok só fico vendo vídeos, só vendo vídeos mesmo, vídeo de teorias, de terror, de coisas assim, jogos ...

Eu: você usa em algum momento a rede social para falar as suas opiniões e suas ideias?

A1: eu uso também para expor as minhas opiniões no Tik Tok, compartilhar vídeo de outras pessoas que eu concordo, mas não muito...

Eu: você usa para falar sobre política, cidadania ou religião?

A1: eu uso basicamente para falar de política e religião, mas bem resumido, mas geralmente eu compartilho as vezes eu escrevo também a minha própria opinião.

(Observações, esta é uma estudante mulher de 16 anos muito tímida, ela concordou em falar mas percebe-se a dificuldade dela em se expor.)

Segunda gravação: (duas meninas e um menino)

Eu: Vocês usam as redes sociais?

Alunos: os três respondem ao mesmo tempo sim....

A2: é complexo, sim bastante...

Eu: quais as redes sociais que vocês mais usam?

A2: as mais acessadas são Facebook, Instagram, Twitter, eu uso todo dia.

A3: Eu usava, eu deletei todas as contas.

Eu: E por que você excluiu as redes sociais?

A3: porque é uma utopia, eu recentemente excluí todas mas eu usava frequentemente todo dia. Ali é uma Utopia onde todo mundo tem uma vida perfeita e não é assim que acontece, a gente sabe que a realidade é bem distante disso.

Eu: teve algum fator que fez com que você excluísse essas redes, que fez você tomar essa decisão?

A3: a questão principal foi eu comparar, ficar comparando a minha vida com a vida das pessoas que estão ali, e isso me gerou muito estresse e angústia.... mas não foi um fato.

Eu: E você pensa em voltar para as redes sociais?

A3: não pretendo voltar, por enquanto não, quando eu tiver essa visão de separar o que é vida real e o que é rede social e vida virtual, talvez.

A2: eu uso bastante, eu uso só para passar o tempo, não ponho muita coisa, muito raramente eu posto alguma coisa.

A4: (menino) eu uso frequentemente mas eu só assisto eu não sou de postar, eu uso mais no meu tempo livre, eu fico mais no Tik Tok e assim eu não faço (vídeo) quase nada e

quando eu posto eu posto só no privado só para mim e para os meus amigos mais próximos....

Terceira gravação: (dois meninos e duas meninas)

Eu: vocês usam as mídias sociais?

Todos meio juntos sim.... uma fala não, e eu olho para ela falar mais...

A5: Não, tô brincando, uso muito.....

Eu: quais as mídias que vocês mais usam?

A6: Instagram, Facebook, Orkut brincadeira, basicamente o Instagram...

A5: e o Tik Tok.

Eu: E vocês usam essas redes para expressar a opinião de vocês?

A6: eu só uso para assistir os “Reels” e não para publica nada,

A7: sim, eu uso para expressar as minhas próprias opiniões e postar mais informações

Eu: a conta de vocês é aberta ou privada?

Somente o A8 tem conta aberta,

A6: é tudo privada, quer dizer o A8 tem duas contas, né?

A8: verdade, eu tenho duas contas uma aberta e uma fechada, na privada eu posto o que eu quiser, é pessoal e na aberta uso para colocar outras informações,

Eu: só para entender melhor qual a informação que você coloca na conta aberta e qual na conta fechada?

A8: a privada é para as pessoas mais próximas e a outra eu posso colocar qualquer tipo de coisa que der vontade....

Eu: vocês usam as redes sociais para colocar a opinião de vocês sobre política, cidadania, religião, ou sobre o que tá acontecendo na escola ou no país ?

Todos: não, não,....

A5: sim, mas a conta é privada, é só para os amigos....

Quarta gravação: (quatro meninas, sendo que uma não falou nada)

Eu: Vocês usam as redes sociais?

todas responderam juntas, sim ... kkkkk sim....

A9: sim, o tempo todo eu uso Instagram, Tik Tok, Twitter, ah o Twitter eu uso bastante....

A10: o Twitter eu uso para desabafar colocar qualquer coisa que eu tô sentindo no dia, por exemplo estou com raiva porque briguei com alguém na rua, aí “Twitto” essa informação, basicamente o que a gente tá vivendo na vida, o dia a dia, sobre o nosso dia a dia.

A9: é, mas no Instagram a gente posta as expectativas principalmente, a expectativa que é outra coisa, uma outra menina completa....

A10: no Instagram a gente posta o que quer mostrar para os outros e não o que é a realidade.

A9: No Instagram a gente posta quando a gente sai quando faz alguma coisa legal quando tá tudo bem e não quando está mal. No Instagram a gente não posta por exemplo que eu briguei com a minha amiga ou namorada isso a gente coloca no Twitter, no Instagram é só as coisas boas. No Twitter é a realidade e é totalmente o contrário do Instagram, que é só a mentira, é um mundo o tópico.

Eu: e vocês acreditam que a rede social que faz vocês terem esse tipo de comportamento diferente em cada rede ou é a sociedade?

A10: Eu acho que é mais uma pressão social...

A9: eu acho que é um pouco dos dois a gente também escolhe o que vai ou não postar mas a sociedade acaba mandando tanto o que cada lugar ou o que a gente pode postar ou deixar de postar, mas a sociedade a rede social também coloca uma pressão do que a gente pode o que a gente não pode postar.

A10: por exemplo se a gente gosta uma coisa mais íntima as pessoas que seguem a gente vão julgar vão cobrar e não vão gostar....

Eu: vocês usam a rede social para expressar a opinião de vocês seja em política, religião essas informações de cidadania?

A10: Não nem tanto, (todas responderam que não com a cabeça).

A11: a minha rede social eu uso não para expressar, mais para não estressar, para ficar de boa, distrair a cabeça e não entro em questões políticas para mim as redes sociais é mais para ver vídeo de bichinho, compartilhar coisas boas vídeo de cachorro essas coisas kkk...

Eu: Tem alguma coisa mais que vocês gostariam de falar sobre as mídias sociais ou que vocês gostariam que elas fossem diferentes?

A9: eu acho que elas são bem reais e fazem a gente também conhecer ficar mais próxima de outras pessoas que a gente não iria conhecer pessoalmente, que não iria saber como é, ver isso é o lado bom, eu acho muito legal também que a gente pode postar mostrar para as pessoas, para os amigos o que tá fazendo.

A10: No Instagram a gente usa várias contas, uma privada só para os amigos e outras que a gente pode postar para todos. Eu tenho uma conta em que eu tenho mil seguidores e uma conta que eu tenho só 30 e é só para os meus amigos que é privada aí sim eu posso postar coisas mais pessoais, aí eu não tenho vergonha de postar nada é bem legal.

A9: essa é a nossa comunicação, é a nossa forma para se comunicar, mas basicamente isso vai de grupo para grupo, nós aí ela se refere ao grupo de quatro meninas, não ficamos o tempo todo nas redes sociais postando que a gente está fazendo então a gente sai para comer um lanche não fica tirando foto do lanche e vendo nada disso a gente sai para curtir mas quando a gente quer a gente pode colocar o que a gente quiser.

A11: A gente faz e esquece de ver o celular e ficar vendo o tempo todo é um momento só nosso, a única se referindo a uma das colegas, que fica um pouco mais é a A12, mas ao mesmo tempo ela faz parte do grupo e também tem esse comportamento sabe de não postar tudo, mas a gente respeita que uma é mais tímida e gosta mais de uma coisa do que outra....

Quinta gravação: (duas meninas)

Eu: Vocês usam redes sociais?

A13: sim.... Usamos todo dia,

Eu: quais as redes que vc mais usam?

A13: usamos mais o Tik Tok e o Instagram, e WhatsApp Claro,

Eu: e para que vocês usam mais as redes sociais, para colocar a opinião de vocês, para ver o vídeo de outras pessoas?

A 13: é os dois ao mesmo tempo, as coisas dos outros a gente também coloca a nossa opinião

A14: é, é que depende da rede social no Instagram a gente não reposta nada porque eu acho brega, só que no Tik Tok tem a opção de repostar e aí eu repostado bastante....

A13: no Tik Tok é mais fácil de usar para isso, repostar, a gente usa para várias coisas, para falar mal às vezes, kkk o que tem mais a ver com a gente e que tenha relação com a nossa realidade, basicamente....

Sexta gravação: (duas meninas) Antes de iniciar com este grupo, a pesquisadora escolheu inserir a temática da desigualdade de gênero, por este motivo a entrevista ficou um pouco diferente das demais.

Nesta gravação eu intencionalmente iniciei de outra forma, colocando a questão da desigualdade de gênero desde o início.....

Eu: Eu estou fazendo uma pesquisa sobre desigualdade de gênero nas mídias sociais, eu gostaria de saber se vocês topam participar? Como vocês jovens usam as redes sociais?

A 15: O seu trabalho é para faculdade?

Eu: sim, eu estou fazendo doutorado em educação escolar

A 16: Doutorado? olha que chique.... (risos)

Eu: Eu trabalho na verdade sobre desigualdade de gênero e estudando sobre como os jovens pensam a desigualdade de gênero veio a necessidade de estudar as redes sociais, e aí eu gostaria de saber de vocês, se vocês usam as redes sociais e como?

A 15: Ó, é uma coisa assim, tem algumas redes sociais que..... eu não sei de todas em geral, mas que eu, e meninas principalmente as que gostam de jogar jogos online, tem dificuldade em jogar ou entrar em grupos porque os meninos são muito machistas, mas não era essa palavra que eu gostaria de usar como é que chama, a outra?

A 16: misógino?

A 15: é, eles são muito misóginos tipo no “discord”, no “LoL” e “street Fighter” é muito ruim....

EU: e por isso nessas redes as meninas evitam de entrar? porque sabe que vai dar discussão essas coisas?

A 15: Sim principalmente, é porque em toda rede vai ter uma pessoa que não tem noção, que não tem senso e estudo suficiente para evitar de falar coisa para você, mas tem alguns aplicativos que tem uma concentração maior dessas pessoas, (risos).

A 16: E que ofendem as minorias aqui no caso a gente está falando da desigualdade de gênero, das meninas. No “discord” é um dos piores tem muitos caras misógino e neonazista. Mas em plataforma de streaming também tem cara que faz trementwist ou que são YouTubers, e que a comunidade deles, alguns mudaram e outros não por medo de perder seguidores, e eles citam que os meninos que seguem ele falavam que isso acontecia só antigamente só que antes eles eram muito mais machistas e a maioria é nazista, entendeu, é uma coisa que acontece e esses caras do streaming estão nas mesmas plataformas de “discord” também....

Eu: e é nesse ambiente que vocês percebem mais esse tipo de comportamento?

A 15: É demais, eles não disfarçam, quando você não é assediada você é xingada então ou você fica porque você gosta muito de jogar, ou você sai porque não aguenta esse ambiente e a pressão de participar desse ambiente,

A 16: É muito desagradável já entrei em discussão com esses caras por exemplo, uma situação eu sofri uma assédio e de um garoto de 18 anos no “discord” porque eu fui defender uma menina e teve uma parte dos garotos que ficavam do lado do garoto assediador de 18 anos, porque ele tinha, porque ele tinha um grau de autismo leve, mas isso não justifica o ato dele, porque ele cometeu um crime com uma menina menor de idade, essa minha ex-namorada não foi a única vítima, ele chegou assediar uma garota de 12 anos, então tipo assim é um absurdo e as pessoas defendiam ele, é um absurdo.

A 16: E muitas vezes as mulheres acabam evitando esse tipo de plataforma para exatamente não serem vítimas ou porque não tem sanidade mental e paciência para conseguir manter um debate nesse meio. Nesse meio muitas vezes elas usam um “skin” masculino no jogo, porque se você jogar o skin feminino você sabe que você vai morrer

ou eles não querem você para o time deles, ou caso você perca eles falam que é porque você é menina, vai lavar louça, vai lavar banheiro....

Eu: Tem alguma coisa mais que vocês gostariam de falar sobre as mídias sociais ou que vocês gostariam que elas fossem diferentes?

A 16: querer eu queria que fosse tudo diferente, (risos) o mundo diferente, porque essas coisas das redes sociais também estão no mundo real, todo esse machismo.

A 15: eu acho que as redes sociais são um reflexo da sociedade, sabe tipo, tudo que tem na sociedade também tem nas redes sociais...

Eu: e como poderíamos mudar o mundo e as redes?

A 16: conscientizando, não sei como fazer isso com todo mundo sabe, é F*da, tem muita gente escroto no mundo, mas também tem gente boa... tem que fazer o povo pensar....

A15: É, mas sem palestrinha, sabe, esse povo que quer ensinar, dizer como fazer é muito chato.... tem que provocar reflexão, tem algumas coisas que eu acho legal, tipo quando o tema do enem é polêmico e gera esse tipo de discussão, eu acho importante.

Eu: muito obrigada...

ANEXO 3 - TRANSCRIÇÃO COMPLETA DOS GRUPOS FOCAIS SOBRE DESIGUALDADE DE GÊNERO

Primeiro grupo focal 1

Composto por 5 adolescentes, sendo 4 meninas e 1 menino, estávamos no horário de “clube” deles, no refeitório da escola, por este motivo tinha um pouco de barulho ao fundo, mas nada que atrapalhasse as discussões. Todos são alunos do terceiro ano, entretanto de salas diferentes. Iniciei me apresentando e explicando sobre o projeto sem falar detalhes, depois pedi autorização para gravar a conversa, este grupo já me conhecia de outras oficinas que fiz na escola e não tive problemas para que eles falassem à vontade. A aluna E falou um pouco durante a conversa, mas como não apresentou a autorização dos pais assinada até a data das transcrições não está aqui suas falas.... (dia 08/11)

Entrevistador: O que vocês entende como desigualdade de gênero?

Aluna A: Eu acho que, posso falar com as minhas palavras? Eu acho isso muito errado, uma coisa que eu falo, gênero não importa entendeu, não sei se é da parte de mulher e homem, né? Eu acho que a mulher tem que ter o mesmo direito que o homem e o homem tem que ter o mesmo direito da mulher.

Aluna B: como que você quer que eu fale?

Entrevistador: fala o que vocês quiserem não tem que ser nada formal ou com conceitos, não existe certo ou errado....

Aluna B: Ah... desigualdade de gênero é quando uma pessoa recebe, tem menos direitos do que a outra só por causa do gênero dela (...)

Aluno C: isso, é basicamente isso.... desigualdade de gênero? Tô tentando pensar em uma resposta... mais elaborada, para não ficar igual, (risos)

Aluna D: (ela é mais quieta e só concorda com a cabeça)

Entrevistador: Não precisa ser elaborada, por exemplo, vocês já viveram em algum momento, na vida de vocês alguma discriminação por conta do seu gênero?

Aluna B: Não, Graças a Deus,

Aluno C: eu não

Aluna A: deixa eu ver, (...) Já sofri bullying na escola, porque falava que mulher não deveria fazer isso, mulher não deveria fazer aquilo, por causa que eu tava se eu não me engano, ah teve uma vez muito errado, que eu tava ajudando a fazer, limpar a escola, sabe, aí falaram “olha a mulher sendo faxineira” tal coisa, aí eu era tão pequena, que eu não entendi, agora que eu comecei a entender, eu falei Nossa!!! foi muito errado.... e a pessoa que falou também vai sofrer isso sabe, poque volta em dobro (...) Acho que isso foi a coisa que eu mais lembrei...

Aluna B: mas eu já presenciei casos de violência...

Entrevistador: Foi na escola?

Aluna B: não, na minha família, era uma tia, o marido dela não deixava a esposa sair para trabalhar, ela se fechava, não sei se isso é desigualdade, acho que é mais machismo, né? Ai como ele não deixava ela trabalhar, ela foi trabalhar com ele, só que assim, ela não recebia, salario mesmo, sabe? Porque a loja era dele, ela só trabalhava por nada, sabe, ela não tinha dinheiro dela, era tudo na mão dele (...) ele controlava tudo...

Entrevistador: E vocês acham que nós temos como mudar isso, na sociedade?

Aluna B: ter tem, mas é um processo muito demorado... porque esta muito fundo o machismo na sociedade, hoje mesmo com leis demora, a gente vê vários casos....

Aluno C: eu já vi um caso, a mãe de uma amiga minha, que (...) não sei se isso se encaixa como uma questão de gênero, mais de violência, ela sempre gostou de um cara, mas assim, ele sempre tratava ela como um ... um lixo basicamente, para falar bem claro, como eu posso dizer, sabe quando ela não consegue ver isso, mesmo assim ela quer ficar perto, então, o cara além de tratar mal ela tratava mal a filha, principalmente a filha, ele tratava mal porque essa filha já sabia da índole dele, e aí ele ia lá e tratava mal, tratava ela que nem louca, ele ficava em casa falando que tinha alguma doença, e não fazia nada, basicamente todo mundo tinha que fazer alguma coisa por ele, sabe, porque ele não podia, ele estava “mal” de alguma forma, de saúde, mas a ainda por cima tratava mal elas.... Mas no caso da minha família eu nunca vi...

Pesquisador: e aqui na escola, vocês percebem algum comportamento ou alguma discriminação por conta do gênero?

Aluno C: se eu já vi isso acontecer? Não aqui não

Aluna A: Eu acho que não como no passado mas tem, esse eu já presenciei uma violência, eu acho que pessoas que sofrem violência tem que procurar o psicólogo, porque mesmo que não “concorde” isso vai prejudicar o psicológico dela...

Aluna A: acho que não, sabe tipo eles encham o saco igual por exemplo, das roupas das menina e dos meninos, aqui eles não deixam usar o que não é do uniforme.... as meninas reclamam um pouco mais, mas acho que é igual....

Mas teve um caso, de atentado (assédio) aí na escola, e o diretor não fez nada, ele só foi fazer realmente alguma coisa, depois que chamaram uma reunião, porque tinha mais gente reclamando, e ele chamou a atenção, reclamou com o menino, e mais nada....

Pesquisador: E você acha que se fosse uma diretora mulher, teria tomado outra atitude?

Aluno C: provavelmente, se fosse a XXXX (nome da antiga vice diretora), cuidando da situação na hora, acho que teria tido outro desfecho totalmente diferente,

Pesquisador: Porque vocês acham que a mulher teria tomado outra atitude?

Aluno C: é o básico conceito que todo mundo deveria ter, empatia, entender a dor que o outro sente, mas as vezes as pessoas se esquecem até dos princípios básicos, não é mesmo?

Aluna A: Ai, as famílias que, podemos dizer mais experiente (antigas), acha que o homem tem que trabalhar e mulher ir na cozinha, eu acho isso muito errado porque a mulher nasceu como um homem nasceu, só tem a parte da genitália do homem e da mulher... eu acho que eles deveriam trabalhar ter o mesmo salário e não ter essa dificuldade que tem sabe principalmente as mulheres, violências eu acho que as violências são mais puxado para mulher eu acho que está errado...

Aluna B: então para falar disso, eu comecei a limpar a casa com 11 ou 10 anos com a minha mãe, e o meu irmão está chegando nos 12 e não faz nada, e a minha mãe fala não deixa ele..... ele é criança ainda, mas quando era eu eu tinha que fazer varias coisas...

Aluno C: pensando agora, tem um pouco, eu sou o único menino, sou o caçula, então eu acho que, eu admito que falta um esforço da minha parte, muitas das vezes, agora eu consigo enxergar mais isso e ajudo em casa, quando eu estou bem eu ajudo,

Aluna D: sabe que eu acho muito injusto isso, se a mãe não pede para ninguém ajudar é uma coisa, mas se ela só pede para as meninas, porque é mulher tem que ajudar em casa, e vira uma empregada, porque a mãe também está cansada, trabalhando fora e tem a casa inteira para arrumar, se dividisse entre todos seria tão mais justo.

Aluno C: eu também acho que é uma coisa cultural, então a minha mãe me pede mais para lavar lá fora, a garagem e a calçada... eu sei que faço menos, mas eu tento ajudar,,

Aluna B: Inclusive, as vezes o meu irmão quer ajudar a lavar uma louça e ela fala “não deixa isso que eu faço”, ela meio que briga com ele, sabe que coisa de que isso não é coisa para o menino, ela não fala diretamente, ela diz que é porque ele não sabe, mas ela

me ensinou, e em alguma hora ele vai ter que aprender também, não sei o que se passa na cabeça dela....

Aluna D: mas ela distribui igualmente as tarefas, se não é ela mesma que está sendo machista....

Pesquisador: E como você acha que a gente poderia mudar isso, nas pessoas?

Aluna A: eu fiz uma redação sobre isso, eu falei que deveria ter mais aulas incentivando que as mulheres e os homens são iguais e tem que ter o direito igual, porque hoje em dia, Ah, a família também que tem que incentivar esse pensamento e eu acho que o primeiro passo sempre é da família, é isso que eu penso, e leis também, é claro, Claro que tem a lei da “Maria da Penha”, mas eu acho que também tem que criar mais, e eu acho que as leis são mais puxadas para a física, sabe, tem que existir mais leis psicológicas também porque querendo ou não é uma violência entendeu, assim que eu penso....

Aluno C: Acho que o primeiro passo é o que a gente tá fazendo agora, conversar sobre o assunto. Muita gente nem percebe que algumas atitudes são resultado dessa desigualdade. E depois, tentar mudar essas atitudes no dia a dia. Não fazer piadas machistas, por exemplo, e apoiar as mulheres que estão ao nosso redor, sejam amigas, familiares ou colegas.

Aluna D: mais palestras... eu acho que deveria ter mais encontros para discutir, mas quem mais precisa ouvir parece que sempre falta neste dia, (risos)....

Aluna A: acho que as conversas começam em casa, mas a escola também tem que reforçar para mudar pois algumas casas aprendem errado, aí a escola tem que ensinar o certo, não é certo que eu quero falar, é o melhor..... para todos...

Grupo focal 2

Neste grupo temos 6 participantes, 4 meninas e 2 meninos (entretanto 1 menina não trouxe a autorização.)

Pesquisador: O que vocês entendem por desigualdade de gênero?

Aluno G: Desigualdade de gênero é quando um gênero específico ou uma pessoa como se identifica com uma dessas siglas “LGBT” não tem os mesmos direitos que uma pessoa considerada hétero ou “sis”, acho que o hetero nesse tipo de problema, por exemplo numa vaga de emprego uma pessoa “sis” vai ter mais chances de ser chamada do que uma outra pessoa da sigla

Aluno G: Ah, esquece eu tô falando da sexualidade, desculpa, é só o gênero, homens e mulheres (...) desculpa

Aluna F: Eu não, eu entendo como desigualdade de gênero todo problema que tem entre homens e mulheres, que começam por exemplo muitas vezes a mulher é mais levada como muito emocional, que não leva as coisas a sério e o homem tem que manter aquela máscara de “ai eu sou forte”, “eu não posso mostrar emoção”, ou eu não posso fazer isso eu não posso fazer aquilo, o que vão pensar.....

Aluna H: eu estava lendo uma matéria sobre isso estes dias e eu acho que tudo que é diferente para homens e mulheres só por conta deste fator é desigualdade, porque a gente pensa só na mulher quando fala de desigualdade de gênero, mas eu acho que é tudo..

Aluna I: eu confesso que não entendo muito, para mim é tipo, as mulheres ganham menos que homens em muitos trabalhos, mas não é só isso né?

Aluno J : eu acho que é essa diferença entre os homens e mulheres....

Pesquisador: E como você vê a desigualdade entre homens e mulheres por exemplo, na sociedade?

Aluno G: ah, é, (...) eu vejo que tem sim tem bastante desigualdade, amigas minhas que já trabalham me disseram que na mesma hierarquia, no mesmo cargo no escritório por exemplo, o cara por ser homem ganha um salário maior, é chamado para eventos, para trabalhar mais e elas por ser mulher, elas mesmas acham, que por ser mulher tem menos chances, inclusive ela quando saiu da empresa denunciou e a empresa teve que pagar uma multa.... Então eu acredito que tenha bastante principalmente nessa área de escritórios

Aluna H: Mas, tipo, vocês também não acham que isso tá mudando? Porque eu vejo muitas mulheres ocupando cargos importantes hoje em dia. Tem mulheres empresárias, políticas... é mas eu também vejo que tem tantos casos de feminicídio, e outras tantas violências contra as mulheres, affff é difícil!?

Aluna I: é verdade, e não é só isso, tem muitas outras coisas, eu também vejo muita cobrança em cima das meninas sobre aparência. Tipo, parece que elas sempre têm que estar arrumadas ou preocupadas em não parecer “feias” ou "chatas" se falam o que pensam, tem que pensar muito mais...

Aluna F: É! E isso também é desigualdade de gênero, a pressão estética é muito maior sobre as mulheres. Elas são mais julgadas pela aparência do que pela competência. E isso afeta a gente desde quando nascemos, “na adolescentes” até mulheres já adultas. Os homens não passam por esse tipo de cobrança com a mesma intensidade.

Pesquisador: e nas escolas vocês acham que tem?

Aluno J: eu acho que tem sim a desigualdade nas escolas também, que as cobranças para as meninas são diferentes que das dos meninos, esperando que elas sejam mais comportadas, mais inteligentes, sabe....

Aluna F: É eu também acho, isso tá em várias coisas, na forma que a sociedade trata homens e mulheres de maneiras diferentes, desde a infância, por exemplo, as meninas são ensinadas a serem mais cuidadosas, enquanto os meninos são incentivados a serem mais corajosos e competitivos.

Aluno G: nas escolas, tem sim, mas aqui na escola tem muito mais mulheres então eu não acredito que tenha tanta desigualdade mas eu acredito que tem outras escolas que isso não acontece, porque nessa, as próprias mães e professoras acabam tendo movimentos que ajudam nisso né, por exemplo.... o movimento tipo feminista mas, eu acho por exemplo, que vagas de diretor e coordenador de classe são mais os homens que ocupam, como aqui....

Aluna I: não é só coincidência, kkkkkk

Aluna F: nas escolas tem algumas violências, eu não presenciei nenhuma coisa, mas eu soube que acho que ano passado ou retrasado um menino na minha sala tinha assediado

umas meninas de umas outras salas, e ele foi punido com o que ele fez, eu achei bom, assim os outros vão pensar mil vezes antes de fazer algo.....

Pesquisador: e o que você acha que a gente pode fazer para mudar isso?

Aluno G: eu acho que para mudar isso é com o próprio caminho das feministas, dos movimentos, é o movimento a palavra né? Com isso vamos mostrando na escola na sociedade através de palestras etc. Na escola teve bastante palestra sobre isso, então eu acho que sei um pouquinho, eu não entendo muito, não sou especialista mas o básico eu sei, (risos) eu acho que palestra é muito bom, mas eu acho que essas palestras deviam ser fora do horário da aula para que quem vier realmente se importa e quer participar porque se a palestra é feita no horário da aula, né, a pessoa é obrigada a participar e não presta atenção, não faz nada, só vai lá para isso, só vai para porque é obrigado, aí não adianta muito.

Aluna I: É faz sentido, mas tem que falar de qualquer jeito, porque se a gente não discute, as coisas continuam do jeito que estão.

Aluna F: eu acho que tem que primeiro conscientizar muito mais as pessoas, sabe, parece que por mais que tenham as regras, as leis, os lugares de apoio são muito pequenos em relação ao tanto de abusadores, as vezes a ajuda é pouca, e eu acho que a gente deveria colocar mais leis, mais pontos de ajuda, mais propagandas, anúncios, sabe, de se você tiver sendo abusada chama e tal número, tipo você não tá sozinho, acho que isso ia ajudar muito mais essas pessoas....

Aluna H: Nossa, nunca tinha pensado como coisas que fazemos no dia a dia podem reforçar essa desigualdade.... que tem que pensar em tudo, em desigualdade, em machismo, em violência, nossa é f*da ser mulher, (risos) e ainda tem que estudar para não ficar para trás...

Aluno J: é eu acho que o primeiro passo é conversando sobre o assunto, quanto mais gente entender o problema, quem sabe um dia dá para resolver....

Grupo focal 3

Neste grupo temos 5 participantes, 3 meninas e 2 meninos mas os 2 meninos não trouxeram a autorização e por isso não terão suas falas neste grupo.

Pesquisador: O que vocês entendem por desigualdade de gênero?

Aluna K: é todas as injustiças por causa do seu gênero, não só as mulheres, mas elas sofrem muito mais e que isso um problema recorrente na sociedade e precisa mudar.

Aluna M: Ah... é as violências contra as mulheres...

Aluna L: é tratar diferente só por causa do seu gênero...

Pesquisador: E como você vê a desigualdade entre homens e mulheres por exemplo, na sua vida e na sociedade?

Aluna K: essa desigualdade esta em todos os lugares, tem desde um jeito diferente de olhar, uma fala machista e tem as violências mesmo, o assédio.

Aluna L: é isso vem da família, tem na escola e tem muito nas redes sociais também...

Aluna M: Obviamente tem outras coisas que são piores com certeza, de violência física, mas nessas redes, tipo tik Tok e no Instagram, tem muitos caras que fazem piada com estupro!!! Também lá no tik Tok é literalmente a mesma coisa que os meninos do “discord”, eles usam fotos de anime, só que escura normalmente eles gostam tipo emo, sabe gótico, eles gostam “death Note” e aí eles ficam falando são filho da polícia e psicopata, que podem dizer o que querem.

Pesquisador: como assim? Eles acham que isso é bonito, é um elogio?

Aluna M: Exatamente, eu sou psicopata não mexa comigo, e aí se você entrar mais fundo tem os caras, ó eu vou dar um exemplo de uma menina, ela colocou olhando as mensagens que ela recebe na “DM” de alguns caras e tinha frases tipo você é muito “estuprável”, nossa como se isso fosse um elogio, tem uns grupinhos que são bem assim, pesados e no comentário dessa menina vários garotos concordando com isso que ele disse....

Aluna K: Mas eu acho que isso também é só para chamar a atenção, se sentirem importantes dentro deste grupinho.

Pesquisadora: Você acha que por ser na internet, em que as pessoas não estão se vendo cara a cara acontece mais isso do que por exemplo em ambientes como aqui na escola?

Aluna K: Quando está na internet, é como se fosse anônimo, então eles sentem que não tem punição e podem falar o que quer, mas sempre tem um sem noção na vida real também...

Aluna M: A gente vê aqui na escola, esse é um daqueles que estaria lá na internet, mas na internet eles são mais escancarados porque aqui na escola por exemplo se o garoto falar isso obviamente ele vai para a sala do diretor, mas também dependendo de quem é, e de como é o menino eles deixam claro que são machistas e que eles são muito preconceituosos.

Aluna L: Eu tive uma situação dessa na minha sala com um colega, a menina queria usar um perfume que é masculino, e o menino falou que não, que não pode porque só usa os meninos, e começou a falar frases transfóbicas, daí uma coisa liga na outra e vai ficando gigante, e basicamente ele falou: “mulher minha tem que lavar a louça”, “a mulher apanha na minha família” como se isso fosse algo para se orgulhar.....

Pesquisadora: E esse menino é da sala de vocês, da idade de vocês?

Aluna L: É da minha sala, tipo geração z conservadora e eles são sempre assim, tipo mesmo no trabalho de LGBT, “se tem que fazer eu faço”, mas fala coisas do tipo, eu coloquei lá dois homens se beijando na capa do trabalho, é só isso que eu vou fazer, eles não escondem que são preconceituosos. E esses dois por exemplo são os mesmos que estão lá na plataforma e falam aquelas coisas e tipo acho que fala o que querem....

Aluna M: E não é só isso, porque tem certas escolas que por culpa da gestão, eles que punem incorretamente esses alunos, aí a situação fica pior. Eu vou dar um exemplo, tipo, de uma professora de sociologia, ela chega a falar sobre esses assuntos a levantar as discussões abertamente e colocou os alunos declaradamente homofóbicos no grupo de LGBT para eles repensarem, exatamente para ele mudar essa visão, só que cada pessoa é diferente, e eles não mudam... muitas vezes até dentro da nossa família a gente sabe que tem e não adianta muito, na minha família tem um caso de de misoginia, de brincadeiras que são mais assédio do que brincadeira mesmo, e que a gente sabe que esse tipo de brincadeira pode desvalidar uma comunidade e virar agrassão. Eu vi isso dentro da minha família e infelizmente foi o exemplo que eles tiveram..... E eu percebi que não precisa ser bem assim então eu provoço eles pensarem e mudarem.....

Pesquisadora: E você conseguiu mudar o seu núcleo? Você acha que consegue mudar pelo menos no seu núcleo familiar?

Aluna M: Sim.....

Aluna K: eu soube que a minha bisavó apanhava tanto do marido que ela tinha medo de morrer e reencontrar ele... isso traumatiza a pessoa, no resto da família, hoje em dia eu já não vejo isso....

Pesquisadora: O que que vocês acham que é o maior desafio para os jovens agora com essa questão da desigualdade de gênero? O que vocês acham que a gente ainda vai ter que lutar muito para conseguir a igualdade?

Aluna L: Nossa tem muita coisa! Eu vou focar mais nisso que a gente tava falando agora que das redes sociais por exemplo, em streaming se você é uma mulher e quer fazer os vídeos jogando, quer ganhar dinheiro com isso vai ser muito mais difícil, porque você vai ficar recebendo comentários de homens e gente falando que você joga mal.....

Pesquisadora: Então você acha que em algumas profissões continuam tendo essa desigualdade de gênero muito grande?

Aluna K: sim eu acho, já melhorou, mas ainda tem muita profissão que é muito machista.

Aluna M: É, e em alguns lugares é muito, principalmente se você quiser mostrar seu rosto aparecer, por exemplo eu já vi que se você quer subir um cargo numa empresa e aí você foi promovida, as pessoas acabam falando que você dormiu com seu chefe.... Ou até comentários que você saiu com colegas de trabalho porque os colegas ficam falando, espalha que teve relação sexual com você, então a gente acaba evitando faladeira....

Aluna K: é esses são os casos mais extremos, mas eles acontecem....

Aluna M: é acontece e eles continuam, a gente deveria ensinar eles a respeitar, porque muitas vítimas de abuso sexual ou de estupro são caladas, e acabam se sentindo culpadas por terem usado uma calcinha assim, etc, sabe....

Aluna L: e as próprias mulheres ainda, mesmo que tenha a intenção de proteger, mas elas continuam reforçando que a culpa era delas tipo o mais correto seria se..... Assim como eu falei né, parece que a geração z é um velho conservador, sei lá, enfim, tudo isso na verdade deveria ser ensinado incentivado a respeitar as mulheres e não exatamente colocar a responsabilidade nas costas das mulheres ...

Aluna M: é, mas isso são direitos básicos de qualquer pessoa não deveria nem ser levado em conta, tipo se eu quiser jogar eu jogo e ninguém tem que olhar isso, mas eles são tão diminuídos mentalmente, que acabam reproduzindo essas coisas misóginas, mas isso é um problema dele não meu! Ele devia ser ensinado a viver em sociedade, não eu ter que ensinar isso para ele, como vítima e mostrar que está errado de uma coisa que eu não tenho culpa na sociedade.

Aluna L: é pior ainda por causa dos mais velhos, os adultos, por exemplo, eu tô tendo que sentar no meio de dois meninos que são machistas e eles sentam na minha frente e o outro do lado e eles fazem assédio, brincadeirinhas, e continua fazendo, eu vou falo com a professora e não resolve nada, eu não me sinto segura, eu afasto a minha mesa, só que aí é que tá, se eu fizer alguma coisa para me defender eles não vão se sentir responsável, mas eu tenho direito de me prevenir, e de não precisar me sentir assim, só que nem sempre é fácil ir lá e conversar e resolver

Pesquisadora: Você acha que o ambiente da escola não é seguro?

Aluna L: É e não é, por exemplo aqui nessa escola as coisas vão, mas depende muito do diretor porque o próprio diretor às vezes tem medo que sobra para ele, sabe, ele não mexe no vespeiro porque sabe que vai sobrar para ele, aí ele fica esperando para ver se o problema some sozinho, então às vezes a gente tem medo, mesmo na escola eles vão fingir que nada aconteceu, não leva para frente, aí os meninos falam que a gente é louca, que não fez nada disso, que nunca fez nada, culpabilizando a vítima.....

Aluna M: na minha sala mesmo eu não tenho como provar se eles falarem alguma coisa que eu tô certa ou que eles estão errados, é a minha palavra e eu sei que tem colegas minhas, meninas, que não vão me defender, não vão querer se envolver, é uma ou outra amiga que iria se envolver, mas a maioria das vezes, eles falam ah você entendeu errado era só uma brincadeira, não você é maluca, para de ser retardada....

Aluna L: Quando eu tava no primeiro ano um menino bateu na minha bunda e aí eu literalmente contei para a professora que tava na sala e ele fez isso na minha amiga também, eu sempre ouvi em casa que se alguém fizesse alguma coisa, que se encostasse em mim tinha que avisar o adulto, não deixa guardado, fala sempre! E funcionou, eu não

sei se funcionou porque a diretora era uma mulher e então ela ficou mais preocupada, mas nesse caso funcionou, o menino não foi mais fazer essas coisas na escola, mas tem lugares que eu sei que não acontece nada e aí fica naquele jogo que é uma brincadeira foi sem querer.

Aluna M: Principalmente na porta da escola porque aí eles falam que do lado de fora da escola eles não podem fazer nada e tem algumas pessoas estranhas, mas não tem polícia, ninguém cuida, já teve dois casos aqui na nossa escola de caras estranhos na porta, aí eles pararam de vir a gente não sabe como, e porquê ?

Aluna L: E assim, eu acho que é a preocupação das pessoas com as alunas, a escola se preocupa muito com coisas que não tem nada a ver, por exemplo o uniforme com shorts curto a escola fica pegando no pé dessas coisas e coisas que realmente são sérias eles fazem de conta que não vem eles não se preocupam se alguma coisa vai acontecer por exemplo, na rua ou na praça. Eu mesma venho assim, ó, toda de preto com a roupa larga sapato fechado e eles assediam do mesmo jeito, então parece que você é uma mulher também que gosta de coisas mais masculinas também é complicado, não é só mini saia etc.....

Pesquisadora: E como vocês acham que a gente poderia fazer para mudar isso?

Aluna L: Os meninos que fazem essas coisas, acho que começar a castigar, eu acho que tem que começar realmente a castigar os meninos que fazem essas coisas, porque para eles sabem que não tem punição, você só alertar, se você só falar eles não vão mudar.

Aluna K: É eu acho que sim, que se tiver mais punição, saber que vai ter consequência, eles vão dar uma segurada pelo menos....

Aluna M: isso na escola, porque nas redes sociais é pior ainda porque é uma terra sem dono, eu tomo o maior cuidado, eu vou ver quem é ele que tá me seguindo, eu vou ver os comentários, eu tento evitar o confronto com essas pessoas, eu tiro, eu bloqueio, não funciona 100%, mas melhora e vai levando.....

Pesquisadora: vocês querem falar mais alguma coisa?

Aluna K: não é “SÓ” isso... (ironizando)

Pesquisadora: ok, muito obrigada.

ANEXO 4 – FOTOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PESQUISADORA DENTRO DA INSTITUIÇÃO (FORA DO PROJETO DO DOUTORADO)

Achou-se necessário colocar aqui as participações da pesquisadora em momentos diversos dentro da escola para comprovar o vínculo afetivo e de voluntariado que a mesma tinha com todos da comunidade escolar. E assim, demonstrar a surpresa da não oficialização da autorização para a pratica do doutorado.

22/02/22 – Início das conversas sobre o desenvolvimento do Projeto de Orientação Vocacional com os Terceiros Anos. Neste projeto temos 3 encontros com cada sala, onde no primeiro encontro, fala-se sobre as profissões e o mercado de trabalho de maneira geral e aplica-se o teste vocacional em cada alunos. No segundo encontro, temos a devolutiva dos testes, explicando o resultado e conversando com os alunos sobre as profissões. No terceiro encontro fala-se mais detalhadamente sobre as profissões que eles desejam, como ingressar nas faculdades, cursos técnicos, pós graduação etc. Além disto, explica-se sobre como ingressar nas faculdades, Enem, SISU, Prouni, Fies e vestibulares em geral.

Eu desenvolvi e executei o projeto.



29/09/22 - Setembro Amarelo - EE Pedro José Neto – Palestra com os jovens sobre a conscientização da importância da saúde mental. Palestrante convidada para falar sobre Capes e Atendimentos do SUS, Valéria Gimenes Prado – Prefeitura de Américo Brasiliense.

Eu participei da organização e abertura.



27/10/22 - Ciência na Escola uma iniciativa da @uniara e @prefsararaquara e @eptvoficial e @cnpq levando ciência para as escolas!!!!

Eu participei como convidada da escola.



08/03/23 - Atividade na escola Pedro José Neto em comemoração do Dia Das Mulheres!

Eu participei como palestrante.



16/05/23 – Projeto de orientação vocacional com os Terceiros anos - Realização do teste vocacional.

Eu participei como organizadora e palestrante.



17/06/23 – Palestra com o Inácio de Loyola Brandão, cidadão Araraquarense, escritor, jornalista, membro da academia brasileira de letras, uma figura única.

Eu participei como convidada da escola.



23/09/23 - Hoje foi dia “D” Setembro Amarelo no Pedrão, dia de palestra, música, dança, arte e cultura!

Eu participei como Organizadora



28/09/23 – Finalização da Eletiva de Astronomia do Pedro José Neto - Passeio em Jaú no CEAJ.

Eu participei como convidada da escola.



14/03/24 - Projeto de orientação vocacional com os Terceiros anos.

Eu participei como organizadora e palestrante.



22/06/24 – Show de Talentos – culminância das Eletivas.

Eu participei como convidada da escola.



30/09/24 – Setembro Amarelo – Neste ano desenvolvemos um treinamento com os professores para trabalhar a saúde mental dos adolescentes, para que eles replicarem as dinâmicas com os alunos.

Eu participei como organizadora e palestrante.



08/11/24 – Participação da escola PJN na FLISOL – Feira Literária da Morada do Sol.

Eu participei como convidada da escola.



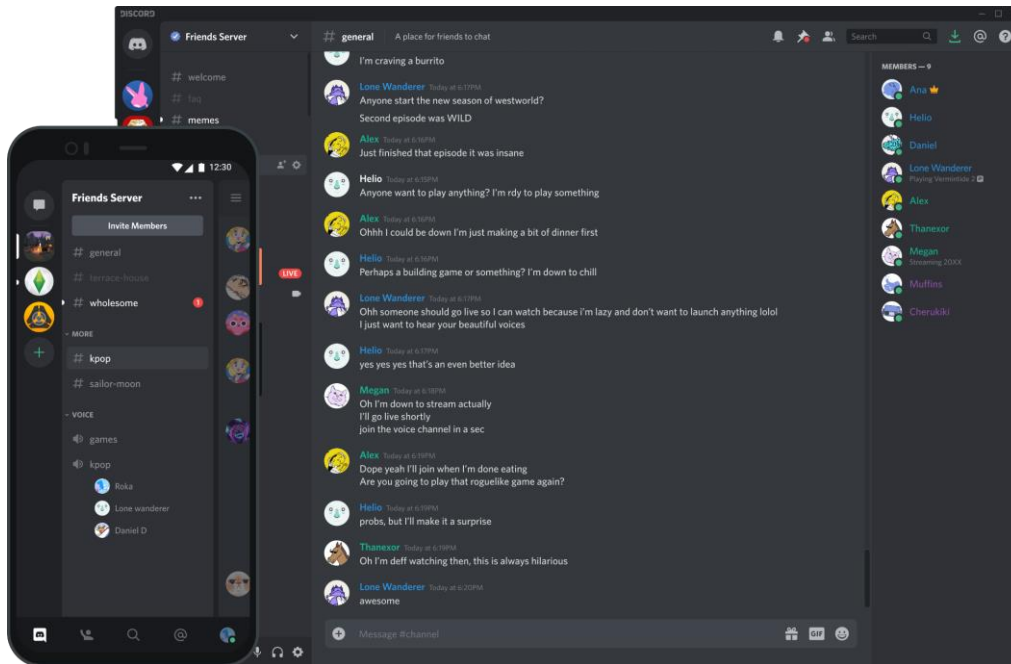
04/12/24 – Participação da escola PJN na Virada Inclusiva – organizada pela diretoria regional de ensino SP.

Eu participei como convidada da escola



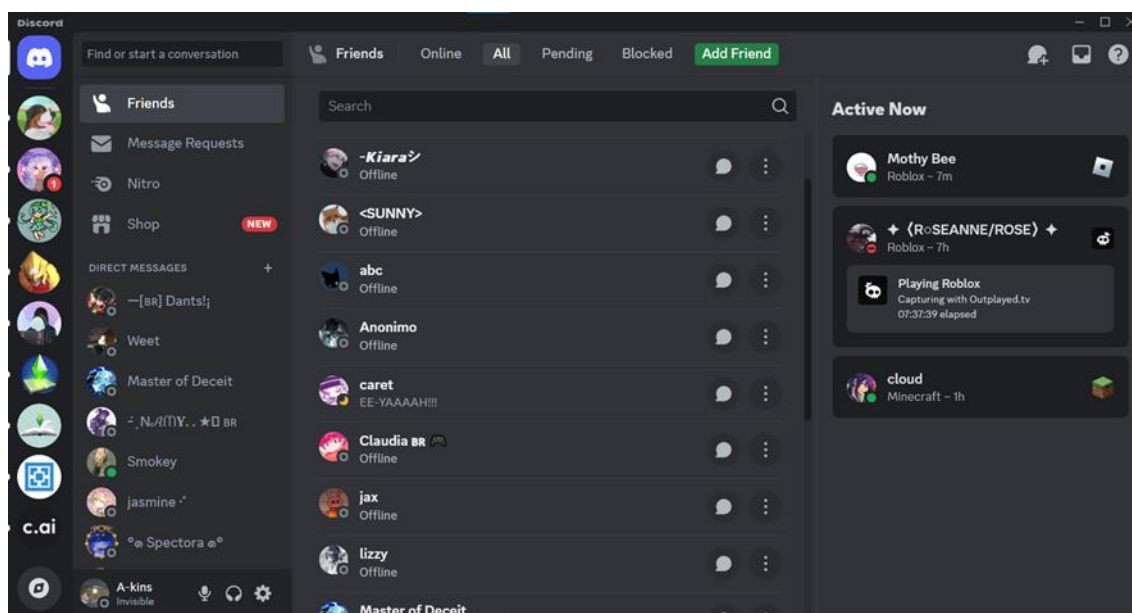
ANEXO 5 - IMAGENS E EXPLICAÇÕES SOBRE A PLATAFORMA DISCORD

"O Discord é uma plataforma de comunicação em que as pessoas podem se comunicar de forma privada ou participar de grupos que são chamados de servidores onde podem trocar mensagens de texto, de áudio e vídeo. Elas podem participar de transmissões ao vivo, por voz ou por vídeo". Este aplicativo é mais popular entre os jovens, o Discord vem sendo alvo de investigações por ter canais com conteúdos que fazem apologia ao nazismo, racismo, pedofilia e exploração sexual. (link da reportagem abaixo)



“Saiba o que é o Discord, aplicativo popular entre gamers”, esta é uma reportagem da Agencia Brasil, disponível em : <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/saiba-o-que-e-o-discord-aplicativo-popular-entre-gamers#:~:text=%20O%20Discord%20%C3%A9%20uma%20plataforma,ou%20por%20v%C3%ADdeo%22%2C%20detalha.>

Este é o *print* de uma tela real, de uma usuária do Discord



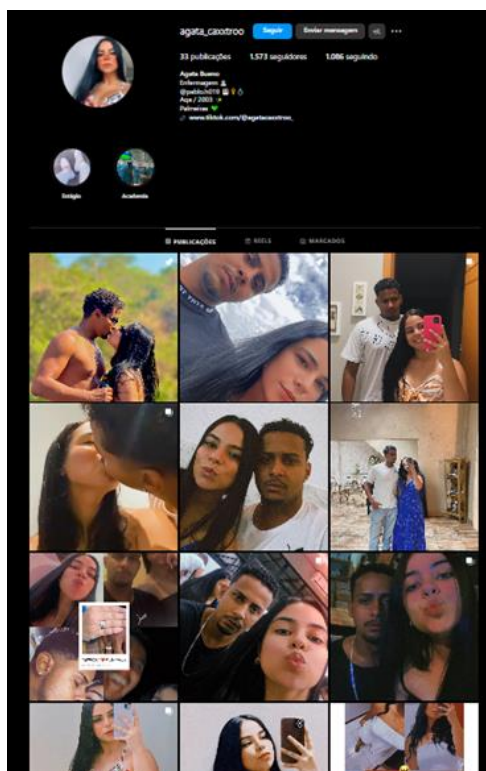
A primeira coluna se trata das comunidades que a pessoa participa, por exemplo os jogos, livros ou qualquer outra coisa que a pessoa queira...

A segunda coluna são pessoas que ela já conversou em algum momento e pode chamar para um bate papo (tipo o whatsapp)...

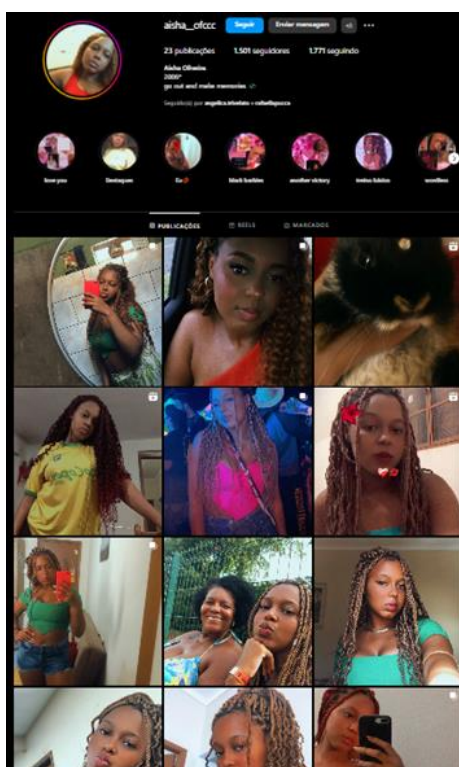
Na terceira coluna (centro da tela) estão os amigos que ela aceitou...

ANEXO 6 - IMAGENS DAS CONTAS DO INSTAGRAM

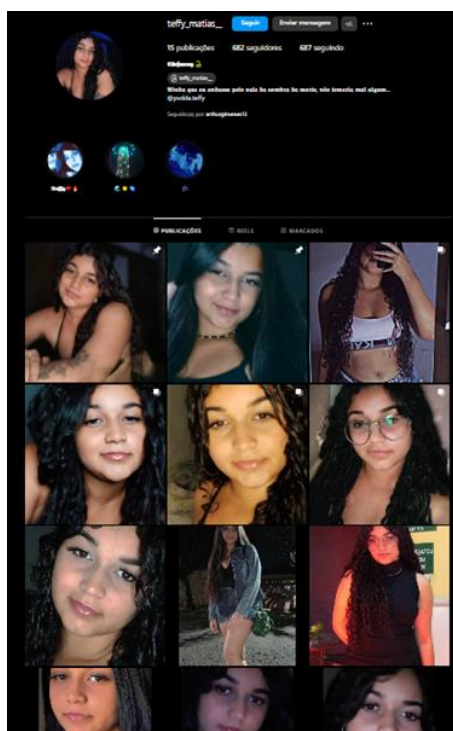
EXEMPLO DE CONTAS PÚBLICAS



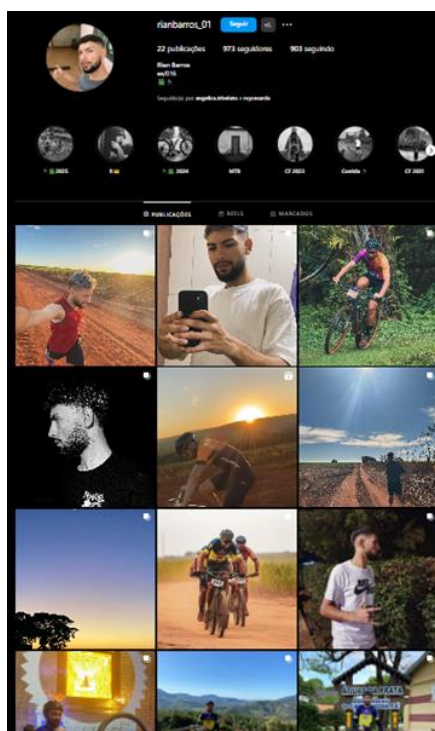
agata_caxxtroo



aisha__ofccc



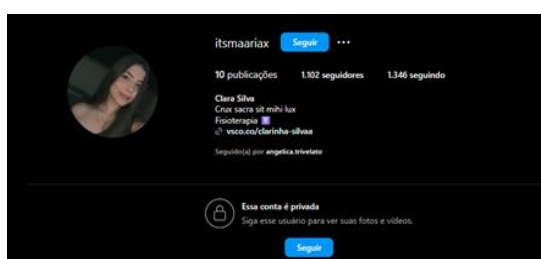
teffy_matias__

[rianbarros_01](#)

EXEMPLO DE CONTA PRIVADA (COM MUITOS SEGUIDORES)....

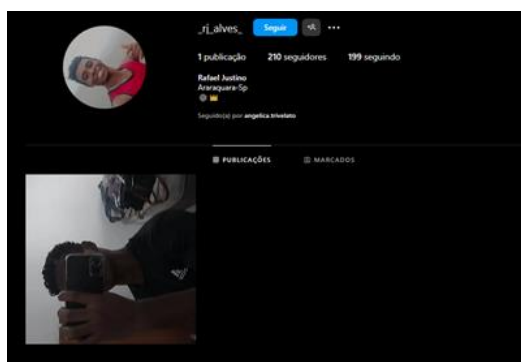


pietra.lopes.180

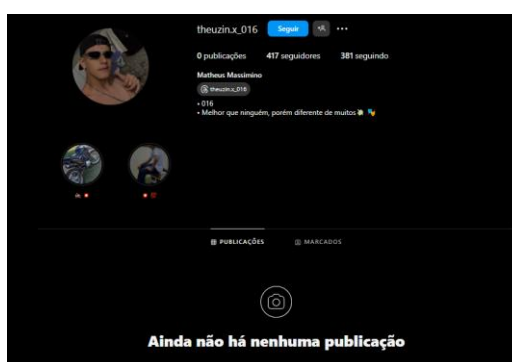


itsmaariax

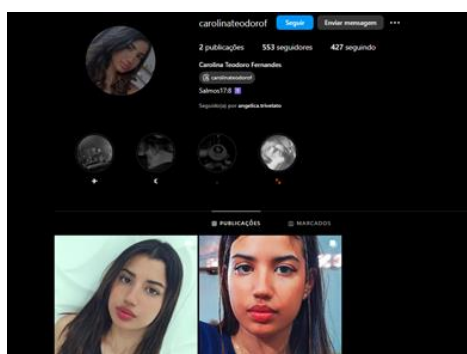
EXEMPLO DE CONTAS PASSIVAS.....



_rj_alves_



theuzin.x_016



Carolinateodorof



annaluisakruger